VOLUME 1

ANAIS

FIA 2023

3º FIA

Fórum Internacional sobre a Amazônia

Universidade de Brasília
13 a 16 de junho de 2023

Organização geral:
Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade
Profª. Drª. Enaile do Espírito Santo Iadanza

3º FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

Anais

13 a 16 de junho de 2023

Núcleo de Estudos Amazônicos
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Universidade de Brasília

Brasília

2024

Comissão organizadora geral:

Prof. Dr. Manoel Pereira de Andrade - Universidade de Brasília
Profª. Drª. Enaile do Espírito Santo Iadanza - Universidade de Brasília

na qualidade de coordenadores gerais, detentores dos direitos autorais patrimoniais do Fórum Internacional sobre a Amazônia, realizado na Universidade de Brasília, autorizamos o Repositório Institucional da Universidade de Brasília a disponibilizar, gratuitamente, os trabalhos publicados nos Anais do evento, conforme permissão assinalada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data.

Preparação do texto e normalização:
Dra. Enaile do Espírito Santo Iadanza - Universidade de Brasília

Apoio:
Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília
Diretor: Dr. Fernando Cesar de Lima Leite

Projeto Gráfico e Editoração:
Mariana Real
Ana Paula Prado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

F745 Fórum Internacional sobre a Amazônia (3. : 2023 : Brasília).
3º Fórum Internacional sobre a Amazônia [recurso eletrônico] : anais : 13 a 16 de junho de 2023 / organização geral: Manoel Pereira de Andrade, Enaile do Espírito Santo Iadanza. – Brasília : Universidade de Brasília, Núcleo de Estudos Amazônicos, 2024.
3 v. : il.

Modo de acesso: World Wide Web: neaz.unb.br.
ISBN 978-65-985654-1-1 (v. 1).
ISBN 978-65-985654-2-8 (v. 2).
ISBN 978-65-985654-0-4 (v. 3).

1. Amazônia - Congressos. I. Andrade, Manoel Pereira de (org.). II. Iadanza, Enaile do Espírito Santo (org.). III. Título.

CDU 3(811.3)

Heloiza dos Santos – Bibliotecária - CRB1/1913

Universidade de Brasília

Reitora:
Dra. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:
Dr. Enrique Huelva

Decano de Ensino de Pós-Graduação:
Dr. Cláudio Henrique Soares Del Menezzi

Diretor do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares:
Dr. Mario Lima Brasil

Coordenador do Núcleo de Estudos Amazônicos:
Dr. Manoel Pereira de Andrade

Diretor do Sistema de Bibliotecas da UnB:
Dr. Fernando Cesar de Lima Leite

Organizador do Evento:
Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/CEAM)

SUMÁRIO

12 Apresentação

14 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA)

18 Programação

23 Carta de Brasília

VOLUME 1

28 Painéis

28 Abertura

58 Território Transformado, Desigualdade e Violência na Amazônia

106 Crise Ecológica e Social e Consequências na Diversidade Biológica e Cultural

162 Amazônia para seus Povos e Populações e para Humanidade

206 “Arrabalde: em busca da Amazônia”, conversa com João Moreira Salles

VOLUME 2

242 Chico Mendes: a semente da luta

242 Mural

243 Batalha da Escada - Especial Amazônia

244 Plantio de Seringueiras

244 Sarau

246 35 anos do assassinato de Chico Mendes

248 Atividades Culturais

248 Exposições

Filmes e Audiovisuais

Lançamento de livros

252 Feira de Produtos Populares e Ecológicos da Amazônia

255 Oficinas e Rodas de Conversa

VOLUME 3

258 Trabalhos Orais

259 A Gestão de Florestas Públicas e o Manejo Florestal Sustentável na Amazônia

272 A Produção do Espaço Urbano no Baixo Amazonas e a Ocupação Vista Alegre do Juá

290 Amazônia Legal Sem Resíduo: Gestão de Resíduos Sólidos na Região

310 Amazônias em choque: repercussões paisagísticas

323 Amazônia, Macapá. Amapá, um mar de água doce de dimensões oceânicas

337 Análise espacial das variáveis de saneamento, coleta de lixo, abastecimento de água e IFDM saúde em municípios da região norte do Brasil

352 Antropização na Amazônia: análise do avanço da urbanização na bacia hidrográfica do igarapé Ilha do Coco – Parauapebas

361 Antropogeomorfologia em Área de Mineração: Modificações na Forma do Relevo e Impactos no Município de Barcarena-PA

379 Aprendizagem significativa no estado do Amazonas: uma revisão sistemática das práticas pedagógicas

387 Arte e Comunidade na Colônia Antônio Aleixo: Uma pesquisa ação entre a Universidade e uma Comunidade da cidade de Manaus-AM

401 Avaliação de parâmetros e conceitos para a gestão de resíduos sólidos em áreas indígenas

411 Cartografia socioambiental como instrumento para o planejamento territorial participativo em comunidades ribeirinhas do Amapá

431 Conflitos Fundiários e Garimpo: Dinâmicas de Violência e Ocupação da Região Norte

451 Convergências Originárias: o Acampamento Terra Livre e a resistência dos movimentos socioterritoriais indígenas da Amazônia

467 Cooperação Institucional e os Desafios da Gestão Pública na Flona Saracá-Taquera (PA)

477 Cosmopercepções encantadas e sustentabilidade: A pajelança cabocla como epistemologia para gestão dos recursos naturais na Amazônia

494 Ensino remoto imposto pela pandemia da COVID-19: impactos na aprendizagem de estudantes migrantes venezuelanos em Roraima

504 Esgotamento sanitário em aldeias indígenas: aspectos sociais e culturais na proposição de critérios de acesso e diretrizes para seleção de tecnologias

527 Estudo de caso: a presença do brincar nos planejamentos da Educação Infantil no município de Humaitá, Amazonas no período da pandemia da COVID-19

540 Estudos Científicos sobre a Amazônia em Tempos de Desenvolvimentismo (1946-1966)

559 Extrativismo na Amazônia: os dois lados da moeda

567 Formação de Professores Indígenas: um balanço da área de linguagem do curso de Licenciatura Intercultural da UNIR-RO

582 Gênero e Práticas Pedagógicas na Educação

Infantil de Humaitá/AM

589 Gestão de Floresta na Flona de Saracá-Taquera: uma análise do uso dos recursos na concessão florestal para o desenvolvimento sustentável das comunidades no município de Faro, PA

599 Importância da Amazônia no contexto da crise climática

615 Mineração na Amazônia: análises da exploração de bauxita miltônia a partir da relação condicional entre a geomorfologia regional e antropogênica com a construção de barragens, em Paragominas – PA

638 Mobilidade Urbana no Bairro Jorge Teixeira na Zona Leste de Manaus- AM

650 Mudanças de paradigma na avaliação do acesso à água adaptada às realidades das aldeias indígenas da Amazônia

667 Narrativas de Professores e Professoras Não Indígenas sobre o Ensino nas Escolas Indígenas no Sul do Amazonas: Uma Proposta de Pesquisa

674 Narrativas de Professores/as não Indígenas sobre o Ensino nas Escolas Indígenas no Sul do Amazonas: Uma Revisão de Literatura

684 O avanço da fronteira agrícola e a reprodução social dos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno (PA)

697 O canto da sereia: a alma matsés e a saga de mulheres roubadas em busca de identidade e parentesco

713 O Plano Municipal de Educação de Manaus e a Educação em Ciências na Educação Infantil

724 Os Rios na Fronteira do Brasil

729 Para uma Equidade Pluriepistêmica e Neurocientífica em IA - Inteligência Artificial

748 Plano de Saúde da Amazônia Legal (PSAL): recuperando a saúde da Amazônia

765 Por uma alfabetização inclusiva para crianças com transtorno de espectro autista

772 Povos indígenas e estratégias de mitigação das mudanças climáticas: Riscos e Salvaguardas do mecanismo de REDD+ em Terras Indígenas

783 Práticas e Saberes Tradicionais na Busca pelo Bem Viver: relatos de experiências de, Comunidades de Terreiro, Pomerana, Ribeirinha e Quilombola

802 Programa de REDD+ Jurisdicional do Acre: 10 anos do primeiro instrumento de pagamento por resultados e de repartição justa de benefícios

812 Redes Colaborativas como Estratégia de Bem-Viver na Amazônia Brasileira

824 Relações étnico-raciais no contexto da educação física: racismo estrutural na escola

828 Representações dos indígenas nos livros paradidático perspectivas acerca das escolas municipais de Humaitá-AM: Estado da Arte

836 Retireiros e Retireiras do Araguaia: impacto da violação do direito à terra da comunidade tradicional na biodiversidade amazônica

853 Risco de Inundação em áreas de bacias urbanas, Belém-PA

873 Risco geomorfológico no estado do Pará: uma avaliação das megabarragens de mineração e seus impactos antropogênicos

889 Territorialidade em disputa na Amazônia

908 TIC nos cursos de pedagogia: análise das licenciaturas no estado do Amazonas

914 Uma comunidade na várzea da Amazônia: Uma análise dos aspectos socioeconômicos da comunidade São Francisco no município Careiro da Várzea – Amazonas

928 Valorização do açaí no estuário amazônico: participação das mulheres rurais nas atividades produtivas e espaços de decisão

935 Pôsteres

936 A ameaça ao Legado de Chico Mendes: PL 6024/2019

940 A Biopirataria na Amazônia

945 A Conquista do Direito ao Retorno como a Concretização de um Direito Humano: o caso da luta beiradeira frente às violações de Belo Monte

949 Acesso à Energia com Fontes Renováveis em Comunidades Amazônicas: estudo de caso do projeto PSA

953 As Articulações do Movimento Indígena Brasileiro na Amazônia: o caso da COIAB

956 Atividades experimentais no ensino: uma revisão sistemática das práticas encontradas no Amazonas

960 Campo em Movimento: o movimento criativo com o “grupo da cestinha”

964 Concessões Florestais na Floresta Nacional Saracá-Taquera e os Desafios para a Sustentabilidade

968 Conservação da Natureza e o Uso Coletivo da Terra na RESEX Chico Mendes

973 Contribuição dos Sistemas Agroflorestais para a Soberania Alimentar e Saúde Única das Comunidades Amazônicas

977 Economia Solidária: a importância da organização do circuito produtivo campo em movimento - Belterra/PA

981 Estado da Arte: análise das práticas pedagógicas na educação infantil da Amazônia brasileira

985 Interculturalidade entre Crianças Venezuelanas e Brasileiras nas Escolas Municipais de Boa Vista-Roraima

990 Interculturalidade na Escola: intercâmbio das mulheres indígenas Karitiana com a EMEF Prof. Hebert de Alencar em Porto Velho-RO, Amazônia

994 Línguas Indígenas que (re)existem no estado de Rondônia

1000 Lutando pela Humanidade: um estudo sobre a trajetória de luta dos seringueiros e a construção da política de reforma agrária para os povos da floresta amazônica

1004 O Folclore Amazônico: um olhar sobre a educação

1009 O Impacto Socioeconômico do Festival Folclórico de Parintins

1013 O Lugar da Escola na Cidade e a Noção de Centro e Periferia

1017 O Mercado de Créditos de Carbono na Amazônia: uma revisão sobre o caso das Reservas Extrativistas (RESEX)

1021 O Papel do Turismo de Base Comunitária para o "Desenvolvimento Sustentável" na Amazônia

1025 O que sabemos sobre os Recifes da Amazônia?

1029 Olho da Mata: manejo do cipó-titica e sementes nativas na flona do purus

1033 Recifes da Amazônia: Encontro de Saberes e o despertar da cultura oceânica na Amazônia

1037 Saneamento Básico: água e saúde

1042 Turismo como Fator de Inclusão Produtiva: o programa agroresidencia numa comunidade quilombola do jalapão

1046 Turismo de Base Comunitária na Apa Pé do Morro - Aragominas, TO

1050 Um Panorama sobre Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais na Amazônia brasileira

1054 Uma Etnografia Nômade: Caminhando com as Medicinas da Floresta e Ervas Sagradas em Marabá-PA

1058 Utilização do Bacuri (Platonia Insignis) no Norte do Brasil

1062 Valorizando o Conhecimento Tradicional: o manejo do pirarucu na perspectiva do desenvolvimento sustentável

1068 Realização

1068 Apoio

1069 Comissão Organizadora

1070 Comissão Científica

Apresentação

O 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA), realizado de 13 a 16 de junho de 2023, na Universidade de Brasília foi organizado pelo Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Multidisciplinares, da UnB (NEAz/CEAM/UnB) em parceria com organizações e movimentos sociais.

O debate atual sobre diversas temáticas relacionadas à Amazônia tem sido uma constante. Os desmatamentos, as queimadas, as mudanças climáticas, a desigualdade social, os conflitos e violências, a defesa dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, as unidades de conservação, as formas de organização dos povos e populações, entre outros temas envolvendo a Amazônia têm sido cada vez mais relevantes no debate nacional e internacional. O debate tem sido bastante significativo, e na UnB tem sido levado a cabo, especialmente, pelo Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/CEAM/UnB). A contribuição do 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA), realizado de 13 a 16 de junho de 2023, ano em que todos os olhares se voltam para a Amazônia, principalmente devido aos ataques à sua floresta e populações, é importante para o debate e busca de alternativas viáveis para a conservação do bioma e melhoria das condições de vida de suas populações.

O 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia dá continuidade aos debates ocorridos no primeiro e segundo Fóruns, realizados em 2017 e 2019, respectivamente. O 3º FIA pretendeu fortalecer o conhecimento científico e valorizar os saberes; revelar a situação atual da Amazônia, os conflitos e ameaças aos seus povos, populações e ao meio ambiente; apresentar alternativas e soluções capazes de melhorar as condições de vida e trabalho, conservar a natureza e apontar os desafios da construção de uma Amazônia para os povos originários, comunidades tradicionais e para humanidade, considerando a natureza como um sujeito de direito. A partir da necessidade de melhor conhecer e problematizar as realidades amazônicas através de diálogos, convivência e das múltiplas formas de conhecimento e saberes, o evento buscou realizar análises críticas de interesse dos/as que trabalham e vivem na Amazônia. A vocação da Universidade de Brasília que, por estar na capital federal, acaba por atuar como aglutinadora de estudos e ações das diferentes regiões do país. O que remete à possibilidade concreta de que, esta iniciativa do NEAz/CEAM/UnB possibilite a continuidade das parcerias e a criação de novos laços científicos, institucionais e populares que permitirão outras colaborações no futuro.

A programação do evento contou com painéis de debates, apresentação de trabalhos e pôsteres, rodas de conversa, oficinas, atividades culturais, lançamento de livros, exibição de audiovisuais, e de uma feira de produtos populares e ecológicos da Amazônia. A abertura contou com a participação de movimentos sociais, sindicais e ecológicos, povos originários, comunidades tradicionais, Instituições de Ensino Superior e dos poderes da República. Os debates, divididos nos painéis, abordam a Amazônia na atualidade; a crise ecológica e social e suas consequências; as alternativas existentes e as perspectivas futuras para seus povos, populações e para a humanidade.

O 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA) abordou a produção do conhecimento sobre os processos econômicos, sociais, culturais e ambientais que têm ocorrido na região, articulando-os aos saberes dos povos originários e populares. Consolidou os diálogos e construiu parcerias e intercâmbio entre instituições, movimentos sociais e setores da sociedade civil, gestores públicos, comunidade científica, entre outros. Colaborou para que os espaços de estudos e pesquisas fossem reforçados, como também o compromisso de diversas instituições nacionais e internacionais com a conservação da Amazônia e com as suas gentes. Mostrou que é possível construir um modelo de desenvolvimento que contemple os interesses e expectativas de suas populações, em conexão com os saberes populares, conhecimentos tradicionais e com o conhecimento acadêmico.

A inserção no debate sobre a floresta mais sociobiodiversa do planeta e sobre os homens e mulheres que nela trabalham e vivem é fundamental para as instituições e a sociedade como um todo. Assim, o Núcleo de Estudos Amazônicos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB) acredita que o 3º FIA foi mais um passo nesse sentido e continuará a ser. O 4º FIA foi definido para ocorrer em Brasília, nos dias 10 a 13 de junho de 2025, ano da 30º Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP-30), em Belém.



3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA)



O Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB) organizou o 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA) de 13 a 16 de junho de 2023, na Universidade de Brasília. Este evento deu continuidade aos debates sobre as diferentes relações e dinâmicas que ocorrem na Amazônia brasileira e internacional, realizados na primeira e na segunda edição do Fórum Internacional sobre a Amazônia, ocorridos em junho respectivamente de 2017 (Anais em https://repositorio.unb.br/handle/10482/31486) e de 2019 (Anais em https://repositorio.unb.br/handle/10482/39293), ambos organizados pelo NEAz/CEAM/UnB.

Em 2017, os participantes do Fórum Internacional sobre a Amazônia tornaram o FIA um evento com periodicidade de dois anos. O segundo FIA, realizado em 2019, cumpriu o deliberado no primeiro. Entretanto, a pandemia da COVID-19 impediu que o terceiro FIA fosse realizado presencialmente em 2021, período de pico no número de mortes pela doença. Por entender que era importante o contato pessoal, que favoreceria as trocas de conhecimentos, saberes e experiências, optou-se por adiar o 3º FIA até que fosse seguro para todos e todas. O ano de 2023 foi o escolhido para a concretização do 3º FIA, especialmente pela segurança e a certeza de que a maior parte da população brasileira estará vacinada. A data escolhida foi de 13 a 16 de junho de 2023, em Brasília.

O objetivo principal dos FIAs tem sido buscar diversos e importantes olhares sobre a Amazônia brasileira e continental para contribuir na construção do conhecimento científico e na valorização de saberes populares. Têm congregado, na Universidade de Brasília, professores/as, pesquisadores/as, estudantes de graduação e pós-graduação, representantes de organizações, movimentos sociais e populares e instituições dos países da Amazônia continental envolvidos, principalmente, em atividades de ensino, pesquisa e extensão, procurando estimular a realização de estudos pautados pela pluralidade de pensamentos e de ações e debates multi, inter e transdisciplinares.

Também têm sido objetivos dos FIAs promover o intercâmbio, as trocas e parcerias científico-culturais entre a comunidade acadêmica de instituições de ensino, pesquisa e extensão, de órgãos públicos e representantes de organizações, movimentos sociais e populares, sindicais e ambientais, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira e continental. Debater e refletir sobre o processo histórico e o quadro atual da região Amazônica, traçando cenários e apontando linhas de pesquisa, políticas e ações de interesses de seus povos, populações e comunidades tradicionais. Divulgar a produção de estudos, ideias, diálogos e vivências; estimular trocas de experiências, conhecimentos e saberes e o envolvimento de pesquisadores, estudantes, professores, representantes de organizações e movimentos sociais e populares, entre outros, nas temáticas relacionadas à Amazônia.

A estrutura dos FIAs contém painéis de debates, apresentação de trabalhos orais e pôsteres, rodas de conversa, oficinas, feiras de produtos da Amazônia e da agricultura familiar e camponesa e atividades culturais. Os painéis de debates são transmitidos pela internet. As inscrições são gratuitas, contando em média com aproximadamente quatrocentos participantes presenciais. Sua origem vem sendo as mais diversas. Do Brasil, os participantes eram provenientes de todos os estados da Amazônia Legal, mas também de outros estados como da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo e do Distrito Federal, anfitrião do evento, e dos demais países da Amazônia continental, em especial da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Até agora, nos Fóruns Internacionais sobre a Amazônia foram apresentados quase 400 trabalhos orais, mais de 100 pôsteres e ocorreram pouco mais de 50 rodas de conversa e oficinas. A feira de produtos da Amazônia contou mais de 3 dezenas de participações, entre elas o projeto RECA, com o palmito de pupunha, de Rondônia; a Cooperativa de Produtores de Cacau de Medicilândia, com chocolates, do Pará e a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista com a Castanha-do-Brasil, do Acre.

Destacam-se nos FIAs as Cartas de Brasília que valorizam os conhecimentos e saberes populares amazônicos, as vontades e interesses de seus povos e suas populações e as alternativas para enfrentar







no Brasil a realidade imposta nos últimos anos, e as adversidades sociais e ambientais que afetam negativamente o mundo todo. As cartas reafirmam a importância de uma articulação envolvendo instituições de ensino, pesquisa e extensão, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores/as familiares, camponeses/as, entre outros, visando a melhoria da qualidade de suas vidas e a conservação da biodiversidade. Apontam também que é possível uma abordagem social e econômica nacional e global que não reproduza as formas colonialistas de dominação e exploração.

Para a concretização, mobilização e coordenação dos FIAs tem sido fundamental o empenho dos movimentos sociais, das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras e das Universidades parceiras. Também as unidades acadêmicas da Universidade de Brasília não têm medido esforços para a materialização dos FIAs. Mas dá-se relevância à dedicação dos/as estudantes que souberam compreender a importância dos FIAs e se empenharam para possibilitar a sua realização e sucesso.

O 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA) abordou a produção do conhecimento sobre os processos econômicos, sociais, culturais e ambientais que têm ocorrido na região, articulando-os aos saberes dos povos originários e populares. O diálogo do Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB) para construção de parcerias e intercâmbio entre instituições, movimentos sociais e setores da sociedade civil, gestores públicos, comunidade científica, entre outros, foi fundamental.

O 3º FIA colaborou para que os espaços de estudos e pesquisas fossem reforçados e para que o compromisso de diversas instituições nacionais e internacionais com a conservação da Amazônia e com as suas gentes fosse valorizada. Também mostrou que é possível construir um modelo de desenvolvimento que contemple os interesses e expectativas de suas populações. Neste sentido, é importante a conexão entre os saberes populares, conhecimentos tradicionais e o conhecimento acadêmico. A inserção no debate sobre a floresta mais sociobiodiversa do planeta e sobre os homens e mulheres que nela trabalham e vivem é fundamental para as instituições e a sociedade como um todo. Assim, o Núcleo de Estudos Amazônicos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília acredita que o 3º FIA foi mais um passo nesse sentido.

Os objetivos do 3º FIA foram: colaborar com o debate inter, multi e transdisciplinar, o intercâmbio e parcerias científico-culturais entre a comunidade acadêmica de instituições de ensino, pesquisa e extensão, de órgãos públicos e representantes de movimentos sociais, sindicais e



ambientais, povos originários, comunidades tradicionais e organizações não governamentais, da Amazônia brasileira e continental relacionados com o tema. Os específicos foram: contribuir para o intercâmbio científico, técnico e cultural numa perspectiva inter, multi e transdisciplinar; construir ações de interesse da Amazônia e seus povos e populações a serem desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; sensibilizar para o envolvimento de pesquisadores/as, estudantes, professores/as, representantes de organizações e movimentos sociais, entre outros, na temática da Amazônia; dar continuidade ao debate sobre as diferentes relações e dinâmicas que ocorrem na Amazônia brasileira e continental, realizado nos Fóruns Internacionais sobre a Amazônia; contribuir na construção do conhecimento científico e na valorização de saberes; revelar a situação atual da Amazônia, as ameaças aos seus povos, populações e ao meio ambiente, bem como apontar os desafios colocados e formas de resistência; fomentar espaços de troca de experiências, conhecimentos e saberes; e divulgar os estudos elaborados e em andamento sobre a região amazônica.

Os trabalhos orais e pôsteres foram norteados pelos seguintes temas: agricultura familiar e camponesa de base ecológica; água como um bem comum e direito de todos/as; associativismo, cooperativismo e economia solidária; biodiversidade, conservação da natureza e uso coletivo da terra; criminalização dos movimentos sociais, violência e conflito; comunicação e práticas pedagógicas; cultura, arte, saberes e costumes; democracia e direitos humanos; educação, ciência e tecnologia; extensão universitária, diálogo intercultural e formação crítico-social; fronteiras e mobilidades; história econômica, social, política e ambiental; infraestrutura e direitos territoriais de povos originários e comunidades tradicionais; juventude, gênero, raça e identidade; mineração, apropriação dos bens minerais, impactos; mudanças climáticas e desmatamento; participação social, acesso à informação e novas mídias; políticas públicas e infraestruturas; povos originários, populações e comunidades tradicionais; questão agrária, terra e território; questão urbana e direito à cidade; religiosidade e resistência; saneamento básico e saúde; soberania alimentar, extrativismo e agricultura; e transformações, dinâmicas socioeconômicas e questões ambientais.



Programação

A programação contou com painéis de debates; apresentações de trabalhos orais e pôsteres; oficinas e rodas de conversa; atividades culturais (exposições, audiovisuais e filmes, lançamentos de livros, sarau, etc.) e a feira de produtos populares e ecológicos da Amazônia provenientes de movimentos sociais e organizações da região amazônica.

PRÉ FIA

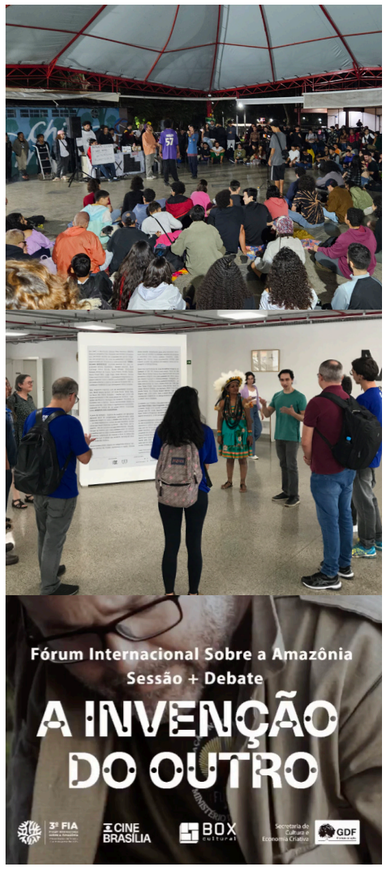
07/06
quarta-feria

Prévia do 3º FIA
Batalha da Escada Edição Especial - Chico Mendes: A Semente da Luta.
Inauguração do Mural em homenagem a Chico Mendes.
Local: Praça Chico Mendes - UnB

12/06
segunda-feria

14h
Abertura da exposição: Armadilhas Indígenas, com curadoria original de Bene Fonteles e organização de Marcelo Gonczarowska Jorge.
Local: Museu de Arte de Brasília - MAB

19h
Exibição do filme “A Invenção do Outro”, com direção de Bruno Jorge. Debate com Pablo Gonçalo (FAC/UnB) como mediador e Iara Pietricovsky (Antropóloga, ambientalista, cientista política); Delvair Montagner (Antropóloga UnB); Manoel Pereira de Andrade (Coordenador do NEAz/CEAM)
Local: Cine Brasília



Batalha da Escada na Praça Chico Mendes

Visita á exposição Armadilhas Indígenas

Divulgação do filme A Invenção do Outro

DIA 01

13/06
terça-feria

8h
Inscrição e acolhimento aos participantes

9h
Abertura com participação de movimentos sociais, sindicais e ecológicos, povos originários, comunidades tradicionais, Instituições de Ensino Superior e os poderes da República.

12h
Filme “Matando por Terras”, de Adrian Cowell e conversa com a paraense Ayala Ferreira, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

14h
Painel 1: Território transformado, desigualdade e violência na Amazônia
Participantes:
•Ângela de Jesus (PA) - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Pará (FETAGRI-PA/CONTAG)
•Pedro Brito Guimarães (TO) - Arcebispo de Palmas e Rede Eclesial Panamazônica (REPAM)
•Ennio Candotti (AM) - Museu da Amazônia (MUSA), Presidente emérito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

18h
Filme “A Febre da Mata” e debate com o cineasta indígena Takumã Kuikuro (MT), premiado em festivais nacionais e internacionais.



Abertura do 3º FIA

Diálogo com Ayala Ferreira (MST)

Debate do Painel 1

Debate com Takumã Kuikuro (MT)

DIA 02

14/06

quarta-feria

8h30

Painel 2: Crise ecológica e social e alternativas para a sustentabilidade na Amazônia.
Participantes:
• Eliana María Jiménez Rojas - Diretora da Sede da Amazônia da Universidade Nacional da Colômbia
• Felício de Araújo Pontes Jr. - Procuradoria Regional da República da 1ª região, 6ª câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais
• Júlio Barbosa (AC) -Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
• Ricardo Gilson (RO) - Professor da Universidade Federal de Rondônia

12h

Lançamento do livro “A Amazônia de Adrian Cowell”, de Gustavo Cepolini Ferreria, professor da Universidade Estadual de Montes Claros.

14h

Apresentação de trabalhos orais e pôsteres

18h

35 anos do assassinato de Chico Mendes
• Esboço da Ópera Florestania - O Sonho de Chico Mendes, de Mário Lima Brasil, Airan de Souza e Tauan Ribeiro.
• Exibição do filme “Chico Mendes: Eu Quero Viver”, de Adrian Cowell.
• Debate Chico Mendes: A Semente da Luta, com Ângela Mendes, filha do líder seringueiro, e com seringueiros que lutaram ao lado de Chico Mendes.



Participantes do Painel 2

Feira de produtos da Amazônia

Apresentação de pôster

Homenagem ao Chico Mendes recebido por sua filha

DIA 03

15/06

quinta-feria

8h30

Painel 3: Amazônia para seus povos e populações e para humanidade.
Participantes:
• Dorinete Serejo (MA) - Quilombola do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE)
• Fany Kuiru - Presidente da Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia do Rio Amazonas (COICA)
• Kleber Karipuna (AP) - Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
• Raimunda Nonata Monteiro - Secretária Executiva Adjunta Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDES/SRI/PR)

12h

Lançamento dos livros “Nasci na mata, nunca tive senhor”, de Euripedes Antônio Funes - professor Associado da Universidade Federal do Ceará.
e “Amazônia: espaço-estoque, a negação da vida e esperanças teimosas”, de Raimunda Nonata Monteiro, ex-reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.

14h

Oficinas e rodas de conversa autogestionada

16h

Lançamento do livro “Selva: Madeireiros, garimpeiros e corruptos na Amazônia sem lei”, de Alexandre Saraiva, Delegado da Polícia Federal, doutor em ciências ambientais e sustentabilidade.



Participantes do Painel 3

Lançamentos de livros

Lançamentos de livros

Oficina autogestionada

18h

Abertura da Exposição AMA ZÔNIA, de 15 a 28 de junho de 2023, com obras de Denilson Baniwa; Bene Fonteles; Wagner Barja; Karina Dias; Lis Marina; Carlos Lin; Helena Lopes e Jose Ivacy.
Local: Galeria Espaço Piloto - IDA/UNB

19h

Sarau “Chico Mendes: A Semente da Luta”
Local: Praça Chico Mendes - UNB

DIA 04

16/06

sexta-feria

8h30

Apresentação de trabalhos orais, pôsteres, oficinas e rodas de conversa autogestionadas.

11h

Conversa com João Moreira Sales



Exposição AMA ZÔNIA

Mística do Sarau

Oficina autogestionada

Conversa com João Moreira Sales

Carta de Brasília



O Núcleo de Estudos Amazônicos, do Centro de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NEAz/CEAM/UnB) e seus parceiros organizaram o 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA), de 13 a 16 de junho de 2023, na Universidade de Brasília. O evento deu continuidade aos debates ocorridos no primeiro e segundo Fóruns, realizados em 2017 e 2019, respectivamente, e contou com painéis de debates, apresentação de trabalhos e pôsteres técnico-científicos, rodas de conversa, oficinas, atividades culturais e a feira de produtos populares e ecológicos da Amazônia.

O 3º FIA buscou contribuir com o conhecimento científico e a valorização dos saberes; revelar a situação atual da Amazônia, os conflitos e ameaças aos seus povos, populações e ao meio natural; apresentar alternativas e soluções capazes de melhorar as condições de vida e trabalho, conservar a natureza e apontar os desafios de uma Amazônia para os povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses e camponesas, agricultores e agricultoras familiares e para humanidade, considerando os direitos humanos e os direitos da natureza. Este 3º Fórum mostrou que é possível construir outras formas de desenvolvimento que contemplem os interesses e expectativas de suas populações. Neste sentido, é importante uma rigorosa conexão entre os saberes populares e tradicionais e o conhecimento acadêmico e científico.

O 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia ocorre num momento de esperança de dias melhores, trazida pela vitória do governo democrático-popular e a derrota do governo fascista, que promoveu e estimulou o desmonte das instituições, a degradação da Amazônia brasileira e a violência, exclusão e pobreza de importantes segmentos de suas populações. A vitória do presidente Lula recria as condições para pacificar o país e restabelecer as relações solidárias e soberanas entre os países da América Latina, especialmente aqueles que contêm parte da Amazônia.
Para contribuir com o momento atual da realidade brasileira e, em especial, da

Amazônia, o 3º FIA, durante seus quatro dias de diálogos e trocas, tratou de um conjunto de desafios relacionados às desigualdades regionais e socioeconômicas; às condições de trabalho, vida e preservação e conservação do bioma amazônico, e à crise climática, conjunto de desafios que devem ser considerados pelos governos e pela sociedade.

A enorme desigualdade social entre os países e a verificada no interior de cada país, acrescida da crise climática, potencializou a ameaça global que marca o século XXI. As políticas, estratégias e diretrizes dos Estados nacionais que compõem a Amazônica internacional ainda não estão à altura dos desafios colocados para essa região continental. A Amazônia não vive e nem sobreviverá só, ela está integrada a outros biomas, como o Andino, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal, dentre outros biomas sul-americanos. Assim, uma visão de preservação e conservação integrada faz-se necessária para um desenvolvimento socioeconômico e ambiental equilibrado da Amazônia.

Na Amazônia brasileira, a qual compreende a maior parte do bioma, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, a partir do golpe militar de 1964, acelerou os desmatamentos, as queimadas, a grilagem, a expropriação de terras e a violência. Tal modelo fez crescer o latifúndio em detrimento das terras de uso comum dos povos originários e das comunidades locais; estimulou a implantação de infraestruturas que intensificaram a exploração predatória de madeiras e minérios; e incorporou áreas à fronteira agrícola, espoliando terras e territórios da união, dos povos originários, das populações tradicionais, dos/as camponeses/as e de agricultores/as familiares.

Este modelo foi retomado e aprofundado, principalmente pelo governo fascista, no poder de 2019 a 2022, na medida em que provocou um severo desmonte dos órgãos públicos, das políticas ambientais, agrárias e sociais, gerando crimes e violências contra o meio natural e as gentes da Amazônia, agravados ainda mais pelo incentivo à atuação de milícias e do crime organizado, que têm operado na Amazônia. Essa conjunção de fatores resultou em aumento da destruição da natureza, violência e descrédito do país perante a comunidade internacional, especialmente quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos no combate à crise climática.

O atual governo brasileiro, que tem assumido protagonismo na integração sul-americana e nas questões ambientais, deve construir uma estratégia capaz de alterar o modelo de desenvolvimento que predominou nos últimos anos para a Amazônia através da reconstrução de políticas públicas adequadas aos interesses dos povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses/as, agricultores/as familiares. A floresta e seus habitantes devem ser reconhecidos pela preservação e conservação de seu meio natural e pelo papel que exercem para equilíbrio do planeta, e também pela riqueza, valor e beleza que contêm. É imperativo uma nova perspectiva para a região.



As obras de infraestrutura, voltadas para a implantação de grandes projetos na Amazônia, precisam ser revistas, a exemplo do asfaltamento da rodovia BR 319, que irá franquear o acesso ao coração da floresta para os agentes da destruição que hoje operam no arco do desmatamento; a construção da ferrovia "Ferrogrão", que rasgará inúmeros territórios de populações tradicionais, impondo-lhes sérios danos socioambientais; a Hidrovia Araguaia-Tocantins, que afetará os meios de subsistência e a renda das comunidades ribeirinhas, a biodiversidade e os modos de vida, particularmente, a partir da poluição por resíduos e combustíveis das embarcações. Todos esses grandes projetos de infraestruturas, implementados e em implementação na Amazônia, não atendem as necessidades de suas populações e deixaram como legado para a região os piores índices de desenvolvimento humano do país. O atual governo deve ainda realizar um rigoroso monitoramento e regulação das investidas de capitais privados na Amazônia, com destaque ao que tem ocorrido nas fronteiras entre os estados do Acre, Amazonas e Rondônia, ações denominadas de AMACRO, que vêm apropriando e destruindo intensamente porções desses estados, afetando os territórios de suas populações.

Desta forma, é fundamental investir em políticas públicas que resultarão em conhecimento e qualidade de vida para as populações que trabalham e vivem na região. É indispensável que o planejamento e implementação de políticas, programas e projetos para a educação, saúde, cultura, comunicação, mobilidade, segurança, e para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia sejam construídos a partir de suas populações e com o seu protagonismo, respeitando os modos de vida, as culturas e as diferentes participações dos povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses/as, agricultores/as familiares e a contribuição das instituições amazônicas. As políticas para a sociobiodiversidade devem ser adequadas aos povos da floresta de modo a incentivar práticas que combinem a produção agroextrativista e a conservação do meio natural. Reestruturar o INCRA, o IBAMA, o ICMBIO, a FUNAI, a Polícia Federal e envolver os estados e municípios, responsabilizando-os é essencial.

Também é preciso criar políticas públicas que melhorem as relações de produção, garantam a assistência técnica, os mecanismos de compra direta e a geração de renda. Essas medidas devem ser adequadas às realidades socioculturais e às especificidades do bioma amazônico, onde trabalham e vivem os povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais. Deve garantir o saneamento ambiental, o acesso à eletricidade, à água potável, à saúde, à educação, à segurança, à mobilidade, à habitação, ao conforto térmico, à conectividade, entre outros.





A educação na Amazônia teve destaque no 3º FIA, que reforçou a importância de adotar pedagogias que estabeleçam diretrizes diferenciadas, apropriadas e elaboradas com base na realidade socioeconômica e ambiental e nos saberes e experiências das populações do bioma, no sentido de preservar e conservar a Amazônia e suas populações. As instituições de ensino, seus processos educacionais e pedagógicos na Amazônia devem promover o diálogo, a troca de saberes, experiências e conhecimentos, e concretizar processos transformadores.

Através da educação e da cultura os jovens se inserem no processo criativo para o enfrentamento dos desafios amazônicos. Sua presença e participação devem ser garantidas em todas as instâncias que se proponham a buscar soluções. Neste sentido, o ensino fundamental, médio e superior, de responsabilidade dos municípios, estados e união, devem ser democratizados e fortalecidos. É necessária sua expansão pelo território amazônico, de forma pública, gratuita e de qualidade. A educação é fundamental para a preservação e uso sustentável da biodiversidade e do meio natural para a melhoria do trabalho, da renda e da vida das populações locais e é imprescindível para a soberania dos países amazônicos. As Instituições Federais de Ensino Superior se expandiram significativamente por todo território da Amazônia Legal no período anterior ao golpe de 2016. Esse patrimônio do povo brasileiro e da Amazônia, em particular, deve ser ampliado ainda mais e consolidado. Também é importante que a Amazônia e seus povos estejam inseridos na grade curricular do ensino fundamental e superior.

A cultura e a educação devem ser transformadoras da atual visão destrutiva, impregnada do individualismo e do consumismo, a sua ressignificação faz-se necessária. A cultura é fundamental na formação e no desenvolvimento dos povos e comunidades. Ela deve ser fortalecida com a criação de políticas públicas que despertem a criatividade, resgatem saberes e conhecimentos populares, que incentivem a ética e a estética nas ações. A cultura a ser considerada na Amazônia deve ser aquela que provoca a reflexão e o debate, se relaciona diretamente com o exercício do pensamento e com a geração de conhecimento.

Por fim, o governo brasileiro deve se manifestar contra a tese do “marco temporal”, que afirma que os povos indígenas só têm direito aos territórios que ocupavam por ocasião da promulgação da Constituição Cidadã, em 5 de outubro de 1988, ignorando o processo histórico de expulsão e violência a que foram submetidos. Reconhecer os direitos aos seus territórios e a necessária e urgente demarcação dos mesmos é fundamental. Os direitos dos povos originários são inegociáveis! Reconhecê-los é condição básica para a construção de uma Amazônia inclusiva e sustentável.



Também é fundamental que sejam reconhecidos, regularizados, criados e implementados os territórios quilombolas, os das comunidades tradicionais e dos/as camponeses/as, sendo essas populações as protagonistas deste processo na Amazônia, como forma de reconhecer os seus direitos e cultura, proteger seus territórios e sua biodiversidade.

O 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia e seus parceiros se associam aos povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses e camponesas, agricultores e agricultoras familiares e organizações sociais e populares da Amazônia, para apresentar nos Diálogos Amazônicos e na Cúpula da Amazônia, que acontecerão, respectivamente, de 5 a 7 e de 8 a 9 de agosto de 2023, em Belém, capital do estado do Pará, propostas que sejam sustentáveis, do ponto de vista socioambiental e que incluam, como prioridade, esses povos e comunidades, a serem levadas pelos governos dos países da Amazônia à COP 28, Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, neste ano, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.

Na perspectiva de contribuir com o debate sobre a Amazônia, o 3º FIA sugeriu a intensificação de parcerias com as instituições de ciência e educação, com os povos originários, quilombolas, comunidades tradicionais, camponeses/as, agricultores/as familiares e organizações sindicais, sociais, ambientais e populares da Amazônia, para a realização de Fóruns Regionais e do 4º FIA, a ser realizado em Brasília, de 10 a 13 de junho de 2025, ano da 30º Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, em Belém.



VOLUME

01

Painéis

Abertura do 3º FIA

Centro Cultural da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília

13 de junho de 2023 (terça-feira) - 9h00

Participantes:



Carlos Augusto Santos Silva, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)



Olgamir Amância Ferreira, Decana de Extensão da Universidade de Brasília (DEX/UnB)



Dom Pedro Brito Guimarães, Arcebispo de Palmas, estado do Tocantins e Rede Eclesial Pan-amazônica (REPAM)



Edel Nazaré Santiago de Moraes, Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, Ministério do Meio Ambiente (MMA)



Eliene Novaes Rocha, Associação dos Docentes da Universidade de Brasília-Seção Sindical (ADUnB-SS)



Érica Kokay, Deputada Federal (PT-DF)



Dione Torquato, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)



Francisco Guilherme Vollstedt Bastos, Ministério Público Federal (MPF)



Henrique Rodrigues Torres, Central Única dos Trabalhadores (CUT)



Mário Lima Brasil, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)



Slia Mesquita, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Coordenação:



Manoel Pereira de Andrade, Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/CEAM/UnB)



Gilberto Santos (CIMI): Vieira dos Santos, Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Manoel Andrade (NEAz): Vou iniciar fazendo uma síntese da metodologia do 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA) para podermos compreender, contribuir e continuar construindo o 3º FIA, porque o Fórum ainda está em construção. Então vou falar sobre a metodologia e na sequência montamos a mesa de abertura.

A primeira coisa importante para dizer é que os técnicos administrativos da Universidade de Brasília estão em greve e estão agora fazendo uma assembleia, ontem teve outra assembleia com mais de mil técnicos e técnicas. É nessa conjuntura que nós vamos realizar esse evento. Reconhecemos que a greve é justa e que estamos solidários a essa greve. Nosso evento seria no anfiteatro 10 da UnB, um auditório que é a melhor acústica da universidade atualmente. Ele está bem preparado, tem mesa de som, etc. Mas de qualquer forma estamos aqui bem acolhidos, porque aqui é o auditório do Sindicato dos Professores e Professoras da UnB. A gente também está em casa.

A segunda questão é que nós, na parte da manhã, íamos fazer uma abertura rápida, como fizemos nos outros dois FIAs.

Uma abertura informal e já começar o painel, mas decidimos fazer um painel de abertura com mais calma e tempo para os participantes poderem falar, se conhecer e conversar, e já trocarem as primeiras ideias sobre o fórum. E vamos começar o primeiro painel do evento só à tarde. Todos os convidados estão confirmados. Neste painel de abertura o Jacson, estudante de enfermagem, e o Gilberto Santos, do CIMI, vão auxiliar aqui nesse painel de abertura. Nesse primeiro painel, a ideia é ter representação da academia, ter uma representação dos movimentos sociais, tem uma representação da Amazônia Continental e outra representação dos poderes da república, ou seja do legislativo, executivo e judiciário, e essa organização dos painéis vai acontecer ao longo de todo o evento, mas sobretudo na abertura. Então, não sei se já é possível formar a mesa, mas podemos chamar o representante do judiciário, que inclusive é do direito, mas é também agrônomo e tem tudo a ver. Também a professora Olgamir, por favor, se quiser vir formando a mesa aqui. Por favor, Dom Pedro, representante da Rede Eclesial Pan-Amazônica, REPAM. O pessoal da CONTAG, o Guto; O Dione, do CNS; o Henrique, da CUT; a Edel, Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente...

Esse evento que a Universidade de Brasília, o NEAz, o CEAM, o DEX e outros órgãos, departamentos e unidades da Universidade de Brasília têm organizado desde 2017, teve início no período do governo golpista do Temer. Naquele momento sentiu-se a necessidade de discutir a Amazônia, já prevendo o ataque que sua gente e a floresta iriam receber. O segundo Fórum foi realizado em 2019 no primeiro ano de outro governo golpista e agora o 3º FIA, depois da pandemia. O 3º FIA estava previsto para ser realizado em 2021, mas a avaliação das pessoas que estavam mais próximas da organização do FIA, é que ele deveria ser presencial. Mesmo sendo transmitido, estamos valorizando essa parte presencial. A forma como organizamos esse 3º FIA são os painéis, que o primeiro vai começar agora à tarde, mas são três painéis. O objetivo do primeiro é tratar do diagnóstico, do quadro atual, como se encontra a Amazônia hoje. Os povos indígenas, os extrativistas, os agricultores familiares, os camponeses, e um pouco traçar esse e também o urbano, os que vivem na cidade e sobretudo os que são excluídos dela. Como Manaus, Belém, Rio Branco, Boa Vista, Cuiabá, Palmas.... É essa ideia, o primeiro painel é o diagnóstico. O segundo painel trata dos conflitos e das alternativas. Desde o conflito global, a crise climática.... E o terceiro painel vai tratar das prospectivas, ou seja, qual é o futuro, o dos pobres e da Amazônia. Esses painéis servem para organizar, e é importante dizer isso, porque eles vão ser os eixos centrais da nossa carta. Os dois Fóruns tiveram cartas endereçadas ao poder público e esse também vai estar com essa tarefa. Então já tem uma comissão trabalhando numa pré-carta que vai ser submetida ao plenário final. Mas além dos painéis vão ter trabalhos orais, muitos não vão ficar aqui os três dias, os quatro dias, mas tem um conjunto de trabalhos que foram aprovados pelos professores da comissão. Vão ter oficinas, rodas de conversa, já tem os cards de rodas de conversas, especificamente. Vai ter também lançamento de livros. Vão ter também vários filmes, vídeos contextualizado com a Amazônia e com a realidade, ou seja, tem uma parte cultural que é extremamente forte, ontem e já há quinze dias, teve lançamento de livro, que foi feito entre o NEAz e a REPAM. Na quarta-feira (7/6) teve uma batalha da escada, que é um evento cultural e de extensão também muito importante que reúne jovens da periferia e não só aqui da UnB. A batalha da escada foi realizada na praça Chico Mendes e a temática principal foi esse contexto do FIA, foi desde as mudanças climáticas até a Amazônia, passando pela violência, pela pelas causas, as várias causas da Amazônia. Ontem nós tivemos também dois eventos importantes, um no Museu de Arte de Brasília que foi a abertura da exposição Armadilhas Indígenas. Quem tiver oportunidade deve ir ao Museu de Arte em Brasília que tá muito linda. A noite, às dezenove horas teve o filme A Invenção do Outro, no Cine Brasília, em torno das causas também defendidas pelo Bruno e pelo Phillip. Tudo isso foi ontem à noite, terminou já quase meia noite. Mas vou passar agora para mesa, mas antes gostaria de agradecer todo o pessoal do NEAz, a estudantada toda, os professores que não vou nem citar os nomes, mas tem vários professores e professoras na organização. Eu vou passar para o Guto, da CONTAG e a professora Olgamir podia encerrar.

Carlos Augusto (CONTAG): Meu nome é Carlos Augusto Santos Silva, mais conhecido como Guto, sou paraense, já fui presidente da FETAGRI do Pará por dois mandatos. Estou secretário de formação e organização da CONTAG e coordeno uma escola de formação chamada ENFOC, que é uma escola de formação sindical. Queria cumprimentar toda a mesa, em nome do companheiro bispo da REPAM, cumprimentar todos e todas em nome da companheira Edel, cumprimentar as companheiras; em nome da minha presidenta, acompanheira Ângela, que é a presidenta da FETAGRI do Pará, cumprimentar toda plateia que tá presente nesse momento importante. Em nome aqui do companheiro Aristides, nosso presidente da CONTAG, tá em outras atividades. Cumprimentar todos vocês também. Para nós da CONTAG, sem dúvida nenhuma, o FIA é um momento importante não só de reflexão de temas importantes relacionados ao processo da Amazônia, a dinâmica da Amazônia, a narrativa da Amazônia, aos conceitos e concepções de desenvolvimento da Amazônia, a ação do Estado na Amazônia, mas sobretudo as organizações, os diversos segmentos, os diversos territórios, os diversos sujeitos que têm uma ação política afirmativa na defesa da Amazônia. Sem dúvida

esse, entre outros, é um instrumento, é uma ação principal que o FIA consegue estabelecer uma síntese, uma articulação entre essa ação ativa, propositiva dessas organizações e a relação com o Estado, a relação com as universidades, com a produção de conhecimento e assim por diante. Sem dúvida é uma experiência e é uma construção coletiva que ao longo de todas as edições vem fortalecendo, sendo mais uma janela, uma voz, um microfone, um boca de ferro pra falar pra sociedade, para o Estado, o que significa a Amazônia. Não só no seu contexto geográfico, mas a perspectiva nacional, internacional, mundial do que ela representa. Para nós da CONTAG, sem dúvida, dos outros movimentos sociais e outras organizações, isso é fundamental. E pra nós da CONTAG, a CONTAG que é uma Confederação, que vai completar sessenta anos, agora em novembro, então nós estamos fazendo um conjunto de atividades, um conjunto de ações, no sentido de refletir também, ao longo desses sessenta anos o papel histórico e político da Confederação, a partir das vinte e sete Federações que nós temos no Brasil, a partir de quatro mil e duzentos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais que nós temos no Brasil, fazer uma reflexão, fazendo as leituras, a autocrítica, retomando um conjunto de estratégias fundamentais para a retomada, a rearticulação, a reorganização do que nós chamamos do trabalho de base.

Não tenho dúvida de que a consolidação dos nossos territórios, de toda nossa narrativa que nós estamos construindo para o desenvolvimento da Amazônia será a partir desse mergulho do trabalho de base, dessa organização de base, que é fundamental para o Brasil, e indispensável para garantir a melhor resistência das organizações sociais, sindicais, dos segmentos que constroem uma narrativa mais democrática e transparente para a Amazônia. Esse ano nós vamos estar fazendo todas essas ações. Por isso, nós temos um livro que nós vamos passar aqui pra coordenação do FIA, CONTAG mil novecentos e sessenta e três a dois mil e vinte e três: ações de reprodução social e formas de ações coletivas. Esse é um livro de um doutorando que traduz toda essa história, essa trajetória da consolidação da CONTAG. E tem um capítulo específico sobre a Amazônia que é a mobilização nacional que nós chamamos hoje de Grito da Terra Brasil, mas que começou lá na Amazônia, o chamado Grito da Terra Pará, Grito da Terra da Amazônia, isso na década de noventa e hoje nós chamamos de Grito da Terra Brasil, que é a nossa pauta de negociação, de reivindicação, de debate com o Estado, com o Governo Federal, com o Governo Estadual. Então este livro retrata essa história, essa trajetória, queria destacar esse ponto focal em relação às mobilizações de massa que é o Grito da Terra Brasil.

Para nós da CONTAG é indiscutível que os temas, as mesas que vão ser debatidas aqui, tanto as mesas como as diversas apresentações de trabalhos, isso será fundamental para a continuidade dessa defesa dos povos da Amazônia, a defesa contra o latifúndio, a defesa contra a grilagem, a defesa contra o agronegócio, a defesa de políticas públicas conservadoras pela hegemonia e resultado do último processo eleitoral é visível dentro dos nossos estados da Amazônia. Infelizmente essa ocupação de espaço no que tange a questão da ação do Governo dos Estados. E essa também deve ser uma frente de luta, uma articulação de todos os movimentos sociais e sindicais, essa unidade é fundamental para garantir, do ponto de vista estrutural, a defesa de políticas públicas importantes para a Amazônia. Obviamente na reflexão, na articulação, no aprofundamento, na convergência política necessária das ações do governo federal, nas suas diversas frentes de intervenção, de ação que tem as políticas públicas e o Governo Federal dentro da Amazônia. Então nós queremos se somar a isso e garantir esse enfrentamento, esse debate, a aplicação dessas políticas públicas a partir da narrativa que os povos da Amazônia têm para a Amazônia. Muito obrigado.

Manoel Andrade (NEAz): Obrigado Guto. Acabou de ocupar agora a extrema esquerda professor Mário Brasil que também vai fazer uso da palavra. Vou passar para o Giba, ele vai anunciar as e o Jacson tá colhendo o nome das autoridades que tão chegando. Acabou de chegar ali o presidente, ex-presidente e Gatão, todo mundo junto do CNS.

Gilberto Santos (CIMI): Santos (CIMI): Bom dia a todes, a todas, a todos. Na configuração do Fórum há várias organizações que têm trabalhado na perspectiva de que o Fórum se realize. Algumas delas estão nos cards, nas bandeiras. Mas a gente também quer registrar a presença de algumas pessoas, de algumas representações que a gente vai fazendo isso ao longo da mesa. Registro a presença da Edel que é da Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais, também o Edilson que tá representando aqui a diretoria do CNS e Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras rurais de Santarém. O Dom Pedro, vice-presidente da REPAM, o Hugo Mendes, representando o deputado federal Ayrton Faleiros, do PT do Pará; o Guto, da CONTAG tá aqui na mesa e o Rafael Zavara que é da FAO, das Nações Unidas e as doutorandas e doutorandos pessoal aí da licenciatura em educação básica intercultural de Rondônia. Ao longo do da mesa a gente vai voltando. Brigado.

Henrique Torres (CUT): Bom dia a todos, a todas e a todes. É um orgulho muito grande pra Central Única dos Trabalhadores, das trabalhadoras, tá nessa mesa, nessa atividade com vocês. Nós estamos também representando o mandato popular, democrático e socialista

do deputado distrital Gabriel Magno, que é por meio do qual nós conseguimos fazer a luta e as disputas, deputado do Partido dos Trabalhadores das Trabalhadoras. Queria parabenizar o NEAz, CEAM, UnB por estar a frente dessa organização, da organização dessa atividade, essa atividade simboliza o medo que a burguesia deve ter sempre de nós, que é o medo da nossa união, o medo da união dos povos das florestas, das águas, dos trabalhadores dos campos e da cidade. Vocês aqui simbolizam um pouco do medo e do ataque que a burguesia, por meio de um modelo neofascista, fez às escolas públicas de educação básica, mas também as universidades e à pesquisa. Não foi atoa que eles implementaram esse projeto de perseguição à educação básica superior, porque eles sabem dessa potencialidade que está espelhada nessa atividade, nesse auditório agora.

A união dos povos amazônicos, eu enquanto componente dos povos cerratenses, digo a vocês que a união dos povos amazônicos é muito importante no cenário de divisão internacional do trabalho, aonde o que foi reservado para o sul global é a escravidão. Não foi à toa que aumentaram os índices de pessoas em situações escravas sendo encontradas, geralmente no campo, mas também na cidade, no fundo das fábricas que produzem muito das roupas que usamos como os bolivianos ficam nas grandes cidades, por exemplo. Os povos amazônicos foram perseguidos, não só os trabalhadores e as trabalhadoras, mas mesmo a democracia burguesa, democracia liberal que eles nos impõem também foi perseguida, nos impondo golpes, golpes que retiraram indígenas, golpes que retiraram trabalhadores de indústrias, que estavam no comando de alguns países. A limitação da democracia, deles para nós trabalhadores, foi perseguida por eles, num modelo neofascista que se encontra agora impregnado em todo o planeta, e é contra isso que a gente precisa lutar.

A união, o que o FIA, o que o esse fórum consegue promover para a gente hoje é um pouco da perspectiva que precisamos ter nesse próximo momento e nesse momento histórico que nós vivemos e nos próximos momentos históricos, que é a nossa união e a tomada das ruas, não basta a gente eleger os nossos representantes. É preciso que a gente faça a disputa nas ruas, pelas políticas que favoreçam, que deem o mínimo ou que avance na dignidade da classe trabalhadora. Congratulo vocês por estarem aqui, coloco a Central Única dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras a disposição de vocês e agradeço a NEAz, CEAM, UNB por dar essa oportunidade de estarmos juntos no dia de hoje. Obrigado.

Dom Pedro (REPAM): Queria fazer minhas as palavras dos que fizeram oratória antes de mim para economizar de saudar a todos, mas pensei em começar a minha palavra hoje aqui em nome da Rede Eclesial Pan-amazônica, REPAM, eu sou Dom Pedro, arcebispo de Palmas, Tocantins, e sou vice-presidente da REPAM Brasil. Eu gostaria de apresentar esquematicamente a minha visão da Amazônia, que eu vou chamar de seis G. Tô pensando assim nas redes, nas companhias de comunicação que começaram com G, dois G, três G, quatro G, cinco G, e eu já estou no seis G.

A visão da REPAM sobre a Amazônia, e a primeira palavra é gratidão. Nós estamos muito gratos pelo convite que nos foi feito para tomar parte dessa mesa, participar desse Fórum na condição de parceiro, de companheiro, de colaborador. Então esse é o primeiro G que eu queria destacar, cumprimentar a todos e agradecer também a oportunidade de estar aqui. Para nós é um privilégio e um orgulho do bom sentido poder fazer parte dessa mesa tão seleta e desse Fórum.

O segundo G que eu queria destacar é o G da grandeza. A Amazônia todos nós sabemos é um grande continente, é um verdadeiro, é um bioma, mas é um bioma continental, só no Brasil ele ocupa mais de sessenta por cento, a maior, mais da metade do Brasil está na Amazônia, a gente esquece disso. As outras partes não não formam nem a metade do Brasil. Além do Brasil existem nove países amazônicos que tem território na Amazônia. Brasil, a Venezuela, a Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, Suriname e Guiana Francesa, e a Guiana também. Então, é um verdadeiro continente, é uma grandeza imensurável. A gente esquece e pensa que a Amazônia é um pedacinho do mundo ali, uma ilha, mas é um verdadeiro continente, na sua grandeza. Ela é formada por três rios, que todos já estudaram e sabem. Os rios de superfícies, Amazonas, o Rio Madeira, Rio Negro, só pra citar os três que conhecemos mais, mas outros rios intermitentes que formam essa grande bacia; os rios subterrâneos, essa água que cai, que forma os rios, canais, elas também se acumulam debaixo da terra. Aí vêm as lendas do povo da floresta, das cobras, de tudo que está debaixo, mas as águas também. E o terceiro rio, os rios voadores. os rios aéreos que são as nuvens que espalham as sementes da água e vão até os Andes e depois volta e povoam a nossa chuva, a nossa temperatura no Brasil e nos outros países também. Então, o G de grandeza a gente não pode negar. E aquilo que é grande é bom que a gente tenha muita consciência que o que é grande pode ficar pequeno. Se a gente não cuidar, a grandeza se torna em pequenez, pode diminuir se a gente não cuidar bem disso.

O terceiro G é o G de geriatria. Amazônia é um bioma ferido, talvez não seja o bioma mais antigo, o mais antigo segundo dizem, é o cerrado, mas é um velho bioma envelhecido e adoentado, que precisa de médico, médico de todos os componentes, mas, sobretudo da geriatria. A Amazônia vive uma alternância de sonhos e de insônias. É uma música de Roberto Carlos, talvez não devesse nem citar porque estamos num ambiente acadêmico, talvez nem mereça pé de página, porque não é científico, mas ele tem uma música que chama de Amazônia cujo refrão

diz: Amazônia insônia do mundo. Vocês sabem qual a doença da insônia é complicada, quem tem insônia sabe. Preciso cuidar da insônia, a insônia é uma doença também. Mas o Papa Francisco fala dos sonhos, dos quatro sonhos. Quem conhece o documento final do Sínodo: o sonho cultural, o sonho social, o sonho eclesial e o sonho ecológico. A Amazônia vive nessa intercomunicação de sonhos e insônia, mas ela precisa de um geriatra pra poder cuidar dela.

O quarto G é o G de guardiões, anotem bem essa palavra que ela não foi ainda muito gerida não, mas ela está espalhada em todos os documentos da igreja, desde a Laudato Si, o documento de preparação do Sínodo, o documento final do Sínodo... A querida Amazônia, essa palavra ela aparece mais de cinquenta vezes nesses documentos. Guardiões, guardião. A Amazônia para sobreviver, para passar por essa fase, ela precisa de pessoas que a guardem, que a protejam, que cuidem dela. Se pudéssemos adotar esse título: nós somos guardiões da obra da criação. Deus é o criador, e ele entregou a nós essa missão de cuidado, o descuidado é uma afronta a quem criou. Imagina quem faz uma obra de arte, compõe uma música, escreve um livro e vê que as pessoas jogam no lixo, destroem. A gente faz uma atitude contra quem criou essa beleza e essa grandeza. Nesse guardiões, eu queria incluir as redes, entre elas, a Rede Eclesial Pan-amazônia, que é a REPAM a qual eu represento, mas também a parceria dessas redes que aqui compõem a mesa que estão aqui no auditório. Nós somos guardiões, somos cuidadores dessa terra. Evidentemente que quem mais cuida é quem mora ali, os povos nativos, os povos tradicionais, eles são os verdadeiros guardiões, mas eles não fazem tudo sozinho, eles precisam de outras mãos, de outras parcerias. E aqui estamos nós como verdadeiros guardiões dessa querida Amazônia.

O quinto G que eu queria destacar é o G da gramática. Vocês sabem que gramática é uma lei da língua. A gente fala uma língua pela lei da gramada, pode falar sem a gramática também, não tem problema nenhum, mas o que rege a escrita e a fala é uma gramática. Existe uma gramática em muitas coisas, inclusive na teologia. Quando nós estudamos teologia, estudamos a santíssima trindade, os autores dizem que a santíssima trindade é a gramática da teologia. A gente fala teologia pensando num Deus que é uno e trino, ela é a gramática aquela rede ramificação que unifica, que dá unidade e dá clareza a isso. Essa gramática, eu queria destacar na palavra que o Papa Francisco registrou com relação à Amazônia. O registro gramatical é querida, querida Amazônia. Eu, desde quando essa encíclica chegou, que eu ouvi o título, eu fico me perguntando: essa querida, em que tempo está? É um verbo, é um substantivo, é um adjetivo, é qual que é mesmo? E na minha cabeça eu penso assim: querida é um tratamento carinhoso, afetuoso, mas também um desejo, eu gostaria, eu queria. Querida no sentido de dizer que a gente

não deu a devida importância ainda, a gente não determinou tudo que possa ser de amor por esse grande bioma que chama-se Amazônia, o presente de Deus para o Brasil e para o planeta e para os oito, nove países da América Latina que formam a Amazônia.

E por fim eu queria terminar com o seis G a questão da gravidade. Já falei da geriatria, mas eu queria falar mais uma vez, que a Amazônia a situação da Amazônia é grave, é muito grave e nesse grave eu queria lembrar, um pensamento que eu tive quando participei do Sínodo, a minha defesa... Tive quatro minutos durante o mês para falar e nesses quatro minutos eu usei para dizer que o que acontece com relação à ecologia é o pecado ecológico. Gostaria que vocês anotassem isso porque o que nós estamos fazendo é uma forma de violência, é um pecado destruir como nós destruímos, poluir como nós poluímos, através do mercúrio, dos agrotóxicos, dos garimpos ilegais, do desmatamento. Eu fico impressionado quando vejo que os peixes estão contaminados, a água está contaminada, a mata... É um pecado. Na ecologia a gente diz assim: não existe nada fora, a casa é nossa, eu tenho esse copo aqui, eu não vou usar, eu vou jogar fora, eu não joguei fora, esse boné aqui também não joguei fora, joguei na casa do outro que é a minha casa. Aquilo que eu jogo da minha casa para fora da minha casa, no meu lixo, na minha rua, eu tô jogando na minha casa, na casa do outro também, mas na minha casa. Aquele ali vai implicar em tudo: entulho, sujeira, doenças, entupimentos e assim por diante. Então não existe nada jogado fora. Tudo é jogar na nossa própria casa, nossa própria cara.

Então com esses seis Gs eu queria marcar a minha presença aqui nesta abertura, mais tarde vou falar um pouquinho mais. O G da gratidão, o G da grandeza, o G da geriatria, o G do guardião, o G da gramática e o G da gravidade. Muito obrigado.

Gilberto Santos (CIMI): Queria pedir licença para chamar para compor a nossa mesa, a querida presidenta da ADUnB Eliane Novaes. Queremos registrar duas coisas: primeiro que está acontecendo uma feira com produtos da Amazônia, numa diversidade lá no Minhocão, para que vocês também possam conhecer. E registrar a presença dos docentes da Universidade Federal do Amapá, da pós-graduação em Desenvolvimento da Amazonas Sustentável, o pessoal da UEPA, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Científica do Amapá, Núcleo de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Amapá. Também há representantes aqui da embaixada da Colombia, o Daniel, e tem também o pessoal da Embaixada do Equador. Registramos também a presença do professor Joaquim da escola família Agroextrativista do Carvão EFAC, do Amapá, e do observatório popular do mar, OMARA. Ao longo das falas a gente vai também voltando, então pedimos para as pessoas que podem passar o nome para a gen-

te registrar. Muito obrigado

Edel Moraes (MMA): Bom dia a todas as mulheres e as pessoas não mulheres aqui presente, meu nome é Edel Moraes e hoje eu estou na Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Eu queria aqui cumprimentar a todos os meus companheiros e companheiras, me permitam tratá-los dessa forma, que estão nessa mesa, sintam-se todos abraçados. Agradecer em nome das mulheres da floresta e das águas, Socorro, que está ali, a vice-presidente do CNS, Faustina, a nossa companheira também diretora do CNS, a Silvia Helena, e a secretária de juventude, Letícia. Em nome dessas mulheres, guerreiras da Amazônia, cumprimento todas as demais pessoas, mulheres e não mulheres aqui presentes. Agradecer o convite do professor Manoel, da professora Enaile, do Dione Torquato para que a gente tivesse aqui e eu que me sinto parte também desse processo porque estive em todos, desde o primeiro, nessa mesa de abertura, em outro lugar de fala e agora estar no lugar do poder público, como Secretária Nacional do Meio Ambiente.

É compromisso, e é compromisso porque estamos discutindo como o chamado fala sobre a Amazônia, mas falando sobre a Amazônia a partir de uma perspectiva da universidade. A universidade que se coloca como parceira nessa construção do diálogo, do conhecimento, da busca de soluções por alternativas. Essa universidade e esses parceiros que estiveram desde sempre junto na aliança dos povos da floresta e aqui temos o primeiro presidente assumido depois do assassinato de Chico Mendes, Júlio Barbosa, e eu lembro muito bem que no primeiro encontro do FIA, eu encontrava também um amigo, companheiro de luta, Avelino Ganzer, da CUT, e ele contava das alianças também dos povos. Então nessa mesa hoje a gente vai encontrando outros companheiros, eu que venho, que sou, que minha casa familiar da luta social vem dos sindicatos rurais, vem do Conselho Nacional das Populações Extrativistas e também hoje sou aluna desta casa, da UnB, então ocupando vários lugares.

Costumo dizer isso até como um processo de afirmação, esperando que um dia não seja preciso ainda a gente dizer, porque até semana passada eu tive mais uma vez que reafirmar que eu sou da floresta, sou mulher, sou negra e estou estudante do doutorado. Não diminuindo meu conhecimento anterior e nem de todos aqueles que são doutores e mestres da floresta, das águas e da terra. Mas num desafio que é de estarmos nesse lugar e de continuarmos construindo propostas e ações, também a partir da universidade, compreendendo que a universidade é esse espaço de produção de conhecimento que deve servir a sociedade, que deve servir a homens e mulheres, que deve servir em defesa da Amazônia, das Amazônias e de todos os biomas. É espaço onde se busca as teorias para encontrarmos soluções, é assim que tá no convite que o professor Manoel me manda.

O diálogo, a construção de conhecimentos científicos, ainda falando, quiçá um dia a gente não vai mais separar conhecimento científico, conhecimento empírico, conhecimento... Todos os outros nomes que dão para todas as demais ciências, para todos os demais conhecimentos que são ciência, que são científicos, porque tem vivência, porque tem experiência desde o chão, desde as florestas, desde as águas.

Esse momento, acho que do FIA, que tem como objetivo fazer reflexões da situação atual da Amazônia e aí dialogando com a fala de meus companheiros que me antecederam e dos seis Gs do meu irmão aqui, que antes falou. Eu poderia exemplificar, na prática, com a minha última ida, de quinta até ontem, no Acre, do que nós ouvimos lá, do que a gente vivenciou lá, do que eu, enquanto Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, tenho recebido de demanda de diagnóstico, de demanda e de proposições. O Acre, a Resex Chico Mendes, símbolo de todo esse legado, construído pelos companheiros e companheiras que estão aqui, junto com a figura histórica de Chico Mendes, junto com a figura histórica da ministra Marina Silva e de tantos companheiros que estão nesta sala, que fazem parte, hoje é um dos territórios, muito precisando aí desses cuidados da geriatria de um desses Gs que falam. Onde os guardiões dessa floresta não estão somente ameaçados, estão correndo risco de vida, onde a floresta tem gritado pedindo socorro e aí não tem como não lembrar da letra da música do Vital Farias: “Se a Floresta meu amigo tivesse pé pra correr lá ela não ficaria”. Porque o perigo é muito, e ele é de todas as ordens, e ele é de muitas naturezas, de violências, de embates, de ameaças, de destruição, de todo legado construído desde o chão pelos povos da floresta. Lá nós estamos enfrentando, digo nós porque lá tão os nossos, os nossos irmãos, os nossos luto. Desde o desmatamento, desde a implantação de culturas que sempre foram os conflitos de lá, mas que se acirraram; o tráfico de drogas, o tráfico humano, as ameaças de toda natureza, as invasões financiadas, as invasões articuladas, o crime muito bem organizado, pelo que a gente e que coloca em risco não somente as pessoas, mas o todo ambiente como a gente gosta de reafirmar. Estimular o debate e nós na função de Governo do Estado, a gente recebe esse passivo, que não é de agora, mas que nos últimos seis anos se acirraram e colocaram a Amazônia nesse cenário triste que é um cenário da destruição, da violência e aí não preciso aqui aprofundar nenhuma teoria com vocês, é só buscar as notícias dos povos Yanomamis, que tem virado notícia internacional, mas essa realidade ela se aplica a muitas realidades da Amazônia.

Saindo do Acre, indo pro Pará, nós temos os desafio: todos desde o mega e grande que é a Amazônia voltar novamente nesse cenário internacional positivo de defesa, de combate ao desmatamento que é o que o governo assumiu pra desenvolver, que o Ministério do Meio Ambiente tá responsável, mas desde a

pressão dos grandes empreendimentos, sejam eles do petróleo, sejam eles da carcinicultura, sejam eles das estradas, novamente e aí eu iria pensar o que a gente aprendeu ouvindo com os companheiros que pela idade que não é tanta. A década de setenta, a década da destruição e a década da defesa. Nós temos muita coisa, professor Manoel, para sentarmos. Nesse exemplo, voltando ao Acre, vivemos um momento muito bonito, eu digo bonito porque, Júlio, eu fico com a palavra do presidente da associação lá, ele disse que ele não ia ficar triste por terem mostrado tantos problemas que tinham no estado no Acre, ele ia ficar triste se não tivesse mostrado solução. Porque junto com a universidade, com o governo, com o movimento, com a sociedade, discutimos as problemáticas, mas a universidade metricamente pesquisada, planejada apontava solução, a comunidade fazia a sua demanda, trazia projetos apontando a solução e nós desse lado da cadeira temos o dever e a responsabilidade de buscarmos essa solução enquanto gestores públicos. O desafio é muito grande, mas está assumido por nós esse compromisso dentro da Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, dentro do Ministério do Meio Ambiente, e já delegando essa co-construção de soluções é nesse papel que a gente se coloca, é nesse lugar que a gente está e é com essa responsabilidade que é técnica, que é política, mas no lugar de onde eu venho pra mim também é ancestral porque saindo, passando por esse espaço eu quero poder voltar e estar junto com os meus, não somente com esse guardião romântico, que as vezes as pessoas nos olham e nos vejam, mas como uma moradora, como uma filha de direito da Floresta Amazônica que quer ter um sonho, que tem o sonho de voltar pra lá e viver bem.

Muito obrigada. Bom dia e bom evento a todos nós.

Gilberto Santos (CIMI): Muito obrigado. Nós queremos agora, mudando um pouco a ordem das falas, passar diretamente para a professora Eliene Novaes.

Eliene Novaes (ADUnB): Bom dia a todos e todas, eu sou professora Eliene Novaes, sou professora aqui da Universidade de Brasília, da Faculdade UnB de Planaltina, da licenciatura em educação do campo. Queria reafirmar esse lugar, porque é o lugar que eu construo a minha interlocução com os movimentos, com os coletivos. Dizer da minha alegria de poder estar compartilhando a mesa com essas pessoas tão queridas, com companheiros históricos de luta, do lugar que eu também, que me constituí enquanto militante na CONTAG e nos movimentos sociais que foi de onde eu construí a minha trajetória, de diálogo com os povos do campo, das florestas e das águas. Mas sou sertaneja, sou lá do sertão da Bahia, da Caatinga. Então, eu sempre digo que eu sou uma sertaneja que se reconstrói na luta e na militância. Aqui agradecer o Manoel, a Enaile, por esse acolhimento, por essa aproximação do sindicato. Vocês devem ter percebido aqui, nós estamos no auditório no Centro Cultural do Sindicato de Professores, da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, da qual eu estou nessa condição de presidenta nesse momento. É sempre muito bom ver esse auditório com gente e com temas tão importantes, porque isso, na minha opinião, dá sentido à luta sindical e dá sentido ao papel da universidade.

A universidade é um lugar de disputa, disputa de saberes, disputa de egos também, disputa de relação de poder, mas também é um lugar de muita construção, de muito diálogo, de muito enfrentamento. E os movimentos sociais dos campos, das águas e das florestas, os movimentos sindicais, os movimentos populares, entenderam, e acho que isso é um elemento muito importante, que a universidade é um lugar que eles também têm que disputar. Não deveriam precisar disputar, mas nós entendemos na luta que todo espaço precisa ser disputado. E o espaço da construção do conhecimento é um espaço que a gente precisa disputar para manter a articulação dos diálogos e saberes, para que os sujeitos sejam ouvidos, para que os sujeitos sejam reconhecidos, para que os sujeitos possam construir e demarcar suas identidades. Afinal de contas, os movimentos populares do campo, das águas, da floresta ainda são poucos aqui dentro. Crescemos, ocupamos espaços, temos muitos trabalhos sendo apresentados, disputados, muito conhecimento e muita pesquisa, mas é pouco, é pouco porque a universidade é um universo de muitas disputas e de muitas afirmações. E essas disputas e afirmações têm a ver com o projeto de sociedade que se coloca. Um projeto em que o conhecimento está a serviço da hegemonia de poucos sobre muitos e é essa disputa cotidiana que eu entendo necessária e que nós, camponeses, cerratenses, amazonenses, precisamos fazer todos os dias, não só para o reconhecimento enquanto sujeitos, mas pra que o conhecimento traga essa ancestralidade, esses saberes populares, esses saberes das águas, da floresta, esses saberes amazônicos que estão construídos no cotidiano da vida material dos sujeitos. Então eu sempre gosto de dizer que esses espaços que acontecem aqui e acho que esse Fórum Internacional sobre a Amazônia nos ensina, que a universidade é lugar de todos. A universidade não é lugar de poucos, embora muitos ainda não consigam acessá-la. Mas que essas lutas, esses espaços, esses espaços constituídos, com iniciativas diversas, possibilitam a gente demarcar que a universidade é sim, lugar de todos os povos. A universidade é sim, lugar de todos os saberes. Que a universidade é sim, lugar de luta. Que a universidade é sim, lugar de ocupação e produção social da vida material, de todos os sujeitos. E é nesse sentido que nós da ADUnB acolhemos com muita gratidão e com muito carinho essa articulação feita pelo professor Manoel, pelo professor Zé Mauro, pela Enaile, por todo coletivo que está envolvido na construção do FIA, para dizer que sim, esse sindicato está sem-

pre a serviço das lutas, das organizações, dos movimentos que têm responsabilidade, compromisso social. E esse Fórum, para mim, é uma representação evidente de que a gente tem sim que ocupar o espaço da universidade para disputá-la, para construir outros conhecimentos e para disputar uma nova sociedade, um novo modelo de organização social, onde o sujeito tem um espaço, tenham voz e sejam respeitados nas suas condições, na sua produção e na sua articulação política, então queria deixar aqui um abraço a Enaile o Manoel e a todos que tão envolvidos nessa construção e dizer que nós da ADUnB estamos sempre aqui à disposição para construir. Construir conjuntamente com todos vocês. Um abraço. Sejam bem-vindos a nossa casa e voltem sempre e por muitas outras vezes.

Gilberto Santos (CIMI): Agradecemos a professora Eliene pelas falas, pelas palavras e também pela acolhida nesse espaço. Eu queria aproveitar então para fazer o registro de outras presenças. O Felipe representando aqui o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável. Mais uma vez, marcar e registrar a presença da nossa querida Maria Faustina ali, Dona Maria, que é também da comunidade Ciriaco, representando também o CNS, Maranhão, exatamente, quebradeira de coco. Simpatia, viu? Muito carinho. Registrar a presença também, nós temos aqui o vice-presidente, mas temos ali também conosco o Leon e também a irmã Irene, da REPAM Brasil, registrar a presença de padre Dário que está aqui pela Comissão de Ecologia Integral e Mineração, que logo assumirá outras tarefas na CNBB. Registrar a presença do Takumã Kuikuro, nosso cineasta e lembrar que hoje à tarde nós vamos ter a apresentação do filme Febre da Mata, importante na nossa programação. E passar logo a palavra para o nosso doutor Francisco Bastos e lembrar que nosso evento já está sendo transmitido.

Francisco Bastos (MPF): Bom dia a todos, primeiro lugar gostaria de me apresentar, sou o Francisco Guilherme Vollstedt Bastos, sou procurador regional da república, representando aqui o Ministério Público Federal e especialmente a sexta Câmara de Coordenação e Revisão, que tem, entre as suas atribuições, a defesa dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Vou ser bastante breve porque eu tô aqui muito mais para aprender do que para falar ou ensinar qualquer tipo de coisa. Mas achei relevante a presença pessoal aqui no sentido de demonstrar que o Ministério Público Federal está sempre ao lado da universidade e desses eventos no sentido de aprimorar a sua atuação, de atuarmos em conjunto na defesa desses valores que são tão relevantes que foram trazidos na nossa Constituição de 1988. Infelizmente, nos últimos tempos tem sido tão relegados e eu posso dizer sucateados. Como o professor já disse, eu sou aluno dessa universidade, tive o privilégio de estudar aqui durante onze anos, cinco

anos e meio fazendo a engenharia agronômica, sou formado em agronomia, e depois, em razão de circunstâncias pessoais e profissionais, acabei fazendo um novo vestibular, depois voltei aqui pra universidade em noventa e noventa e dois. Fiz bacharelado em Direito até noventa e seis, quando eu formei e em mil novecentos e noventa e nove ingressei no Ministério Público Federal. Desde então venho atuando principalmente nessas questões relacionadas ao meio ambiente e à população indígena e comunidades tradicionais que o Ministério Público apesar de uma, posso dizer assim, propaganda negativa nos últimos tempos é importante dizer que o Ministério Público Federal também tem uma atuação muito importante nessa área e eu posso mencionar aqui como exemplo prático para vocês a questão de Belo Monte. Foram mais de trinta ações civis públicas que foram ajuizadas pelo Ministério Público, além das centenas de ações que nós ajuizamos ao longo dos últimos anos com relação a demarcação de territórios indígenas. O Ministério Público tem sido um esteio de resistência nesses últimos tempos em relação a vários fatores que infelizmente vem solapando esses direitos que são previstos na Constituição. Mas nós estamos aqui para discutir e olhar para frente também. Por isso a relevância desses eventos.

É importante que sempre a Amazônia esteja presente na nossa mente, na nossa consciência e só para mencionar um exemplo para vocês, hoje eu estava lendo, pela manhã, alguns jornais e a gente sabe que a Amazônia é sempre muito importante, e felizmente, na manhã de hoje, na minha visão, nós tivemos três notícias envolvendo a Amazônia, pelo menos desse veículo que eu li, duas felizmente positivas e uma extremamente negativa. Uma das matérias positivas foi um artigo publicado no jornal O Globo escrito por uma universidade da integração amazônica é uma ideia muito importante, muito relevante. Uma notícia do ponto de vista negativo envolvendo a Amazônia foi a divulgação ontem de um relatório que demonstrou que em mil em dois mil e vinte e dois a Amazônia teve vinte e uma árvores derrubadas por segundo. Foi uma situação calamitosa, dramática. E que, realmente a sociedade, junto com a universidade, junto com os órgãos públicos aqui presentes, com o Ministério Público, nós temos que tomar atitudes concretas para que essa situação seja revertida.

Finalmente uma última notícia também envolvendo a Amazônia, daí a gente pode concluir a relevância, obviamente que todos nós já sabemos, desse assunto, foi uma reunião ontem, realizada com a presidente da comunidade europeia no sentido de que será exigido, num futuro próximo, de que todos os produtos que sejam importados para a comunidade europeia tenham certificado de que não tenham vindo de áreas desmatada a partir de dois mil e vinte. Então só por esses três exemplos nós sabemos da relevância dessas questões e da grande importância da realização desses eventos, desse Fórum Internacional

da Amazônia, para que esse assunto seja constantemente discutido, seja constantemente debatido, porque infelizmente nós travamos uma verdadeira luta, nós sabemos aí que temos um Congresso Nacional extremamente retrógrado. Nós verificamos recentemente a questão do marco temporal, da demarcação de terras indígenas e que veio a ser discutido, voltar a ser discutido no Supremo Tribunal Federal e foi novamente suspenso e todos nós conhecemos que essas, na verdade são estratégias. Eu já estou no Ministério Público Federal, eu já falei aqui para vocês, há cerca de vinte e quatro anos. Já tenho, de certa forma, um caminho percorrido e a gente sabe que nós temos que fazer esse papel, nós temos que entrar com essas ações, buscar a solução no judiciário, mas infelizmente o judiciário ainda possui uma visão extremamente conservadora também. Então, além de buscarmos essa solução que muitas vezes todos esses temas de grande relevância acabam sendo levados ao poder judiciário, é importante que a sociedade discuta, que a sociedade esteja atenta pra pressionar todos esses agentes que têm um certo papel na decisão dessas questões para que elas não caiam no esquecimento, porque muitas vezes quando cai no esquecimento aí sim que aquelas medidas realmente são aprovadas, na calada da noite, sem que haja discussão, sem que a gente possa fiscalizar. Eu só gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade, parabenizar por esse evento, me colocar à disposição de todos aqui para debater, para receber as informações e também para aprender com vocês. Muito obrigado.

Dione Torquato (CNS): Saudações extrativistas a todos e todas, é um prazer compartilhar dessa mesa. Cumprimentar aqui o companheiro Guto, em nome da toda a sociedade civil; a companheira Edel, aqui representando o estado brasileiro; cumprimentar a todos e todas da plateia aí da do plenário em nome da companheira Ângela Mendes do Comitê Chico Mendes, que está ali em cima a menina do cabelinho verde e Hugo Meirelles a assessoria do deputado Airton Faleiro, os companheiros do movimento do MPA que também estão aqui e também em nome dos nossos diretores e diretoras do Conselho Nacional das Populações Extrativistas que estão presente aqui em peso inclusive e os colaboradores. Eu peço que vocês levantem para a turma saber que o CNS está aqui, a caravana do CNS. Cumprimentar também o pessoal do poder judiciário, em nome do companheiro Marco Paulo, que é caboclo bom. A gente sempre tem como referência. Pessoal, eu vou fazer uma fala breve e trazer uma perspectiva da coordenação do NEAz.

Primeiro dizer que quando a gente faz um evento como esse, a gente tem muita expectativa de que aconteça um bom debate, de que as pessoas se sintam bem, confortável e que possa contribuir. Então, essa é a primeira reflexão, o terceiro Fórum Internacional sobre a Amazônia não é PARA a Amazônia, não é DA Amazônia, mas é COM a Amazônia, sobre com os amazônidas inclusive. E a gente só vai ter um bom debate se a gente puder ter uma boa interação principalmente nos painéis. Então quanto coordenação, a nossa expectativa é que a gente possa ajudar esses múltiplos atores, com as trocas de experiências nos diferentes campos de visões. Desde a academia com o conhecimento empírico aqui que vem da comunidade, com os companheiros e companheiras que vem do movimento, com os nossos acadêmicos, com os nossos docentes e a partir disso trazer essa perspectiva tridimensional. Primeiro, quais são ou qual é a importância da Amazônia na perspectiva desse público que está aqui, mas também de toda a sociedade, de toda a humanidade. Como que a gente pode fortalecer essa luta dessa defesa do que nós chamamos da casa comum, que é a Amazônia?

E aí eu abro um parêntesis para dizer o seguinte: a importância da Amazônia depende muito ou passa muito pela perspectiva de como nós percebemos elas, enquanto sociedade civil, povos e comunidades tradicionais, do como nós nos organizamos pra fazer essa defesa, desse bioma tão importante. Depende muito da percepção e do compromisso do governo e aí do governo federal e dos governos estaduais de como que como que coloca a Amazônia em evidência não só no discurso político, mas na efetivação prática, com efetivação de políticas públicas com a descentralização de recursos, programas e ações que possam mostrar a real importância da Amazônia e acima de tudo a importância dos povos, nós, povos e comunidades tradicionais que estamos lá. E que a importância da Amazônia também passa por uma reflexão do contexto de mundo, de como que o mundo percebe os nossos biomas, os nossos recursos naturais e de como que nós podemos discutir um modelo de desenvolvimento que possa trazer essa questão da sustentabilidade, mas apra além disso também, os modelos alternativos com a inclusão, com a justiça, com a dignidade que esse povo tanto precisa ser visto.

Então são essas as nossas perspectivas e dizer que pra gente esse papo só, essa roda só gira se a gente tiver esse debate intrínseco: a academia, o movimento social, governo, poder judiciário e as empresas também são importantes trazer para esse debate, para a gente juntar e discutir e a partir disso avançar. Então nós temos uma boa expectativa de que aqui a gente saia, primeiro com muito boas experiências, é um dos propósitos, depois entendendo quais são esses desafios e a partir disso, quais são as nossas perspectivas. A gente quer sair com uma carta política olhando essa Amazônia do futuro, olhando a Amazônia que nós queremos e a partir disso também qual é o nosso compromisso com essa Amazônia que nós queremos. Então desejamos a todos e todas um bom debate e vamos à luta porque temos muito ainda pela frente nesses próximos dias.

Gilberto Santos (CIMI): Muito obrigado, agradecendo o querido Dione e eu acho que é a expressão do que é o FIA, né? Construído nesse diálogo e na construção coletiva entre universidade e população organizada, povos, movimentos, isso que é o FIA e a marca está posta com a sua presença na mesa e a destacada fala. Nós queremos também fazer o registro do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da UFAM campus de Humaitá. Também dos docentes do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade do Oeste do Pará, de Santarém. O pessoal do Vida e Juventude que tá aqui, que tem atuado de forma muito brilhante nos programas de proteção. Destacar a presença da Maria Casé da CONAB importante nessa reestruturação, inclusive do governo. A Olga Maria que é do movimento dos pequenos agricultores. Muito obrigado pela presença. E mais uma vez destacar a presença da Ângela Mendes, do Comitê Chico Mendes, e que nos prestigia todos os FIA's e vem trazer sempre a sua contribuição a partir dessa leitura e da vida do nosso querido Chico Mendes, seu pai. Então queremos agradecer e já passamos para o nosso querido Mário.

Mário Brasil (CEAM): Bom dia a todos e a todas, meu nome é Mário Lima Brasil e eu sou professor aqui do departamento de música da UnB e atualmente estou como diretor do CEAM. Eu gostaria de começar agradecendo o convite que me foi feito pelo NEAz, professor Manoel, a professora Enaile também, a quem eu agradeço e eu sou professor aqui da Universidade de Brasília e gostaria de antes de começar cumprimentar também a mesa em nome da nossa decana está aqui representando a nossa reitora, a professora Olgamir. O CEAM, o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, do qual eu sou estou atualmente diretor, é formado por 37 Núcleos e um desses Núcleos, que nós temos muito orgulho, é o NEAz. O NEAz aqui é um dos nossos Núcleos do CEAM e que está realizando junto com todos os companheiros aqui presentes, a sociedade civil e a Universidade de Brasília, esse Fórum que, nesse momento, é importante e oportuno.

Um pouco sobre o CEAM, para a gente entender um pouco o que é o CEAM. Ele é formado por trinta e sete Núcleos. Esses Núcleos são todos multidisciplinares. Temos Núcleos que trabalham em torno de uma ideia, em torno dessa ideia juntam-se uma série de áreas para pensar essa ideia, como é o caso, por exemplo, do NEAz. Sobre a ideia da Amazônia, uma série de áreas estão pensando sobre a ideia da Amazônia, inclusive a minha área, que é a área de cultura e arte. Mas o CEAM também tem algo muito importante que me foi dito pelo seu fundador, que na época era reitor aqui da UnB, o professor Cristóvão Buarque. Ele me disse, recentemente, porque o CEAM foi criado. O sonho de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, os criadores da Universidade de Brasília, era de criar uma universidade multidisciplinar, generosa, expansiva nos seus processos de conhecimento, humana, socialmente justa, para que os estudantes pudessem trocar experiências entre as áreas, ou seja, algo completamente novo. Porque foi isso, de certa maneira, que o próprio Juscelino pediu a eles. Brasília é o novo. O sonho de Dom Bosco materializando aqui no cerrado e tudo deve ser novo, deve ser diferente. Se vocês conhecem o que é uma universidade, o conceito de universidade pelo mundo, façam algo diferente. E eles assim o fizeram. Fizeram uma universidade muito aberta, muito transparente, completamente interconectada, transdisciplinar, multidisciplinar, mas aí foi apenas um sonho. Chegou a ditadura da década de sessenta, amordaçou, engessou, lançou uma série de estruturas, de maneira que aquilo que deveria ser uma grande unidade transformou-se numa grande separatividade e criaram-se o que hoje nós conhecemos como departamentos. Não era assim. E daí criou-se o CEAM.

O CEAM seria exatamente uma pequena ilha dentro da universidade de um sonho interrompido de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. E esse sonho existe hoje, ele é transdisciplinar, é flexível, socialmente justo, mas é uma pequena ilha e quem sabe se um dia a gente não desperte e possamos ter esse sonho como exemplo. Eu achei muito bonito esse pequeno dado histórico do professor Cristóvão Duarte. Eu estou aqui, não só por ser diretor do CEAM, não só por ser eh professor do departamento de música da Universidade de Brasília, onde eu passei mais de quarenta anos da minha vida, hoje eu acho que eu já vivi mais tempo dentro da Universidade de Brasília do que em qualquer outro lugar do planeta. Tenho um agradecimento muito grande por essa universidade, essa gestão tem dado um apoio muito grande ao CEAM, mas principalmente porque eu sou um florestão. Eu me considero um florestão.

Nasci na Amazônia, minha mãe é de Xapuri, conheceu aqui algumas famílias que estão aqui, estou vendo aqui o nosso amigo Júlio Barbosa, acho que ele nem se lembra de quando eu o entrevistei para fazer a ópera do Chico Mendes. Tem aqui a Júlia, a Ângela Mendes e uma série de outros companheiros. Eu nasci no Acre, em Rio Branco, mas tive grande parte da minha infância vivida em Xapuri, subi e desci aqueles rios, naqueles batelões, na época da minha infância e com apenas seis meses fui perdido dentro do rio, minha mãe me dando banho, jovem ainda, me deixou escapulir, e eu mergulhei no rio, infelizmente, ali foi um batismo e felizmente ela disse que estava na frente do batelão e que lá atrás alguém me pegou. Parece história contada, mas infelizmente ou felizmente, foi a verdade. Esse batismo me fez gostar profundamente de banho de rio e foi onde eu cresci exatamente nos banhos de rios e adoro banhos de qualquer jeito.

Como acreano eu tive o privilégio de conviver, infelizmente ele faleceu semana passada com quase noventa anos de idade, com o Seu Antônio. Seu Antônio começou a vida aos doze anos de idade dentro de um seringal e só foi sair do seringal aos ses-

senta e dois e veio para cidade e transformou-se num faz tudo. Seu Antônio com sessenta e dois parecia ter cinquenta. Acho que era o mais novo. Eu lembro dele na minha infância. E ele nos levava sempre para dentro da mata. Você pode nascer em Rio Branco, talvez passe a vida inteira sem ver uma cobra. As crianças podem crescer naquelas ilhas das cidades e, em vez de se tornarem florestões, membros de uma florestania, se tornarem cidadãos dentro das cidades e não conhecerem a floresta. Mas eu tive a oportunidade de conhecer a floresta. Eles nos levavam sempre para dentro da mata. Eu tenho uma ligação muito grande com essa minha história e com isso que nós estamos vivendo hoje que é o FIA, o Fórum Internacional da Amazônia.

Eu gostaria de concluir aqui a minha fala de um florestão, da florestania, pedindo licença aqui para o Manoel para fazer uma pequena propaganda da ópera de amanhã. Amanhã nós vamos apresentar um espetáculo chamado Florestania, o sonho de Chico Mendes e que exatamente ele é o esboço de uma ópera que também foi interrompida. Eu comecei a compor a ópera em dois mil e quatorze, fui a Rio Branco, fiz a entrevista com vários companheiros e colegas, aqui está a Júlia, a Ângela, o Júlio Barbosa e nosso querido, saudoso Raimundão e tantos outros. Inclusive a voz deles vai estar aqui no espetáculo. Mas quando começou a questão do impeachment eu perdi completamente a respiração. Não conseguia avançar na ópera, não conseguia mais compor. E lá se vão alguns anos. Eu só consegui retomar a ópera com a mudança que nós tivemos no Brasil agora. Eu percebi que era hora de voltar e agradecer a esse homem, a esse herói.

Eu o conheci na infância porque ele morava bem perto da minha casa. A minha casa de Xapuri, da minha avó, vovó Cizinha, e encontrei depois o Chico Mendes, quando voltei do Japão, numas férias que eu tive. Diante de todos os acontecimentos, quando eu estava no Japão, eu já sabia falar um pouco de japonês e ler japonês, naquela época de mil novecentos e oitenta e oito, estampado num jornal japonês: morreu Chico Mendes, assassinado. Eu que estava no Japão e parecia que o mundo não existia mais, era um mundo tão diferente que eu estava vivendo, que era ali no Japão, que aquilo me trouxe diretamente para o Brasil, para o Acre e para Xapuri. E ali eu percebi que, mais tempo, menos tempo, teria que voltar assim que terminasse meu mestrado. Percebi que eu tinha que prestar uma homenagem a ele. Começou naquela época a nascer a ideia da ópera, que até hoje não se concluiu, mas vai se concluir e talvez a gente apresente ela no próximo FIA. Amanhã vai ser apenas um esboço.

Para terminar, gostaria de falar um pouquinho sobre porque florestania, o sonho de Chico Mendes. É inspirado sem dúvida na carta ao jovem do futuro, que todos nós conhecemos. Um momento de conexão do Chico Mendes com algo bem superior: àquela carta. E a ópera realmente se passa no ano dois mil cento

e vinte, onde na terra existiam duas civilizações, foi o que restou. Uma civilização chamada hipogonia, do grego significa poluentes, povos poluentes e a outra, florestania, que são os povos que aprenderam a viver em união com a floresta, em união com a natureza. Para terminar eu gostaria de dizer uma coisa que está dentro da ópera. Cada árvore que cai na Amazônia diminui um segundo a expectativa de sobrevivência da humanidade nesse planeta. Obrigado.

Gilberto Santos (CIMI): Muito obrigado professor Mário, que carrega no nome a marca desse país, mas que eu gosto muito de ouvi-lo. A gente se reunia muito nas virtualidades e o professor toda vez que fala parece poesia. E é isso, essa marca amazônica, amazônida no NEAz e nesse fórum e a gente fica muito feliz de poder agora se encontrar presencialmente. Eu queria fazer então alguns pequenos destaques, antes de passar para a sequência da mesa. Primeiro, nós ficamos sabendo agora a pouco, que nós temos representantes no Fórum de todos os estados da Amazônia. Isso é fantástico! E é bom a gente registrar esse fazimento de mãos trabalhadoras, de mulheres, sobre tudo. Essa bolsa que vocês receberam foram feitas pelas mãos das mulheres lá da Estrutural, que depois num momento a gente pode talvez alguma que venha pra cá falar um pouco da luta, dessa região. E os anéis de tucum, com esse símbolo de marca do FIA, esses rios que se encontram, foi feito pelas mulheres Rikbaktsa, lá da região noroeste do estado de Mato Grosso. Uma delas está aqui, vocês vão conhecê-la na oportunidade. Fazer ainda dois destaques, um primeiro é a presença da Sila Mesquita, que é presidenta do Grupo de Trabalho Amazônico, a rede GTA, e membro do Fórum Brasileiro de ONGs de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Lembrar que na sequência das mesas, nós teremos a apresentação e o debate, do filme Matando por Terra. Com a presença da nossa querida Ayala, liderança, membra da coordenação nacional do MST, que além do filme, e a gente ouve falar de Chico Mendes, infelizmente o país ainda segue matando por terra e nós queremos aproveitar esse momento para fazer um debate, ouvi-la e fazer essa interação. A Sila vai fazer uma fala.

Sila Mesquita (GTA): Bom dia a todos, a todas e a todes! Eu quero cumprimentar a mesa, em nome da nossa secretária, companheira Edel, e dizer que estar nessa casa de saberes é a construção da unidade dos saberes que nos unem nessa busca de salvar a Amazônia. E de unir as vozes do planeta e dizer que a Amazônia é uma responsabilidade planetária. Isso é um compromisso que cada um e cada uma de nós temos. Eu sou Sila, eu sou do Amazonas, sou filha de trabalhador rural. Sou teóloga, sou filósofa, nasci a minha militância na catequese na igreja católica, fui catequista de primeira eucaristia, fui catequista de crisma, fui pra comunidade eclesial de base, fui pra Comissão Pastoral da Terra, fui pro Fó-

rum Brasileiro de ONGs, fui para o Grupo Trabalho Amazônico, isso é porque eu só tenho quinze anos.

E estou aqui, nesse lugar da rede GTA como presidenta. Para mim é um desafio assumir uma rede do tamanho que é o Grupo de Trabalho Amazônico, que tem uma expressão na Amazônia brasileira e poder contar com vocês e lutar pelas comunidades tradicionais e pela florestania e dizer que nós precisamos de fato estar juntos nessa construção.

Nós estamos agora nos organizando para Cúpula da Amazônia, para Cúpula dos presidentes da Pan-Amazônia, que será no Pará, aonde toda a região amazônica, os países da Pan-Amazônia estarão construindo, debatendo temas importantes e relevantes para a Pan-Amazônia, com o olhar a partir das comunidades tradicionais, um olhar a partir da realidade amazônica, daquele lugar de fala, aonde as comunidades ribeirinhas, extrativistas, mulheres, jovens, pescadores, canoeiros, rezadeiras, benzedeiras possam se sentir contempladas dentro dessa política afirmativa que nós estamos lutando e acreditando que é possível fazer o mundo diferente.

Que é possível fazer uma Amazônia diferente, considerando os saberes e os olhares. Essa Amazônia está presente aqui nesse Fórum Internacional. Estamos juntos e unidos, de mãos dadas nessa preservação e nessa conservação. Que debaixo da floresta tem gente e a floresta nos torna gente, nos deixa viver mais, nos deixa respirar bem.

Neste sentido, nesse espírito eu agradeço essa oportunidade de poder estar aqui socializando com vocês um pouquinho do nosso compromisso e da nossa luta. Venho aqui reafirmar que o Grupo de Trabalho Amazônico está junto, é parceiro e quer construir um mundo diferente, uma Amazônia diferente e construir a casa comum, aonde todos e todas possam respirar o mesmo ar, aonde todas e todas possam sentar e beber, comer e viver bem. Aonde todos e todas possam de fato dormir e acordar sem medo de ser ameaçado, sem medo de que amanhã possam estar correndo risco de vida. Nós queremos herói na Amazônia vivo, não queremos herói morto. Por isso que nós estamos somando com cada um e com a academia e com a universidade. Obrigada a todos e a todes.

Gilberto Santos (CIMI): Muito obrigado Sila. A gente vai vendo, ao longo do FIA, a força das mulheres, muito importante que a gente vá se contagiando com essa energia, esse axé. Professor Manoel tem ainda um recadinho antes de passar para o fechamento da mesa.

Manoel Andrade (NEAz): Complementar aqui que na sexta-feira, às catorze e trinta, vai ter uma reunião coordenada pelo Fórum Brasileiro de ONGs, sobre a Cúpula da Amazônia que vai ser realizada em Belém. Essa reunião vai ser às duas e meia, a princípio no auditório do CEAM, tá sendo convocada para lá. São várias entidades do movimento ambientalista, do movimento de desenvolvimento da Amazônia, que vão estar presentes nessa reunião. Se não for possível lá, a gente vai se organizar em outros locais. A nossa deputada acabou de chegar, a Deputada Federal por Brasília e também ex-aluna da UnB, bancária, combativa e depois ela vai fazer o uso da palavra. Vou pedir para a professora Olgamir e para a mesa, se a gente passa o microfone para a Erika, porque nós estávamos aguardando ela. Toda essa morosidade nossa foi esperando a deputada. Antes de passar para a Erika, dizer que estamos contentes com o FIA. O CIMI, na palavra do Giba, e professor também do NEAz e do CEAM fez já um primeiro balanço, tem representante de todos os estados da Amazônia Legal, ou seja, dos nove estados da Amazônia Legal. Os nossos convidados de fora vão estar aqui. O pessoal da Universidade Nacional da Colômbia, a Eliana. A professora da Universidade Nacional da Colômbia chegou ontem, a gente recebeu a professora, é o primeiro convênio que a UnB faz com a Universidade Nacional da Colômbia, maior universidade pública da Colômbia e que domina uma parte do conhecimento da Amazônia. A Amazônia colombiana é quarenta e dois por cento do território, são onze departamentos colombianos que pertencem a Amazônia colombiana.

Eu estou vendo cada um e cada uma aqui de estados diferentes, sintam-se abraçados por todos nós. O professor Gilney Viana é do Mato Grosso, por exemplo. Eu estou vendo outro professor, do Pará, tem o professor Ricardo que é de Rondônia e assim por diante. Vou passar agora para a Deputada Erika. Foi uma alegria ela estar presente, nós sabemos que boa parte dos deputados combativos ou estão na China, ou estão indo para a Europa nessa semana. No último Fórum tinham doze parlamentares na abertura, mas nós vivemos outra conjuntura, uma conjuntura de combate também na câmara e no senado. Deputada Erika com a palavra, depois a Erika vai passar o microfone já para a professora Olgamir que vai fazer o fechamento. Eu comecei a falar para dizer o seguinte: o FIA era um evento que ocorria na UnB e que contava com o apoio, a compreensão e o entendimento da UnB, mas ele virou um projeto (de extensão) esse ano. Ele e os outros projetos: cinema e audiovisual sobre a Amazônia e o projeto Vivência Amazônica estão todos casados, juntos e dialogando. Deputada Erika com a palavra.

Erika Kokay (Deputada Federal): Oi, eu queria saudar o evento e agora o projeto, um projeto e o FIA que me parece que é absolutamente fundamental, tem uma centralidade muito grande hoje, a discussão sobre a Amazônia e a discussão sobre o meio ambiente e sobre os povos indígenas. Eu acho que tem uma sinergia muito grande quando a gente vai olhar o desmatamento do Brasil, nós vamos ver que ele está muito associado a grandes negócios agrícolas e ao mesmo tempo você vai ver que a preservação dos territórios, do

meio ambiente, ele está muito nos territórios indígenas. Então há uma sinergia muito grande entre a luta em defesa dos povos indígenas e a luta em defesa da Amazônia e também do meio ambiente. Porque nós temos uma Amazônia que precisa ser preservada, mas temos uma devastação do cerrado muito grande também. Nós temos o cerrado sendo suprimida a vegetação e aqui no nosso território menor, no nosso quadradinho, nós também temos uma série de supressão de vegetações para implementação de grandes empreendimentos imobiliários de alto luxo via de regra.

O que está acontecendo no peão dezesseis não deveria estar acontecendo. As ameaças que pairam sobre a Serrinha que tem mais de cem minas e que é responsável por grande parte da água que chega no lago Paranoá, não deveria estar acontecendo.Então se deveria ter esta noção de drama de vida e nós quando falamos da Amazônia, estamos falando é do povo que está lá. Nós estamos falando do meio ambiente que está lá, nós estamos falando da necessidade de termos novas formas de geração de energia. Nós estamos falando de tanta coisa, nós estamos falando inclusive das mudanças climáticas, que atinge o conjunto do planeta e que atinge inclusive aqui o agronegócio ou o grande negócio que é impactado pela devastação da própria Amazônia.

E digo tudo isso porque nós ainda estamos enfrentando as boiadas. As boiadas. As boiadas que nós derrotamos essa concepção de boiada, vamos deixar que as pessoas se preocupem com a pandemia, enquanto nós passamos as boiadas. As boiadas continuam passando. Inclusive de forma explícita. A gente continua tendo os cascos das boiadas ferindo a pele e a alma deste país e digo isso porque recentemente, eles conseguiram aprovar na câmara o PL 490, que é mais do que o próprio marco temporal. O marco temporal é um ataque aos povos indígenas e um ataque à própria Amazônia. E o ataque à própria natureza. E o marco temporal significa reconhecimento do esbulho. Significa que as colonialidades, as novas com as suas velhas formas e com as suas novas formas também, estão legitimadas nesse país, é porque você estabelece o marco para que se tenha o direito ao território indígena.

E vejam a ousadia, a ousadia de fazer um projeto de lei que se contrapõe a Constituição, porque é infraconstitucional, ele não pode se contrapor à Constituição no usufruto exclusivo pelos povos indígenas do território, ou seja, da necessidade da convenção da OIT 169, da consulta ao antigo (título). Tudo isso foi destruído com esse projeto, o 490, que eles aprovaram, não só aprovaram, como entraram com o processo de cassação de seis mandatos, inclusive o meu, todas mulheres, todas mulheres e duas mulheres indígenas, que estão tendo que responder no Conselho de Ética de forma absurdamente célere, diferentemente de outras proposições, nitidamente criminosas que foram cometidas por parlamentares, e que temos que responder no

Conselho de Ética porque nós dissemos o que é fato.

São assassinos, são assassinos dos povos indígenas, são assassinos da natureza, são assassinos do sonho, são assassinos do esperançar, são assassinos da potência deste país e da nossa própria brasilidade, porque a nossa brasilidade ela é indígena. Então, portanto não dá pra negar a nossa ancestralidade. Por isso a importância de termos este projeto e a discussão permanente. Estarmos aliando forças, aliando forças. É um pouco isso de que ninguém solta a mão de ninguém. É um pouco isso do que se canta de que eu posso até andar só, mas não é possível, não, eu não quero andar só. E é necessário que nós não andemos sós ou que nós possamos fazer as grandes cirandas, porque são com elas que a gente transforma a realidade.

Nós tivemos uma aprovação do 490 na câmara, a urgência da mineração em territórios indígenas, aprovada também. E veja a ousadia! No dia em que estavam se realizando atos culturais, políticos na porta do congresso, com milhares de pessoas, milhares de pessoas defendendo o meio ambiente e defendendo os povos indígenas, se aprovava a mineração em territórios indígenas. Estava sendo a urgência da mineração em territórios indígenas. O PL do veneno que também foi aprovado na Câmara.

Então você tem uma avalanche de proposições que são as boiadas, as boiadas triturando o que seria um parlamento que escutasse o próprio povo brasileiro. Por isso é preciso que nós tenhamos o FIA, e a gente vai fiando, né? Vai fiando, vai tecendo, vai tecendo com os fios, que são os fios da dignidade, da existência desse país, da nossa relação com a própria natureza, da condição de que a defesa do meio ambiente nunca pode ser antropocêntrica, ela tem que ser na defesa de todas as formas de vida, na sua diversidade, porque são as diversidades que se constroem e se complementam.

Por isso eu queria muito saudar o evento e dizer da importância de se transformar num projeto, dizer que podem contar comigo nessa jornada e dizer que é preciso mudar essa relação de forças, particularmente na Câmara Federal. Nós não podemos ter isso que nós tivemos, nós não podemos ter aprovação de um projeto que é para tentar influenciar a decisão do próprio Supremo, no que diz respeito ao marco temporal e é preciso fazer um grande movimento contra o marco temporal e contra tudo. A gente resistiu ao PL 490 inúmeras vezes, dia após dia na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara e eles puxam, aprovam a urgência e aprovam... é o passar da boiada. A gente precisa valorizar e discutir a Amazônia e fazer essa discussão internacional, porque a Amazônia é internacional, para que nós nunca mais tenhamos que escutar o que eu escutei em Atalaia do Norte, na Comissão que estava acompanhando as investigações da morte do Bruno e da morte do Dom.

E ali a gente escutou, primeiro os indígenas. As lideranças, quando falavam sobre o Bruno, todas se emocionavam e

embargavam a própria voz. Um indígena disse: “a gente levanta e parece que tem um alvo nas nossas costas”. E ali também a fala de uma pessoa da FUNAI que estava ali, enfrentando uma série de crimes, era feixe de crimes, feixe de tráficos, de pesca ilegal, um feixe de crimes que ali está, naquele lugar, e ela dizia essa pessoa: “eu tenho a impressão de que não vai sobrar nenhum de nós”.

É o que dizia, não vai sobrar nenhum de nós, era o Estado que ali estava apequenado pelos interesses e pela ilegalidade de toda sorte naquele território. Por isso em nome do Maxwell, em nome do Bruno, foram três indigenistas assassinados naquela região, a gente diz que é preciso preservar a Amazônia, preservar a Amazônia significa preservar os povos originários, preservar quem ali está e preservar o desenvolvimento que seja sustentável. Ele tem sempre tem que ser sustentável, sempre tem que ser saudável e sempre tem que ser solidário. Então, portanto este desenvolvimento é o que a gente aprende todos em todos os cantos e que a gente aprende, inclusive com os povos indígenas e lembro da fala de uma liderança indígena que ela dizia: “ começaram a nos atacar pelas canetas, as canetas que rasgam as leis, que rasgam o orçamento e agora nos atacam também com os fuzis”.

Porque houve um crescimento, recrudescimento da violência com relação aos povos indígenas, contra povos indígenas. Para que não tenhamos nenhuma colonialidade sendo ressignificada por suas velhas e novas formas, porque não são só as novas formas, também são as velhas formas, é que a gente precisa criar todos os instrumentos e todos os laços para fiar uma defesa da própria Amazônia, e que a gente possa a partir daí construir um Brasil onde a gente não fale pelas nossas cicatrizes dos cascos da boiada, mas que a gente fale pela tinta de urucum e a tinta de jenipapo, onde a gente fale pelo chão de um território onde a gente precisa preservar todas as formas de vida, para que a gente siga e a gente segue.

Segue com as nossas ancestralidades, com a nossa encantaria, porque lembro dos povos indígenas que aqui diziam, tem vários poderes, temos três constituídos, mas tem o poder popular e tem o poder dos encantados. Então, tem muita encantaria nesta relação. Viva o Fórum Internacional sobre a Amazônia! Viva a terceira edição do FIA! e viva o FIA ser um projeto com a sua permanência para que a gente possa pulsar vida no nosso país e no mundo!

Gilberto Santos (CIMI): Muito obrigado, deputada Erika, combativa. Lembrar também da tentativa de deslegitimar a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Um marco histórico de todo modo. Aproveitar para fazer uma propaganda: mês que vem o CIMI lança os dados de dois mil e vinte e dois no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas. Infelizmente esse quadro vai estar muito bem desenhado, tristemente desenhado. Passamos pra professora Olgamir, decanta de extensão.

Olgamir Amância (Decana de Extensão/UnB): Bom dia, bom dia a todas as pessoas presentes. Eu quero registrar a minha profunda alegria, agradecer pela oportunidade de estar aqui participando dessa mesa. Penso que as falas de todos que me antecederam, elas são falas exemplares da complexidade da realidade que nós vivemos, dos desafios que estão postos, mas a grandeza do próprio FIA. De como FIA é a expressão de uma luta que combina o conhecimento produzido pelos companheiros em cada um dos espaços que vão fomentando a defesa da Amazônia, mas também aquele espaço da universidade. A universidade como uma das guardiãs, como colocava o nosso arcebispo, nessa teia que se constrói para que tenhamos uma sociedade melhor, que tenhamos um mundo melhor e pensar um mundo melhor é pensar um mundo que proteja o seu povo, que proteja as suas florestas, as suas águas, é pensar num mundo que olhe para a Amazônia e a reconheça como um patrimônio a ser cuidado permanentemente.

Mas não cuidado de fora para dentro, cuidado também de dentro para fora, cuidado a partir da escuta àqueles que ali vivem, àqueles que ali produzem, àqueles que estão no seu cotidiano fazendo acontecer essa realidade ao longo da sua história. É com essa expressão que eu gostaria de registrar e comemorar a alegria da Universidade de Brasília de acolher, de receber mais um FIA aqui na nossa instituição. Essa universidade, como já destacado pelo queridíssimo professor Mário Brasil, ela é uma universidade que tem uma história que a diferencia das demais universidades brasileiras. Ela nasce desafiada a construir um conhecimento, não apenas como uma prática diletante, mas a construir um conhecimento engajado, comprometido com a transformação da realidade do nosso país. Ela nasce desafiada a pensar numa perspectiva democrática.

A democracia para a UnB é um mantra, um mantra que ela persegue, sempre perseguiu, mesmo nos momentos em que foi achincalhada, aviltada, que foram os anos da ditadura militar. Mesmo nesses momentos, a bandeira da democracia esteve permanentemente hasteada pela luta dos nossos estudantes, pela luta dos nossos professores, pela luta dos técnicos e técnicas, servidores que aqui tombaram, lutaram, permaneceram e fazem acontecer no cotidiano da universidade esse esperançar de uma sociedade democrática.

Então para nós a democracia é um mantra que nós repetimos, não como um anúncio, não é isso professora Eliene? Mas como algo que nos orienta para a gente caminhar. A democracia é um elemento que nos ilumina e é um objetivo estratégico que perseguimos, inclusive professor Manoel, quando nós deixamos de ter um evento e fazer do FIA evento e o transformamos num projeto e quem sabe vamos transformá-lo é num programa que

seja capaz de aglutinar os diferentes projetos que acontecem Brasil a fora, porque esse auditório é a expressão disso, aqui nós temos pessoas que se mobilizaram a partir de diferentes localidades desse país e que têm construções, elaborações diferentes que podem fazer do FIA sim, um programa capaz de articular as várias formas de pensar e de conhecer.

Então é com esse espírito que eu quero cumprimentar a cada um dos que compõem essa mesa. Cumprimentar a Edel que aqui representa o Ministério do Meio Ambiente, representa o nosso governo federal. Então levar ao nosso governo, esse governo que marca a reconstrução do Brasil, que reposiciona, de forma cabal, a luta pelo direito a terra, pelo direito à vida com dignidade para todo o povo. Tem toda a nossa saudação e todo o nosso respeito.

Cumprimentar o Guto da CONTAG, em nome de quem eu cumprimento todo o movimento social que luta todos os dias, cumprimentar a minha comandanta, a Eliene, a presidenta da ADUnB, essa nossa entidade tão importante para organizar a luta pela educação brasileira, por um novo lugar para as nossas universidades, entendendo que a educação superior, ensino superior precisa cada vez mais avançar, de se tornar inclusivo. Nós da Universidade de Brasília somos exemplares na instituição de cotas, na luta pela democratização do acesso, mas precisamos avançar ainda mais. Também na luta pela permanência e a permanência com qualidade. E me orgulha muito estar sentada ao lado do nosso procurador, que foi aluno dessa universidade, estar sentada ao lado da Edel, que é aluna dessa universidade. Ela disse muito bem na sua fala: não porque o conhecimento produzido na academia distinga em alguma medida, ele é de fato um conhecimento diferente, mas não é melhor e se torna muito mais qualificado quando tem a oportunidade da convivência com o movimento social, com os diferentes sujeitos sociais, aprender com. Ganhamos todos nessa interconexão.

Quero cumprimentar também o representante do mandato do deputado Gabriel Magno. É muito bom contar com a presença do parlamento aqui na Universidade de Brasília, seja o parlamento distrital, seja o parlamento federal e aí aproveito pra saudar a nossa gigante, sempre muito presente na UnB, a nossa deputada Erika Kokay. Cumprimentar o nosso arcebispo e dizer que ouvi-lo foi motivo de muita alegria. Penso que você foi construindo todo um processo de rede que é o desafio que nós temos pela frente, de nos tornarmos todos e todas guardiões dessa caminhada que está colocada. Cumprimentar também o Dione, que representa aqui o CNS, o nosso querido professor Mário Brasil. Já cumprimentei o nosso procurador. Mas eu preciso registrar a alegria, Manoel, de cumprimentar a você e a professora Enaile, que fazem com muita força, com muita garra acontecer o FIA nessa terceira edição e fazer avançar o FIA.

Parabéns a vocês, penso que a UnB, num movimento que

é feito a partir do CEAM pelo NEAz, nós cumprimos a nossa missão histórica de estar debatendo os grandes temas de interesse da nossa população. Essa universidade foi desafiada a problematizar o Brasil, trazer o debate sobre a Amazônia é trazer o debate sobre o marco temporal, é trazer o debate sobre as fake news, é trazer o debate sobre o direito do nosso povo, é trazer o debate sobre a democracia.Nesse sentido, nós estamos pautando os temas que fomos desafiados a debater. Não debater numa perspectiva de trazer informações. A Universidade de Brasília nos desafia permanentemente a irmos além da informação, a irmos à raiz das questões, a entendermos, a conhecermos, a desvelarmos a realidade a partir das suas múltiplas contradições. Isso nos permitirá conhecendo a realidade da Amazônia, conhecendo, você falava o FIA está estruturado no diagnóstico, mas também na perspectiva.

O diagnóstico nos autoriza a conhecer em profundidade as várias tramas que são construídas para que a realidade se apresente dessa maneira. E conhecendo nós temos condições de superar. Eu não tenho dúvida que todos aqueles que conhecem as razões que levam às desigualdades, que levam a todas as iniquidades que atravessam a sociedade brasileira ainda hoje, conhecendo em essência as pessoas se indignam, as pessoas não naturalizam, as pessoas atuam para transformar.

E a extensão universitária, ela vem exatamente para cumprir essa dimensão e essa tarefa que está dada para as nossas universidades Brasil a fora e de uma forma diferenciada aqui para a UnB. Então parabéns a vocês, sucesso no FIA, que façamos mais e mais acontecer essa agenda do FIA que é uma agenda de todos nós. Abraço da nossa reitora, professora Márcia, e parabéns pela atividade, por esse projeto que, com certeza, muito em breve será um programa. Um abraço, obrigada.

Gilberto Santos (CIMI): Obrigado professora Olgamir, nós queremos agradecer, enfim, essa composição maravilhosa, todas as falas. Vamos desfazendo essa mesa, agradecendo, de coração, cada fala, cada energia positiva que trouxeram para essa mesa de abertura. Essa energia vai nos contagiar ao longo desses dias. A gente só vai ajeitar a estrutura aqui para passar logo o documentário Matando por Terra, de Adrian Cowell. A Ayala, da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra já chegou.

Enaile Iadanza (NEAz): Estou roubando aqui o microfone só para falar para vocês darem um pulinho na Praça Chico Mendes. Tem um grafite maravilhoso, feito pelos nossos estudantes, o Corujito, a Thamires, o Romero, a Elenira, a Mariana, e por vários outros e outras. Passem lá, passem também na feira de produtos da Amazônia, que está sendo no ICC Norte. Mas antes de vocês irem, assistam ao filme, que é um filme muito bom, forte e atual. Ayala vem para cá.

Painel 1:
Território Transformado, Desigualdade e Violência na Amazônia

Centro Cultural da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília

13 de junho de 2023 (terça-feira) - 14h00

Participantes:



Dom Pedro Brito Guimarães, Rede Eclesial Panamazônica (REPAM)



Ângela de Jesus, Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG)



Ennio Candotti, Museu da Amazônica e Presidente Emérito da SBPC

Coordenação:



Gilberto Vieira dos Santos, Conselho Indigenista Missionário (CIMI)



Silvia Elena Moreira, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Gilberto Santos (CIMI): Boa tarde a todos e todas. Mais uma vez estamos dando início ao primeiro painel do Fórum Internacional sobre a Amazônia. Justificando a ausência da presidenta da FUNAI, Joenia Wapichana, que estava confirmada, mas infelizmente aconteceu uma situação em Rondônia e ela teve que se deslocar para lá. Queremos acolher o professor Ennio Candotti, Diretor-geral do Museu da Amazônia (MUSA) e Presidente de honra da SPBC, que já está aqui para compor a nossa mesa. Queremos convidar também a Ângela de Jesus, que é Presidenta da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Pará. Queremos também acolher, que esteve conosco na abertura e vai retornar a essa mesa, Dom Pedro Guimarães, Arcebispo de Palmas, Tocantins, representando a Rede Eclesial Panamazônica (REPAM-Brasil). Também chamar a Silvia que vai ajudar na condução da mesa. A dinâmica deste primeiro painel ocorrerá da seguinte forma: terá uma primeira rodada de 20 minutos para cada um da mesa e quando faltarem uns 5 minutos a gente avisa e vai avisando sobre o tempo. Professor Ennio, por favor, com a palavra.

Ennio Candotti (MUSA): Muito obrigado pelo convite. Espero não decepcionar, mas as notícias que eu trago são surpreendentes. Espero, para bem e não para mal, mas deveremos examiná-las com certo cuidado, e tem tudo a ver com o Fórum que hoje estamos iniciando.

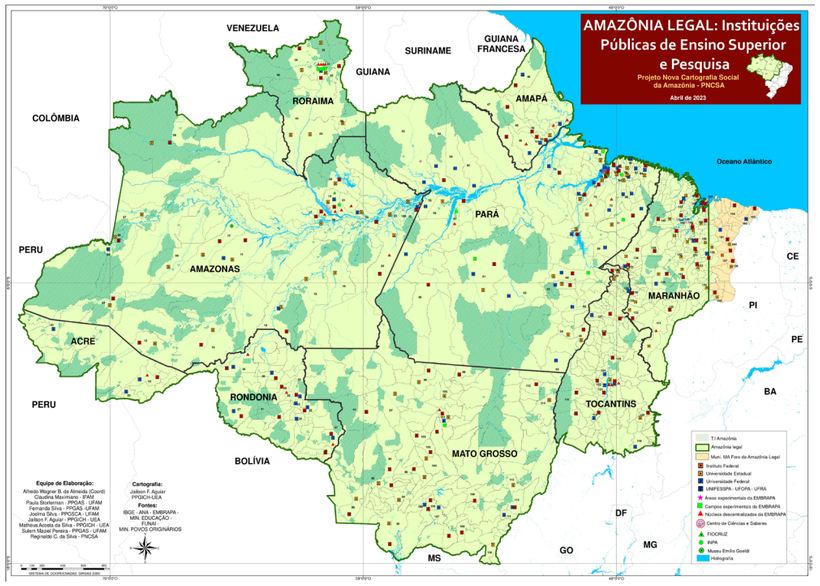
Eu vou partir para entrar diretamente na questão que quero desenvolver é para uma hipótese fundamental. Primeiro, a Amazônia não é aquilo que tem sido divulgado, é também aquilo que tem sido divulgado, mas é muito mais, porque nos últimos 20 anos, o número de associações comunitárias multiplicou por 50. E aqui a CONTAG, o MST, mas as associações comunitárias no interior, indígenas e não indígenas, é muito, muito numerosa. Outra observação que também quero levantar é que nesse auditório 70% das pessoas são mulheres. Há 10 anos, isso era impensável. A maioria era sistematicamente de homens. Quando vocês viram aquela imagem do Caiado, no filme, falando para um auditório, eram todos homens. Ou seja, a reação dos conservadores, vamos chamá-los simplesmente de trogloditas, são pessoas que não têm ideia de que metade do mundo existe e não participa dos seus movimentos. Dos nossos movimentos participam tanto, que devemos até observar que a maioria das lideranças dos indígenas hoje são mulheres. Há cinco anos atrás, isso era impensável. Qualquer um que tem uma ideia de como funcionam a família ou a vida nas comunidades nas aldeias, há cinco anos atrás, isso era alguma coisa revolucionária. A revolução ocorreu. A maioria das lideranças indígenas é de mulher. Então, essas são conquistas que me apontam para uma Amazônia, para um país, é bastante diferente daquilo que era 10 anos, 15 anos ou 20 anos atrás.

Há 20 anos, na Amazônia, se decidiu, por determinação

do governo Lula, de interiorizar. Foram iniciados movimentos de interiorização das escolas e das universidades. Foram criados Campi no interior da Amazônia. E a minha observação será de dar a vocês a notícia de que temos, na Amazônia, 300 Campi de Universidades. As 30 Universidades da Amazônia Legal têm 300 Campi. Não é pouca coisa. Se vocês imaginam que um Campus forme 100 pessoas, que não é isso, são mais para mil. Se forem mil, são 300 mil formandos. Se forem cem, são 30 mil. São números extraordinários de uma formação que no interior da Amazônia é majoritariamente indígena. Não nos iludamos. A presença indígena no interior é muito grande, direta ou indiretamente, mas são numerosíssimos os jovens indígenas. Anos atrás isto era objeto de uma missão, de uma política de formação de quadros e de jovens indígenas, programas interculturais, etc. Hoje, nós temos algo como 300 centros de ensino superior, fora todas as escolas. Ou seja, o quadro dos próximos anos é um quadro revolucionário do ponto de vista da presença, da mudança do perfil dos jovens protagonistas da história da Amazônia.

Esse mapa que vocês veem **(Mapa 1)** foi elaborado a partir de informações que foram dadas pelas próprias universidades. São 6 universidades estaduais, 12 universidades federais, 9 institutos federais. São 5 as instituições de pesquisa e campi, Embrapa, INPA e Museu Goeldi são interessantes. Acrescentei aqui centros de ciências e saberes, só ainda poucos. O que são os centros de ciências e saberes? Todas as informações que eu dei até agora são de instituições públicas. Isso quer dizer que, se forem da ordem de 300 Campi, mais 12 universidades, mais 18 universidades, são da ordem de 10 mil professores, ou vamos dizer 5.000 professores são remunerados pela união.

Mapa 1:



Significa 5 bilhões por ano que a união investe na Amazônia, de 5 a 10 bilhões. A Universidade do Pará, por exemplo, recebe uma dotação de um bilhão e duzentos, um bilhão 300 por ano. Chegar a 10 bilhões para 300 Campi e 40 Institutos de Ensino Superior, federais e estaduais, não é muito difícil. Ou seja, há uma enorme quantidade de recursos que são investidos e que não estão sob controle do Congresso Nacional.

Nós falamos muito, e com razão, dos desastres e das dificuldades que ocorrem nesses dias no Congresso Nacional, mas nós temos uma retaguarda financiada pelo governo, pela união, que não tem nada a ver com o Congresso Nacional. O que se faz nas universidades, nos institutos de pesquisas, nas escolas não tem nada a ver com as decisões que tomam no Congresso. É claro que tem indiretamente para muitas leis, mas a vida desses 300 Campi não depende disso. Dependem muito mais de nós, de encontros como esse do FIA, porque devemos ver o que significa formar no interior, sem 200, 300 estudantes. Que perspectivas de vida se dá a esses jovens? Eles vão reclamar por perspectivas de vida melhores do que têm. Quem vive ou viveu no interior da Amazônia sabe muito bem que saúde é precária, internet é precária, energia é flutuante, transporte é três, quatro dias de barco para chegar a um município próximo. Nós temos questões quase que imperativas de serem resolvidas se queremos que todo esse investimento realizado no interior da Amazônia funcione. Esse jovem, não se poderá pedir que façam sacrifícios por muito tempo se não tiver um pouco de saúde, se não tiver um pouco de internet, se não tiver um pouco de algumas condições e energia estável e transporte. Eles vão migrar, vão sair de lá. Seria um desperdício. Como fixa-los lá? Como fazer com que as políticas de saúde se concentrem no interior? Como fazer com que as políticas de energia não sejam voltadas para macroprojetos e exportação de energia, mas de fornecimento de energia local, seja micro usinas e soluções solares ou alternativas adequadas. A internet, que não é nada trivial, porque a internet na floresta não funciona. O sinal da internet é absorvido pela água, e as folhas são em grande parte água, então não passa. Precisa-se encontrar uma tecnologia adequada para fazer com que a internet seja acessível nesses centros do interior.

Ou seja, voltar-se para o interior, dar ao interior o seu valor, a sua importância estratégica, não é uma opção, não um dever apenas, mas é uma questão fundamental se queremos discutir a Amazônia. Muitos inventam soluções milagrosas para a bioeconomia, acho que chamam assim. Tem toda uma discussão sobre. Como é que se vai desenvolver a bioeconomia se a internet não funciona. Bioeconomia significa explorar o Cumaru, a Castanha, o Cupuaçu, o Cacau, essas plantas próprias da região que têm mercado internacional, são muito demandadas e possíveis de serem exploradas. Agora, como desenvolver, no interior, núcleos capazes de lidar com a industrialização, com a preparação des-

ses produtos naturais se você não tem internet, não tem energia estável, regular? Não é ter de vez em quando luz acesa. Se não tem meios de transporte regulares e bem equipados, e, sobretudo, saúde. É óbvio que a COVID mostrou, o interior não tem um leito de emergência. Precisa dar condições à saúde ser razoavelmente digna no centro do interior. Então, temos desafios complexos e que tipo de formação será dada a esses jovens? Que formação esses jovens darão, aqueles que se dedicaram à pedagogia, quando ensinarem pelo interior. É uma educação que considera a propriedade privada um tabu, como estávamos discutindo há meia hora atrás? Ou seja, ou será uma educação que valoriza sementes, que valoriza o verde, que valoriza as árvores, que entende a complexidade e o que significa biodiversidade e seu valor. Para ensinar para que esses jovens que nós formamos nas universidades voltem para as escolas e ensinem que a propriedade é importante, mas não tanto quanto a biodiversidade, isso será um trabalho que nós devemos fazer através de uma multiplicação de FIAs, como estamos fazendo.

Vejam, esses pontinhos todos são 166 municípios nos quais estão instaladas duas a três universidades, sejam estaduais ou federais, ou institutos federais ou institutos de pesquisa, com campi ou pontos da Embrapa avançados no interior. Ou seja, é povoado e é riquíssimo, e as áreas verde escuro, que vocês veem, são áreas indígenas, né? São territórios. Há uma riqueza de questões que nós devemos enfrentar, discutir e contribuir para resolver, que ultrapassam as discussões usuais. Essas são as cidades, esses municípios em que estão localizados os institutos de pesquisas, só para não dizer que estava falando de palavras, e os centros de ciências que vocês veem. Ciências e saberes **(tabela 1)**. Esses são criados pelas próprias comunidades e quilombolas ou indígenas, para essencialmente ensino dos saberes tradicionais e recuperação da memória. A questão da memória não é uma questão secundária, a questão da memória é central na discussão da Amazônia, e central na discussão de dar a presença dos povos indígenas seus direitos e sua ancestralidade e seu passado.

Hoje discutimos recuperação de onde viemos, para onde vamos, a todos os níveis, e não menos na Amazônia. Esses centros de saberes são como museus em outras partes do mundo, e no Brasil mesmo, museus são uma necessidade para que as cidades se encontrem, os cidadãos descubram sua história. Na Amazônia também, mas eles devem ser liderados e moldados pelas próprias lideranças indígenas, para que eles criem postos independentes. Se somarmos essas informações, aquela que eu disse inicialmente que multiplicou por 50 o número de associações e multiplicou por 50 o número de centros, associações e programas liderados por mulheres e além das agências, ministérios. Nós vemos que estamos frente a um quadro bastante diferente daquele que usualmente se discute, em que todos têm alguma

Tabela 1:

	ACRE
1	Cruzeiro do Sul
	IFAC
2	Rio Branco
	IFAC
	UFAC
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA
3	Brasiléia
	UFAC

	AMAZONAS
4	Eirunepé
	IFAM
	UEA
5	Benjamin Constant
	UFAM
6	Tabatinga
	IFAM
	UEA
7	Santo Antônio do Içá
	UEA
8	São Gabriel da Cachoeira
	IFAM
	UFA
9	Carauari
	UEA
10	Tefé
	IFAM
	UEA
11	Coari
	IFAM
	UFAM
	UEA
12	Boca do Acre
	IFAM
	UFA
13	Lábrea
	IFAM
	UEA
14	Humaitá
	IFAM
	UFAM
	UEA
15	Manicoré
	UEA
16	Novo Aripuanã
	UEA
17	Manacapuru
	IFAM
	UEA
18	Iranduba
	IFAM
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA
19	Manaus
	IFAM
	UFAM
	UEA
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA
20	Presidente Figueiredo
	IFAM
	UEA
21	Rio Preto da Eva
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA
22	Itacoatiara
	IFAM
	UFAM
	UEA
23	Boa Vista do Ramos
	UEA
24	Maués
	IFAM
	UEA
	Nucleo descentralizado da EMBRAPA
25	Parintins
	IFAM

	UFAM
	UEA
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA

	RONDÔNIA
26	Porto Velho
	IFRO
	UNIR
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA
27	Guajará Mirim
	IFRO
	UNIR
28	Ariquemes
	IFRO
	UNIR
29	Jaru
	IFRO
30	Ouro Preto do Oeste
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA
31	São Miguel do Guaporé
	IFRO
32	Ji-Paraná
	IFRO
	UNIR
33	Presidente Médici
	UNIR
34	Rolim de Moura
	UNIR
35	Cacoal
	IFRO
	UNIR
36	Colorado do Oeste
	IFRO
37	Vilhena
	IFRO
	UNIR
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA

	RORAIMA
38	Amajari
	IFRR
39	Paracaima
	UERR
40	Alto Alegre
	UERR
41	Boa Vista
	IFRR
	UFRR
	UERR
	Núcleo descentralizados da EMBRAPA
	Campos experimentais da EMBRAPA
42	Bonfim
	IFRR
43	Caracarai
	UERR
44	Rorainópolis
	UERR
45	São João da Baliza
	UERR

	AMAPÁ
46	Oiapoque
	IFAP
	UNIFAP
47	Laranjal do Jari
	IFAP
	UNIFAP
48	Pedra Branca do Amapari
	IFAP
49	Mazagão
	UNIFAP
	Núcleo descentralizado da EMBRAPA
50	Porto Grande
	IFAP
51	Santana
	IFAP

	UNIFAP
52	Macapá
	IFAP
	UNIFAP
	UEAP
	Núcleo descentralizado da EMBRAPA

	PARÁ
53	Cirixmina
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
54	Óbidos
	IFPA
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
55	Juruti
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
56	Santarém
	IFPA
	UEPA
57	Belterra
	Campos experimentais da EMBRAPA
	Núcleo descentralizado da EMBRAPA
58	Itaituba
	IFPA
	UFOPA
59	Alenquer
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
60	Monte Alegre
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
61	Altamira
	IFPA
	UFPA
	UEPA
	Campos experimentais da EMBRAPA
62	São Félix do Xingu
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
63	Santana do Araguaia
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
64	Redenção
	UEPA
65	Conceição do Araguaia
	IFPA
	UEPA
66	Xinguara
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
67	Parauapebas
	IFPA
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
68	Marabá
	IFPA
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
	UEPA
	Campos experimentais da EMBRAPA
69	Rondon do Pará
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
70	Tucuruí
	IFPA
	UFPA
	UEPA
71	Paragominas
	IFPA
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
	UEPA
	Campos experimentais da EMBRAPA
72	Tomé-Açu
	UNIFESSPA - UFOPA - UFRA
	Núcleos descentralizados da EMBRAPA
73	Moju
	UEPA
	Núcleos descentralizados da EMBRAPA
74	Cametá
	IFPA
	UFPA
	UEPA
75	Breves
	IFPA

	UFPA
76	Soure
	UFPA
	Campos experimentais da EMBRAPA
77	Salvaterra
	UEPA
78	Abaetetuba
	IFPA
	UFPA
79	Barcarena
	UEPA
80	Belém
	IFPA
	UNIFESSPA - U.FOPA - UFRA
	UEPA
	Areas experimentais da EMBRAMA
81	Vigia
	IFPA
82	Terra Alta
	Núcleo descentralizado da EMBRAPA
83	Castanhal
	IFPA
	UFPA
	UEPA
	Campos experimentais da EMBRAPA
84	São Miguel do Guamá
	UEPA
85	Salinópolis
	UFPA
86	Igarapé-Açu
	UEPA
87	Capanema
	UFPA
88	Aurora do Pará
	UNIFESSPA - U.FOPA - UFRA
89	Bragança
	UFPA
	UEPA

	MATO GROSSO
90	Pontes e Lacerda
	IFMT
	UNEMAT
91	Juína
	IFMT
92	Tangar da Serra
	IFMT
	UNEMAT
93	Campo Novo do Parecis
	IFMT
94	Barra dos Bruge
	UNEMAT
95	Cáceres
	IFMT
	UNEMAT
96	Diamantino
	IFMT
	UNEMAT
97	Juara
	UNEMAT
98	Alta Floresta
	IFMT
	UNEMAT
99	Guarantã do Norte
	IFMT
100	Colider
	UNEMAT
101	Sinop
	IFMT
	UFMT
	UNEMAT
	Campos experimentais da EMBRAPA
	Núcleos descentralizados da EMBRAPA
102	Tapurah
	IFMT
103	Lucas do Rio Verde
	IFMT

104	Nova Mutum
	UNEMAT
105	Várzea Grande
	IFMT
	UFMT
106	Cuiabá
	IFMT
	UFMT
107	Santo Antônio de Levergor
	IFMT
108	Rondonópolis
	IFMT
109	Primavera do Leste
	IFMT
110	Alto Araguaia
	UNEMAT
111	Pontal do Araguaia
	UFMT
112	Barra do Garças
	IFMT
	UFMT
113	Nova Xavantina
	UNEMAT
114	Luciara
	UNEMAT
115	Confresa
	IFMT

	TOCANTINS
116	Lagoa da Confusão
	IFTO
117	Filadélfia
	IFTO
118	Gurupi
	IFTO
	UFT
119	Arraias
	UFT
120	Dianópolis
	IFTO
	UNITINS
121	Porto Nacional
	UFT
122	Paraíso do Tocantins
	IFTO
123	Palmas
	IFTO
	UFT
	UNITINS
	Núcleos descentralizados da EMBRAPA
124	Miracema do Tocantins
	UFT
125	Pedro Afonso
	IFTO
126	Colinas do Tocantins
	IFTO
127	Araguaína
	IFTO
	UFT
128	Tocantinópolis
	UFT
129	Araguatins
	IFTO
	UNITINS
130	Augustinópolis
	UNITINS

	MARANHÃO
131	Balsas
	UEMA
	Núcleos descentralizados da EMBRAPA
132	Carolina
	UFMA
	UEMA
133	Estreito
	UEMA

134	Porto Franco
	IFMA
135	São Raimundo dos Mangabeiras
	IFMA
136	Grajaú
	IFMA
	UFMA
	UEMA
137	Imperatriz
	IFMA
	UFMA
	UEMA
	UEMASUL
138	Açailândia
	IFMA
	UEMA
	UEMASUL
139	Buriticupu
	IFMA
140	Zé Doca
	IFMA
141	Barra do Corda
	IFMA
	UEMA
142	Lago da Pedra
	UEMA
143	Arari
	IFMA
	UEMA
	Nucleo descentralizado da EMBRAPA
144	Penalva
	CCS Apolônio Machado
	CCS Comunidades Quilombolas e de Povos de Terreiro
145	Cajari
	CCS Campus/Isa
146	Viana
	IFMA
147	Pinheiro
	IFMA
	UEMA
148	Alcântara
	IFMA
	CCS Mão Amica
149	São Luís
	IFMA
	UFMA
	UEMA
150	Rapousa-Mirim
	IFMA
	UEMA
151	Bacabal
	IFMA
	UFMA
	UEMA
152	Pedreiras
	IFMA
	UEMA
153	Presidente Dutra
	IFMA
	UEMA
154	Colinas
	UEMA
155	São João dos Patos
	IFMA
	UEMA
156	Timon
	IFMA
	UEMA
157	Caxias
	IFMA
	UEMA
158	Codó
	IFMA
	UEMA
159	Coroatá

ideia de como explorar a biodiversidade ou a bioeconomia, mas poucos se dão conta de que esse discurso da bioeconomia há 30 anos vem sendo repetindo. O problema é fazer, e como fazer, e para fazer precisamos de transporte, internet, energia, saúde, escolas, escolas, escolas.

Pensem de novo, os salários dos professores são pagos pela união. Esse é um patrimônio, um capital que nós temos, é nosso. E resistimos à destruição implantada pelo Bolsonaro e companhia exatamente porque conseguimos defender os salários e as pessoas, que não foram ameaçadas, apesar da vontade de destruir, mas desistiu. Quem ganhou essa batalha fomos nós. Agora, perdemos aquela do Congresso, mas ainda controlamos boa parte dos recursos que fluem para essas instituições, hoje em dia, os recursos do Fundo Amazônia, Finep, FNDCT. Quem conhece o sistema como financia a CAPES, financia as universidades, sabe que pouco tem a ver com o Congresso Nacional, mas tem muito a ver conosco, com as nossas responsabilidades, com as nossas existências, com a nossa capacidade de resistir. Essa aproximação desses núcleos do interior da Amazônia com as associações de trabalhadores, com as associações sindicais, com o MST, com a CONTAG, com todas as outras instituições que, em parte, estão aqui presentes, mas que sabemos existirem, é o grande nó da questão. Se nós conseguirmos juntar os jovens que estão nas universidades no interior com os núcleos comunitários que se organizaram, nós temos um exército muito poderoso. Se não conseguirmos nem mesmo perceber que essas universidades, que esses campi estão aí, que estão aí, provavelmente estaremos prejudicando a nossa própria capacidade de resistir e de implantar um mundo novo.

Nos últimos 10 anos, tem sido formado um grande número de jovens no interior das capitais, a maioria mulheres indígenas

do interior. Há recursos e energia! Precisamos de diretrizes que orientem o mundo e que possam prosperar a ciência, a cultura. E aí, a bioeconomia será um superproduto dessa novidade. Mas, por favor, não corram atrás dessas teorias sobre como desenvolver a Amazônia. Tem gente suficiente para desenvolvê-la. O que precisamos são braços. Se quiserem nos ajudar na Amazônia, venham para a Amazônia, trabalhem conosco, aprenderão muito, e provavelmente os nossos próximos anos de discussão sobre essa questão ganharão novas imagens e novos protagonistas. Obrigado.

	UEMA
160	**Coelho Neto**
	IFMA
161	**Chapadinha**
	UFMA
162	**São Bernardo**
	UFMA
163	**Araioses**
	IFMA
164	**Barreirinhas**
	IFMA
165	**Raposa**
	CCS Povo Indígena Tremembé
166	**Barreirinha - Amazonas**
	CCS Quilombos do Rio Andirá (Em Instalação)

UF	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÕES DE PESQUISA
AM	Manaus (19)	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
AM	Manaus (19)	Fundação Oswaldo Cruz – Instituto Leônidas e Maria Deane – FIOCRUZ Amazonas
AM	Tefé (10)	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamiraua
AM	Tabatinga (6)	VigiFronteiras – Brasil
PA	Belém (80)	Museu Paraense Emílio Goeldi

CENTRO DE CIÊNCIAS E SABERES – CCS			
UF	MUNICÍPIO	ORGANIZAÇÃO	CENTRO DE CIÊNCIAS E SABERES – CCS
MA	Penalva (144)	Associação de Moradores Bairro Novo Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Baixada Maranhense	CCS das Comunidades Quilombolas Apolônio Machado
MA	Cajari (145)	Associação Quilombola de Camaputia	CCS Camaputiua
MA	Imperatriz (137)	Associação de Pequenos Agricultores Da Vila Conceição	CCS Museu Casa Branca Assentamento Vila Conceição
MA	Alcântara (148)	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara	CCS Mão Anica em Canelatiua Comunidades Quilombolas de Alcântara
MA	Raposa (165)	---	CCS Povo Indígena Tremembé
MA	Itapecuru - Mirim (150)		CCS Santa Rosa dos Pretos (Em Instalação)
MA	Penalva (144)	---	CCS Comunidades Quilombolas e de Povos de Terreiro (Em Instalação)
AM	Tarumã, Manaus (19)	---	CCS Karapãna Aldeia Yupirungá
AM	Ramal do Brasileirinho, Manaus (19)	Associação dos Índios Kokamas Residentes no Município de Manaus	CCS Kokama Antônio Samias
AM	Cidade de Deus, Manaus (19)	(Escola de Revitalização da Língua) "Espaço de Estudo da Língua Materna"	CCS Lua Verde Kokama
AM	Barreirinha (166)	Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha	CCS Quilombos do Rio Andirá (Em Instalação)
PA	Oriximiná (53)	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Erepecuru	CCS da Comunidade Remanescente de Quilombo do Jauari – Rio Erepecuru
PA	Oriximiná (53)	Associação dos Moradores da Comunidade Remanescente Quilombola de Cachoeira Porteira	CCS Quilombola de Cachoeira Porteira (Em instalação)

- Estes CCS's não são organizações governamentais. Trata-se de estabelecimentos de ensino, pesquisa e atividades arquivisticas e museológicas vinculadas diretamente a associações locais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Gilberto Santos (CIMI): Obrigado professor Ennio, provocações além de informações, provocações. Gostaria de convidar Silvia do CNS que vai compartilhar comigo aqui a coordenação do painel. A gente sabe que estava correndo atrás das infraestruturas. É assim, o Fórum, que é popular, também vai se construindo na caminhada. Você vai ajudar aqui a cutucar o povo para ir no tempo de 20 minutos. Ângela, por favor, a palavra está contigo.

Ângela de Jesus (FETAGRI-PA/ CONTAG): Boa tarde a todos, todas e todes. Eu sou Ângela, uma agricultura familiar do Estado do Pará, presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará. Agradeço muito o convite, muito feliz de estar nesse espaço. Não venho da academia, venho do dia a dia, do dia a dia na Amazônia. Mas aqui trago os abraços amazônicos de toda a delegação de todos os estados da Amazônia que estão aqui, do meu Pará e de todos os estados, todas as lideranças que eu estou vendo aqui, o Gatão... Dizer do momento de estar aqui, na UnB. Agradecer aqui muito ao Manoel, à CONTAG, que é a nossa Confederação, a Federação vem através da CONTAG, que fica aqui em Brasília, mas tá em todo o Brasil e também está na Amazônia. Saudar aqui o doutor Ennio, colocou muito bem a configuração de como está a Amazônia em relação a tudo que a gente tem de espaço de educação. Saudar aqui o Dom Pedro, o Giba e a Silvia. E dizer que nós temos muitos territórios transformados. Eu me emocionei quando vi o filme Matando por Terras, olhar o Padre Paulino..., mas também ver Caiado e olhar que os malfeitores da Amazônia, eles só se reinventaram. Inclusive eles estão no espaço de poder até hoje. Quando a gente fala das transformações na Amazônia, de tudo que a gente vive, apesar de ter todo esse conteúdo, todo esse potencial que o professor coloca, mas não mudou muita coisa. A grilagem permanece, o agronegócio avança, a geografia que é colocada para não chegarem políticas públicas, a geografia da Amazônia é complicado para a gente trabalhar, mas para os grandes negócios, para grandes obras, para a grilagem, para a mineração, a geografia não é um problema. Chega com uma velocidade, com uma infraestrutura que nos dá medo. E nesse potencial que o agronegócio tem, que a mineração tem, é aí que se dá a disputa dos defensores e defensoras da Amazônia, é aí que muitos tombam por fazer essa disputa dos territórios. E a desigualdade ela acompanha também esse processo. Nós temos visto em todos os estados da Amazônia que as grandes corporações chegam, mas a desigualdade está do lado. Em muitos municípios a gente vivencia isso, o analfabetismo, a falta de educação, a falta de infraestrutura, não tem energia. Nós temos na Amazônia muitas áreas remotas, professor, que sequer chega alguma coisa, e a gente sempre diz, na Amazônia, que quando a política pública não chega, as pessoas se agarram no braço do Rio, porque o rio é estrada, o rio é a saída.

Essa geografia, que sempre foi desculpa, para o agronegócio não é, porque ele quer ditar as regras da natureza e muda completamente o Bem Viver. Influencia nos saberes das pessoas dos territórios, inclusive na religiosidade. Quando a gente viaja na Amazônia e se depara que em muitos territórios ele chegou tão forte que o pajé perdeu o seu lugar, as danças, a cultura vão perdendo também espaço nessa transformação do território. Isso é preocupante para nós na Amazônia, porque nós precisamos resgatar isso, e a academia pode nos ajudar. As universidades também podem ter esse propósito de ter como meta o resgate dessa história e a preservação não só da floresta, mas também dos nossos saberes e das nossas culturas. E eu tenho uma preo-

cupação muito grande, enquanto representante da Federação e dialogando com outras Federações, com os extrativistas, com os indígenas, com os ribeirinhos, com os pescadores, para a gente não olhar só a Amazônia com a pauta da floresta, mas a gente olhar a Amazônia com toda a sua biodiversidade. Porque quando nós olhamos para os nossos recursos naturais, que são as nossas praias, que são transformadas com as edificações, quando a gente vê muitas cidades transformadas com algum projeto que não tem nada a ver com aquele território, também nos preocupa. Muitas pessoas romantizam Amazônia olhando de cima e não pensando nas pessoas que estão aqui embaixo, não embaixo porque é embaixo, mas no solo dessa Floresta. Eu tenho dado parabéns para o Ministério Público, foi dito hoje aqui na mesa que, lógico, tem muitas coisas erradas, mas a desintrusão das áreas indígenas, que tem gerado também conflito na Amazônia, mas é um fator que nos alegra, porque é dar a terra aos indígenas que é de direito. Porém, também gera um problema social, porque aquele espaço territorial dos indígenas já foi alterado, mas ele precisa, dentro da desintrusão, trazer esse resgate. Nós estamos vivenciando no Estado do Pará, além de todos os conflitos, de toda a grilagem de terra, também o conflito por conta da desintrusão do Alto Rio Guamá. Isso tem nos custado muitas reuniões para que a gente possa trabalhar esse processo da conscientização de quem está naquela área possa perceber que ali é um território indígena e que ele precisa ser preservado. As múltiplas violências que acontecem na Amazônia por conta de todos os projetos, por conta de todas as grandes obras influenciam, muitas vezes, diretamente no território, até no nosso corpo, porque o peixe está contaminado pelo Mercúrio. Quanto tempo nós não passamos falando que queremos saber o caminho que o mercúrio faz e hoje a pesquisa está dizendo o caminho que o mercúrio fez. É uma violência tão grande, tão grande, que a gente precisa repensar, refletir, para juntar tudo isso que o professor falou aqui. O capital humano que a gente tem na Amazônia, as organizações potentes que a gente tem na Amazônia, para a gente fazer esse grande levante popular em defesa da Amazônia. Nós temos organizações que resistiram ao longo do tempo e estão resistindo, porque a transformação não se dá só na implementação de um determinado projeto, ela permanece por vários anos, gradativamente, a violação dos direitos humanos do povo amazônico.

Se a gente juntar tudo isso que foi dito aqui, esse potencial humano, esse capital humano, esse capital das organizações, para a gente fazer esse levante popular e mostrar que os povos da Amazônia estão Unidos na defesa dos povos do campo, das águas e das florestas, nós vamos muito longe. Sair das nossas caixinhas e fazer essa grande rede, juntando a igreja, juntando tudo que nós temos de bom e, inclusive, também questionando algumas coisas, questionando instituições que precisam ressignificar o seu papel, o seu trabalho e os seus investimentos na Amazônia. O filme nos mostrou quem era o grande financiador daquele matador: era SUDAM. Nós precisamos discutir e pautar o ressignificado da SUDAM na Amazônia. Nós precisamos discutir e ressignificar o papel do Banco da Amazônia e eu tenho um questionamento: porque a gestão do Fundo Amazônia é feita pela BNDES? Nada contra. Porque não por um banco da Amazônia, que opera, que faz gestão, que financia projetos na Amazônia? Eu queria deixar esse questionamento aqui no FIA, nesse momento tão importante, nesse evento tão importante, que temos pessoas de todo o Brasil, pessoas que vieram de outros países. Que é importante o Fundo Amazônia, é, mas ele precisa também ser ressignificado para nós na Amazônia. Nós precisamos também opinar dentro desse fundo. As coisas não podem ir daqui para lá, elas têm que vir de lá para cá. Para nós, enquanto amazônidas, é muito importante também exercer esse papel coletivo, de pauta, a partir do nosso lugar de fala.

As mudanças climáticas estão aí, como é que as mulheres vão ser inclusas nesse debate? Eu quero até fazer uma provocação, acho que tem que ter uma câmara técnica de equidade, igualdade de gênero e mudanças climáticas no Ministério do Meio Ambiente. Nós conseguimos fazer isso no Pará, nós temos uma câmara técnica de equidade, igualdade de gênero e mudanças climáticas por dentro do Fórum de Mudanças Climáticas, porque, como disse o professor, as mulheres também estão ocupando o espaço nas organizações. Em 52 anos da FETAGRI-PA, eu sou a primeira mulher a exercer esse cargo, mas nós temos inúmeras companheiras nas organizações indígenas, nas associações de bairros, nos sindicatos, nas ONGs. Na Amazônia nós temos desigualdade de gênero, de raça, de renda e a gente precisa repensar isso enquanto povos da Amazônia, por dentro das universidades, mas também olhando para dentro do nosso próprio movimento. Como é que nós vamos fazer essa discussão, como é que nós vamos estar empoderando também o gênero por dentro das organizações. Nós temos feito um debate muito grande, esse autoritarismo que existe em relação à Amazônia. Autoritarismo que se dá em pensar que os rios são só para a questão energética e não se leva em conta as populações e aquele território que vai ser modificado. O Pedral do Lourenço está pronto e pensado para ser detonado com dinamite, onde tem um berçário imenso de peixes, mas ninguém está pensando na população amazônida que está ali naquele território. Está se pensando nas barcaças de soja que terão que passar porque o capital é mais importante do que a vida humana que ali permanece.

Eu trago aqui essa mensagem para dizer que nós FETAGRIs de todo o Brasil, CONTAG, nós temos que amazonizar o mundo. Essa era a meta do GTA, quando tão forte era. Nós tínhamos essa narrativa, temos que amazonizar o mundo para as

pessoas perceberem o quanto a Amazônia é importante para a humanidade. A Pan-Amazônia precisa ser pensada como um elemento da humanidade, um patrimônio da humanidade, porque não dá mais para a gente pensar que só os povos da Amazônia têm que defender a Amazônia. Acho que o governo brasileiro sinaliza com muitas ações pensadas para Amazônia, mas nós temos que nos preparar para COP que vem aí. Como vamos estar, enquanto Amazônidas, enquanto territórios para apresentar para o mundo. Vendendo ilusão de que tudo está bem, está ótimo, e não está. Nós precisamos olhar para os nossos territórios, fazer o dever de casa, mas nós precisamos do braço do governo, nós precisamos da mão do governo, com projetos, não uma lista de reivindicações para Amazônia. Essa lista nós já estamos a anos dizendo: precisa disso, precisa disso, precisa daquilo. Não, não queremos mais isso. Nós queremos que tenha um projeto político para Amazônia que leve em conta todos os sujeitos que ali vivem, o homem, a mulher, a juventude. O professor colocou aqui, é tão importante a juventude permanecer no campo, mas com toda essa infraestrutura que foi colocada aqui, nós descemos o rio, não nos comunicamos com mais ninguém que não tem internet. Quantos não ficaram sem estudar no período da pandemia porque não tiveram o acesso, a acessibilidade. Muitos perderam até o ano.

Bioeconomia. já existem até leis estaduais, planos estaduais. Mas com que olhar? É uma sócio-bioeconomia ou é uma bioeconomia pensada para o capital também, que não é inclusiva, que não é justa, que não é participativa, que não se pensa em quem está na Amazônia, que precisa de logística, que precisa de algo mais que não é aquela caixinha pronta e acabada, pensada por muitas cabeças que não levam em conta de que a Amazônia tem as suas especificidades.

Então, nós da Amazônia, nessa questão da mudança do território, sofremos. Quem é da Amazônia é que sabe na pele, na alma e no corpo. Quando nós vimos aqueles assassinatos no filme, nossa, é chocante. Padre Paulino, hoje já está com uma certa idade, mas continua na luta. Um padre jovem que ali fazia a luta pela terra, acompanhando os agricultores e agricultoras. Como eu estou dizendo, não mudou muita coisa, a grilagem continua, a mineração avança, a soja avança, o agrotóxico avança, e muitas vidas estão comprometidas na Amazônia. Nós temos aqui companheiros que são ameaçados de morte. Está ali o Edilson, do oeste do Pará. Nós temos também, que nem o João Batista, deputado, e eu quero aqui citar o Carlos Bordalo. João Batista tá aqui, que anda 24 horas com dois seguranças, três, porque ousou fazer muitas coisas, CPI como contra o tráfico humano na Amazônia, CPI contra Vale, CPI contra a hidro. Vejam só como as histórias se repetem, 24 horas com segurança porque ameaçado de morte, porque ousou fazer a defesa dos povos da Amazônia. Tem uma comunidade, que eu visitei na Amazônia, que se chama, é um projeto de assentamento, Campos Altos, na cidade de Ourilândia do Norte, onde a Vale explora níquel. As pessoas não plantam mais nada, mudou totalmente o território, destruíram a igreja, destruíram o campo de futebol, tudo pela mineração, e nem sequer pagar as indenizações das 72 famílias à mercê do tempo, da hora e de todas as intempéries, inclusive da ação venenosa daquele Projeto Onça Puma. Eu acompanhei a oitiva da comissão parlamentar que estava acontecendo e ouvi choros, relatos daqueles agricultores e agricultoras que ali vivem. Que não têm mais direito a uma água potável, porque o pó do níquel cai na árvore, que não cresce nada. O que é pior, as onças se multiplicaram porque muitos territórios ficaram abandonados, e eles sequer podiam capinar uma roça e quando alguém vai capinar a roça, outro tem que ficar com a espingarda, senão a onça vai lá e come o agricultor. Gente, é dramático, muitas coisas, mas é importante colocar aqui, mas não é só desgraça também a nossa vida. Nós temos muita coisa boa na Amazônia, nós temos um povo resistente, solidário, capaz de atravessar todos esses momentos difíceis. É por isso que nós estamos aqui fazendo o Fórum Internacional sobre a Amazônia, porque nós temos lideranças, nós temos as Universidades, que são nossas parceiras, nós temos redes que também lutam na Amazônia, e nós temos homens e mulheres capazes de resistir, como aqueles agricultores, que mesmo enterrando o filho, enterrando pai, enterrando outros companheiros, resistiram na luta pela terra, e nós vamos lutar pela Amazônia sempre. Quero convidar todos e todas, assim como professor Ennio fez, todas as Confederações, todas as Federações, todas as ONGs, todos os movimentos de mulheres indígenas, ribeirinhos, pescadores, as mulheres das marés, que muitas são afetadas pelos seus territórios pesqueiros, para a gente fazer esse levante popular em defesa da Amazônia. Estamos juntos, com fé em Deus, na coragem e na força feminina das mulheres da Amazônia. Obrigada.

Silvia Moreira (CNS): Boa tarde, peço desculpas pelo atraso. Agradeço à Ângela, por suas falas e também convido aqui o Dom Pedro para fazer sua contribuição nesta mesa.

Dom Pedro (REPAM): Depois das sábias palavras do professor Ennio e da Ângela, eu fico até com vergonha de falar, mas eu queria começar por uma frase que me veio à mente agora, está escrito aqui no meu papel, que não sei nem de quem é o autor, pode ser até contestada, que diz assim: “Não é Amazônia que precisa de nós, somos nós que precisamos da Amazônia”.

Na verdade, eu sou Bispo de Palmas, então as palmas me dizem muito, né? Não é a Amazônia que precisa de nós, é preciso sentir do positivo, somos nós que precisamos da Amazônia. Eu vou trabalhar teoricamente um tema que eu escrevi aqui: “Amazônia entre redes de sonhos e de insônias”. Rede eu quero

usar aqui no duplo sentido. Primeiro a rede de dormir. Hoje se dorme bastante em cama, mas antigamente, no meu tempo, se dormia de rede. A rede preguiçosa para deitar-se, rede que balança e as canções populares, os cantores. Eu dormi muito de rede, gosto muito. Entre sonhos e insônia, eu vou continuar, porque de manhã já falei dos seis Gs, não vou repetir para não ser inconsequente, mas eu vou continuar dizendo o segundo ponto da minha presença aqui, que é: a Amazônia é uma parábola da existência humana, me explico já.

Jesus, na sua sabedoria milenar, Jesus falou tantas coisas sábias, não só do seu tempo, mas também do tempo dos seus antepassados. Era um homem de uma cultura milenar, tanto para frente como para trás. Ele usou com largueza de espírito e criatividade para falar do Reino de Deus, do reinado, da forma de Deus governar esse mundo, da sua bondade e do seu amor, a partir do gênero literário parabólico. Falar em parábola tem dois fatores positivos, primeiro fazer-se entender, e segundo, se não fizer entender, também não cria inimizade. Não entendeu, passou em branco, né?

Amazônia, com todo o seu ecossistema e toda sua biodiversidade, é uma parábola da existência humana. O que a Amazônia produz é compartilhado, co-dividido e consumido em muitas partes significativas do planeta, basta lembrar das chuvas, do clima. Alguns desses bens materiais e imateriais vão pelas águas e pelos ares, pelas águas que deságuam no oceano. Imagina a riqueza de corais que criam na bacia, o encontro das águas doce com salgada, dá todo esse clima e também pelos ares, pelas chuvas. Os dois, a água e o ar, interagem e se interpenetram, interdependem-se e se intercruzam. Os movimentos das águas potencializam os movimentos dos ares, e os movimentos dos ares potencializam os movimentos das águas, gerando energia eólica e fotovoltaica natural, que são levadas pelos rios de superfícies e pelos rios voadores até os confins da terra.

Há uma parábola de Jesus, que chamaria de "pescaria", contada por ele, que diz o seguinte: Jesus, passando à beira do mar, viu Simão e André, seu irmão, lançando as redes ao mar. Um pouco mais adiante, ele viu Tiago e João, também irmãos, lavando e consertando as redes. Eu cito os textos de Marcos, Mateus e Lucas. Hoje, o mar da Galileia é a Amazônia. Hoje, os pescadores somos todos nós. Jesus hoje passa pelo mar da Amazônia a procura de pescadores, de homens e mulheres para lançar, puxar, lavar, consertar e relançar as redes. Que redes são estas? As redes de parcerias, as redes de complementaridade. E eu cito aqui a que eu pertenço, a Rede Eclesial Pan-Amazônica, REPAM Brasil, mas também a REPAM.

Paulo Sexto em 1970, já vociferava, melhor dizendo, profetizava: Cristo aponta para a Amazônia. Esse mesmo Jesus fez aparecer nesse cenário amazônico esta rede, essas redes. Rede de pesca física e também, redes de comunicação. A Amazônia

é um cenário ideal para a existência desse tipo de redes. O que faz esta rede? Joga juntos, ensinam a pescar, limpam e conserta as redes rompidas, sujas de todos nós. Inclusive as redes da nossa consciência. As nossas redes estão sujas, rompidas e desconcertadas. O poeta Geraldo Vandré se autodefiniu assim: "Eu vivo para consertar". Consertar aqui é com "s" ou é com "c", certamente com os dois. Quais são os consertos com "s" e com "c" desta nossa Amazônia? A sinodalidade, o trabalhar junto, trabalhar em rede, o caminhar junto, o viver, interagir junto. Por isso, na Amazônia surgiu uma frase do Papa Francisco e todos conhecem: "Tudo está interligado, tudo depende de tudo". Até o pequeno animalzinho que a gente não dá o mínimo valor, na biologia de Deus tem um valor, ele serve para alguma coisa, não serve para comer, para fazer bem para nós, mas serve para criar a harmonia, é uma peça da harmonia.

A sinodalidade, aliás, na Amazônia, tudo está interligado, como se fosse, nasceu na Amazônia a consciência, olha que coisa interessante, a consciência que estava adormecida há séculos, de uma igreja Sinodal, nasce nessa conversa do Sínodo preparando, aí o Papa programou, clamou o sínodo sobre a sinodalidade. É nosso, nasceu nosso, é coisa nossa, a sinodalidade é um dos patrimônios da Amazônia. As redes da Amazônia estão rasgadas, utilizadas à exaustão, à espera de limpeza, de concerto. No tempo de Jesus, não se pescava de anzol e sim de redes. Pescar de anzol é um ato solitário e individual, enquanto que pescar em rede é um ato comunitário de parceria e de cooperação, é tudo o que mais precisamos hoje.

A minha ideia é que a gente jogue no lixo nossos anzóis solitários individuais e adquira redes de intercompenetração. Estamos aqui diante do desafio desta rede de cooperação missionária. Queremos tecer juntos com as outras entidades parceiras, participantes desse Fórum, rede de defesa da Amazônia, da sua biodiversidade, de seus territórios e da sua população. A Amazônia corre sérios riscos de não existir mais no futuro não muito longínquo. A Amazônia está doente, ferida, sangrando em salas de emergência. Os seus rios, mares aquáticos e voadores, qual veias humanas, ao invés de correr água, correm sangue, mercúrio, sujeiras e poluições. Se jogarmos as nossas redes nas águas da Amazônia, ao invés de pegarmos peixe, capturamos plásticos, resíduos, tóxicos, porcarias e porqueiras. Com licença poética aos porcos, nos ares da Amazônia sopram fuligens, agrotóxicos, venenos, vírus e doenças. Tudo intoxicado, tudo contaminado. É de toda aldeia o cuidado por esta Amazônia. Outra insanidade, que com frequência acontece na Amazônia é a eliminação da biodiversidade pela monocultura. Desmata-se e se matam múltiplos para plantar o Uno. A biodiversidade abortada serviria para a produção de produtos industriais de beleza, alimentação, saúde e de outras qualidades de vida, e nós fazemos o contrário que Deus fez. Deus transformou caos, caótico, em cosmo, cosmético.

Vocês sabem que o cosmético, que a gente usa bastante, vem de cosmo, de coisa bonita, e o caos que nós vivemos vem de caótico. Então Deus fez do caos o cosmo, e nós fazemos do cosmo o caos. Deus fez o cosmo, que nós chamamos de cosmético, e nós fazemos do cosmo o caos.

A Amazônia é a guardiã e é cuidada pelos guardiões. Amazônia é ecológica, é plantadora de água e de ar para a vida do planeta. Eu gosto muito dessa expressão "plantar água", eu não conhecia, mas já vi bastante. A gente planta água, vocês sabiam? A gente planta água, planta água. A Amazônia é uma verdadeira plantadora de água, maravilha. E nós muitas vezes plantamos joios, cizânias e ervas daninhas. Da Amazônia, todos somos hóspedes bem tratados nas casas alheias e dos outros. Gosto muito dessa ideia, nós estamos na casa alheia, a casa é nossa, mas é de todo mundo. Eu sou um parceiro dessa casa de todos nós. Não somos donos e nem colonos da Amazônia, somos hóspedes, parceiros e cuidadores. Afinal, somos hóspedes das nossas próprias casas, a nossa casa comum. Moramos todos na mesma casa comum e não existe Plano B para outra moradia, a não ser em Marte, que vai ser para pouca gente, nem sei se vai, para quem tem dinheiro, não sei, na lua, não sei onde. Mas não é razoável pensar nisso hoje. Ou moramos aqui ou não moramos em lugar nenhum. A Amazônia, eu a cuido, eu a defendo e eu a protejo como a minha casa, com minha própria vida. Na ecologia integral, nada se joga fora. Quem joga fora seus entulhos, os seus lixos, está jogando na cara dos outros, na sua própria casa. Da Amazônia, somos todos guardiões ecológicos. A missão na Amazônia é interagentes - interagentes significa entre as pessoas, entre os povos, entre as culturas, por meio desse povo, guardiões ecológicos. Quem não defende a Amazônia é contra o Deus Criador. Tudo na vida é questão de sensibilidade, desde que eu cheguei aqui eu penso isso, foi a minha Homilia de domingo passado. Tudo na vida é questão de sensibilidade. Se você não tem sensibilidade, você pode ver a coisa mais linda e ela não lhe toca. Eu aprendi isso com Niéde Guidon, lá na Serra da Capivara, no Piauí. Ela dizia assim: "Dom Pedro, o turismo que só Raimundo Nonato é um turismo de sensibilidade. Se você vê uma inscrição rupestre, se você não é sensível, não diz nada. É uma gravura, é alguém, é um analfabeto que fez, mas se você tem sensibilidade, você vê a história daquele povo, a cultura daquele povo". Então, na vida, tudo é questão de sensibilidade. Na Amazônia, tudo é questão de sensibilidade. Sem sensibilidade, não se vê nada de bom, nem na nossa vida, nem no outro.

Amazônia, o professor já disse isso, gostei bastante que ele tinha colocado. A Amazônia é feminina, tem nome de mulher, como a água, a floresta, a igreja, a REPAM, a Universidade, Brasília, só para citar alguns aqui. Sem contar o número de mulheres que tem aqui hoje. É bom que a gente pense também nisso, e a mulher é prova maior de que Deus quer a vida em nós.

Uma pergunta final, pediria desculpa a você, mas eu vou dizer aos universitários essa pergunta: Porque o agronegócio, anote aí, cantado em verso e trovas, que possui um mantra midiático: "O Agro é pop, o Agro é tec, o Agro é tudo", porque esse Agro se associa à extrema direita? Você sabe me explicar por que? Eu não sei, mas eu sinto que as pessoas comumente do agronegócio estão associadas, não à direita, mas pior, estão associadas aos temas de defesa da extrema direita. Por que isso? As teses definidas pela extrema direita são teses nocivas à existência da Amazônia, defendem tudo o que não presta. Como explicar esse fenômeno? Obrigado, gratidão por me escutar.

Gilberto Santos (CIMI): Muito obrigado, Dom Pedro. Nós percebemos aqui na mesa a importância da diversidade de, eu diria, representações, mas a diversidade da existência. Dos olhares a partir de cada um de vocês e cada uma de vocês que usou a fala, e a diversidade das pessoas que também estão aqui. E um destaque a uma frase em yorubá que diz assim: "Kò sí ewé, kò sí òrìsà" - sem folha não há orixá. A importância das plantas, mas da natureza em si, na representação e na relação com a espiritualidade. Quando a gente fala, e a gente ouviu isso muito bem na fala, sobretudo também das pessoas que iniciaram a fala, de Ângela, do professor Ennio, mas também Dom Pedro, da importância da espiritualidade, dessa relação com a natureza que não está fora, mas está dentro de nós e nos inter-relacionamos.

Nós temos uma abertura para falas breves, para que a gente possa ter o maior número de pessoas a se expressar. Lembrando que a gente tem ainda hoje, ao final da tarde, o nosso querido cineasta que deve estar por aí conosco, o Tacumã Kuikuro.

Abertas as inscrições, por favor. Podiam chegar mais perto e por ordem de chegada, no máximo uns dois minutos, considerando as expressões.

Gilney Viana (NEAz): Eu queria fazer só uma pergunta ao professor Candotti, o senhor falou dos centros universitários, dos campi, essa coisa. Ou seja, o cara pergunta, e as escolas do ensino fundamental, do ensino médio? Se nós temos 770 municípios na Amazônia Legal, eu consultei o Google, viu? Porque antes, quando eu estudava, eram 720, mas de vez em quando os municípios se multiplicam, né isso? E também perguntei quantas escolas tinham? Me falaram milhares, milhares... Então, qual é o papel, numa estratégia que seja amazônida, e que vai desde o ensino desses Centros de Saberes acadêmicos e não acadêmicos, e vai até a escola que chega lá na comunidade, porque nós estamos falando de território, de comunidade, lá que tem escola, é muito comum mesmo na Amazônia. Então a pergunta ao Senhor, muito obrigado, e ademais foi muito boa palestra.

Maria Angelita da Silva: Boa tarde, eu sou Angelita da UFAM. Dom Pedro, desde cedo eu estou ouvindo 6G, redes, pescar sozinho, pescar em rede, e eu vim lá de Humaitá com algo no coração sobre inteligência artificial, porque nós, eu sou paranaense, mas eu já posso dizer nós no Amazonas. Quando a gente viaja pelos rios, a gente vê as Canoas, crianças indígenas com seus celulares na mão. Quando você para no flutuante para colocar óleo no tecoteco, se tem lá uma adolescente, uma moça indígena com celular na mão. Você vai para dentro da terra indígena, você tem um Xamã, Cacique, um ancião Guardião com o celular na mão, e aqui no Brasil, em 2020, iniciou um projeto de lei para regulamentação da Inteligência Artificial. Hoje nós temos uma PL que é a 2338 que tá tramitando no Senado, que inclusive tá com consulta pública. Essa regulamentação, esse projeto de lei, prever a regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil e o parâmetro, o modelo, é do Parlamento Europeu, é o modelo europeu. Daí eu vendo as manas aqui falando, as pessoas, os estudantes, as estudantes, e o meu apelo, e eu fiquei tão feliz quando disseram hoje que o FIA vira projeto e uma poderosa na mesa falou é programa. Então, que nesse programa, que é o FIA, nós possamos criar um GT para escutar, dialogar, criar essa rede neural.

Agora eu vou provocar o Dom Pedro, porque esses programas e essa inteligência artificial, eles imitam funcionamento, estrutura cerebral, são redes neurais profundas. O Bispo falou de sonho e os Yanomami sonham e tem uma pesquisadora da USP que estudou os sonhos dos Yanomami e descobriu que eles sonham diferente dos ocidentais. Se você vai pensar no que é sonho, quando o filósofo Ailton Krenak fala de sonho, não é esse sonho que a gente conhece. É dito que Freud é o primeiro teórico importante da Inteligência Artificial, porque criou esse negócio de máquina e de estrutura de id e superid. Eu tenho certeza que essas pessoas que a mana contou aí que tá lá no Pará tem muito a nos contar e nos ensinar sobre uma regulamentação de inteligência artificial no nosso país, porque nosso país não é mono, ele é plural. Todo mundo tem que estar na roda dessa conversa. O Senado Federal não pode aprovar um projeto de lei e virar lei de regulamentação sem que todas as pessoas, representantes aqui nesse fórum, por exemplo, posso estar presente desse debate. Daí eu queria perguntar para Dom Pedro, é possível que essa rede de pesca se torna uma rede neural profunda da Amazônia profunda?

Paulo de Tarso: Bem, boa tarde. Eu sou Paulo de Tarso, sou professor da UFPA. Tem uma militância política também que se associa com toda a nossa história aqui, e eu tô vindo aqui... é... falar sobre uma ideia que eu milito em torno dela há um pouquinho de tempo, aí uns 40 anos, que é que a gente tenha uma um plano de saúde para Amazônia Legal, mas não é plano de saúde privado, é um plano de saúde, um SUS Verde. E essa ideia eu venho

compartilhar aqui com vocês. E vou até expô-la e queria dizer para vocês que nós estamos continuando nessa toada, como a Ângela falou, Professor Ennio. Nosso problema hoje não é da Inteligência que a gente forma na região, mas é que essa inteligência não está no poder da nação. Essa é a minha avaliação. Não adianta só nós termos aquilo, nem gosto dessa palavra capital humano. Mas não adianta só termos a solidariedade acadêmica, a solidariedade entre os nossos povos da região, se nós não conseguimos também influenciar nos rumos da Nação. E isso eu vou falar dos nossos governos, nem vou falar dos outros. Dos nossos de 2002, dos nossos de 2004. Gilney tá ali, dos nossos governos e do nosso governo mesmo agora, a presença de amazônidas, até da aliança "amplicíssima", que é um conceito novo que eu aprendi com um comunitário que tava fazendo uma avaliação de conjuntura no bairro. Eu disse que a nossa aliança é muito ampla e aí ele disse: "- Não professor, é amplicíssima". Então eu já incorporei, porque eu acho que ele se aproximou muito do que essa aliança "amplicíssima". Mesmo olhando para essa aliança amplicíssima, somos poucos da Amazônia em cargos chaves na definição das políticas públicas. Então, enquanto a gente não está nos cargos chaves, vamos nos aliançar para sermos ouvidos.

Queria dizer para vocês que agora nesse mês que passou, nesse mês de junho ainda, tivemos um encontro em Rondônia com 150 pessoas. O MAB estava lá, os sindicatos, uma representação do movimento social pequena, mas muitos especialistas. Aprovamos um documento, que eu tive o prazer de iniciar a verve desse documento, mas hoje ele é de todo mundo que quiser, para que a gente possa ter um comitê de assessoramento à ministra Nísia, no nosso caso da saúde, com as pessoas da Amazônia dizendo o que nós realmente queremos para nossa região, e nós temos muitas coisas a dizer. É importante, para a gente, conversar, por exemplo, com a CONTAG e com MST. Porque a gente não pensa num arranjo produtivo local para produzir fitoterápicos, incluindo todo o nosso pessoal da região. E deixamos lá no Conselhão só as pessoas da Indústria Farmacêutica, não tem ninguém da CONTAG com essa pauta. Vou falar só dessa pauta. Porque só tá lá a Indústria Farmacêutica, que vai ganhar o financiamento para financiar o remédio, com o nosso dinheiro público, depois vai vender para gente mesmo e nós vamos comprar e eles vão continuar ricos e vai continuando assim, e eles vão continuar criando iatrogenias até, no ponto de vista da Saúde. Eu queria dizer para vocês que essa pauta está continuando. O próximo encontro, professor, vai ser em Manaus, puxado pela Fiocruz lá de Manaus, e depois a gente entra em contato, porque eu gostaria muito da sua presença para mostrar essa rede, e vamos ver se a gente se aliança mais, quem tá aqui da região, e tem muita gente aqui, para que a gente possa dar esse pontapé. Mas vamos trabalhar, eu estou na flecha de tentar

influenciar no caminho da construção de políticas públicas e não só no diagnóstico. Ângela falou, nós temos muito diagnóstico, mas também nós temos muita proposta para fazer. Nós temos muito diagnóstico, temos muita proposta, e a ideia desse nosso fórum é tirar projetos exequíveis. Eu podia falar dos 25 que eu já listei, eu vou ver se eu falo amanhã quando eu for apresentar, só os que eu já listei, mas devem ter outros. Muito obrigado.

Alonso: Boa tarde, eu sou Alonso, faz parte da equipe de assessoria da CONTAG, Confederação dos trabalhadores agricultores e agriculturas familiares, e o professor acabou de falar da provocação da dos fitoterápicos. A gente acabou de sair de uma semana de Formação com a Fiocruz sobre os fitoterápicos, como que a agricultura familiar pode ser uma fonte de renda, enfim, dá para poder encontrar todas as vontades por aí, viu professor, acho que é importante sim. Mas eu queria falar duas coisas: de disputa e de redes, que foi o tom aqui da mesa. Quando o professor apresentou aquele mapa das escolas, dos institutos, eu fiquei pensando ali. Aquele é um mapa de disputa, porque é um espaço de oportunidades, mas eu fiquei pensando, fiquei lembrando de algo também. Eu sou de Mato Grosso, tem 10 anos que eu estou aqui, mas sou de Mato Grosso, e na minha cidade natal tem a Universidade do Estado do Mato Grosso, em Cáceres. E lá o professor Fábio Nolasco, acho que acredito que algumas pessoas tenham conhecido, fez uma proposta de um curso de agronomia com todo o currículo voltado para agroecologia, foi bem bacana, mas não durou muito tempo. Não durou muito tempo porque o sindicato patronal rural fez uma proposta de rediscussão do currículo, e não foi nem dentro da Universidade. A reunião foi dentro do sindicato patronal e mudaram todo o conteúdo. Quando o Dom Pedro estava falando, também do agro, agro é pop, agro é tech, até que eles também fazem outras disputas, agora colocam que agro é gente, que agro é agricultura familiar. Eles vão fazendo a disputa de tudo que a gente tem. É na Universidade, é na nossa representação... É uma disputa permanente.

Quando a Ângela fala dos defensores, tem muita gente morrendo. Estamos falando da Amazônia. E se os nossos programas de proteção nem são criados por lei, são por decreto. Programa de proteção de defensores e defensoras de direitos humanos é por decreto, não é por lei. Uma fragilidade que fica como política de governo e não política de estado. Eu fiquei pensando em todo esse emaranhado de informação que foi colocado como essa disputa e ainda na fala da Ângela, do minério, não tem trava para o minério. A mineração lá da Belo Sun, os caras compraram território dentro de Projetos de Assentamento, fizeram negociação com o INCRA, com o governo passado, para desalojar áreas que já estavam desapropriadas, é um território em disputa muito grande. Eu queria dar um foco nisso. A outra

coisa, com relação às redes. As redes que estão se criando, que nos força a fazer essa articulação, tem experiências muito boas, e eu quero citar duas. Uma que a REPAM ajuda na articulação, que é a campanha vida por um fio, uma rede de proteção de pessoas e comunidades, e a campanha contra a violência no campo. E aí, para aprofundar sobre esse debate das redes, a gente tem uma oficina, por dentro da programação do FIA, na sexta-feira. A gente vai tratar da Campanha a Vida por um Fio como uma alternativa, como uma rede de solidariedade se fortalecida para enfrentamento a todos esses problemas. Eu fiquei muito angustiado, mas também muito motivado com todas as falas, porque ao mesmo tempo que a gente apresenta todos as demandas, todos os problemas, a gente vai falando da Solidariedade, da formação de redes que não tem outro caminho. Esse é o caminho, da formação de redes. Fiquei muito motivado com isso, e fica o convite para quem quiser, na sexta-feira de manhã, às 8 horas, para participar da Oficina da campanha a vida por um fio.

Maria Casé: Boa tarde, saudar a mesa, parabenizar pela realização do terceiro FIA, um importante momento para a gente fazer esse debate. Sou lá do Piauí, sou da região de Picos, perto da Serra da Capivara, mais ou menos perto, não é tão perto assim. A gente só sente porque, infelizmente, todo o debate em torno da Serra da Capivara não faz nenhuma associação com os povos originários daquela região. Até bem pouco tempo o Piauí era considerado um dos estados brasileiros que não tinham indígenas. E aí, a gente hoje está com cinco povos indígenas, que se levantaram, dois deles depois da caravana internacional do MATOPIBA. A gente trouxe seis países para visitar toda a região do MATOPIBA.

No que diz respeito ao Piauí e com trabalhadores e trabalhadores desses países que colocam o seu dinheiro na esperança de se aposentar, coloca um dinheiro nos fundos de pensão, Fundo de Investimento e organizações criminosas vem para os nossos países, como o Brasil, vem para o Cerrado ou vem para Amazônia, devastam tudo e esses trabalhadores e trabalhadoras, inocentemente, imaginam com seu dinheiro tá rendendo e não sabe com que. A gente presenciou nessa caravana internacional do MATOPIBA muitos trabalhadores e trabalhadores que vieram chorando, professoras, é no Piauí, no Maranhão nós temos investimentos, inclusive da Universidade de Harvard, que tem 70 mil hectares de terra, aí o pessoal diz tá fazendo experimento, eu digo tão fazendo muita coisa, mas não é experimento não, tão destruindo muita coisa, mas não é experimento de pesquisa, não. Mas enfim, era só para dialogar ali com o nosso querido Bispo. Eu queria só fazer algumas observações. Bom, meu nome é Maria Casé, eu venho do Movimento de Pequenos Agricultores do Piauí, mais hoje eu estou contribuindo na CONAB, na diretoria de política agrícola e informação, que é a diretoria que cuida do programa de aquisição de alimentos, do PAA. A observação

que eu queria fazer é que eu tive há muito pouco tempo, alguns dias, eu tive na Terra do Meio, foi a segunda imersão, a segunda entrada mais profunda que eu fiz dentro da Amazônia e eu fui lá no Morro do Anfrísio, então desce em Altamira, pegamos uma voadeira, dois dias de voadeira cruzando um pedaço do Xingu, depois do Iriri e depois o riozinho do Anfrísio, chegamos no Morro do Anfrísio, 380 km de voadeira, dois dias só, com aquela paradinha para fazer um xixi na beira do rio, bom demais da conta, inclusive, dormindo de rede todos esses dias, viu, e consumimos 800 litros de combustível para fazer essa viagem.

Com isso, eu só queria reforçar, e falo isso também nesse momento estando dentro do Estado, dentro do governo, essa é uma percepção, a maioria das políticas públicas elaboradas pelo estado brasileiro até hoje, muito poucas delas se aplicam à Amazônia, olhando para os povos da Amazônia. E eu tô falando dos beiradeiros, das beiradeiras, dos povos indígenas, porque a Terra do Meio são 9 milhões de hectares de terra, naqueles nove milhões vivem aproximadamente 4.000 famílias. Eu contando isso para um companheiro que trabalha na câmara, ele disse: é nada, na verdade isso deve dar uns 9-10 mil votos, é realmente. Infelizmente, essa é a conta Rasa, professora, e quando você vai ver a perspectiva daquela juventude indígena extrativista, beiradeiros, beiradeiras, que estão lá de entrar na universidade, morando a 380km, 400km de Altamira, consumindo esse tanto de combustível. Aquele povo que tá lá, como diz no Piauí, nos cafundó, na caixa bozó, aqueles e aquelas terão muita dificuldade de se projetar, de se imaginar dentro da Universidade. E aqui eu faço uma observação, até para nós, para organização. Se aqui na UnB, se a tarefa é sensibilizar, estamos bem colocados. Agora, se a gente quiser de fato incorporar os nossos e as nossas amazônidas nesse debate, tem que ser feito lá, tem que ser feito lá. Eu sei que muita coisa já está sendo feita, sem sombra de dúvidas, agora nós precisamos continuar animando esse levante que o filme trouxe para nós Eu ficava imaginando que coragem, que capacidade, meu Deus do céu, não é à toa que a gente chegou até aqui, mas a gente precisa continuar movimentando, construindo essa perspectiva. Que é preciso ter levantes, se não tiver... O centro-sul, quer queira, quer não, é quem determina a maioria das coisas. É muito doloroso. Eu sou lá do interior do Piauí, estudei, mas para estudar eu tive que trabalhar em casa de família, limpar banheiro, limpar a cozinha dos outros, e é quase uma alienação que a região centro-sul tem da região Norte e Nordeste. Existe uma alienação. Com muito respeito à sapiência, à capacidade e à qualidade das elaborações dos companheiros e companheiras, mas desconhecem e muitas vezes desconsideram. É como se as nossas capacidades fossem inferiores. Quando é que a gente vai desconstruir isso? Acho que vai demorar, mas a gente também já tá fazendo muita coisa, muita coisa mesmo. Mas nós realmente precisamos colocar mais gente da região norte dentro das universidades.

E a gente precisa fazer alternância, por exemplo, na Terra do Meio, perguntei, gente, não tem o sistema de alternância aqui. Dois professores tinham na comunidade do Morro do Anfrísio, eles ficam lá 15 dias, aí depois eles retornam e vêm outros, é quase um multisseriado, porque não tem como você ficar indo e vindo todo dia, é impossível, e não tem sistema de alternância. Aí eu provocava eles, por que que a gente não pensa na Universidade do Xingu, aí começa a brilhar.

Então, eu voltei muito animada, não voltei desesperançada, voltei com todas essas indagações, me perguntando, de fato, do tamanho da nossa responsabilidade com essa região nossa, com esse nosso continente. Como disse nosso Bispo, com esse nosso continente. E nós da CONAB, inclusive, para fazer a minha culpa, estamos inclusive revendo. A gente ficou numa batalha enorme para tirar CAF, DAP para o povo acessar as políticas públicas, tiramos agora do PAA, povos e comunidades tradicionais não vão precisar de CAF e DAP para acessar o programa de aquisição de alimentos, nem vão precisar na entrada, e o sistema está aberto até o dia 30, nem vão precisar na entrada e nem vão precisar depois na contratação. Diferente da agricultura familiar e camponesa, que vai precisar na contratação, mas não vai precisar. E no caso da Terra do Meio, a gente saiu de lá com o compromisso. A rede Terra do Meio vai fazer uma proposta de pelo menos um milhão e meio para atender todo o território e inclusive esses alimentos, 77 alimentos. Três RESEX e os sete territórios indígenas levantaram o nome por nome, 10 desses alimentos eu nunca tinha ouvido falar. Eu tive a oportunidade de comer até o gongo, que é aquela lagarta de dentro do Babaçu, só não desceu o caldinho assim, mas que é bom é. Esses alimentos vão ser distribuídos, parte na periferia de Altamira, mas a maior parte dentro do território, porque dentro do território não precisa de vigilância sanitária, porque são alimentos culturalmente produzidos, consumidos e nunca matou ninguém, então não vai ser dessa vez que vai matar. Mas o estado brasileiro e o governo Lula precisam rever muitas das políticas públicas, se quiser considerar o povo amazônida incluído nelas. Obrigada.

Homero Flávio: Boa tarde, cumprimentando a mesa. Meu nome é Homero Flávio, todos que estão aqui também presentes. Eu sou diretor do audiovisual, inclusive estou fazendo parte dessa equipe aqui que está fazendo esse trabalho também de gravação e transmissão. Eu sou de Belém do Pará e moro aqui em Brasília há seis anos. Eu digo que eu tenho Amazônia na veia e tenho casca de cerrado. Estou realmente aprendendo e gostando do coração dessa região aqui. Mas a Amazônia tá na minha veia e o tanto que eu já ouvi aqui é bem importante poder ver um encontro, um Fórum desse internacional acontecendo fora da Amazônia hoje, mas assim para que também se esclareça, como foi dito aqui já

algumas vezes. Muitas pessoas acham que vão até a Amazônia, vão a Manaus. Eu já morei em Manaus 8 anos, a maior parte da minha família mora em Manaus, já fiz trabalho no Acre, em Porto Velho, conheço bastante a região e uma das coisas que eu vejo é que, como a gente realmente conhece a Amazônia. Não vai ser pegando o avião indo a Manaus, encontro das águas, dá um passeio ali e achou que já foi na Amazônia ou que tem conhecimento. A gente vai conhecer Amazônia realmente entrando nas veias da Amazônia, nos rios, nas comunidades, tendo conhecimento realmente dessa importância do que é essa natureza, essa biodiversidade. Não vai adiantar achar que indo em Belém, no ver-o-peso... a gente tem que entender que a Amazônia é muito mais do que a Metrópole Amazônia. A gente está falando é do meio ambiente. E o meio ambiente, quando a gente fala, não são só animais e florestas, nós somos parte desse meio ambiente. Quando a gente está falando que se jogar um lixo fora, não tem fora, tá tudo dentro do meio ambiente. Entender que a Amazônia tem um conhecimento mais profundo, tem que ter o conhecimento dessa região, desse povo, o quanto tem de riqueza. Eu chamo de tecnologia cabocla, por exemplo, numa casa que é construída subindo na palafita, porque tudo aquilo ali tem influência, o rio uma hora vai subir, uma hora ele vai subir um pouco mais, tem que fazer a maromba, que são as construções tipo um mezanino, dentro de uma casa para poder subir, que realmente as águas sobem, tem cidades que ficam realmente sem rua para você, e você tem que navegar de canoa ali naquelas ruas. Anori, por exemplo, no Amazonas, isso já aconteceram algumas vezes, a cidade realmente ficar sem rua, nada.

Como o diretor audiovisual e dentro da minha história também, eu já ministrei algumas oficinas de audiovisual, mas um dos meus ideais, que eu quero produzir porque geralmente quando a gente ministra uma oficina, a gente vai lá, leva aquele conhecimento, instiga a comunidade, as pessoas, mas às vezes ela fica sem o recurso de produzir. Como a gente dar continuidade? Existe um projeto, inclusive em fase de captação, para fazer oficinas onde se gere essas pessoas e que receba um kit de produção audiovisual. Foi falado muito de rede aqui, e o projeto desenvolve pelas redes porque a ideia é levar oficina de audiovisual para Unidades de Conservação, para que jovens dessas Unidades possam ter acesso a esse conhecimento e à prática no audiovisual. Eu saí de uma comunidade e para outra e depois dessas duas que já foram feitas se criar uma rede de comunicação entre elas e levar mais para uma, duas, três, e assim criar em Unidade de Conservação em Apas. Qual a melhor maneira da gente contar a história da Amazônia se não for ouvir pela voz dessas próprias pessoas. Às vezes a gente tem muito olhar, eu vou lá, eu vou contar uma história. Eu também sou documentarista, eu vou para outros lugares contar história de outras pessoas, isso é normal, mas a gente ouvindo de lá, de dentro, a gente

vai ter que dá uma importância um pouco maior. É legal a gente ouvir e tantas pessoas que já ouvi aqui de alguns estados que eu conheço, alguns que eu morei também, no caso do Pará, sou paraense, hoje moro aqui nesse Cerrado, que eu amo também. Mas dar voz para esse povo e a gente poder conhecer e ir até a Amazônia também conhecer um pouco mais, vai ser importante para todos, para que esse Fórum um dia seja o trigésimo Fórum e a gente esteja presente podendo participar colaborando também, agradeço.

Silvia Moreira (CNS): A gente tem mais duas inscrições, e aí a gente finaliza essa rodada.

Maria: Boa tarde, eu me chamo Maria. Sou amazonense de corpo, alma, coração e educadora ambiental no movimento Greve pelo Clima Brasil. Eu gostei muito da fala do participante da CONTAG que caracterizou a Amazônia como acima de tudo um território de disputa. O mundo está disputando por nós, pelo nosso território, pelas nossas ideias. E algo que preocupa muito na minha curta, mas que já deu para ver tanta coisa, atuação em educação ambiental é que no contexto urbano da Amazônia, mais especificamente em Manaus, onde eu desenvolvi um projeto de educação ambiental junto com a Greve pelo Clima, era que as pessoas não tinham tanta consciência, no ensino fundamental, por exemplo, de que árvores. Que espécies compunham nossa flora, as espécies da nossa fauna, como funcionavam os ecossistemas, mas não da maneira biológica, da ecologia pura e aplicada, mas como alfabetização ecológica, o sentimento de ser parte da natureza. É uma coisa que no contexto urbano da Amazônia fica muito descolada e se torna muito fácil de nós elegemos, como disse o Bispo, participantes do sistema de direita, gente associada ao agronegócio. Por exemplo, no ano passado o Wilson Lima, no Amazonas, foi eleito prometendo destruir a área de conservação, participando ativamente do genocídio da população nortista durante a pandemia. E muitas pessoas acabam que, devido à falta da educação ambiental, de uma alfabetização ecológica sobre o território, entram nesse pensamento de explorar. O próprio nortista quer explorar o seu território contra a sua própria sobrevivência e a sobrevivência do planeta. E muitas vezes o cenário eleitoral provou que a gente tá perdendo essa disputa. Nem todo Amazônida pensa como a gente.

E aí, como a gente vai lutar? Porque muitas vezes quem manda no nosso território está aqui em Brasília, está nas capitais, está em Manaus, está em Belém. E essas pessoas muitas vezes não representam a defesa da floresta. Muitas vezes quem é eleito representa o agro, representa a mineração, e a gente sabe disso. E tudo às vezes pode começar na escola, pode começar lá embaixo, só que falta o recurso, falta o conhecimento, com os livros próximos, falta o recurso de formação de professores

muitas vezes. E nossa região tem esses déficits de tudo, mas não tem déficit de gente disposta a lutar. E essa era a participação que eu queria dar. Muito obrigado.

João Batista: Boa tarde a todos e todas, saudar a mesa, o Bispo Dom Pedro, minha companheira e amiga Ângela e o professor Ennio. O ano passado não fizemos um seminário da Fundação Perseu Abramo, "Seres e Saberes da Amazônia" e o professor Ennio foi o nosso palestrante. O Seminário foi virtual, foram 11 sessões, um pouco mais de 900 pessoas participaram. A Ângela também foi uma de nossas palestrantes, e o professor Ennio foi um dos nossos palestrantes com sua sabedoria amazônica. Não vou fazer pergunta, mas fazer o registro.

Primeiro registro de saudar esse evento. Eu como eu não sei, não conheço todos os organizadores do evento, mas eu conheço bem meu companheiro amigo o Manoel e a Enaile. Então saúdo e parabenizo todos vocês através dos dois que nos conhecemos há bastante tempo. Eu estou a quase 47 anos de militância política, social, partidária, desses, 42 anos na Amazônia, embora não pareça, mas eu sou paraense, nascido em outro estado. Mas uma coisa importante para a gente da Amazônia, eventos como esses, para que fique marcado, registrado é que na Amazônia tem vida inteligente, na Amazônia tem seres e saberes. E é desses seres e saberes que nós falamos, que nós olhamos, é de lá que a gente olha. Nós temos uma certa prepotência de olhar o mundo a partir da Amazônia. E agora este ano são 188 anos da Cabanagem, da revolução Cabana. Nós podemos ter feito uma revolução, por outra história, porque quem sabe se outro país, inclusive, se tivesse feito a revolução há 188 anos atrás com a Cabanagem. Mas esse momento que a gente vive é tão importante, mas tão importante para nossa história e para a geração atual e para as futuras gerações, que nós estamos usando agora, nas nossas andanças por aí, usando uma frase do presidente Lula, que ele fez em 2003, quando tomou posse como presidente, e agora novamente: "eles vão ter que incluir o povo e os pobres no orçamento da união". Nós precisamos incluir a Amazônia no orçamento da União, porque se a Amazônia, seus programas e projetos, não estiverem lá no orçamento e não estiverem no PPA, não muda. Todo aquele mapa que o professor mostrou ali, sem os investimentos necessários na educação ou na saúde, que é o que o professor Paulo de Tarso apresentou, as ideias que ele tem junto com um grupo de pesquisadores em saúde da Amazônia ao longo de mais de 30 anos, sem os investimentos, não vai acontecer, e esses são investimentos públicos, não são investimentos privados também privados, mas são investimentos públicos para fazer as mudanças que nós queremos na Amazônia. E principalmente, muita gente fala que é preciso discutir um novo modelo de desenvolvimento. Nós achamos, e que foi o resultado daquele nosso Seminário Seres e Saberes,

que é preciso uma nova matriz, mesmo os nossos governos Lula, Dilma e agora de novo, mesmo em nossos governos com novo desenvolvimento, mas a matriz era a mesma, e que a Amazônia era um problema. No seminário recente aqui no Itamarati, tem um pessoal do Pará, que não lembro o nome, mas ele fez lá uma imagem simbólica. Eu vou até procurar, ele viu, Manoel. Você pode procurar, tem uma foto do JK, nosso grande Presidente Juscelino Kubitschek, quando iniciou as obras da Belém-Brasília, em cima do trator derrubando uma Castanheira, "abrindo o caminho para o progresso". Essa era a frase que estava nos jornais da época do JK, em cima de uma máquina, aquelas máquinas antigas, de tratores derrubando a Castanheira para abrir o progresso para Amazônia. Essa é uma matriz que vem há muitos anos e os modelos novos são em cima dessa matriz antiga, que a Amazônia, aquela Floresta, que os rios, que as pessoas, os seres e saberem da Amazônia são um problema. Tem que tirar essa esse povo da frente e tal, para vir o progresso com o novo modelo. Nós achamos que é hora de se pensar numa nova matriz de desenvolvimento da Amazônia, e um seminário como esse aqui é importante para acumular, e vocês olhando daqui, que são estudantes aqui da UnB, ou de outras partes do país, mas de lá nós sempre dizemos: nada da Amazônia sem os e as amazônidas.

Malu: Boa tarde, um prazer estar aqui. Eu sou a Malu, eu sou economista formada pela UnB, e eu vim para cá porque o papo do desenvolvimento é eterno na economia, é um papo longo, enfim, a gente está sempre discutindo, como a gente vai desenvolver o Brasil, e essa é a pergunta de um milhão de dólares. Uma coisa que eu venho percebendo é que a gente tem dois problemas que agora, debatendo aqui, eu percebi. O primeiro deles é que a gente não tem muitos consensos a gente tem muitos dissensos. Como vocês mesmo falaram, a Amazônia é uma terra de disputas, então as pessoas não entram em consensos, a gente tá numa guerra. Eu cheguei à conclusão, acho que é uma conclusão um tanto quanto pessimista, mas o território da Amazônia está em guerra. É uma guerra dos povos originários contra o agronegócio, pelo que me parece, o que é muito triste, porque parece que de um lado tem um povo que luta para existir, e do outro tem uma classe, muitas vezes antiquada, intolerante, que explora esse território e que não está sintonizado com uma nova ideia de desenvolvimento que vem a partir da sustentabilidade. A impressão que eu tenho, como economista, é que no Brasil, nossa ideia de desenvolvimento é uma ideia muito antiga, uma ideia desenvolvimentista. A gente está preso naquele trade off clássico, ou a gente explora para crescer, ou a gente preserva e não cresce, sendo que, sinceramente, o mundo inteiro está em outro lugar. O Brasil está insistindo numa agenda de desenvolvimento antiga, que já não faz mais sentido. A gente tem que ver lucro na sustentabilidade, a gente tem que ver lucro em manter

esses povos existindo. E o que a gente vê hoje, na verdade, é que o lucro está associado à destruição da floresta. Como é que a gente muda a mentalidade da classe política? A classe política pensa que para gerar riqueza tem que destruir. Isso é visto por aí.

O Lula acabou de ser eleito, mas o que a gente tá vendo é que ele já estava discutindo para furar poço para encontrar petróleo, isso vai na contramão de uma agenda sustentável. A gente não devia estar debatendo furar poço para encontrar petróleo. A gente devia estar debatendo como é que a gente vai colocar a sustentabilidade em prática. É revoltante, na minha opinião, e muito difícil. A Marina não consegue colocar a agenda dela para correr, ela não consegue emplacar, entendeu, por conta dessa mentalidade antiquada, por conta da defesa de uma matriz já ultrapassada. Como é que a gente muda esse cenário, como é que a gente coloca a galera. Porque eu entendo, é difícil, a classe política é mais velha, essa mentalidade de preservar e crescer, a mentalidade muito nova, a sustentabilidade não é uma mentalidade fácil de ser absorvida por muita gente mais velha. Eu nasci nessa realidade, eu nasci no discurso da sustentabilidade, para mim é normal, mas para as pessoas que estão no poder não é o normal. Então, como é que a gente estimula que esses jovens entrem na política, porque só assim, não importa se você é um técnico, que você sabe muito de desenvolvimento sustentável, que você é dá indústria da mineração, que você entende de sobre sustentabilidade, se você não tiver dentro da política, você não vai conseguir ser ouvido. Como é que a gente coloca os jovens, que se importam com isso, dentro do congresso, porque a mudança só vai a partir daí, na minha opinião. É isso, muito obrigada.

Participante 2: Vou tentar ser rápida. Oi, boa tarde a todos. Não consegui não falar porque eu sou aluna de Gestão de Políticas Públicas aqui da UnB e eu acho que é um grande desafio para a Gestão Pública pensar políticas públicas para a região da Amazônia, principalmente no que se refere a políticas públicas intersetoriais, porque o território da Amazônia enfrenta grandes problemáticas no quesito saúde pública, educação, geração de trabalho e renda. Por exemplo, quando a gente pensa no estado do Amapá, 80% da população não têm saneamento básico e muitos também não têm acesso à luz. A gente tem que pensar nessa coisa cultural que existe só no espaço da Amazônia, de populações que vivem no espaço de terra e água, em casas de palafita, e muitas vezes essas comunidades ribeirinhas, que vivem em volta das águas... Por exemplo, vi uma reportagem que 50 comunidades têm acesso a uma UDS de baixa complexidade e para você ter acesso a um hospital de média alta complexidade, de acordo com o SUS, tem que viajar 12 horas. Acho que é muito importante pensar a gestão pública a partir da cultura e dos po-

vos originários, todos os tipos de povos que vivem na Amazônia, e pensar a falha do pacto federativo na implementação dessas políticas públicas, não só as voltadas para a Amazônia, mas as que já existem em todos os estados brasileiros, então a falha da implementação de políticas já existentes. Por exemplo, a política pública Mais Médicos, a dificuldade de fixação de médicos em regiões na Amazônia, que é difícil acesso, é difícil de chegar. Então, eu acho que é importante estudar esse lado também. Então, às vezes, aquela UDS é a única representação do estado para aquela população, uma escola pública pequenininha ali naquela região que muitas vezes não tem luz. Mais de 3.000 escolas na Amazônia não têm energia elétrica, mas muitas vezes ela é a única representação do Estado ali naquela comunidade. Então, eu acho que é um desafio, e os gestores públicos têm que pensar políticas públicas pensando nessa complexidade única que existe na Amazônia. E é isso, obrigada.

Silvia Moreira (CNS): Foram muitas contribuições. É... uma coisa o professor Ênio falou: vocês querem conhecer a Amazônia, venham para a Amazônia, e como amazônida é uma contribuição, a gente educa que a Amazônia, quem mora na Amazônia, ele não é pobre, ele não é miserável como muitos governos costumam dizer. Eles só não têm a mesma oportunidade que o agro tem, eles só não têm a mesma facilidade que o agro tem, e por isso muitas vezes ele fica lá sofrendo na miserabilidade, passando por muitas necessidades, porque ele não é visto da mesma forma que o agro é visto. Você vai no banco, vai no extrativista no banco para fazer um financiamento, ele não é financiado com facilidade, ele tem maior dificuldade para ser financiado, e como é que ele vai expandir, o extrativismo dele se ele não tem a facilidade para o financiamento? O agro vai lá, ele consegue com facilidade. Então, no momento que facilitarem as coisas para o extrativista, para o morador da Amazônia que está lá lutando para ter um dia melhor, as coisas mudam. Como é que vai fazer isso? É indo lá conhecer as coisas, vendo as coisas. Aqui em Brasília não vai mudar nada, não tem que ir lá conhecer como é que as coisas funcionam, tem que ir lá para ver.

Eu estou na Secretaria de Direitos Humanos do CNS e venho acompanhando uma série de coisas que vêm acontecendo com extrativistas, com indígenas na Amazônia, de crimes. Nós estamos com 20 indígenas, eles estão desde fevereiro passando pelas piores situações. Eles estavam lutando para ter dias melhores. Eles faziam parte de uma associação que trabalhava com manejo de lagos, com manejo do Pirarucu. E como tinham empresários, aqueles mesmos, aquela mesma máfia, aquela mesma quadrilha, não sei nem como resumir tudo isso, que causou ali a morte do Bruno e do Dom. Ela é gigantesca no Solimões e várias outras calhas de rio, e essa milícia, realmente Ângela. E hoje na Amazônia tem os piratas de rio. Eles são apoiados por todos

esses estrangeiros, por esses traficantes. Antes, você tinha o crime separado, o crime que vinha do lado do madeireiro, o crime que vinha do fazendeiro, que vinha do garimpeiro. Hoje não, eles estão unidos e cada um faz a sua parte para prejudicar essas pessoas. Essas pessoas foram atacadas, tiveram sua comunidade atacada por piratas. Sua liderança até hoje está escondida, a gente mudando ele de cidade para cidade e tentando mantê-lo escondido para que ele não volte para comunidade, para não ser morto.

Mas o que levou a isso? Levou à desarticulação dessa Associação, uma associação que, de repente, estava colocando ali 100 mil na sua conta para dividir com aquelas famílias, hoje ele não tem nada porque o presidente da associação não consegue trabalhar por conta das ameaças e desarticulou todas as comunidades. Os indígenas estão isolados em uma comunidade que não é a comunidade deles de origem, passando por todas as necessidades porque eles não têm em casa, na comunidade onde eles estão. Eles estão morando em barracas de lona, eles têm apoio de alguns comunitários que levam comida quando podem, de forma escondida, e sofrendo as ameaças. No momento em que os piratas descobrirem onde eles estão, eles vão matar essas pessoas. E essas pessoas, quando eu falo essas pessoas é porque tem crianças, bebês inclusive, eles têm jovens, ele tem adulto e tem idoso. É muito difícil você ver isso. Mas se fosse alguém do agro que acontecesse qualquer coisa, ele teria um helicóptero para tirar ele de lá de imediato, ele teria a polícia vigiando ele lá jagunços vigiando 24 horas e matando as pessoas que se aproximassem. Mas um extrativista, o indígena, ele não tem isso. Nós não conseguimos nem sequer a retirada dessas pessoas dessa comunidade para um lugar, porque o nosso governo, como a Maria bem disse, que é o Wilson Lima, ele apoia tudo que vem para prejudicar a comunidade, para prejudicar o extrativista, o morador da comunidade que está ali tentando lutar e muitas vezes ele tem muitas ideias, ele tem muita vontade, ele sonha em trabalhar, em fazer o seu plano de manejo ali na comunidade, fazer seu manejo de pirarucu, trabalhar na sua farinha de uma forma organizada para que ela seja vendida de uma forma bem embalada, que gere recurso para comunidade sem causar problemas ambientais. Mas faltam as oportunidades, não chegam para essas pessoas. Muitas vezes elas acabam indo para o garimpo, muitas vezes acabam indo ser o trabalhador do madeireiro, do fazendeiro e isso vem causando os problemas ambientais.

Se você vê as pesquisas, as últimas pesquisas a respeito do pescado no Amazonas, nos locais onde mais tem garimpo, os peixes estão todos contaminados. Vai analisar, se tivesse um exame pelo SUS para saber o nível de contaminação de mercúrio nas pessoas que moram no Amazonas, ali no Rio Solimões, no Rio Jutaí, no Rio Madeira, vocês iam ver em quantas pessoas iam ser detectados metais pesados como o mercúrio. Mas infelizmente o SUS não tem isso. A gente inclusive vem lutando. Tem o grupo da terra que, recentemente, nós tivemos participando da Conferência Livre de Saúde e vamos ter no final do mês, novamente, outra reunião, não sei se tem alguém aqui do Grupo da Terra, mas a gente tá buscando essas políticas para comunidade, buscando que o governo veja que lá na comunidade tem muita gente que precisa trabalhar, que ele precisa consumir os seus medicamentos naturais, continuar com o trabalho das parteiras e ter apoio para fazer isso, que muitas vezes isso não é reconhecido. Mas tem comunidades tão distante, como a Maria falou que são 12 horas e aí ela foi até muito feliz porque 12 horas a gente considera comunidade próxima, porque quando eu levo em consideração o município de Carauari, que o Flávio tá ali, que são sete dias de barco, vocês imaginam o quanto é difícil, vocês imaginam o quanto é difícil trazer um paciente do município de Jutaí, que não tem aeroporto, eles vêm deitado num colchonete numa lancha, 24 horas numa lancha expressa até chegar em Manaus, para receber o atendimento de saúde. A gente fala de coisas muitas vezes que a gente imagina.

As pessoas dizem assim: Eu fui conhecer a Amazônia. Aí foi lá em Manaus, visitou o teatro, visitou o mercado, visitou alguns espaços. Agora você quer conhecer Amazônia, vai visitar os municípios, vai para Manicoré, vai para Jutaí, vai para Carauari, vai visitar Eirunepé, vai conhecer as escolas de Eirunepé, que tem duas salas de aula e a escola não tem banheiro, nem tem cozinha para fazer a merenda das crianças, se alguém quer fazer a merenda das crianças, ele tem que fazer na casa do comunitário, se as crianças precisam fazer suas necessidades, eles têm que ir no banheiro do comunitário, porque a escola não oferece isso, a escola oferece três meses de aula para essas crianças no período do verão, e quando tem a sorte de ter três meses de aula, porque até o ano passado, que eu visitei essas escolas, eu visitei o Juruá ali próximo de Eirunepé, e as comunidades não tinham voltado a ter aula, por conta da pandemia, alegava que a pandemia não permitia ainda ter aula, para você ver o quanto não chega a informação para eles, o quanto é difícil. Falar em internet para essas pessoas, eles perguntam: o que é isso? É para quê? É para comer, é para beber, para que serve isso? Porque se não chega a educação, a escola, saúde, vai chegar a internet? É muito difícil. Para saber os problemas da Amazônia tem que conhecer a Amazônia. Era uma contribuição que eu gostaria de dar aqui nessas falas. E aí eu vou passar para o Gilberto Santos.

Gilberto Santos (CIMI): Obrigado, Silvia. Extremamente importante essa sua contribuição também. Acho que a gente vai trazendo, pelo menos, um desenho que para nós que estamos longe dessa realidade, eu não tanto, mas um pouco da visão do que isso significa, na prática, para as pessoas que estão lá na sua base. Eu queria lem-

brar, antes de passar para os demais da mesa, que na sequência nós vamos ter a apresentação do filme, que é um documentário, do cineasta indígena Tukumã Kuikuro. Então, não vão embora. Aguardem que vai ser muito legal e depois a gente vai ter uma conversa com ele, vai ser importante. Vamos passar aqui para a mesa, cerca de cinco minutos para cada um e cada uma.

Dom Pedro (REPAM): Eu agradeço a troca de saber e fico feliz que não tenha que responder a pergunta. Mas queria dizer que quando a gente pensa na Amazônia é bom não pensarmos somente em florestas, mas também em ambientes urbanos. A Amazônia tem duas Metrópoles, Manaus e Belém. Creio que vocês, que são da Amazônia, sabem que a maioria da população do Amazonas mora em Manaus. Mora menos gente no território do que em Manaus. Então é pensar que é cultura Urbana, ela está disseminada, seja porque as pessoas vão para cidade ou consomem também a ótica da cidade, do urbano, pelas redes sociais, pela televisão, pelas parabólicas, pelas novelas. Enfim, pelo futebol. Então tudo é muito interligado. Então não pensar somente a Amazônia pela ótica da floresta, mas também pela ótica do urbano. Inclusive, existe um grupo muito grande de indígenas urbanos, que mora nas cidades, já não estão nas aldeias. As aldeias deles são as cidades.

Queria dizer uma coisa que eu penso muito, já até verbalizei isso. Eu acho que vocês têm poder mais do que eu, podem me escutar, se quiser encampar a ideia, não precisa pagar nenhum jetom por isso. Eu acho que hoje a internet devia ser uma política pública, tanto quanto as outras políticas públicas. Hoje ela é tão necessária, tanto quanto as outras políticas públicas. Infelizmente, a internet é cara e é de péssima qualidade. A gente paga, mas a gente não é beneficiado a contento. O nosso celular parece com 5G, mas vai lá ver quantos Gs têm, deve ter uns dois ou três no máximo. Os outros é só propaganda. Então, é importante pensar isso. A senhora que falou, falou da inteligência artificial. A grande mídia tá fazendo um medo danado da inteligência artificial. Eu não domínio ainda, não é da minha especialidade. Eu escuto, vejo e eu gosto muito da palavra inteligência, artificial eu não gosto muito, não. Eu sei que é porque não é humano, não é pessoal, é isso. Mas a pergunta que você pode fazer é de fato a inteligência artificial, ela é benéfica ou é maléfica? Eu não vou dizer que sim, não sou doido para dizer, estamos no começo, mas existem muitas pessoas que têm medo disso. Mas que a internet devia ser política pública, paga pelos nossos impostos, eu acho que sim. Era isso que eu tinha que dizer. Do outro lado, eu agradeço muito. Fiquei muito feliz com este evento. Espero ter contribuído. Não eu, mas também a rede que eu represento e que vim aqui por causa disso, agradeço o convite. Estamos aí abertos para outro intercâmbio quando se fizerem necessário.

Há um pensamento que eu encontrei no livro do Leonardo

Boff há muito tempo atrás, não sei a frase assim: "todo ponto de vista é visto de um ponto". Eu vejo as coisas a partir do ponto, então a minha leitura é a partir de um ponto de igreja, de fé, de teologia. Não posso fazer dissonância com pensamento, mas a minha contribuição é nesse lado. Eu acho que tá faltando também em nós, para terminar, um espírito mais Franciscano com relação à natureza. Nós estamos muito pensando possessivamente: terra para eu plantar, para colher, para colher, para poder... tudo eu. Eu estou na fase de olhar a natureza e contemplá-la. Vindo para cá e eu vi os ipês roxos, eu fico encantado. Essa, para mim, é a grande descoberta do mundo de hoje, encantar-se com a natureza, querê-la viva, deixar as plantas lá, as flores saírem e plantar onde precisa comer, mas não pensar natureza em proveito nosso, mas potencializar as coisas que vêm de Deus. É o primeiro credo da nossa igreja: "Creio em Deus Pai todo poderoso, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis". Para concluir, está faltando em nós uma teologia da criação. Se nós tivéssemos uma boa teologia da criação, nós não abandonaríamos a obra da criação, relegada, massacrada, matada, como nós estamos fazendo. Muito obrigado.

Ângela de Jesus (FETAGRI-PA/ CONTAG): Bem, eu só tenho gratidão por este momento, de vocês estarem nos escutando. Agradeço aos companheiros de mesa e fiquei tão feliz de ver a juventude colocando aqui, muitas jovens, principalmente mulheres colocando seu ponto de vista. Mas isso nos traz uma reflexão também. Eu lembro que eu participava do comitê do Luz para Todos, eu ficava tão angustiada, porque eu pensava: não é para todos, porque quando chegava na implementação do projeto para as ilhas, para as áreas remotas, não tinha recurso para travessia. Então não é um programa para todos, né? Então quando a gente pensa nas políticas públicas, como disseram alguns companheiros e João Batista foi feliz na sua fala, que a Amazônia não está dentro do orçamento e precisa ir para dentro do orçamento, é uma realidade, mas com olhar de quem está na Amazônia. Por isso que eu falei que é tão importante o papel das instituições. Mas eu quero que dizer também que nós precisamos ter governança local, governança local, e isso passa pela política de quem nós colocamos no poder. Se nós colocamos no poder o prefeito que é do agronegócio, ele não vai ter compromisso nenhum com a natureza, com o meio ambiente daquele território, daquele município que ele está governando, e assim sucessivamente, governadores, deputados que vêm para cá para Brasília, que é daqui que saem os decretos, medidas provisórias. Então a gente precisa repensar isso também dentro do processo de governança. Mas a nossa governança local, ela precisa ser pensada, repensada, com esse olhar que o padre está dizendo, de humanidade, dos bens comuns, dos saberes de todos os povos. Para nós da Amazônia, é muito importante fazer essa reflexão, nesse momento, daqui para frente, para trás já ficou. Graças

a Deus que muita coisa ruim saiu nesse momento. E nós temos uma grande perspectiva. Mesmo não tendo os amazônidas nos espaços de decisão, de construção das políticas macro, mas nós, enquanto povos que estamos lá nos locais, podemos fazer essa defesa a partir do local de fala, de moradia, de percepção e de luta, e dizer que nós da FETAGRI-Pará, nós da CONTAG, porque somos uma rede também, de Sindicatos em todo o país, em toda região amazônica, estamos dispostos para o que der e vier. Ser presidente da FETAGRI-Pará não é fácil, é muita luta. É chacina, é massacre, é um monte de coisas, é ameaça de morte, e hoje, reinventadas, as ameaças de morte hoje vêm pelo WhatsApp. Não é mais aquela: "eu te mato", ela vem pelo WhatsApp. Nós temos uma companheira na nossa Federação que até os filhos dela, para irem para a escola, vão escoltados pela polícia militar. Teve o Fórum Pan-amazônico e nós fizemos uma oficina, onde a nossa companheira, que era palestrante, foi escoltada para a oficina. A polícia militar do lado, armada, protegendo aquela companheira, que é a Maria Joelma, esposa do Dezinho, que foi assassinado. Então é essa realidade que a gente vivencia. Mas isso não nos desestimula a lutar. Eu sou uma pessoa que tem muita fé. Rezo muito, porque preciso. Rezo muito por mim e pelos outros, porque eu acho que a gente precisa ter realmente essa resistência também espiritual para poder continuar lutando por uma Amazônia livre, justa, como diz a nossa bandeira, nenhum direito a menos. Obrigada.

Ennio Candotti (MUSA): Obrigado, eu vou responder algumas observações e aproveitar para esclarecer o que eu disse antes, que tenho a impressão que tem desdobramentos. Vou começar pela ideia que foi levantada sobre os ginasianos, os das escolas. Se 300 campi estão alimentando a educação superior no cafundó da Amazônia, no interior do Amazônia, com milhares de jovens se formando, que será se nós somarmos todas as escolas que bem ou mal, nesses últimos 20 anos, se formaram e estão formando, de maneira muitas vezes não satisfatória, mas estão formando. Digo isso para justificar porque estou aqui. Estes jovens estão preparando, queiram eles ou não, uma revolução. Eles vão se revoltar se não conseguirem realizar algumas das ideias, alguns dos propósitos pelos quais se formaram. Nós plantamos liberdade com a educação, mas também plantamos espírito de revolta, espírito de justiça. Se não plantamos de maneira suficiente, temos que trabalhar para radicalizar a nossa mensagem. A razão pela qual eu estou aqui é porque todos os movimentos sociais que estiveram nessa mesa hoje precisam se juntar e dar a esses jovens condições de realizar a sua revolução, porque é a nossa. Porque isso tem a ver com a batalha maior contra o conservadorismo, e o atraso representado pelo agro, como até agora repetidamente foi dito. Qual é a diferença entre nós e o agro? Para o agro, a terra é terra, para nós, a terra é território, e território é terra mais memória, é terra mais história, é terra mais floresta. Se isso não está claro para a nossa CONTAG, o nosso Conselho dos Seringueiros, eu acho que devemos trabalhar mais isso. O que isso significa? Dizer que a diferença entre nós e o Caiado, que vimos antes, para ele, terra é terra, na qual nem mulheres pisam. Para nós não é apenas isso. Terra é terra mais floresta, é terra mais memória, memória é história, memória é a tradição, é o que sabemos fazer com essa terra e essa floresta. Isso não é trivial, isso precisa ser discutido, precisa ser entendido para transformar em arma a nosso favor, a nosso favor porque a história está conosco. Mas precisamos abrir espaço, porque senão ela não colabora. O objetivo de alimentar a memória para construir territórios só pode ocorrer no interior, não pode ocorrer nas capitais, as metrópoles não são amazônicas, não podem ser amazônicas, porque por natureza a Amazônia é a história do seu povo, histórias milenares, a história da floresta que é milenar, são milhões de anos para chegar aonde está a floresta hoje. Só lembrar que os Andes subiram há 60 milhões de anos, antes disso a Amazônia, os rios fluíam para o Pacífico, para o Golfo do México. Então houve uma revolução imensa há 60 milhões de anos com a subida dos Andes, e hoje eles ainda são responsáveis pela regulação climática da Amazônia. Então, essas questões precisam voltar para a discussão, a nossa discussão política.

Eu estou aqui porque quero defender uma aliança ampla para que os jovens tenham chance de realizar aquilo que sonham, entender isso é importante. A segunda questão é a saúde, ouvir o Paulo, não sei se ele está ainda aqui. Paulo, eu conversei com a ministra Nísia, mostrei esse mapa e disse que em cada um desses pontinhos precisamos de um posto de saúde, precisamos de um centro de estudos das plantas medicinais. Precisamos de um local onde a memória das plantas medicinais possa ser útil à população hoje, ser transformada. Ela não só aceitou, mas prometeu levar adiante essa ideia e juntar com as universidades os esforços para criar núcleos espertos, núcleos capazes de oferecer futuro para os jovens e para a população que vive nesses municípios. Um município que tem já uma instalação. Olha, eu não estou dizendo que devemos fazer isso só nos municípios com centros universitários, precisa começar por aí porque será um grande exemplo. Nesses municípios já estão investidos todos os meses o salário dos seus professores, se são mil, é um milhão, é muito dinheiro que já corre para sustentar estes centros universitários. Podemos aproveitá-los melhores. E é claro que um núcleo que tem um núcleo universitário pode ter um núcleo de saúde, pode ter um núcleo de energia, pode ter um núcleo de arquitetura e planejamento, pode ter núcleos de Defensoria Pública, fundamental para os núcleos do interior, não tem nenhuma proteção jurídica, mas também não tem defensorias públicas. Precisamos investir, não é muito, mas acrescentado aos investimentos de saúde, acrescentados aos investimentos em internet,

aos investimentos em água, fundamental a água.

Todos dizem que a Amazônia tem água, não tem água nada, não se pode beber a água dos rios, só quem fantasia sobre a água doce da Amazônia, nunca bebeu a água porque é cheia de parasitas, não é simples. Tem lugares onde a gente encontra água limpa na floresta, mas precisa saber ir lá, ou seja, precisa de tradição, precisa conhecer, precisa do território, precisa da memória. Mas tem aquíferos embaixo da Amazônia. Cuidado, Bispo, não há rios subterrâneos, a água não se move como no rio. As rochas impregnadas de água é que alimentam a floresta. Estou dizendo alguma coisa que é resultado de pesquisa dos últimos cinco anos, não se sabia que a floresta dependia em boa parte das suas águas subterrâneas, é coisa muito recente, que o pessoal do agro não sabe, não introduziu ainda na sua nas suas contas. O pessoal ainda não se deu conta que foi a ciência que multiplicou por seis nos últimos 20 anos a produtividade da lavoura da soja. Isso foi feito nos laboratórios de pesquisa da Embrapa, de universidades, e eles continuam perseguindo a ciência. E aí se traem, porque perseguem a ciência, porque não querem que os jovens se formem e tenham uma educação melhor e façam uma revolução. Essa revolução vai varrê-los do mapa.

Eu vou dar um exemplo, porque essa gente não tem visão histórica do seu papel nesse planeta. Lá em Manaus existe a Suframa, a Suframa, Zona Franca de Manaus recolhe todos os anos 6% do faturamento de determinadas indústrias, que devem ser investidas em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento. Recolhem nesses últimos cinco anos dois bilhões por ano, dois bilhões. Muito bem, poucos meses atrás, ainda no governo passado, um novo superintendente da Suframa, que foi nomeado porque o velho tinha envelhecido, declarou publicamente, e eu estava entrando no público, que ele tem dois bilhões recolhidos e não tem projetos onde investi-los. Então, isso não é segredo, isso é uma demonstração da fraqueza das nossas elites do atraso. Esse atraso deve ser combatido por todos nós, centrais sindicais, centrais da agricultura, centrais de docentes, universidades, todos aqueles que contribuem para com a visão de um mundo civilizado, de direitos respeitados e de jovens com futuro. Então, senhores, a ideia dos 300 centros é apenas o pretexto para saber por onde começar e mostrar que é trabalho para todos, para Brasília, para Manaus, para São Paulo, para até para Nova York, se quiser. Tem trabalho para fazer, mas em que direção? A direção tem que ser dada por nós, para o interior da Amazônia, é para lá que queremos ir, e essa não é uma batalha simples, não apenas no Congresso, não apenas porque temos inimigos que são amigos do atraso, mas que estão organizados para impedir que os jovens possam fazer uso do que aprenderam nas escolas e nos campi das universidades que plantamos há 20 anos atrás. Obrigado.

Gilberto Santos (CIMI): Muito obrigado, Professor Ennio. Nós só vamos passar a palavra para Dom Pedro porque tá se despedindo, porque tem que pegar o transporte aéreo. Mas a gente vai abrir então uma segunda rodada, já tem pessoas que estavam querendo falar e não puderam. Estamos juntos.

Dom Pedro (REPAM): Eu nem precisaria falar mais que já falei bastante. Mas eu deixei uma pergunta para os universitários, que o professor agora reforçou. O agronegócio é feito de ciência, sabedoria e tecnologia. Manuseia as maiores tecnologias de maquinário, de colheita, de plantar. Sabe o dia de plantar, quando é que vai colher, sabe tudo isso. No entanto, há uma esquizofrenia porque eles apoiam o atraso. Direitos humanos, direitos de nada, nada tem valor. Costumes, teses ultrapassadas, conservadoras. E a pergunta ficou aí no ar, por que isso acontece. Muito obrigado. Deus abençoe vocês e bom trabalho, bom prosseguimento do Fórum.

Gilberto Santos (CIMI): Muito obrigado. Mais uma vez, Dom Pedro, a importância da Rede Eclesial Pan-amazônica representada aqui pelo seu vice-presidente, mas também por outras pessoas que estão aqui. Abrindo mais uma vez o microfone, literalmente, para as pessoas. Ricardo, por favor, e quem estava inscrito e acabou não falando na primeira rodada pode chegar mais perto. Relembrando, mais uma vez, que vamos ter na sequência, o filme do Takumã Kuikuru e uma conversa com esse cineasta indígena lá do Xingu.

Ricardo Gilson: Olá, boa tarde. Agradeço a contribuição da mesa. Eu vou fazer Olá, boa tarde. Agradeço a contribuição da mesa. Eu vou fazer uma provocação para pensar também os problemas. Pena que o nosso colega da REPAM teve que se retirar em função do compromisso. Nós temos mais ou menos uns 60 anos, 6 décadas, de grandes transformações na Amazônia. Se a gente marcar a década de 60 para cá, as décadas dos grandes projetos, dos grandes sistemas de objetos de infraestrutura, mineração, energia, estrada, enfim. Também nos últimos 30 anos de crescimento, organização, políticas públicas ambientais, ordenamento territorial, áreas protegidas, o retrocesso dos últimos anos. Mas eu acho que um ponto fundamental é que nós temos 60 anos de transformações de sociedade. Em 70 Manaus era uma cidade pequenininha, tinha um pouco mais de 100 mil habitantes, se eu não me engano. Hoje tem 2 milhões e trezentas mil pessoas. Acho que a única metrópole que não é conurbada no Brasil é muito grande, espraiada. Se você imaginar a maioria dos municípios da Amazônia, eles foram criados nos últimos 30 anos. Isso significa que a migração que veio mais do centro-sul do país, que ocupou Rondônia... Rondônia e Mato Grosso são fruto dessa política desses últimos 60 anos, mas também atinge o sudeste do Pará, oeste do Pará, começou muito forte agora no Acre.

Se você observar o mapa eleitoral que o Bolsonaro ga-

nhou na Amazônia, é essa sociedade da migração. É por isso que é difícil defender Amazônia em termos de suas estéticas, na Amazônia ponto de vista da floresta, biodiversidade, da sociobiodiversidade. Porque é uma sociedade, eu diria transplantada, nos termos de Darcy Ribeiro, do centro-sul para a Amazônia, e ela não se amazonizou.

Ao contrário, seus referenciais econômicos e produtivos são outros e que agora se verticaliza, por isso é uma sociedade, ponto de vista do motor econômico, inimigo da Amazônia. E isso é tão perigoso porque não é só o centro-sul hegemonizando a política nacional, mas você tem um respaldo, uma territorialidade social na Amazônia que tem no agronegócio quase um messianismo e, portanto, é um desafio maior. Por exemplo, eles conseguiram capturar parte da Agricultura Familiar no debate político, senão produtivo, porque com 5, 10, 20 hectares não dá para dizer que você é do agro como plantador de mandioca ou de milho. O agronegócio é monocultura, a escala é mais de um milhão de reais. Qualquer propriedade, a menor deles, tem que render mais que isso. Mas eles conseguiram capturar boa parte da sociedade do campo e da cidade para defender esse processo hegemônico. Acho que um dos desafios é pensar como dialogar com essa parte da sociedade que historicamente foram migrantes, construíram os seus trabalhos, as suas famílias na Amazônia e que hoje defende uma ideia de Amazônia anti-natureza e, portanto, anti-povos da Amazônia e anti-comunidades.

Nós podemos observar isso no Vale Guaporé, em Rondônia, que tem os quilombolas, ou nos seringueiros, que são as maiores áreas invadidas no Acre, praticamente são de seringueiros. No sul do Amazonas, que praticamente o sul do Amazonas, Apuí, Humaitá, Lábrea, Boca do Acre, estão sendo capturados como nova fronteira, aliás Amazônia ocidental é a nova fronteira, o que tá acontecendo Amazônia ocidental, Rondônia, Acre, Amazônia, Roraima, é o que aconteceu no Tocantins, Mato Grosso, o próprio Pará, enfim, na década de 60, 70, 80.

Então, acho que um dos desafios da Universidade, mas dos movimentos sociais, é dialogar com essa sociedade, porque fica muito difícil de contestar o agro quando eles batem recorde de PIB e, ao mesmo tempo, a gente não consegue sensibilizar essa sociedade em relação à quantidade de impactos ambientais que se cria. Um desafio é pensar que sociedade nós temos. Eu vejo com muita fratura isso hoje, não temos essa unanimidade. Nem no governo da floresta, que perderam o governo e vão perder tudo, porque é uma disputa hegemônica muito forte. Portanto, não é só uma dimensão econômica, é uma dimensão social, que é um desafio inclusive para os movimentos sociais. Não acharei estranho se daqui a pouco eles estarem disputando sindicatos, os STTRs. Como estão disputando as universidades, os sindicatos docentes, os conselhos municipais. Estão disputando todas as estruturas, espaço público, como conselhos, onde podemos

discutir política pública e debater o modelo de sociedade e economia. E esse é o momento que diria que é novo e que talvez nós não encontrássemos isso com tanta força há 20 anos, mas que agora é um processo pautado. E esse é um desafio maior.

Não é só o Estado que vai discutir do ponto de vista da política pública, mas é o diálogo com a sociedade. Porque é um processo de hegemonização muito forte e muito difícil ser ambientalista, por exemplo, no Mato Grosso. É muito difícil. Coisa que era mais tranquila há 20 anos, hoje não. Essa sociedade da violência, que é do atraso, ela tem na Amazônia com o modelo de expansão muito forte. E na fala de todos vocês, eu fiquei pensando, porque se imaginar a história da Amazônia, da sociedade recente, dos 60 anos para cá, ela é muito recente, foi a colonização que explodiu.

Tanto a metrópole de Manaus, como a de Belém, como o sudeste do Pará, todo Mato Grosso, onde esse processo vai avançando, a Transamazônica. São processos de 50 anos. Você encontra gente mais velha lá, que abriu a estrada. E essa é outra sociedade, não é uma sociedade que convivia com seringueiro, ao contrário, vai se chocar nesse tensionamento. Esse debate do que é a sociedade Amazônica se faz urgente, porque nós vamos ter e teremos cada vez mais esse estranhamento com os que se acham mais civilizados, com o que é mais bonito da Amazônia, os rios, as florestas, os povos, a diversidade cultural.

Mas tem um setor da sociedade que acha que é atraso, e eles não escondem mais isso. Racismo ambiental é sinalizado na CNA, nos ruralistas. Eles não escondem isso. E por que que eles não escondem, porque eles têm eco social. Nós precisamos entender essa sociedade que aceita o que poderia ser um atraso, mas para eles é progresso. Acho que pensar a sociedade é o desafio de toda a universidade e campos científicos hoje. Porque o que se faz de barbaridade hoje tem um respaldo social, e isso é mais preocupante de todas as questões que foram colocadas. Mas eu vejo isso como um problema central em pensar a sociedade na Amazônia.

Ângelo Oliveira: Eu sou Ângelo do Mato Grosso, da região de São Félix do Araguaia, divisa com o Pará, Tocantins. Lá que eu moro hoje e atuo. Fazendo eco à sua voz e também tentando contribuir um pouco, eu percebo lá, nessa região da prelazia de São Félix do Araguaia, que é bem conhecida pelos conflitos sociais do campo e pela luta que os movimentos fizeram junto com a igreja, inclusive Dom Pedro Casaldáliga, CPT, CIMI, e vendo o filme, eu lembro que hoje a realidade lá é outra. Os pequenos que na década de 70-80 conseguiram, com muita luta, um pedaço de terra para viver, hoje pela expansão da soja... O que que o sojeiro faz, é uma outra luta, eles não chegam expulsando o pessoal, eles chegam com muito dinheiro, comprando uma terra aqui. O pessoal vendia, há pouco tempo atrás, a 20 mil o alqueires, eles chegam

oferecendo 100, 200 mil. Não há quem não ceda, é muito difícil permanecer no campo lá, naquela realidade, isso que a gente tá assistindo lá. E quem resiste e permanece, o que acontece é que os outros venderam ou arrendaram, e se torna inviável para ele porque ele fica uma ilha no meio de toda aquela soja. Não tem nem por onde sair, não tem como ele plantar mais aquilo que ele plantava porque não sobrevive. Quando a gente estava lá no município de Santa Cruz do Xingu, todo ano o pasto de um pequeno agricultor queimava com as derivas de veneno. Todo ano a gente denunciava e nunca foi apurado. Isso foi a uns cinco, seis anos. O que ele fez? Parou de ter o gadinho dele, arrendou para soja. Não tinha como, ou ele ia embora ou ele arrendava, não tinha outra solução. O que que tá acontecendo? PA Santo Antônio do Fontoura, morei lá três anos, uma comunidade grande, pungente, muitos parceleiros, como eles diziam. Hoje esse pessoal, que foi do Tocantins, atingidos por barragem, lutou lá muitos anos e, tal como eles dizem, amansou a terra, teve o seu gadinho, sua vida ali, suas plantações, hoje esse pessoal ou vendeu ou tá arrendando para a soja e está indo disputar a terra no Pará, lá onde estão os conflitos. Essa é a estratégia hoje, não precisa mais o grande fazendeiro ir no Pará amansar a terra, o pequeno vai lá e faz essa luta. Quando tiver mansa ele vai e compra e assim ele vai subindo e vai adentrando na Amazônia. Está sendo esse o movimento hoje. Falando aqui da uma provocação da companheira a respeito da política local, quem são os políticos locais? São essas pessoas ou apoiados por eles ou são os pequenos que têm a cabeça deles. Tanto é que nós do CIMI, uanto mais local é uma disputa por terra, e tá no judiciário local e tal, mais difícil de você avançar. Você tem que ir a nível estadual e a nível nacional, senão não avança no nível local, ali é pior do acirramento. Uma discussão também das universidades que eu vejo lá. Temos o IF, temos UNEMAT, mas o IF principalmente, os cursos que são levados são cursos para atender esse pessoal do agro. Muito difícil a gente conseguir outros cursos. Eles fazem um lobby tão forte que é para formar técnico agropecuário que vai trabalhar nas fazendas e você não consegue, muito difícil. Tem professores que lutam nessa questão agroecológica, é muito difícil você colocar um curso de agroecologia, muito difícil. Então essa realidade infelizmente está muito presente nessa região, nela que a gente atua e também busca trabalhar de alguma forma. Obrigado.

Roseneide: Boa tarde, eu sou Roseneide, do estado do Acre. O Acre foi citado desde sempre e eu gostaria: aqui, diante de todo esse cenário exposto, muita coisa, aqui nos traz a reflexão do caos. Mas eu quero deixar aqui a minha percepção de nós estarmos tratando de um evento como esse dentro de um espaço universal, a universidade. Talvez as grandes questões e as grandes reflexões que nós colocamos aqui, elas devam sair daqui e elas

devam, de novo, ser mantidas como espaço de solução. Eu trago alguns dados: hoje, dos estados da Amazônia Legal, somente Rondônia e Mato Grosso detêm menos de 20% da dependência do repasse Federal do orçamento. Os outros estados da Amazônia, assim como o meu estado do Acre, depende mais de 60%. O Amazonas, por exemplo, depende 88%. E aí, eu lembro daquela pergunta que todo mundo faz que mora na região que eu moro, na Amazônia, se nós estamos no território que é rico, de alto valor para todo mundo, por que a gente não consegue inverter essa lógica? Por que hoje nós somos dependentes desse orçamento, desse repasse, vivendo aos pés, sobre as botas de quem hoje diz que gera o grande PIB ou eleva o nosso PIB do Brasil, sendo que de fato o valor está lá na nossa região? Então, essa solução, essa resposta, na verdade, ela precisa sair daqui, de um espaço onde a gente vê uma imensa diversidade, inclusive com grandes profissionais que podem nos trazer essa solução de como é que eu gero um valor, como é que eu monetizo hoje a nossa sociobiodiversidade, além do crédito de carbono? Qual é o valor hoje dessa relação dos cíclos hídricos, a relação da valoração da água, para que isso gere um resultado inverso para essas populações?

E aí, algumas questões foram postas. A matriz de desenvolvimento de projetos de políticas públicas hoje do Brasil continua a mesma da década de 70, mas os instrumentos não. A estratégia, ela hoje já nos abre portas. Para quem não sabe, está aberto aí a grande plenária, a grande escuta pública para a elaboração do plano plurianual do governo federal e dos governos estaduais. Quantos de nós aqui nos dispomos e participamos de alguma dessas plenárias? Lá era um momento. Agora é o momento de nós tentarmos reverter essa matriz de desenvolvimento, essa matriz de crescimento, porque a impressão que dá é um grande paradoxo, que para eu me desenvolver, eu preciso, de fato, só manter a floresta em pé e todo mundo passando fome. Porque essa lógica que o meu próprio Governador coloca. Não adianta nada eu ter a floresta em pé, eu não tenho internet, ou não tenho estrada, eu não tenho emprego. Será se é isso mesmo? Na verdade, a grande solução que a gente vê, a mudança, é a gente trazer um Fórum como esse dentro da Universidade, onde estão os grandes repositórios de soluções, grandes idealizadores, grandes pesquisadores, que estão aqui para trazer uma solução. Nós queremos uma solução. Porque hoje eu consigo calcular um crédito de carbono, dar um valor para ele, fazer com que isso hoje seja uma commodity altamente valorizada, e não consigo valorizar o recurso hídrico que eu tenho. Que isso, de toda sorte, depende muito mais da minha atuação humana no ecossistema do que o próprio ar que eu respiro? São diversas questões que a gente precisa trazer à tona.

E aí, eu passo isso até para os nossos painelistas, as mesas, os painéis que estão dispostos aqui. Hoje eu coordeno um pro-

jeto que deveria ser um projeto que transformaria um território, que traria a devolução de todo esse benefício da manutenção dos serviços ambientais da minha região, e o que a gente vê é que ainda é um grande desafio, que não existe uma solução, não existe uma resposta pronta, e que ela passa por esses espaços que nós estamos aqui observando e vendo durante esse 3º Fórum, e que eu espero sinceramente que ele passe, especialmente, pela mudança, enquanto nós, agentes de transformação. E quanto a mim, que sou operadora de políticas públicas, que sou servidora pública, e que percebo em todas as falas, especialmente da dona Ângela aqui, que muito me emociona, é o quanto esses espaços, eles estão sendo ocupados por pessoas que sim têm representatividade, estão falando aqui de uma Amazônia que não é única. Nós temos Amazônias dentro da Amazônia, e que a gente precisa ouvir, de fato, tudo que está acontecendo, de verdade, de quem, de fato, está vivendo e sentindo isso na pele. Porque não tem uma solução, mas o caminho não vai ficar mais fácil se a gente desistir. Então, vamos persistir. Obrigada.

Joaquim Belo: Boa tarde, todo mundo. Eu vou fazer alguns comentários em cima de um pouco que eu vi, um pouco do que a gente tem enfrentado ao longo dessas décadas e as diversas leituras que a gente vai fazendo e também compartilhando de leitura de outras pessoas. Primeiro, eu acho que o cenário que a gente vive, a conjuntura que a gente vive, ela é consequência de um país que não tem projeto. Então, se um país não tem um projeto, a gente vive à mercê da especulação do grande capital. Então, acho que isso é um grande dilema que a gente vive. Se a gente não tem uma nação com um projeto, isso já foi tentado algumas vezes e não se conseguiu um Estado brasileiro ter um projeto de nação, de inclusão, acima de tudo, a gente vive um estado da especulação em tudo. E como nós somos o estado de uma origem muito crítica, do ponto de vista, no Estado que não enfrentou inclusive o seu maior desafio, que foi fazer justiça em cima de uns dos diversos segmentos históricos desse país, por exemplo, a população negra, que é a maior força de trabalho desse país, ela foi deixada de lado o tempo todo. E aí, se eu tenho a maior força do trabalho, uma população que o estado nega, então aí nós temos um grande problema.

Quando a gente olha para uma universidade, imagino a UnB para pegar como exemplo, que a cada quatro anos, nós vamos pegar uma referência e passar por aqui 60 mil jovens, mais ou menos. E quando se olha para essa dessa fotografia desses 60.000 jovens, dá para a gente explicar muito bem onde está escondido o nosso dilema. E aí, por não ter um projeto de nação, a gente vive a especulação o tempo todo, e a Amazônia está vivendo isso nesses últimos 60, 70 anos.

Eu acho que a morte do Chico foi um exemplo muito claro disso, e nos anos 80, Wilson Pinheiro e outros. Porque já está

colocado que esse espaço é justamente para uma elite, uma elite que não quer saber dos povos. O que olha para Amazônia assim, tem duas realidades, a gente costuma olhar. Tem uma Amazônia mais tradicional, que tem resistido um pouquinho mais, Amapá, grande parte do Pará, grande parte do Amazonas, e uma Amazônia menos tradicional, que é justamente o fruto de uma migração, de uma migração fruto de um processo que o estado construiu, porque foi o estado que propiciou, que fez um projeto para dizer que ia desenvolver a Amazônia, e fez uma grande migração de uma população do Espírito Santo, do Sul, que não tinha nenhuma relação com Amazônia. E o governo fez isso porque eu lembro quando era criança. Para eu ter um título de terra, eu tinha que desmatar. Então, o governo construiu esse desmatamento, não foi o agronegócio, foi o estado que construiu isso, o mesmo estado que a gente está aí porque eu tinha que desmatar para provar que eu era agricultor, senão não tinha como fazer. Então, isso vem se repetindo, só de forma diferente, a gente vai sendo feito de tolo, porque o crédito vai se mobilizando para fazer isso, para continuar fazendo aquilo que foi feito, que o estado construiu. O que a gente vive é uma construção do Estado. A exclusão social, o desmatamento isso foi construído pelo Estado brasileiro, não foi pelo agronegócio. Isso foi feito pelo estado, a gente tem que assumir que isso foi feito pelo estado, senão ninguém resolve, porque quem que comanda os governos da Amazônia? Quem são esse Parlamento amazônico no Congresso Nacional? Então, isso é construído dentro do estado. Houve um sequestro do estado por esse modelo, e um sequestro de estado que tem um modelo que também sequestrou a universidade, que sequestrou a ciência, que sequestrou a pesquisa. Como é que a gente enfrenta uma situação dessa na realidade que a gente vive?

De manhã foi dito aqui que agora o nosso ataque em cima da gente, através da caneta, criando lei para nos atacar. Isso é dentro da estrutura do estado, do Parlamento, que diz que é a casa do povo. Que povo é esse? É um dilema muito grande que a gente vive. A gente parabeniza aqui a universidade por ter a coragem, mas a gente olha aqui, se eu tenho aqui, sei lá, não tem nem ideia, mas imagina que a universidade deve ser 50.000 estudantes, 60 mil. Onde estão esses meninos que deviam estar aqui? Não estão, eles não estão aqui porque eles são vítimas desse estado que faz com que eles não estejam aqui. Se eles não tão aqui, onde é que eles estão? Estão defendendo justamente esse modelo que foi construído para esses jovens. E aí, o desafio, viu professor, que o senhor colocou, como é que a gente vai fazer a revolução se esses jovens também foram sequestrados, do ponto de vista da sua mentalidade? E eu falo da UnB, mas são milhares de jovens que estão aqui, tem lá 10 milhões, 12 milhões dentro do Brasil, com o mesmo pensamento, e algumas ilhas pequenas no esforço com o NEAz aqui fazendo isso. Cada

universidade como uma ilhazinha pequena resistindo, fazendo e vai continuar fazendo, mas na estrutura ninguém mexe. Eu tenho enfrentado um pouco esse debate porque eu acho que o nosso grande desafio passa pela educação. Ou a gente mexe nessa estrutura de uma educação como uma nova mentalidade, ou a gente vai continuar fazendo o que está fazendo, resistindo. Mas resistindo e perdendo o tempo todo, porque o jogo é muito difícil. Porque o Estado está estruturado. A gente fala do racismo, não é uma palavra, uma coisa que está estruturada nas diversas dimensões que a sociedade está vivendo. Como enfrento isso? Eu acho que a gente, enquanto movimento social, a CONTAG, o MST, e um exemplo muito claro que foi tocado nessa mesa aqui em função do modelo que tá, esse modelo tá em cima do MST hoje, está justamente por conta disso, qualquer um que se coloque na frente, eles vão querer tratorar, e o MST, os povos indígenas foram escolhidos nesse momento. E esse apelo muito forte dos parentes é uma salvaguarda que a gente tem, porque tem um apelo mundial muito forte que nos ajuda muito a enfrentar isso, mas é um dilema muito grande que a gente vive. A gente, enquanto o Fórum e outros espaços de diálogos que a gente tem, a gente tem que provocar um pouco mais assim essa questão do conhecimento, porque o conhecimento não tá sendo feito nesse debate. Não está para um projeto coletivo, está sempre pelo mérito pessoal das pessoas. E o sistema quer é o mérito pessoal, porque o mérito coletivo o sistema não controla, mas o pessoal ele quer. Por isso que toda a universidade trabalha o mérito pessoal dos alunos. O sistema quer é justamente o mérito pessoal, o mérito pessoal ele controla, mas o mérito coletivo é difícil, por isso a gente tem dificuldade de ter um grande trabalho coletivo dentro das Universidades.

São tantas as contradições que a gente vive num país como nosso, como o Brasil, que a gente, nas nossas comunidades, no nosso interior, eu sou Amapá, do interior do Estado, extrativista que mexe com açaí, e a gente vai dialogando. Um dia desses até falava com uma colega hoje que dois meses atrás, saiu uma pesquisa da Universidade de Helsinque, na Finlândia, que a antocianina do açaí pode dar uma cura para o câncer. Tem que ser lá em Helsinque que vai estudar o açaí, porque que não é o UnB? Porque que não é UFPA, lá em Belém? Porque que não é UFAM, lá em Manaus, para ver como a gente nega o que a gente tem. Quando a gente olha sempre para economia do Pará que eu vi esses dias, o quanto que o açaí impacta a economia do Estado do Pará. Quando a gente olha para o mundo internacional, Califórnia e Canadá, maiores produtores de Açaí do mundo, e a gente vai negando isso aí e vai colocando a economia que não é a nossa. Nega e você quer matar a cultura de um povo e nega o que ela esteja fazendo, nega e vai colocando outra coisa no lugar. Quando eu vi essa matéria lá da Finlândia, o estado nosso vai negando nosso produto e outros vão se apropriando, e a gente fica nesse dilema. Eu, como uma pessoa que não estudei muito, mas vive assim perguntando dessas grandes contradições, que a gente vive no todo dia. E o FIA, quando se provoca assim, acho que já é um desafio muito grande provocar a própria Universidade nesse sentido, e quem sabe a gente levar para as outras casas que constroem conhecimento, para que a gente consiga, minimamente, ir impactando outras mentes. Principalmente do jovem, que essa é a grande preocupação nesse momento. Se a gente perder o nosso jovem da Amazônia, e eu não estou falando do jovem urbano, eu estou falando do percentual do jovem rural, dos jovens extrativistas, do jovem indígena, do jovem quilombola, nós estamos derrotados de vez, e é ele que está sendo disputado neste momento. Que já foi dito aqui, os cursos nos institutos federais, eles que estão sendo disputados nesse momento, e a gente tem feito uma resistência muito grande para a gente não perder nossa juventude, que é o que a gente tem como esperança. Porque daqui a pouco eu vou morrer e essa agenda vai continuar, e nosso jovem precisa estar um pouco mais envolvido nesse trabalho, quando se trata de Amazônia. Não só da Amazônia, dos direitos, da inclusão social, da democracia, de uma ciência mesmo que cuide da humanização do processo. A Amazônia só é o foco porque a discussão do nosso tema tá nela, mas eu acho que isso vale para todo mundo. Obrigado.

Homero Flávio: As falas me fizeram lembrar de fazer um convite a todos. Também faço parte da produtora chamada Coletivo Crescente e dentro do Coletivo Crescente nós temos um canal no YouTube com muitos documentários voltados para área socioambiental. Convido vocês a conhecerem o canal do Coletivo Crescente. Lá tem alguns documentários, inclusive um deles dos mais recentes foi feito sobre a bioeconomia e a cadeia produtiva de valor no Estado do Pará. Eu tive oportunidade de lá fazer esse documentário que foi exibido no Canadá, na COP da biodiversidade, foi encomenda da GiZ, junto com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará. Além desse há vários outros temas como desertificação nos biomas do Brasil, alguns outros documentários, 'A Maior Floresta da Terra', é um documentário, encomenda do Imazon, lá no Pará. Faço esse convite para conhecerem esse canal, acho que vocês vão encontrar algumas coisas legais. Tem o site e também no YouTube, que é o canal coletivocrescente.com. Giba (CIMI): Muito obrigado! Antes de passar para o professor e para a Ângela, lembrar que daqui a pouco teremos o Takumã Kuikuro com o seu último filme "A Febre da Mata" e uma conversa com ele.

Ennio Candotti: Uma pitada de otimismo nesse quadro sombrio que você colocou. Veja, de vez em quando ter alguns 80 anos ajuda a entender esses momentos de perplexidade. Eu posso dizer que já

vi esse auditório cheio, já participei de mesas com a SBPC, durante os últimos 40 anos aqui na UnB, educação, conhecimento, ciência e percepção política não são uma ação direta, são contaminantes. O importante é que ocorra esse evento, nem que sejamos 10, 15, é aqui mantendo viva a ideia do FIA. Daqui a um ano pode explodir como necessária ou daqui a dois meses pode se tornar uma ação importante. Deve-se observar que hoje no Brasil pelo menos 50 discussões sobre a Amazônia. Eu tenho termômetro porque me convidam ou me mandam os avisos. São nem todas elas muito bem informadas, mas muitas delas com vontade de discutir Amazônia. Isso é muito importante, muito bom. Vamos trabalhar para que elas se encaminhem numa direção construtiva e não fantasiosa. Mas os alunos da UnB estão aí, eles vão ser contaminados pelas discussões que nós estamos travando e nós vamos apurar um pouco quais são as palavras de ordem, quais são os símbolos, quais são as metáforas, quais são as observações que têm maior penetração e respondem às inquietações do dia, do momento para os jovens. Os jovens virão aqui quando nós criarmos um fato que os mobilize e não é fácil achar. Mas vamos avançar. Repito aquilo que disse no começo, a dois ou três fatos muito importantes. Temos hoje cem vezes mais associações comunitárias do que tínhamos há 20 anos atrás ou há 10 anos atrás. Temos hoje cem vezes mais mulheres dirigindo as associações e estão envolvidas na política. Não ainda no Congresso, mas você vai ver daqui a quatro anos, Lira que se cuide. Mesmo a observação crítica, muito pertinente, da imigração e da influência no projeto Amazônia da presença de núcleos ruralistas pragmáticos, né, que surgiram nos últimos anos e que não querem saber de floresta, querem saber de produção. Eu diria no interior da Amazônia ganhou Lula. Ele perdeu na capital. Mesmo aquela franja de Humaitá, Apuí que você mencionava está crescendo, mas é ainda minoritária. No coração do Amazonas predomina ainda entre os jovens o perfil indígena, o perfil local. No Pará, tá dividido, a gente sabe que tudo no arco do desmatamento está perdido, mas ganhou o Lula. Ou seja, há uma reação que pode ser identificada com uma reação favorável a uma atenção para a Amazônia não atrasada.

Então, vamos admitir que a história é lenta, as ações ocorrem em 10 anos, 20 anos, mas 20 anos estavamos aqui na UnB. Eu era presidente da SBPC, não sei quantos anos, e vivia na UnB essas contradições e essas discussões, plenário cheio, plenário vazio. Nós fizemos história, chegamos onde chegamos. Atravessamos os anos mais difíceis da nossa vida republicana, que foram esses do governo Bolsonaro, passamos por ele e valorizamos, não suficiente, essa façanha de ter atravessado, apesar de todas as resistências que ainda se manifestam e é bom que se manifestem, porque assim a gente sabe que estão aí, que é o inimigo ainda não morreu, mas vamos continuar a combate-lo. Se eu insistir, vamos explorar aqueles bolsões de recursos, de influência, de presença, de articulação que não dependem da consulta a esses senhores, vamos ver onde é que está. O problema da Amazônia não é de recursos, é político, porque você mencionava a expropriação de riqueza da Amazônia. Mas você conhece a Lei Kandir? O que sobra para o Pará de Karajás deveria ser um país, um estado riquíssimo. O que sobra pela água de Tucuruí ou de Belo Monte ou no Acre ou em Rondônia, sobra pouco porque o ICMS da energia é recolhido no local de consumo, sobra muito pouco além dos desastres ambientais. E em Manaus, o que sobra da zona franca? Riqueza para grandes empreendimentos industriais que têm uma taxa de lucro superior à taxa de lucro que teriam em Uberlândia. Por isso que eles estão lá, mas para a cidade? A cidade está sem esgotos, as cidades está sem água, sem transporte, há dificuldades mil, mas uma elite está ganhando muito bem. Então, isso demorará, mas nos próximos 10 anos nós vamos assistir alguma coisa de relevante. E é relevante porque as associações estão crescendo, estamos costurando uma rede de apoio e solidariedade que vai durar. Já sobreviveu a Bolsonaro e vai sobreviver nos próximos anos.

Ângela de Jesus (FETAGRI-PA/ CONTAG): É interessante as inquietações, que sociedade nós queremos? Que sociedade nós pensamos para o futuro? E tá correto, acho que essa leitura feita pelo companheiro, a gente tem que refletir. Eu penso que nós temos que ter duas situações. Uma é a questão da Universidade, com todo o otimismo do professor, que realmente é gradual, é lento. Mas quando ele coloca no centro também a juventude, é muito importante. O companheiro trouxe isso. Pensar na juventude da floresta, do campo, das águas e da floresta. E aí eu vejo duas perspectivas, tanto do ponto de vista acadêmico, mas também dos movimentos sociais. Nós precisamos trabalhar a nossa juventude com essa consciência. Eu lembro que a Universidade Federal do Pará e a Universidade Estadual têm a jornada da reforma agrária todo ano é feita. Nós participamos ativamente, e numa das mesas, a professora Marise colocou uma coisa muito interessante. Os alunos de ciências humanas foi feita uma pesquisa nas salas: “O que é que você entende por reforma agrária? O que é grilagem de terra?” E ela disse, Ângela, eu fiquei surpresa, o tanto, tão pequeno, que levantou a mão para dar sua opinião. Então isso quer dizer que ali, naquele momento, a universidade fez uma constatação para quem tá na Amazônia, que vive toda essa problemática, como a UFPA, ela disse: “Nós vamos repensar alguma coisa na universidade, porque não está certo como é que a gente trabalha toda uma formação.”

Outra vez, eu era Secretária de Agricultura do meu Município, e eu fui fazer uma palestra no IFPA de Castanhal, e eu fiz uma pergunta aos alunos que estavam concluindo os cursos: “Quantos de vocês pretendem sair daqui e trabalhar a organização social a partir da formatura de vocês?” Todo mundo calou-

-se, porque o pensamento era ir para uma empresa do Dendê, de alguma coisa. Acho que a gente traz isso para essa mesa, para a gente também repensar a partir da Universidade o caminho também de trabalhar esses processos educacionais. E falar na UnB, que tem o NEAz, muito longe da Amazônia, tá muito distante, mas imagine a Universidade Federal do Pará, que tá dentro da Amazônia, e nós conseguimos incluir um curso que chama-se agricultura e desenvolvimento sustentável. Conseguimos agora, a partir dos movimentos sociais, MST, FETAGRI e outros movimentos, e foi uma luta para inserir na universidade, dentro da grade, este curso, e ainda estamos com dificuldade, mas era uma ação, uma incidência que a gente precisava fazer no mundo acadêmico, porque a gente também muda as realidades a partir da educação. Já foi dito muito aqui, eu nem sei se ainda tem Estudos Amazônicos na disciplina, quem me diz? Tem ou não tem? Porque é quando eu estudava tinha, mas é muito superficial. Se a gente traz desde a infância, na educação, você vai trabalhando os processos e vai formando pessoas com essa perceptividade da Amazônia, dos bens comuns, da floresta. Eu lembro que eu tava numa mesa e alguém disse assim que em São Paulo foi feito uma pesquisa numa escola, a professora falando de Meio Ambiente, era a semana do meio ambiente. Ela perguntou para os alunos: "De onde vem a água? Quem sabe me dizer de onde vem a água?" E o garoto rapidamente, eu respondo, vem da parede, professora. Da parede, porque sai na torneira da parede. Então, aquele garoto não tinha noção de que tem todo um sistema de rios que alimenta um processo, vem da parede. Ora, veja, isso é para a gente refletir de que forma nós estamos trabalhando a educação. Queria deixar esse chamado, porque a gente tá aqui na UnB, é que a gente tem muita esperança, muito esperança mesmo. Eu admiro seu otimismo. Saio daqui tocada com seu otimismo e com essa calma, com essa leveza. Não se tiver 10, se tiver 20, se tiver 30, a gente continua na luta. Obrigado.

Silvia Moreira (CNS): Bom, gente, só para agradecer, poder estar participando nessa mesa aqui com o professor Ennio que eu acho que tem um conhecimento gigantesco, a Ângela, o Giba e o Dom Pedro que já saiu, e toda a contribuição de vocês quanto às discussões da Amazônia. Isso é importante para nós entendermos melhor, os acadêmicos que estão por aí, que conhecem a Amazônia na teoria. Muitos vão para a prática depois para ter esse conhecimento também no dia a dia, mesmo como é que é essa Amazônia, como as coisas acontecem. Então, só agradecer a todos pela participação de estarem aqui até agora e feliz por estar aqui falando um pouquinho da Amazônia para vocês, da Amazônia que eu vivo, da Amazônia que eu sou e que eu pretendo continuar sendo, e é do meu cotidiano, da minha vida, e que a gente continue, que cada um de vocês entenda que a Amazônia é necessária e que a gente tem que cuidar dela, porque se a gente não cuidar dela, a gente vai sofrer as consequências em breve. Já estamos sofrendo as consequências pela falta de cuidado com a Amazônia. É isso, boa noite a todos, muito obrigado.

Gilberto Santos (CIMI): Prazer acolher vocês nesse momento, a roda certamente segue nesses dias de FIA. Uma gratidão enorme Professor, nossa querida Ângela também. A gente vai aqui organizar o espaço para o documentário que tá previsto agora, já para as 18 horas. E lembrar que a gente teve a transmissão, os meninos aqui se desdobrando, e a gente teve pessoas participando da transmissão, acompanhando. Agradecer aqui a nossa equipe da gurizada mais nova que eu, que tá aqui super atenta, salvando os momentos. Muito grato.



Painel 2:
Crise Ecológica e Social e Alternativas para a Sustentabilidade da Amazônia

Centro Cultural da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB)

14 de junho de 2023 (terça-feira) - 8h30

Participantes:



Eliana Maria Jiménez Rojas, Diretora da Sede da Amazônia da Universidade Nacional da Colômbia (UNAL)



Júlio Barbosa de Aquino, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)



Ricardo Gilson da Costa Silva, Universidade Federal de Rondônia (UNIR)



Felício Pontes Junior, Subprocurador Geral da República, Coordenador da 6ª Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (MPF)

Coordenação:



Edineia Aparecida Isidoro, Universidade Federal de Rondônia (UNIR)



Dielison Furtunato, Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca

Edineia Isidoro (UNIR): Para a gente trabalhar mais um dia no terceiro Fórum Internacional sobre a Amazônia. Acho que ontem foi muito bacana. É uma energia muito diferente esse Fórum, né. E nós gostaríamos de iniciar, então, essa manhã com essa mesa que vai ser muito produtiva, eu acredito.

Dielisson (RECA): Bom dia a todos. Me chamo de Dielisson. Sou do projeto RECA, quem não conhece, procure conhecer. Somos lá de Nova Califórnia, Porto Velho, Rondônia. E a minha colega vai chamar as pessoas para compor a mesa.

Edineia Isidoro (UNIR): Então, hoje o tema do painel é "Crise ecológica e social e alternativas para a sustentabilidade da Amazônia". Eu gostaria de chamar para a mesa Eliana Maria Jiménez Rojas, Diretora da Sede da Amazônia da Universidade Nacional da Colômbia (UNAL). Gostaria de chamar também Eliana Torelly de Carvalho, Subprocuradora geral da República, Coordenadora da sexta Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal. Gostaria de chamar Júlio Barbosa, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o professor Ricardo Gilson, da Universidade Federal de Rondônia da área de geografia. Vamos começar então com a professora Eliana Maria. Seja bem-vinda ao 3º FIA e bom trabalho.

Eliana Rojas (UNAL): Bom dia para todos, buenos días para todos. Obrigada por esta indicação. Obrigada, especialmente, a Universidade Brasília e ao professor Manoel, sua equipe de organização e por esta indicação tão importante para este evento tão necessário para a Amazônia. Vou falar um pouco do papel que tem desempenhado a Universidade Nacional da Colômbia, na Amazônia, particularmente.

A Universidade Nacional da Colômbia é a Universidade pública mais antiga da Colômbia, tem aproximadamente 156 anos. Conta com cinco campi na parte andina e quatro sedes de presença nacional. Estas sedes de presença nacional são realmente estes campi que estão na periferia da Colômbia. E a Universidade, em seu conjunto, conta com aproximadamente 57 mil estudantes que foram inscritos no semestre passado. E, ao total, conta com um corpo docente de três mil professores aproximadamente. Esta é a capacidade que tem a Universidade Nacional da Colômbia em seu conjunto. Mas vou falar especificamente da Sede da Amazônia, que está em Leticia, que é tríplice fronteira com o Brasil. As cidades vizinhas são Tabatinga, pelo lado do Brasil, e Santa Rosa, pela parte peruana. Em geral, a região amazônica é quase 40% do território da Colômbia. Aproximadamente conta com seis departamentos que estão descritos na tabela: Departamento do Amazonas, Caquetá, Guainía, Guaviare, Putumayo, Vaupez, Meta, Vichada. Porém, trago estes números

que são o desempenho, digamos, nos índices departamentais de competitividade, é um índice que avalia as condições habilitantes que cada departamento possui, ou seja, infraestrutura, instituições, capital humano. E realmente podemos ver que a maioria destes departamentos está muito abaixo do nível nacional, considerando que o índice departamental de competitividade, por exemplo, para Bogotá é 8% mais ou menos. Então, digamos que são departamentos que estão realmente em condições de muito baixa competitividade. Talvez, creio que compartilhamos algumas dessas características com os departamentos amazônicos do norte, da parte da Amazônia brasileira. E esse é o desafio que temos na Sede da Amazônia.

A Sede tem aproximadamente 34 anos, foi criada como uma estação científica, inicialmente no ano de 1989. Ou seja, a Amazônia foi olhada com um olhar muito de estudos biológicos, sobretudo. E no ano de 1995, criamos o Instituto Amazônico em Investigações (Imani), que deu, digamos, uma conversação muito mais interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar às investigações que se faziam na Sede Amazônia. E, obviamente, as necessidades locais de programas de graduação. Criamos um programa de graduação especial, de admissão e mobilidade acadêmica, em 2008. E, talvez, nossos programas mais velhos sejam os programas de pós-graduação em estudos amazônicos que foram criados há mais de vinte anos. Esse programa de graduação é um programa especial porque vocês veem que esses realmente são territórios de populações muito dispersas, que é comum na Amazônia, populações muito dispersas, com recursos muito baixos para que os estudantes, ou seus filhos, vão estudar nas cidades e capitais, Medellín ou Bogotá. Oferecemos ao redor de 51 programas de graduação. Um dos grandes desafios é que os estudantes consigam passar no exame da Universidade Nacional, ou seja, necessitamos também de um trabalho desde o próprio ensino médio para que os estudantes possam ingressar na Universidade. E contamos atualmente com quatro programas de pós-graduação, uma especialização em estudos amazônicos, um mestrado em estudos amazônicos na modalidade aprofundamento e na modalidade investigação e um doutorado em estudos amazônicos. Um pouco para que vocês tenham ideia do que fazemos na Sede Amazônia. E regionalmente temos duas publicações próprias. Uma que é como uma revista local que seu papel é mais de extensão para a comunidade, onde se contam histórias ou, realmente, a própria comunidade escreve artigos e sua distribuição, sobretudo, é impressa para que as pessoas que não tem internet possam ler. E uma revista científica que é o Mundo Amazônico, na qual fazemos trabalhos muito perto com a Universidade Federal do Amazonas, que é uma revista muito interessante, talvez, para todos os que estão trabalhando em temas multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. E contamos com uma série de mais de cem livros publicados na

Sede Amazônia. E ocasionalmente trago alguns dos convênios ou parcerias que temos com alguns Centros e Universidades do Brasil, alguns de países amazônicos, que é a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do Instituto Federal do Amazonas, o Instituto de Cultural Brasil de Colômbia, enfim, entre outras Universidades de outros países da bacia amazônica. Esse é o panorama do que é o Campus da Sede Amazônia e uma visão geral do que é Leticia.

Alguns dos desafios da Sede Amazônia, que são compartilhados com alguns dos territórios também no Brasil e em outros países da bacia amazônica é que se necessita de uma nova oferta de um programa de graduação e pós-graduação para a região, que sejam graduação e pós-graduação que estejam contextualizados às necessidades territoriais, que haja mais população dos povos originários que ingressem em seus programas de graduação e pós-graduação. Porque, no caso da Colômbia, para alguns indígenas já é muito difícil ir a Bogotá ou a Medellín ou as outras cidades capitais realmente fazer uma pós-graduação. Então, é a oferta que nós fazemos no território. E uma aposta que pensamos que é muito interessante, que penso que é algo que deveríamos trabalhar mais nas Universidades na Amazônia e na internacionalização de programas de pós-graduação, incluindo também alguns de graduação, mas, digamos, já falando do tema em particular da crise ecológica e social e seus impactos na diversidade cultural e ecológica é um tema bem amplo. Ontem, alguns dos palestrantes tocaram neste tema.

Eu somente vou fazer um zoom a um pequeno tema que é muito importante, que é a alimentação, os temas alimentícios, e que colocam muito em conversação tanto nos temas ecológicos como nos temas das ciências humanas. Este, por exemplo, é o mapa de insegurança alimentar que lançou a FAO no ano passado. Podemos ver estas zonas que são como esses países que são os que têm esses índices de insegurança alimentar altos. Este é o mapa de insegurança alimentar. Este é o mapa da fome que divulgaram também no ano passado. Mas, para mim o mais interessante é que justo essas zonas coincidem precisamente com a zona intertropical ou as zonas tropicais ou as selvas tropicais. E no caso da Colômbia, por exemplo, a gente vê assim a Amazônia, ou seja, uma grande diversidade de espécies onde muitas delas são alimentos ou usos indiretos para alimentação. Então a gente diz, bem, “o que realmente está passando com esses territórios?”. Ou seja, se há tantas espécies, tanta biodiversidade que é útil, digamos, para alimentação humana ou de maneira indireta para a alimentação, o que está passando com estes territórios? Uma forma de analisar isso, que seguramente se aplica para muitos lugares, muitas realidades da Amazônia, é analisar os sistemas de abastecimentos dos alimentos. Ou seja, quisemos rastrear, estamos fazendo um estudo para rastrear essa produção e coleta de alimentos, como se dá essa aquisi-

ção de alimentos e outras fontes de renda. Porque podemos ter sistemas convencionais que se aplicam muito bem as zonas urbanas, mas realmente não quando falando da população rural ou das populações indígenas, periurbanas, o que estão muito mais, digamos, dentro da selva, pois realmente esses sistemas já não se dão dessa maneira. E há uma dicotomia sempre, já dizia o senhor bispo que chamava a atenção da necessidade também de ter em conta a parte urbana dentro da Amazônia. Esta poderia ser a alimentação que se vê nas famílias indígenas, rurais, na Colômbia e, seguramente, também em muitos outros países da bacia Amazônica. Também temos na Colômbia uma grande quantidade de população indígena que está na zona periurbana, que muitas delas dependem, inclusive, dos recursos econômicos das cidades. Há um impacto da proximidade das cidades, mas também poderíamos pensar que essa é a alimentação de algumas famílias que estão na periferia versus essa alimentação que tem as famílias rurais. Este é o município de Leticia e ali identificamos dois gradientes, desde o urbano ao periurbano e há gradientes diferenciados, aos quais as pessoas estão conectadas através de uma estrada e, neste caso, está conectada com um rio e quisemos avaliar que tanto essas espécies que se usam dessa famosa biodiversidade que temos na Amazônia realmente chegavam à mesa. Então descobrimos que realmente quase 45%, feito através de entrevistas, de amostragem, de diários de consumo, e conseguimos identificar que cerca de 45% daqueles restolhos e daqueles ecossistemas socioambientais nesses gradientes que vão desde da roça até a floresta, quase 45% é usado para alimentação de maneira direta ou indireta. Digo direta e indireta é porque algumas das espécies são consumidas diretamente ou tem outros usos, como o uso artesanal que com esse recurso se compram alimentos. Ou seja, de certa forma, está apoiando a segurança alimentar desses lugares. Sabemos que a roça tem uma quantidade de alimentos que realmente quase 70% são para alimentação humana, mas como contraste, a pergunta é: se há tantas plantas ou tanta produção na roça, por que a autonomia é tão baixa nessas famílias periurbanas? E me parece muito interessante ter esses dados concretos porque apesar de que há um conhecimento da floresta, existem as espécies que se usam na floresta, há um conhecimento da roça, porém em alguns destes lugares 62% dos alimentos é comprado. O que isso quer dizer? Que eles dependem do mercado. Então, a roça não é só um sistema produtivo, a roça é um lugar de transmissão de conhecimento, a roça é um território importante na política, porque se você tem alimento, realmente tem poder. Mas realmente o que vamos fazer para poder conservar esses modos de vida de tal forma que não percam a autonomia? Bem, essa seria uma das questões importantes.

Ligando um pouco com as apresentações que foram feitas ontem, com os painelistas que tivemos ontem, penso que temos

que construir uma agenda entre as Universidades para planejar programas de graduação e pós-graduação internacionais, fortalecer as alianças entre os agentes que estamos convencidos da necessidade propiciar uma polifonia nos conhecimentos e nos saberes na Amazônia. Que há que estabelecer prioridades para projetos conjuntos em diplomacia científica, muito focados nos jovens que trabalham lado a lado com estudantes e professores de Universidades, precisamos de uma visão integral da bacia. Ontem a palestrante Ângela disse em amazonizar o mundo, e realmente penso que há que começar amazonizando os países amazônicos. Ou seja, quais são os programas conjuntos que têm os países que fazem parte da bacia?

Visões integrais são muito necessárias porque compartilhamos as mesmas problemáticas - contaminação por mercúrio, desmatamento, incêndios florestais - e sabemos que o que passa em qualquer parte da bacia, ou seja, se algo acontecer na bacia superior, de qualquer maneira afetará a Colômbia, afetará o Brasil. Precisamos de uma visão integral da bacia. É requisitado que as Universidades tenham trabalho com as bases, que contribuamos na construção de diálogos interculturais e com os diferentes saberes, e obviamente que a Universidade, no nosso caso, tem pouquíssimos professores indígenas. Então essa massa crítica que está criando a Universidade deve chegar na Universidade.

Existe muita informação científica sobre a Amazônia que, sem dúvida, tem que conversar com os movimentos locais e com os tomadores de decisão. E necessitamos uma educação contextualizada para a região amazônica que tenha impactos locais e globais. Ontem disse uma das palestrantes, que fez a abertura, que há que pensar que o mundo pode ser diferente e creio que nós devemos pensar que uma Universidade pode ser diferente, uma Universidade na qual os povos originários, os habitantes locais e as pessoas comprometidas com a Amazônia possamos construir territórios saudáveis, fortalecidos, onde o primeiro cuidado com a vida é o território. Porque desta forma, esse é o grande desafio que temos de tecer desde a diversidade, tecer uma unidade para poder enfrentar as ameaças, para unir forças, para ser mais resilientes e ter projetos de vida que ultrapassem as fronteiras dos países e as do conhecimento.

E já para terminar, só queria mencionar o caso, alguns de vocês se deram conta da notícia que quero mencioná-la, que fomos convocados a um momento de reflexão de como quatro crianças sobrevivem na Amazônia durante 40 dias? E isso gerou uma reflexão muito importante na Colômbia de que tanto é o reconhecimento que temos pelos povos indígenas, por esse conhecimento do território desde muito pequeno, que é um conhecimento complexo, sofisticado. As pessoas acreditam que porque fazem roça, então não é sofisticado, mas é uma cultura milenar. Então, penso que esse reconhecimento do pensamento

das populações indígenas, que é um pensamento complexo e que é harmonizado com a prática, porque nós na Academia temos muito conhecimento sofisticado, mas quantos de nós realmente praticamos algumas das coisas que sabemos? Então realmente acredito que esta notícia nos tem de encher de inspiração para reconhecer esses saberes, reconhecer essas práticas, esses modos de vida, para trabalhar em prol de que sigam na Amazônia, que merecem o reconhecimento dos países e da humanidade em geral. Muchas gracias e obrigado.

Edineia Isidoro (UNIR): Muito obrigada. Passo para o Júlio Barbosa a palavra.

Júlio Barbosa (CNS): Quem assistiu, ou quem assiste ainda, aquele filme: "A década da destruição", a gente está falando lá da década de 70, quando começaram os projetos da construção da BR 364 em direção a Porto Velho, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e a Transamazônica. Aqueles grandes projetos que eram chamados Projetos do Desenvolvimento da Amazônia a partir da abertura das grandes rodovias. E quando a gente olha, a gente vê a década da destruição, a gente consegue ver o mapa e consegue ver uma imagem que é muito parecida com aquela imagem que nós vimos ontem no final do dia, daquele filme que o nosso companheiro indígena apresentou. Naquela época a gente via as imagens da destruição que era a derrubada, as árvores caídas pegando fogo. Mas quando nós víamos a onça pintada, a anta, o veado estava queimado, naquele filme bem curtinho. Vamos lembrar que estamos falando de um filme que mostra uma cena de coisas que aconteciam 40 anos atrás, que a gente acharia praticamente impossível a gente continuar vendo na atualidade. Por que eu estou dizendo na atualidade? Porque essas palavras "desmatamento" e "queimada" são palavras que já deveriam estar fora do dicionário de nossos debates há muitos anos, porque não existe mais espaço para se fazer esse debate.

Eu sou conhecedor de um pouco da Amazônia, porque a Amazônia a gente nunca conhece ela. Dizer assim: "eu conheço a Amazônia por dentro e por fora, pelo avesso ou não pelo avesso", isso não é verdade quem falar uma coisa dessas, mesmo nascendo e se criando na Amazônia. A Amazônia é um mistério, é um mistério que tem que ser respeitado e tem que ser olhado de outra forma. O nosso olhar para a Amazônia é um olhar que tem que ser um olhar diferenciado de qualquer outro olhar que nós possamos ter para outra região. O informe que a companheira Maria Casé trouxe sobre a Terra do Meio é o retrato de uma Amazônia real, de uma Amazônia que existe de fato e de direito. Quando estamos falando de Terra do Meio, quando ela coloca que para ir lá, só o consumo de combustível são 800 litros, ela que foi pelo governo, numa missão. Agora, quem mora lá vai estar sempre precisando daquele suporte para poder chegar até a cidade, para poder receber o atendimento necessário. Ou seja,

pensar política pública para uma região como a região da Terra do Meio, ou outras da Amazônia tão parecidas e tão grandes como a Terra do Meio, a partir daqui de Brasília é você sempre estar dando um tiro no pé. E essas políticas dificilmente vão chegar naquele povo que tanto necessita dessas políticas. Estamos falando de uma população que precisa de um atendimento de saúde de qualidade, é um direito constitucional. Estamos falando de uma população que precisa de escola digna de qualidade, é um direito constitucional. Mas como chegar a saúde, como chegar à escola de qualidade, o ensino de qualidade, para uma população que mora naquelas distâncias?

Quando a gente pensa na Amazônia a partir dos números da educação: 300 campi de nove Universidades Federais, porque cada estado da Amazônia brasileira tem uma Universidade pública federal, a maioria dos estados tem as Universidades Estaduais, todos os estados da Amazônia brasileira têm os Institutos Federais, todos os estados da Amazônia brasileira, ou em quase todos os municípios da Amazônia brasileira tem escolas de ensino fundamental e médio, mas ainda nós temos o desafio de que é possível encontrar algumas comunidades na Amazônia que ainda não têm nem sequer o ensino médio aplicado para aquela população, que às vezes tem que se deslocar para outro povoado maior para poder receber o ensino médio, que é um direito sagrado e garantido para todos. Eu começaria por aí, nessa questão da crise ecológica e social, falando um pouco desse aspecto. Mas, diante de tudo isso, nós temos milhares de outros problemas na Amazônia que são tão graves e tão evidentes e tão conhecidos de todos, que a gente fica perguntando por que nós, amazônidas, ainda não tivemos força suficiente para superar problemas tão graves que acontecem na Amazônia, desde quando começou a ocupação, a invasão da Amazônia pelos brancos a partir da enxurrada de nordestinos que foram para lá, a serviço do sistema capitalista brasileiro e mundial. Foram para lá com a missão, não só de produzir a borracha, mas para produzir a borracha tinha que desenvolver técnicas extremamente cruéis de domesticar, dominar comunidades indígenas inteiras, ou do contrário, assassiná-la. Ainda é muito forte quando a gente vai conversar com um idoso de 90, alguns até com 100 anos de idade, que ainda estão vivos, nordestino, que bate no peito e tem orgulho de dizer que ele é soldado da borracha, e ele trata o indígena de caboclo, malandro e preguiçoso.

Ainda encontramos nas barrancas, nos recantos das cidades, dos seringais, ainda encontramos pessoas velhinhas que têm a maior raiva do indígena. Porque ela foi para lá a serviço de um sistema que tinha o índio como primeiro. Era uma mão de obra possível de ser domesticada. Mas como a grande maioria desses povos resistiu a essa opressão, a esse sistema de transformá-lo em mão de obra barata, o que acontecia? Aquele nordestino, que também foi para lá jovem para esse serviço, ficava do lado

do patrão e via o indígena como uma criatura não necessária e que apenas atrapalhava o desenvolvimento da região. Essa é um pouco da história. Eu estou falando isso porque quem está falando aqui é alguém que é neto de uma indígena, que morreu com 100 anos de idade, e que nunca conseguiu dizer para os parentes qual era a etnia dela. Por quê? Porque ela fez parte desse sistema no qual os donos de barracões, que eram chamados coronéis de barranco, tinham o hábito também de arrebanhar, de pegar as crianças, principalmente as meninas indígenas, pegava e levava para o barracão e criavam. Depois aquela menina era dada de prêmio a um bom seringueiro do seringal, aquele que produzia muita borracha. Esse sistema, que está em todos os livros de história, de historiadores que pesquisaram a Amazônia, a forma de ocupação da Amazônia, mostra que o modelo que a Amazônia foi ocupada, a figura do barracão e do seringal, transformou num sistema de concentração de terra, mas de uma forma muito cruel, talvez mais cruel de que em qualquer outra região do Brasil. Se você pegar hoje, por exemplo, o avanço, e que é histórico, da chamada grilagem e ocupação das terras amazônicas, essa grilagem e essa ocupação de terras são exatamente de terras públicas, porque foram terras arrecadadas naquela época de Getúlio Vargas, a política de incentivar o seringueiro nordestino vir para a Amazônia, desbravar seringais, produzir borracha. Então muitas terras foram arrecadadas ou para o Estado ou para a União. E hoje nós temos, hoje ainda, nós temos quase 60 milhões de terras da Amazônia que são terras públicas não destinadas.

E aí quando a gente vai olhar para a questão da insegurança da população hoje sobre o seu território é exatamente nessas terras públicas que não estão destinadas, mas estão ocupadas. Estão ocupadas por extrativistas, estão ocupadas por indígenas, estão ocupadas por quilombolas, estão ocupadas por todos os povos e comunidades tradicionais da Amazônia. E essas terras são públicas. E até hoje elas não foram destinadas. E o nível de violência sobre essas terras a partir da grilagem, da ocupação, do assassinato de comunidades, de expulsão de comunidades inteiras, é um retrato que mostra que nos últimos 20 anos, do total de mais de 85 milhões de hectares de terra não destinadas, nós estamos chegando a 60, 62 milhões, mas o restante, muito poucas delas foram transformadas, ou foram destinadas para a população que moram lá. Dessa quantidade de terra pública que nós tínhamos a 20 anos atrás, grande parte dessas terras hoje estão ocupadas por grileiros, por criminosos que ocupam terras públicas, que cometem crimes ambientais, e que muitos desses foram até beneficiados pelo programa Terra Legal. Quem é que não se lembra do Terra Legal do nosso governo? Muitas dessas criaturas foram beneficiadas pelo programa Terra Legal. O programa Terra Legal não se preocupou naquele momento de fazer o estudo da cadeia dominial. Porque estudar a cadeia dominial na Amazônia não é uma coisa barata, nem uma coisa rápida, é

uma coisa que leva tempo, é um estudo que leva tempo. Mas se a gente pegar, por exemplo, aqueles estudos da cartografia social do professor Alfredo Wagner, a gente vê que, pelo menos naquela região do Maranhão e Tocantins, essa questão de saber a origem da terra, como é que se deu a grilagem e a quem aquelas terras pertencem.

A cartografia social de Alfredo Wagner está lá falando, conta essas histórias e tem essas informações. Ou seja, nós tivemos dois governos do presidente Lula, nós tivemos quase um governo e meio da presidente Dilma, nós agora estamos novamente no governo do presidente Lula, mas os desafios sobre essa problemática avançou muito pouco. Por que não consegue avançar tanto ou avançar mais? Porque a gente não consegue ganhar o poder nessa nação. A gente consegue eleger um presidente da República, eleger um companheiro ou uma companheira para a presidência da República, mas a gente não consegue ser capaz de se mobilizar para a gente também mudar a cara do nosso Congresso Nacional, desse Congresso Nacional que está aí. Ontem eu vi também alguns comentários de como é que nós estamos representados, como a Amazônia está dentro da estrutura de governo. É claro que nós temos alguns companheiros e companheiras nossas no nosso governo, mas quando a gente fala da estrutura realmente de tomada de decisão, a gente vê quem é que está no Ministério de Desenvolvimento de Integração Regional. Quem é? Está ligado a quem? Está ligado a nós ou está ligado ao sistema das empresas madeireiras da Amazônia, das mineradoras? Alguém que está lá no nosso governo para cuidar do desenvolvimento regional da Amazônia, qual é o interesse mesmo que essa figura defende ou representa? Quando a gente vai olhar como é que está essa representação de Amazônia, nós estamos com esse cenário.

Em 1971 foi quando começaram na Amazônia de verdade os grandes movimentos, a criação dos primeiros sindicatos já para tentar resistir, porque não aguentava mais. Além da opressão dos antigos barracões, através dos coronéis de Barranco, a Amazônia estava mudando de rumo, a visão do desenvolvimento já vinha a partir dali com a chamada expansão da fronteira agrícola. E foi a partir de 1971, através da Igreja Católica e das comunidades eclesiais de base, através do conceito da teologia da libertação, da qual eu também sou originário dessa formação e dessa conscientização, foi que iniciaram nossos primeiros movimentos na Amazônia. O primeiro deles era o movimento apenas de resistência contra todo tipo de opressão que estava vindo ou que existia sobre as populações da Amazônia. Mas ela foi avançando. Criamos a figura do empate, um instrumento fundamental de resistência, que era como fazer uma greve no chão de fábrica. Para nós era o Empate contra aqueles que estavam desmatando a nossa floresta. Foi um instrumento fantástico, extraordinário.

A década de 1970 foi muito forte, mas na maioria das vezes a gente perdia esse embate. E aí, a partir dos anos 1980, começamos a avançar mais com essa discussão, porque a gente começou a pensar que não bastava a gente resistir, ou não bastava a gente ser contra o modelo que estava sendo implementado na Amazônia com muita força. A gente precisa continuar resistindo contra aquele modelo, mas a gente também tinha que ser propositivo. Mas aí nós tínhamos muitos desafios pela frente. Porque a população da Amazônia, professor Candotti, naquela época, eu digo sem medo de errar, mais de 80% da população, eu estou sendo muito delicado com esse percentual, mas mais de 80% da população que morava dentro das florestas não sabia ler e nem escrever. Estou falando de uma época que não faz muito tempo, não sabia ler nem escrever. A nossa luta era desigual até desse ponto de vista. Na década de 70 e 80, que foi a década muito forte de ocupação, da substituição dos seringais pela atividade da pecuária, e muitos pecuaristas, ou gente que nunca nem tinha sido pecuarista, recebiam incentivos do governo para ir ocupar a Amazônia, ocupar os seringais da Amazônia, para implantar fazendas de gado. Só que a Amazônia estava ocupada, ela estava cheia de gente. Era índio, era seringueiro, era quilombola. Não existia floresta vazia. O governo daquela época, tanto o governo central como dos estados, iam pelo Brasil afora para dizer que a Amazônia era um vazio, era um deserto vazio que precisava ser ocupada. E aí, quando esses fazendeiros, ou esses pretenciosos fazendeiros, chegavam na Amazônia se deparavam com os seringueiros lá e se deparavam com os índios. O que é que eles faziam? Se aliavam com os cartórios, se aliavam com o poder judiciário, se aliavam com a polícia, se aliavam com o sistema todo do Estado, e aí faziam pressão sobre os seringueiros. E sabe qual era a pressão que eles usavam? Era coagir o seringueiro a assinar um papel em branco, uma folha de papel em branco, colocar a sua digital. E eles transformavam aquele papel em branco, com a digital daquele seringueiro, numa declaração do seringueiro dizendo que abria a mão da sua colocação para o fazendeiro desmatar. Nessa época, nós já tínhamos a CONTAG, os sindicatos já sendo constituídos. Quando o fazendeiro entrava com a "peãozada" para desmatar aquele seringal e aquelas colocações daquelas famílias, o coitado seringueiro corria no sindicato para pedir socorro, corria na igreja, porque também a igreja era uma referência, e aí era chamado o advogado para cuidar daquele caso, para ver se o fazendeiro não desmatava aquela colocação. E quando o caso ia para a justiça, o advogado do fazendeiro chegava com a declaração do seringueiro dizendo, ele dizendo que estava abrindo mão da colocação dele para o fazendeiro desmatar. E aí a questão era perdida e aquele seringueiro era enxotado da sua colocação.

Foi aí que as cidades como Rio Branco, Porto Velho e tantas outras cresceram e se transformaram num grande cortiço

desordenado de construção de bairros. Rio Branco saiu de 50 bairros para 800 bairros num curto prazo de 20 anos com esse formato de tirar a população. Outro instrumento que eles usavam, o governo usava, era desapropriar o seringal e fazer loteamento de 100 hectares e entregava para o seringueiro, que a vida inteira dele foi cortando seringa, morando na floresta, sem experiência nenhuma de trabalhar no sol quente. E a orientação que o governo dava, através do INCRA, era "a terra só tem valor se ela estiver limpa". O que é limpa é, tira a floresta porque senão a sua terra não tem valor. E aí o próprio seringueiro desmatava, ou muitas vezes nem isso porque não era a tradição dele desmatar. E aqueles lotes de 100 hectares se transformavam, às vezes, num latifúndio de uma pessoa que estava ali no meio já com o objetivo de ser dono daquela terra. Foi assim que aconteceu, inclusive, com os assassinos do Chico Mendes, Darli e companhia. O Darli foi um que saiu do Paraná. Levaram ele dentro de um camburão, porque era fugido ele e o irmão dele, escondendo da polícia de Umuarama no Paraná, foi para Xapuri, todo o esquema montado. Era fugitivo da polícia, recebeu um lote de 100 hectares, isso em 1972. Quando foi em 1988, 16 anos depois, eles assassinaram o Chico Mendes e o Darli, que tinha só um lote, que foi assentado da reforma agrária lá em Xapuri, já tinha 1800 hectares. Já tinha quantos lotes? 18 lotes que tinha conquistado no mesmo assentamento da região onde ele foi assentado. E esses 1800 hectares que ele conquistou, ele conquistou na base da pistola e na base da intimidação, ou daqueles que não se adaptaram, saindo do extrativismo e da agricultura, pegando a terra, o lote dele, e repassando para a família do Darli. Então, esse era o sistema que nós tínhamos daquela época.

A partir da metade da década de 70, o Chico Mendes junto com o Wilson Pinheiro, em Brasiléia, começou a se preocupar que não bastava só resistir contra o desmatamento, a gente também tinha que ser propositivo. E foi aí que a primeira luta do Chico, já no início dos anos 80, foi fazer com que a educação pudesse chegar nos seringais para ensinar o seringueiro a, pelo menos, assinar o nome dele, para, a partir daí, ter condição, pelo menos, de ler a nota do barracão. Ainda tinha esse problema no barracão, que roubava do peso da borracha, roubava no preço da mercadoria, eles tiravam uma tara, uma chamada tara de 10%, a cada quilo de borracha que o seringueiro entregava. O patrão cobrava 30 quilos de borracha para o seringueiro pelo uso da estrada de seringa, que era dele, mas o patrão cobrava 30 quilos por ano por cada estrada de seringa. Mas o seringueiro é quem fazia a limpeza da estrada, era o seringueiro que cortava a seringa, era o seringueiro que coletava o látex, era o seringueiro que transformava na péla de borracha e entregava no barracão. Com tudo isso, ele era obrigado a pagar 30 quilos de borracha para ter o direito de usar aquela estrada de seringa. Era um processo de escravidão, podemos dizer assim, e o seringueiro

não sabia ler absolutamente nada, então qualquer palavra do dono do barracão para ele, ele obedecia, porque ele não estava lendo nada. O Chico se preocupava com isso. Foi exatamente a partir de 1980 que começamos a implantar as primeiras escolas de alfabetização nos seringais de Xapuri. Construímos uma cartilha, um material didático chamado Poronga. Por que a poronga? Porque todo mundo sabe, não vou contar a história, que é aquela lamparina que o seringueiro usava para poder ter as duas mãos livres para cortar a seringa na madrugada. Então era a luz que clareava o caminho do seringueiro. O Chico achou que o material didático para alfabetização do seringueiro deveria ter o nome da Poronga porque aquela cartilha ia clarear o caminho para o seringueiro começar a enxergar. Então isso foi a partir de 1982, 83, 84.

Em 1985 o Chico achou que era necessário a gente falar para o Brasil que na Amazônia tinha seringueiro sim, porque a pressão continuava muito forte com a questão do avanço do desmatamento. Chegando no Acre com muita força, porque Rondônia estava passando por uma situação muito grave, como estava também a região, aquela região Mato Grosso entrando no Pará, por toda aquela região. O desmatamento era uma coisa muito violenta. E o pior é que o que passava para Brasília é que na Amazônia não tinha mais seringueiro. O que existia na Amazônia eram alguns índios ainda enchendo o saco. Mas a Amazônia era um território vazio e que precisava ser ocupada por quem queria produzir. E foi aí que, em 85, com toda a sabedoria do Chico Mendes, ele mobilizou mais de 100 homens e mulheres da Amazônia, dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará e Amapá e viemos aqui para Brasília, aqui para essa Universidade, e realizamos o Primeiro Encontro de Seringueiro aqui em Brasília com o objetivo de falar para o Congresso Nacional e para as autoridades de Brasília de que na Amazônia tinha seringueiro e que esse seringueiro estava sendo massacrado pelo modelo de ocupação. Esse processo, esse encontro foi muito importante para nós porque ali nascia a primeira semente dessa resistência ou de fortalecer mais ainda essa resistência. E nós saímos daqui com duas pautas. Entregamos uma carta ao presidente do Congresso, na época, deputado Ulisses Guimarães. Na nossa carta só tinha dois pontos de reivindicação, um era criar um modelo de reforma agrária diferenciado para a Amazônia e o segundo era a garantia de mercado e preço justo para a nossa borracha. Não falava nem da biodiversidade, produto da biodiversidade, queríamos garantir um preço justo para a borracha e o mercado para ela. Eram esses dois pontos de pauta. E ali se transformou em uma grande bandeira de luta nossa.

Quando foi em 1988, o Chico teve a oportunidade, junto com o Ailton Krenak, com o Mário Juruna, que muitos aqui devem lembrar aqui em Brasília, naquele movimento para garantir que o capítulo da reforma agrária e o capítulo de meio ambiente

pudessem ser dois capítulos importantes para garantir direitos para esse povo. Mas o Chico também, em 1987, conseguiu levar esse assunto para dentro do debate do Congresso da CUT, que acontecia em Belo Horizonte, para que a Central pudesse assumir o debate sobre a questão da reforma agrária diferente para a Amazônia, e também a questão ambiental vinculada à questão da reforma agrária. Aquilo ali foi muito importante porque deu origem a criação do nosso projeto de assentamento agroextrativista, que já foi um modelo diferenciado que nós conseguimos convencer o presidente do INCRA, na época, aqui em Brasília, sobre esse modelo diferenciado. Não tinha nada, dentro da estrutura jurídica de governo, que garantisse a criação de reserva extrativista, a gente já tinha criado esse conceito, que inclusive levamos para o debate no Congresso da CUT, lá em Belo Horizonte. Como não tínhamos conseguido, não tinha regramento nenhum para criação de reserva extrativista, o presidente do INCRA disse: “mas eu tenho aqui um instrumento que pode criar um projeto diferenciado”, que ainda hoje está com esse nome: projeto de assentamento diferenciado, e que são os projetos de assentamento agroextrativista. Foi a partir de tudo isso que nós avançamos.

A questão da reserva extrativista, propriamente dita, só foi ser viabilizada dentro do governo depois da morte do Chico Mendes e da grande repercussão que causou a morte dele. A partir daí, para vocês lembrarem, as primeiras reservas extrativistas que foram criadas foram em 1990. O Chico foi assassinado em 1988 e mais de um ano depois foi que o governo federal conseguiu criar as primeiras reservas extrativistas. Eu estou contando essa história que às vezes é cansativa, mas é importante. Quando nós estamos discutindo as alternativas para a sustentabilidade da Amazônia, acho que nesses 38 anos de existência desse movimento liderado pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas, uma alternativa que nós conseguimos apresentar, com muita clareza, foi essa alternativa de um modelo de reforma agrária diferenciado para a Amazônia, que respeite as tradições, os costumes, os hábitos e o meio ambiente. Que respeite toda uma tradição, uma cultura, uma relação de um povo com um ambiente, que é o ambiente amazônico. Mas essa bandeira nossa e essa história e esse pensamento não surgiu do nada. Surgiu primeiro por uma necessidade muito grande nossa, mas também, a gente observando as experiências daquela época, lá do final dos anos 70 e toda a década dos anos 80, da luta dos povos indígenas sobre a questão da autodemarcação de seus territórios. Foi aí que surgiu a ideia de se constituir a aliança dos povos da floresta, que realmente essa aliança tem como principal legado a unificação desse entendimento sobre reserva extrativista, é um território que parece muito também com os territórios indígenas. Esse legado é muito importante, que surgiu da nossa resistência e das nossas propostas.

Mais de 30 anos se passaram e muitas reservas extrativistas foram criadas. Hoje nós temos mais de 60 reservas extrativistas criadas pela Amazônia a fora. Nós temos mais de 20 milhões de hectares em todas as unidades de conservação, que são unidades de conservação que, aparentemente, estão sob o nosso domínio, mas a ausência das políticas públicas de governo, principalmente para a questão da regularização fundiária desses territórios, ainda tem muito desses territórios que nós não podemos ter a garantia absoluta de que estão sob o nosso domínio. Então, 33 anos se passaram e nós ainda estamos capengando. E tudo que até agora conquistamos de políticas públicas, só conseguimos por causa da grande resistência do nosso movimento que está 24 horas se movimentando e pressionando para que as políticas cheguem a esses territórios, que já estão destinados para essas populações. Mas tem uma coisa que ainda é desafiadora.

Eu estava falando aqui da questão da representação da Amazônia. Nós estamos agora, acabamos de sair do Dia Mundial do Meio Ambiente, foi dia 5 de junho, que é um dia que marca muito para a gente. Não só pela questão do meio ambiente, mas também fez um ano do assassinato dos dois companheiros nossos lá no Vale do Javari. Mas também no dia 5 de junho nós tínhamos na nossa pauta, e na mesa do governo federal, o pedido de criação de três reservas extrativistas lá no estado do Pará. Muito importante a criação dessas três reservas extrativistas. Estava na mesa do presidente da República, estava tudo combinado para o presidente da República, o presidente Lula, assinar no dia 5 de junho o decreto de criação das três reservas extrativistas. Dois governadores da Amazônia, um inclusive do estado do Pará, pegaram o avião lá nos seus estados, ligaram para o Palácio do Planalto, pediram para o presidente não assinar documento nenhum enquanto eles não chegassem. E eles chegaram aqui em Brasília, desceram do avião e foram direto ao Palácio do Planalto. Mesmo o presidente Lula propondo acordo para assinar, porque ele tinha compromisso com o movimento dos povos e comunidades tradicionais de assinar o decreto de criação dessas três reservas, eles não concordaram, não permitiram que fosse assinado. E aí o presidente Lula não assinou o decreto de criação dessas três reservas agora, no dia 5 de junho, que seria um marco histórico, não só dele com esse movimento, mas seria um marco histórico também do governo brasileiro, até para a comunidade internacional. Mas não assinou porque o governador Helder Barbalho e o governador do estado de Rondônia, ou foi de Roraima, vieram e disseram que não aceitavam que ele assinasse o decreto dessas reservas extrativistas porque iria atrapalhar, inclusive, o estudo sobre perfuração de petróleo na bacia do Rio Amazonas.

Eu vou encerrar aqui para dizer que o desafio nosso é muito grande, mas muito grande mesmo. Todas as nossas lutas

são importantes, mas aqui para o professor Manoel e todos os professores aqui, o professor aqui da Universidade Federal de Rondônia, eu quero dizer que o nosso movimento e a nossa luta, ela precisa demais da ajuda e da colaboração da academia, da pesquisa. Porque são vocês que vão sempre nos ajudar a colocar em nossas mãos informações sobre os nossos territórios. E eu acho que um encontro como esse, um Fórum como esse, ele tem um papel muito importante na busca da sensibilização das nossas Universidades amazônicas, de que elas devem ter um papel fundamental no processo de construção de alternativas que garantam, de fato, a sustentabilidade da nossa Amazônia. E nós temos um caminho a oferecer dentro dessa estrada toda que são os nossos territórios, que a gente chama sempre "território de uso coletivo", território que pertence às comunidades. E que só o governo federal, com a ajuda das Universidades, é capaz de nos ajudar a cada vez mais fortalecer essa luta e trazer para a pauta do governo, aqui em Brasília, a necessidade de que esses quase 60 milhões de terras não destinadas ainda, a gente possa ver ficar na mão das comunidades que precisam delas. E que saia dessa estratégia criminosa dos grileiros, dos madeireiros, dos traficantes, dos faccionados. Quando falamos de traficantes, nós estamos falando do estado do Amazonas, esse problema com o Peru e a Colômbia é um negócio muito cruel ali para aquelas calhas do rio Solimões e outros rios, relacionados a esse problema do tráfico, das facções e do crime organizado, expulsando comunidades inteiras do seu habitat.

Esse Fórum tem esse papel fundamental, nós temos que continuar fazendo com que outros e outros Fóruns importantes aconteçam para debater essa questão da Amazônia, essa questão dos territórios, para que a gente possa, de fato, garantir que toda a nossa população amazônica seja protegida, que ela sendo protegida, os nossos territórios também vão estar protegidos e a Amazônia. Encerro dizendo o seguinte: todos os territórios que hoje estão ocupados têm a chance maior de serem protegidos. Todo o território que está desocupado por pressão de faccionado, por pressão do crime organizado, ou por descaso de políticas públicas do estado, esses territórios ficam muito fragilizados. É isso que nós temos que trabalhar, é para isso que nós viemos para cá, para fazer esse debate com vocês. Muito obrigado. Desculpa eu ter me alongado, mas a gente não tem muito tempo para falar, quando tem oportunidade a gente aproveita.

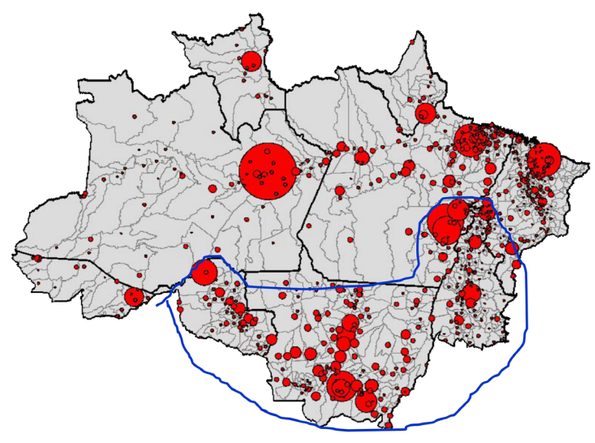
Eliana Rojas (UNAL): Professor Júlio, tem uma palavra em Chapakura, que é "Honana". É uma grande honra tá perto do Honana. Honana é um sabedor, um conhecedor da história e um contador de história. Eu viajei aqui nas suas memórias. Muito obrigada. Passo para o professor Ricardo, da Universidade Federal de Rondônia.

Realmente, o Júlio Barbosa é um professor, que é um su-

Ricardo Gilson (UNIR): jeito do processo histórico. Na Universidade, a gente estuda o processo, mas, no FIA, a gente também dialoga e convive com os sujeitos do processo histórico. Primeiramente agradeço a coordenação do FIA pelo convite, por participar mais uma vez desse importante evento, que a Universidade de Brasília assume como um projeto relevante ao debate da Amazônia. É um debate global hoje. Várias Universidades estão estudando. E hoje, pela manhã, no café, com o professor Ennio Candotti, conversava da necessidade de, a partir do mapa que ele apresentou, saber trabalhar em redes. Porque as outras Universidades vão fazer isso a partir dos estudos que elas entenderem que é pertinente. Bom, então, agradeço também estar aqui na mesa com a professora Eliana Rojas. Não a conhecia, conhecia a Letícia, Universidade de Colômbia, há muito tempo. E vou fazer uma apresentação do que eu tenho estudado. Sou geógrafo, sou professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em Porto Velho. Há uns 20 anos, eu comecei a estudar o agronegócio, como é que é isso na Amazônia. Ainda estava na graduação, depois no mestrado.

Preparei 13 lâminas, a maioria é imagem mesmo de uma apresentação que nós fizemos para a Comissão Pastoral da Terra, em Porto Velho, no lançamento do Caderno Conflitos por Terra Brasil, importante instrumento, e fiz poucas adaptações. Mas a questão que nós estamos passando na Amazônia, eu diria por uma segunda invasão. A primeira, fora a colonização nos últimos 60 anos, foi uma invasão do Estado brasileiro, relacionado ao que a literatura, os movimentos sociais, que o próprio Júlio falou, dos grandes projetos, da abertura de estradas, dos eixos rodoviários, que vão configurando, continuam a configurar a região nessa perspectiva que muitos chamam de fronteira agrícola e que hoje recebem várias críticas em função disso. E essa invasão de Rondônia, foi patrocinada pelo Estado, pelas agências públicas, que cristalizou mesmo a região na década de 60, 70, 80, 90. O papel do Estado é muito forte na Amazônia. O INCRA em Rondônia, onde eu vivo desde os 10 anos, a colonização foi muito forte. Quando eu cheguei a Rondônia aos 10 anos, ouvia muito: "o INCRA manda prender e soltar". Era a grande instituição, que controlou o processo de ocupação, perdeu o controle disso, mas que teve impactos diversos. Passadas quatro décadas, a gente pode marcar... eu costumo separar agropecuária de agronegócio. Agronegócio são commodities, larga escala, muita tecnologia, apropriação em larga escala da terra. A pecuária sempre existiu na Amazônia, mesmo antes na década de 70. No final dos 90 e em diante, a pecuária vai passar pelo processo de "commodização". Nós vamos ver na Amazônia as grandes plantas, grandes indústrias, como a JBS, povoando a Amazônia, e aí vai ter uma outra lógica. Se até a década de 90, de 60 a 90, o papel do Estado é muito importante, pós-90, ele vai dividir, consciente ou inconscientemente, esse papel com outro motor econômico que se cristaliza hoje como agronegócio, que é uma perspectiva exógena de uso do território amazônico, de produção tão somente de commodities que não se relaciona muito com a região, mas que tem impactos sociais em termos de direitos humanos e territoriais em larga escala. Então, nós temos um conflito, tanto pela terra, no sentido dos posseiros que desenvolvem a agricultura camponesa familiar, como também os conflitos por território, que são áreas coletivas, no caso dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, das diversas comunidades tradicionais, das comunidades quilombolas, que vivem a Amazônia. O governo Fernando Henrique repartiu o Brasil e coube ao Mato Grosso, sudeste do Pará e o estado de Rondônia a área de agronegócio e logística. Então, o PPA do governo Fernando Henrique foi isso. Foi trabalhar o Brasil todo como vertebração logística para exportação de commodities, por isso a Lei Kandir, de 97. E o país, no processo de globalização, vai ser o grande produtor de commodities. Os ruralistas elogiam o Brasil como uma grande fazenda do mundo, mas isso tem um custo ambiental exorbitante. E a soja é o motor desse processo. A gente não consome soja no país. É uma economia que quase não produz tecnologia, porque é um grãozinho, vai em farelo, ou então, em grão, e vai ser industrializado ou agroindustrializado na Europa, nos Estados Unidos e na China. Aqui sai enquanto grão. E esse grão tem um custo ambiental muito grande, porque não se produz soja sem desmatamento ainda. Não tem tecnologia para isso. E todo esse processo, que vai subindo do sul do país ao norte, vai formando as grandes regiões, como o Mato Grosso. Mato Grosso é o principal exportador de grãos hoje no país, formando outras regiões como MATOPIBA, e pontualmente vai invadindo a Amazônia, a partir da Amazônia meridional. Do Mato Grosso ao Sudeste do Pará, algumas literaturas já indicam que

Distribuição do PIB na Amazônia Legal, por município (2020)



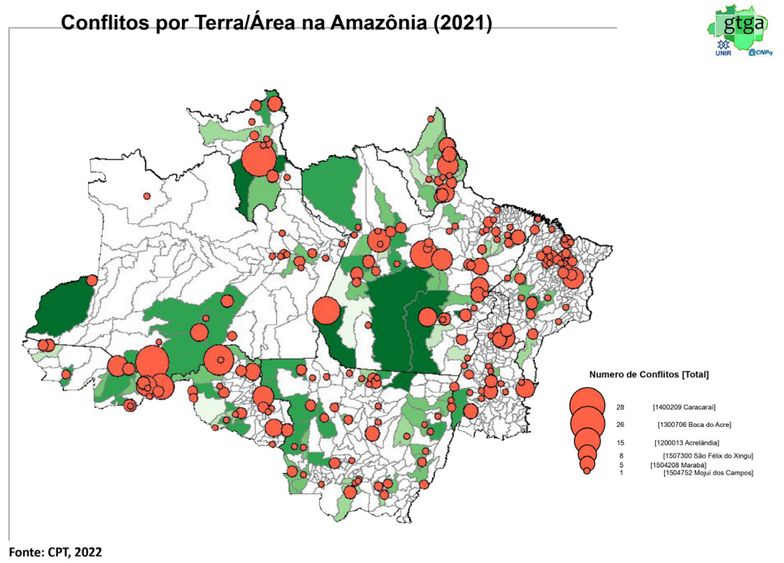
- Em 20 anos a economia da Amazônia cresceu 7 vezes; o Brasil 5 vezes.
- Processo 1: a **centralidade das regiões metropolitanas e capitais políticas**
- Processo 2: **centralidade das regiões agrícolas**: MT, RO, TO, sul/sudeste PA

vai ser Mato Grosso MATOPIBAPA, pegando o Sudeste do Pará. Você tem invasões sistemáticas no Oeste do Pará, que o impacto da soja, o primeiro impacto é o preço da terra, e também em Rondônia. O sul de Rondônia e o norte de Rondônia começam a se conformar como polos de produção. Na escala nacional, a produção é muito insignificante, mas na escala local e regional, não. Se tem uma mudança absurda, que se desloca agora para o sul do Amazonas, Humaitá, enfim. Isso é importante em termo de PIB, que é o PIB da Amazônia. Nós temos, em 20 anos, de 2002 a 2022, - o mapa é de 2020, mas não mudou muito para 2022 - em 20 anos a economia da Amazônia cresceu sete vezes, enquanto a do Brasil cinco.

Você vê a potência desse processo. Então, nós verificamos dois processos na Amazônia de centralidade econômica: uma das regiões metropolitana e as capitais políticas. Manaus, salvo engano, é a sexta ou a sétima cidade em PIB do país. É uma metrópole com muito dinheiro. Sexto ou sétimo PIB do país, em termos de municípios. Manaus, Belém, além da Zona Franca, e todo o processo que ocorre em Belém, as capitais regionais têm uma ascensão política e têm essa centralidade, sobretudo as metrópoles. Outra centralidade é fruto do processo de colonização, que são as centralidades das regiões agrícolas. Começa na, em termo de Amazônia Legal, começa no Mato Grosso, vai capturando o Tocantins, o próprio sudeste do Pará, engloba quase toda a Rondônia, está chegando a Porto Velho, e, no caso da Amazônia Sul Ocidental, especialmente em Porto Velho, vai invadindo esse processo. O Acre, ali na região de Rio Branco, o próprio sul do Amazonas, Boca do Acre. Boca do Acre é uma cidade muito pequena, de infraestrutura baixíssima, mas de muito desmatamento e dois frigoríficos. Impressionante. A riqueza da agropecuária, dos frigoríficos, não se reverte na infraestrutura urbana.

Esse processo da Amazônia vai criar uma fragmentação. Você tem um processo urbano de metropolização, no caso da Suframa, no caso de Manaus por causa da Suframa, e de Belém pela centralidade que Belém tem em relação à economia e toda a produção mineral que Belém termina centralizando. Depois disso, você tem um recorte, que é o PIB da agropecuária que cresce na Amazônia meridional e vai abrindo seus flancos. Qual o problema disso? Conflitos. Porque o modelo econômico da Amazônia, ele não se reproduz se não for incorporando terra. A produtividade da soja no Brasil é de 3,5 toneladas por hectares, para dobrar isso precisa cada vez mais terra, porque não tem semente híbrida que vá produzir 4, 6 toneladas por hectares. A pecuária é a mesma coisa. São duas cabeças por hectare, tem áreas que nem chegam a duas cabeças. Se cresce a produção de carne exportação, cada vez mais vai precisar de terras. Essas duas economias, de modo geral economia neoextrativas, participa do Circuito Global de Economia Extrativa, eles não avançam

se não for incorporando terra. Por isso que nós vamos ter esse cenário, esse espaço conflituoso na Amazônia. Porque todas as áreas protegidas e as áreas ainda não destinadas, como o Júlio colocou, são áreas públicas. E o capital agropecuário e industrial no Brasil sabe desse processo. Há um deslocamento do conflito e a CPT, assim como o CIMI tem registrado essa questão, de conflitos por terra em função do grande estoque de área na Amazônia.



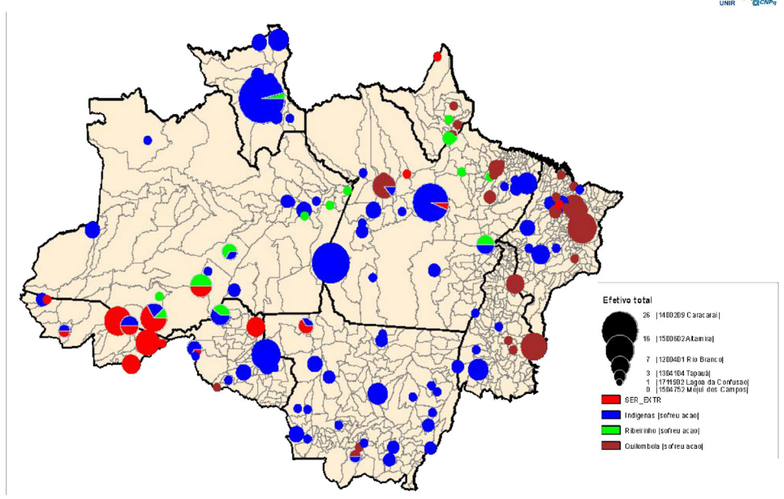
Fonte: CPT, 2022

No mapa nós temos aqui o volume de conflitos em 2021, e as áreas conflituosas não são áreas dos municípios, são áreas linkadas ou a unidades de conservação ou a grandes propriedades. Então, toda a Amazônia tem esse processo e hoje, nos últimos 10/15 anos, há um deslocamento sistemático para Amazônia Ocidental, que compreende o estado de Rondônia, o Acre, o Amazonas e Roraima. A Amazônia Ocidental está se convergindo, se reproduz muito parecidamente do que foi a Amazônia Oriental na década de 60, 70, 80 e 90. Só tem uma diferença básica que é importante. Na década de 60, 70, 80 e 90, tinham-se a colonização, é o caso de Rondônia, Mato Grosso, a transamazônia. Havia grandes projetos de colonização que permitiu a milhares de famílias o acesso à terra e foi instituindo esse povoamento, fruto da colonização. Hoje não tem mais colonização. Então, o deslocamento do capital agropecuário, do capital das economias extrativas, ele se dá no processo de desterritorialização dos povos amazônicos. Por isso que as principais vítimas hoje do conflito por terra e por território são os povos indígenas, as comunidades tradicionais, os seringueiros, os extrativistas, os quilombolas. O conflito ocorre nas áreas que o Estado brasileiro instituiu como territórios, territórios tradicionais, além de unida-

de de conservação, e que foram reconhecidos a partir, e ensejados a partir da Constituição de 88.

Nós temos um processo político no Congresso Nacional que vê a Amazônia, por isso esse debate é importante, como um estoque físico de terras, porque na concepção do grupo hegemônico na economia brasileira, o nosso papel é de exportador de grãos, e de carne, e de minério. Esses são os três produtos da pauta de exportação. Nós não temos um, aliás, concomitante a um processo de reprimarização. A nossa indústria está cada vez mais pobre no cenário econômico. Você tem uma burguesia agrária que se alia com os outros setores da burguesia nacional e que resolveu mudar alguns postulados, pactuados no Brasil que se concretizou a partir do "golpimpeachment" na presidente Dilma. Reforma da previdência, reforma trabalhista e reforma dos ordenamentos territoriais, revisão da legislação ambiental. A própria regularização fundiária, que a ideia original era para atender os posseiros até 500 hectares na Amazônia, quando foi para o Congresso foi a 1.500, o Temer elevou a 2.400 e o Bolsonaro fez a "autorregularização" fundiária. Você pode dizer que o terreno é seu, com 3.000 hectares, 10, e está resolvido isso. E que esse foi o problema agora na estrutura dos ministérios. O esvaziamento se dá justamente porque a Amazônia é o polo, mesmo na área de muita proteção, e os ruralistas, e todo esse processo econômico, entendem que essa área de proteção no Brasil não tem que ter. É preciso apropriar privadamente essas áreas. É uma espécie de reforma agrária às avessas. Você tira a área pública destinada à preservação ambiental e à própria reprodução social dos povos amazônicos, especialmente na Amazônia, mas isso envolve o país todo, para tornar a área da apropriação privada desses grandes blocos hegemônicos no país que têm

Sujeitos: Seringueiros/Extrativistas, Indígenas, Ribeirinhos e Quilombolas

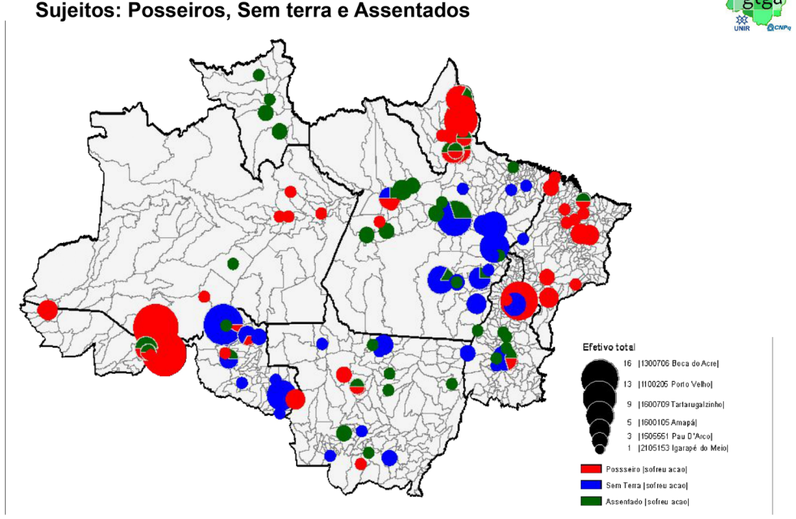


Fonte: CPT, 2022

no agro a sua identidade política, social, econômica e cultural, porque também disputam a cultura. Em Belterra teve a primeira Feira do Agro, não tem mais somente a Feira da Mandioca. Primeira Feira do Agro. Essas feiras agropecuárias, festas agropecuárias na Amazônia, tudo reprodução cultural dessa ideia. De modo que nós temos na região um processo amplo. Nós fizemos aqui os sujeitos, digamos assim, coletivos que vivem em territórios coletivos, seringueiros, extrativistas, indígenas, ribeirinhos, quilombolas.

Como está esse conflito na região? Em azul no mapa são os povos indígenas, em vermelhos são os seringueiros e extrativistas, e em marrom, sobretudo no Maranhão e um pouco no Amapá, são os quilombolas, o verdinho são os ribeirinhos. Nós temos um conflito que se deslocou da posse da terra em relação ao posseiro, sobretudo posseiro, para o conflito de apropriação de territórios.

Sujeitos: Posseiros, Sem terra e Assentados

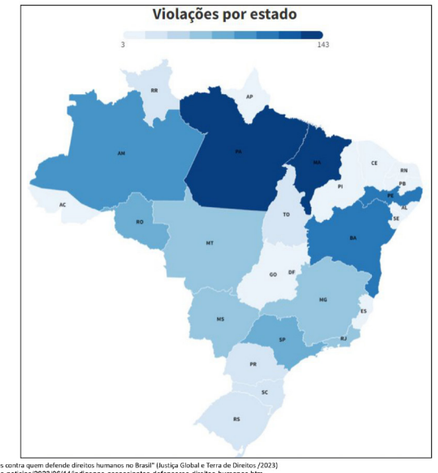


Fonte: CPT, 2022

Aqui nós temos os posseiros, sem terra e os assentados. Os em vermelho são os posseiros. Chama atenção ali a Boca do Acre, a região de Rio Branco, são muitos posseiros, os assentados também. Ou seja, aquilo que o Júlio falou, está a família há 15, 20 anos, não conseguiu regularizar e os fazendeiros, os madeiros que estão saindo de Rondônia, estão indo para a região de Rio Branco e subindo para a Boca do Acre. Os sem-terra estão em azul no mapa. A luta dos sem-terra, sobretudo a luta camponesa em Rondônia é muito grande, mais outros movimentos também. E os em vermelhos são os posseiros, que chama a atenção, sobretudo ali no Amapá. Amapá, que até o acesso ao Amapá é mais difícil, mas esse processo de violência em relação aos posseiros no Maranhão. E, o em verde são os assentados. Ou

seja, até os assentamentos, sobretudo em Roraima, são objetos, hoje, de bastante disputa. Disputam-se os que têm problema de regularização fundiária, disputam-se os assentamentos, sobretudo pela mineração, e disputam os povos originários, comunidades tradicionais que já têm os territórios, a maioria instituídos pelo Estado brasileiro, mas que o setor ruralista não quer reconhecer os direitos sociais, humanos e territoriais garantidos pelo Estado brasileiro. Aliás, eles trabalham contra o Estado brasileiro na Amazônia. O que nós vivemos no governo Bolsonaro foi uma instituição do não-Estado para que o grupo mais da agrobandidagem, do agronegócio, pudesse invadir livre e espontaneamente todas essas áreas protegidas, esses assentamentos. Cabe destacar algumas coisas interessantes: 53% dos conflitos em 2001, isso não mudou muito para 2002, estava na Amazônia e 62% das famílias, a maioria das famílias em conflito no Brasil todo, há 15 anos, pelos dados da CPT, você tinha uma distribuição mais para o Centro-Sul, para o Nordeste, agora, a maioria está na Amazônia mesmo. 97% das áreas estão em disputa, boa parte dessas áreas são territórios indígenas, das comunidades tradicionais. Chama muito a atenção esse conjunto sistemático de violência: 65% das pessoas sofreram ameaças, do registro de ameaças e expulsão, foram na Amazônia. 67% das contaminações por agrotóxicos pensei que fossem no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, que esse processo é mais intenso, mas foi na Amazônia. Recentemente visitei, com a CPT, na região de Porto Velho, uma comunidade de agricultores familiares. Estão há 15 anos produzindo e o fazendeiro de soja, o produtor de soja, trabalhando e usando todo o veneno. O conflito é tecnológico e socioambiental agora. Ele não está pautando a terra dos agricultores, mas está forçando a rever a sua presença por causa da contaminação e do Estado que é ausente. O que causa esse processo? O que qualificamos como capital extrativo. 75% dos conflitos por terra são causados por fazendeiros, grileiros, empresários nacionais e internacionais e madeireiros. O governo federal é responsável só por 11%. O Estado ao menos ainda. E os que são vítimas desse processo são os povos indígenas, 30%. E nós verificamos, por exemplo, no discurso ruralista do agro um racismo ambiental impressionante contra os povos originários e as comunidades tradicionais na Amazônia. Hoje, na folha de São Paulo, no UOL, tem essa matéria aqui "Indígenas são um terço dos defensores de direitos humanos assassinados no país". Nós estamos num momento, que de 88 para cá, pela luta do movimento sindical, dos sem-terra e das organizações sociais, das comunidades tradicionais e indígenas, todos esses 30 anos de constituição, de mínimo de conquista, de acesso ao território, de políticas públicas, a economia brasileira e a classe dominante, a burguesia centrada nessa perspectiva de expansão econômica a partir da apropriação em larga escala da terra e dos recursos naturais estão revendo todos esses direitos minimamente con-

quistados. Quando se analisa a agenda da bancada ruralista na agricultura, na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão do Meio Ambiente, é uma agenda muito bem pensada no sentido de solapar esses direitos ao ponto de tentar mudar a constituição, que é o caso do Marco Temporal, a proposta deles. Esse mapa é também, na mesma reportagem das violações por estado, o azul mais clarinho significa três e o mais escuro 140 violações.



Fonte: Relatório "Na Linha de Frente: violações contra quem defende direitos humanos no Brasil" (Justiça Global e Terra de Direitos /2023)
https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/06/14/indigenas-assassinatos-defensores-direitos-humanos.htm

E aí, o Estado Pará e o Maranhão, Bahia, Pernambuco, Amazonas também, nesse processo de muita violência. Ou seja, é o norte do país, norte-nordeste do país em que o Estado brasileiro parece ter mais dificuldade em conter a violência e punir. O mais próximo da gente de Rondônia é o sul do Amazonas que é uma área que deve ser estudada. O sul do Amazonas pressupõe o Apuí, Humaitá, Lábrea e Boca do Acre, e aí o norte de Rondônia e o leste do Acre, a região de Rio Branco. Muito desmatamento, muitas áreas protegidas, e elas, sistematicamente, invadidas. É o caso das RESEXs, Júlio, lá em Rondônia, todas elas invadidas, todas elas. A ideia de política pública, como você falou, não é implementada, então se tem uma fragilidade muito grande.

E a novidade também das instituições públicas, que pressupõem um apoio à suposta sustentabilidade, é essa ideia da AMACRO, na região do sul do Amazonas, Acre e Rondônia, que a ideia de desenvolvimento sustentável... O problema é que as instituições que propõem, como a Embrapa, a SUFRAMA, a Basa, Banco do Brasil e os governos estaduais, eles apoiam todas as economias que não têm a sustentabilidade como sua meta. Nem madeira, nem o gado, nem a soja. Mas qual é o pano de fundo desse processo? Tentar fazer a única coisa que eles querem: a regularização fundiária para os grileiros. É isso que eles querem. Concluindo, o que nós temos aqui na Amazônia? Nós temos uma geopolítica que estamos chamando de "Desamazonização da Amazônia". É um uso do território que conflita com a estética

amazônica dos seus povos, com a floresta em pé, com os rios. A floresta em pé pressupõe o seu contraditório ao desmatamento, à expansão agropecuária. Os rios, uma perspectiva de represamento, com muitas propostas hidrelétricas. O subsolo disputado pela mineração, que essa é uma disputa silenciosa. Quase 50% do estado de Rondônia, da área do estado de Rondônia, que é quase o tamanho do estado de São Paulo, tem pedido de mineração. E das 21 áreas indígenas em Rondônia, 19 têm pedido de mineração. A maior delas, como o Uru-Eu-Wau-Wau, tem 44% com algum pedido de mineração. Então é uma disputa silenciosa, tudo ilegal também. Nas áreas protegidas e terras indígenas, tudo ilegal. Mas esse processo se alimenta do quê? De um questionamento sistemático na mídia regional, nos fóruns, por exemplo, das federações das indústrias, das festas agropecuárias, questionando o papel dos povos originários na sociedade e questionando por que eles têm que ter tanto território. Porque eles não chamam de território, chamam de terra. Para isso, se materializa na revisão do ordenamento territorial, que serve o quê? Reduzir a área protegida para comércio de terra, madeira, gado, soja, minério e hidrelétrica. É para isso. Eles não têm perspectiva de respeito histórico para conquistar. E numa economia que só vai empobrecer o Brasil, porque não tem controle econômico do preço global das commodities. De modo que nós vamos ter uma disputa dos territórios. Ela é uma disputa ontológica, isso é importante. Porque são territórios, por serem coletivos, não vivem a gramática das relações capitalistas. Ainda que tenham um comércio local, vendem no mercado local, vendem pescado, etc., vários outros produtos, mas não é um território capitalista, porque não tem a experiência da propriedade privada, tem a experiência de atividades coletivas. Então são experiências de viver e saber viver nessas áreas, sobretudo das áreas indígenas, que o capital... Já o Marx falava isso, tudo que não for capitalista, tudo que não é regido pelas relações capitalistas, o capital vai se apropriar. Então nós temos o que o Marx falou no século XIX de acumulação primitiva, que está se reinventando. É uma disputa ontológica, por quê? Porque isso é importante na nossa sociedade. Temos na Amazônia uma experiência que nós podemos conviver com os diferentes, no sentido ontológico da diferença, de outras culturas, outras linguagens, outras economias como acontecem na Bolívia, no Equador. Nós podemos ter essa experiência. Ter seu direito de viver a sua existência nesse território. Por isso que a regularização fundiária dessas áreas que ainda não foram regularizadas e assegurar a institucionalidade do que já tem não é só uma dimensão jurídica, mas é uma dimensão ontológica, porque é difícil ver o seringueiro sem a terra, o indígena sem a terra. Qual a experiência das cidades da Amazônia com os indígenas que estão morando nessas áreas? Ela é uma disputa epistêmica, porque é do conhecimento, é outro tipo de conhecimento. Portanto, ela é política. E aí as instituições devem abraçar

e entender essa dimensão. O que nós vamos ter como está ocorrendo nos relatórios? Eu coloquei aqui, entre aspas, uma rodada de agroetinocídios mesmo, de agrobandidagem, de pilhagem ambiental, que foi o que o governo Bolsonaro representou para a Amazônia do ponto de vista da proteção. Foi uma agrobandidagem e ameaças. De modo que nós vamos ter, do nosso lado, a resistência dos povos amazônicos, mas que não podem ser só dos povos amazônicos. Tem que dialogar e nós temos que saber fazer isso com a sociedade, que cada vez mais é urbana. Então, como é que eu dialogo com os setores urbanos, com médias, grandes, pequenas cidades, metrópoles, deste processo de desamazonização, que ele se dá com violência? Nesse processo, já antecipei ontem, que é entendermos a nossa sociedade. Nós temos parte da sociedade que se identifica com a Amazônia e outra parte que é uma sociedade que, historicamente, estou delimitando como da colonização que não se encontra na Amazônia, não se identifica, não tem como estética a Amazônia como um valor, algo positivo. E você pode andar em Rondônia, no Mato Grosso, quase você não tem elogio à Amazônia, você vai ter no Acre, com toda a contradição. Você, na BR 364, de 700 quilômetros, de Vilhena a Porto Velho, a única menção aos indígenas é aquela arte chegando em Porto Velho, bastante alta em ferro, que um indígena com a flecha. Muito bonito, está abandonado, mas ainda está de pé. O que você vai ter no eixo da BR? Boi. O boi é o símbolo, é a estátua dessa memória. Você vai ver isso, por exemplo, mais forte em Manaus, no oeste do Pará. Mas na Amazônia meridional, esse deslocamento é muito grande. São esses parlamentos, e eu encerro aqui, que têm demonstrado, por exemplo, no estado de Rondônia e no Mato Grosso são os parlamentos estaduais que têm mais políticas aprovadas, tudo inconstitucional, porque os Tribunais de Justiça derrubam isso aí. Mas a gente tem projetos de leis aprovados, inconstitucionais, de legalização da grilagem, de redução de área protegida, de tudo o que vocês imaginarem, de redução de proteção ambiental, das comunidades tradicionais, se for possível eles fazem. O grande debate de Rondônia foram 11 Unidades de Conservação criadas que a Assembleia Legislativa permanentemente tenta reduzir e, felizmente, o Ministério Público, Estadual, Federal e Tribunal de Justiça, quando lhe cabe, têm indeferido esse projeto de lei. Mas é um processo em disputa, e esse é o desafio nosso no sentido de quê? Primeiro, acho que é mais urgente, a luta pelos direitos humanos e territoriais desses povos, porque a violência no campo é mais letal em suas lideranças do que na cidade. Poucos sindicalistas urbanos e espero que continuem poucos, tombam na luta, mas na área rural isso é recorrente. É muita violência. Segundo, a valorização de uma sociobiodiversidade. Eles vão dizer que “olha a soja gera renda, gera PIB, agropecuária”. Nós temos que ter outro modelo ancorado na ciência e tecnologia que possa valorizar a sociobiodiversidade, de modo que a ciên-

cia não pode estar deslocada da sociedade. Isso não pode ser também só um papel das Universidades, tem que ser um projeto do governo brasileiro. Por isso o governo Lula está em disputa. O governo Lula está em uma situação muito difícil, porque está em disputa no sentido que esse congresso não quer abrir mão de nada do que eles conseguiram, com todo o retrocesso que eles conseguiram. Para eles é avanço no governo Bolsonaro, eles não querem abrir mão de nada. Então, a ideia do marco temporal já é um aviso nessa situação. Enfim, eu acho que no início falaram ontem que nós precisamos nos amazonizar. Esse é um desafio neste processo de toda uma sociedade que se urbaniza e, quando a sociedade se urbaniza, ela se individualiza. Esse é o fenômeno urbano no mundo capitalista. Como é que nós vamos discutir esse processo também no sentido da defesa da natureza, dos povos amazônicos e do melhor que nós podemos ter que são as áreas protegidas, e construir novas experiências? Talvez seja esse desafio que a sociedade, as instituições e a Universidade tenham nesse século XXI para com a Amazônia.

Edineia Isidoro (UNIR): Obrigada, Ricardo. Gostaria de dizer que a Sub-Procuradora Geral da República Eliana Torelly não pôde vir e o Procurador Regional da República Felício Pontes Junior fará uso da palavra representando o Ministério Público Federal. Ele teve uma atuação muito importante na luta contra Belo Monte, é professor do NEAz, do Curso de Especialização em Estudos Amazônicos e tem uma atuação histórica na Amazônia a partir do Pará. Seja bem-vindo. Gostaria de dizer que depois dessa mesa teremos o lançamento do livro "A Amazônia de Adrian Cowell".

Felício Pontes Junior (MPF): Obrigado, gente. Eu queria primeiro cumprimentar os meus companheiros e companheiras do NEAz e da REPAM também. Dizer do desafio de estar aqui representando a Eliana Torelly. A Eliana é a coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que é a que se encarrega dessa coordenação nacional sobre a defesa e promoção dos direitos das populações tradicionais, quilombolas, indígenas do Brasil. É um desafio muito grande esse. Eu ficava me perguntando assim: "o que eu posso contribuir com uma mesa tão rica do que já aconteceu aqui desde o início desta manhã?". Aliás, do que vem acontecendo desde o início do 3º FIA. E acho que eu posso trazer um testemunho como Procurador Regional da República aqui em Brasília. O Procurador Regional da República atua no Tribunal Regional Federal que é o Tribunal de Apelação da Amazônia. Todos os conflitos socioambientais na Amazônia, na área federal, vêm para este tribunal aqui, Júlio. E este Tribunal é quem decide, no final das contas. 95%-98% dos processos terminam nesse tribunal, não vão ao STJ nem ao STF, eles terminam aqui. Então é um Tribunal que decide as questões em relação da Amazônia. E eu sou do Pará e fiz toda a carreira dentro do Ministério Público Federal no Pará, e agora, já há oito anos, aqui em Brasília atuando nesse Tribunal. A gente vai ficando velho, aí no MPF eles mandam a gente para Brasília. Tira da gente do local da gente para mandar para Brasília. E eu acho que eu posso trazer aqui nessa contribuição é essa experiência nesses conflitos socioambientais que estão judicializados. Não tantos aqueles que o professor nos trouxe, de um modo geral são todos os conflitos, mas aqueles que já ganharam processo judicial na justiça. E eu posso dizer, por esse local privilegiado de ver as coisas, porque nós do Ministério Público, para defender os povos indígenas, as populações extrativistas, quilombolas, nós precisamos ler também o que vem do outro lado, o processo inteiro, qual a argumentação que está do outro lado. Então nos coloca numa posição muito privilegiada de saber quais os argumentos dele e, o contato com os povos e comunidades tradicionais, trazer os nossos argumentos contra os argumentos desse grupo.

O que dá para resumir dessa questão é que nós temos uma Amazônia em disputa por dois grandes projetos diferentes de desenvolvimento. Um que eu chamaria de projeto de desenvolvimento predatório, e que alguns colegas da Universidade, mesmo aqui da Universidade de Brasília, estão chamando de economia da destruição. E o do outro lado, o que eu chamaria de projeto socioambiental de desenvolvimento. Esses dois estão em choque. É isso que esses processos, eu estou falando aqui mais ou menos de uma faixa de 930 processos que nós acompanhamos aqui em Brasília de toda a Amazônia e parte também do Cerrado, eles nos trazem esse tipo de choque que está acontecendo, que acaba redundando na morte, no final das contas, na morte de tantas e tantas pessoas, defensores de direitos humanos, líderes de populações tradicionais do Brasil. Quais são as atividades dessa economia da destruição? Desse projeto de desenvolvimento predatório? Quem são os arautos desse projeto que estão litigando conosco, que estão fazendo com que a gente leia todos os dias as petições, os argumentos dele? São cinco atividades básicas. Cinco atividades básicas, não tem mais do que isso. De um lado são eles, de outro lado são os povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Quais são essas cinco atividades básicas? Quem são esses que estão litigando conosco? São madeireiros, fazendeiros, mineração, energia, os grandes projetos hidrelétricos e, mais recentemente, mais recentemente que eu digo de alguns dez anos para cá, as economias que dizem respeito a essas commodities que o professor falou agora como soja, cana-de-açúcar e, mais recentemente ainda, palma, óleo de palma. Eles vêm entrando de uma maneira muito forte, sobretudo na parte da Amazônia Oriental. Então, essas são as cinco atividades. Essas cinco atividades básicas. Então, repetindo, madeira, pecuária, mineração, energia e as commodities de monocultura: dendê, soja, cana-de-açúcar, principalmente. De um lado, esses 900 processos, que chegam para a gente toda

semana, se abre, já sabe que vai estar de um lado uma empresa mineradora, uma fazenda, uma empresa agropecuária, um desses aí, ou uma hidrelétrica do governo federal e tudo, e de outro lado tem sempre um dos nossos representantes aqui nesse auditório hoje, um povo, uma comunidade que sofre com isso. Quais são esses argumentos que eles nos trazem nesses processos? Eu acho que é importante a gente saber o que o outro lado pensa. Muito do que eu poderia falar já foi dito aqui, como eles se posicionam, tratando a gente como obstáculo, como um empecilho ao desenvolvimento. O desenvolvimento é o que vem deles. O que vem da gente é retrocesso, é estagnação, é o não desenvolvimento. E nós precisamos ter como primeira meta quebrar esse paradigma, quebrar essa falsa ideia de que o que a gente produz não é desenvolvimento ou não é dinheiro, e o que eles fazem é. E eu acho que nós temos dados muito característicos das Universidades que podem nos ajudar nesse processo. O primeiro é que fala que a floresta amazônica hoje, se a gente não fizesse nada com ela, ela já nos daria mais de 600 bilhões de dólares pelos serviços ambientais que traz.

Uma das pesquisas mais importantes sobre isso ficou conhecida popularmente como rios voadores, capitaneado pelo professor Nobre, da Universidade de São Paulo, que nos mostrava que a Amazônia deságua, Gatão, mais água aqui para o Centro-Sul pelo ar do que o Rio Amazonas deságua lá em Macapá. Isso faz com que essa região hoje, de o maior PIB nacional, que é o Centro-Sul do Brasil, ela seja a única região no planeta nessa faixa que não é desértica. É única. Até aqui na América do Sul, do outro lado da cordilheira, temos o deserto do Atacama. Toda ela, toda essa faixa no globo, ela é desértica. Ela só não é aqui, ela só não é aqui. E por que ela não é aqui? Por causa da Amazônia e da Amazônia em pé. Se não houvesse a Amazônia em pé, não teríamos essa área mais rica e populosa do Brasil desenvolvida. Então, a gente poderia trazer muitos desses argumentos, mostrando que o nosso estilo de vida, dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, hoje, até do ponto de vista econômico, nós ganhamos a discussão. Um dos exemplos disso era um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), o Júlio foi e o Gatão também naquela época, de fazer com que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criasse Projetos de Assentamento (PA), como ele mesmo falou, que fossem específicos para a Amazônia. Porque como é que um seringueiro, como é que um trabalhador extrativista da Amazônia vai trabalhar no módulo rural do INCRA, que é de 100 hectares para a Amazônia? Não vai conseguir produzir em 100 hectares. Nenhuma colocação no Acre tem 100 hectares, uma família não poderia sobreviver com isso, porque precisaria de mais terra para que tivesse mais árvores de seringa e fazer a sua produção. Não tem, não tinha como. A política era de desmatamento, de dizer assim: “bota a floresta em pé e vai plantar coisa”, e isso para

o seringueiro era uma mudança de vida extrema, e para muitos outros trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia também. Mas a luta do pessoal, do antigo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), hoje do Conselho das Populações Extrativistas, a luta deles fez com que o INCRA, não só o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com as Reservas Extrativistas, mas o INCRA tivesse que se despertar e dizer “nós precisamos criar algo que o PA, o Projeto de Assentamento, não faz na Amazônia”. Não consegue dar cabo a uma política que sustentasse povos e comunidades tradicionais na terra. E criam-se os PAEs, os Projetos Agroextrativistas, e cria também os PDS. Em um desses PDS houve uma luta muito grande de uma companheira de todos nós, de vários nossos aqui, do pessoal mais jurássico - o Gatão, Juan, o Júlio, o Joaquim - todos nós conhecemos e trabalhamos, que foi com a irmã Dorothy, mais uma vítima desse processo, desse choque entre esses dois mundos, esses dois modelos de desenvolvimento. E a Dorothy dizia o seguinte: “olha, nós precisamos aqui fazer um projeto diferente em Anapu, que não ficasse no PA, porque o PA não dá conta, as pessoas vão lá, desmatam tudo, depois ele vende para o fazendeiro e vai embora da terra, e continua pobre”. Esse modelo que ia sendo pensado foi adquirido a partir da luta do CNS daquele tempo, que era o PDS. E se implanta o PDS em Anapu e ela chama a assistência técnica da Emater e diz assim: “olha, vamos todo mundo para cá ajudar para ver o que é a vocação dessa floresta, o que é que a gente pode fazer para não seguir o exemplo de desflorestamento e de degradação ambiental que vem se dando principalmente no sul do estado do Pará”. E cria-se. Se chega à conclusão que o melhor modelo era o Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que ela batizou com um sugestivo nome de “Esperança”. E colocou aqueles trabalhadores rurais que chegavam de ônibus pela Transamazônica e ficavam acampados ali na praça de Anapu, ali na beira da Transamazônica, as pessoas chegavam lá e diziam: “olha, tem uma Freira ali do lado da Igreja de Santa Luzia. A casinha dela é uma casinha de madeira, verde, pintada de verde. Vai lá que daí ela vai dar um jeito”. E o que ela tinha para propor era isso, vamos trazer isso para cá, para um local que era 50 quilômetros do travessão da Transamazônica. E para se fazer essa viagem durava um dia, para vocês terem uma ideia de como era esse travessão. Um dia para sair da Transamazônica e chegar ao PDS. Saía de manhã cedo, chegava lá no final da tarde, já anoitecendo. E ela colocou esse pessoal lá e topou fazer isso, e conseguiram em quatro anos, alguns até em três anos. A vocação ali é uma planta que é nativa de lá, que é o cacau. Botando no seu carrinho, que era um fusca velho, sementes de cacau e levando para todo mundo lá, consorciada com outras, com açaí, com andiroba, com copaíba e tal. E o resultado disso é que esse Projeto de Assentamento, em três anos, faz com que aquelas pessoas que entraram lá, e eu via entrando

e diziam assim: “que não tinha nem facão amolado, nem calça comprida”. Quer dizer, o cara não tinha nada. Ele entrou lá sem nada. Com quatro anos, ele comprou o carro e estava tirando a produção de cacau no carro próprio, nas caminhonetes próprias que eles estavam comprando. Nenhum Projeto de Assentamento teria um resultado tão rápido e com a floresta em pé. Nenhum. Esse projeto era muito perigoso. Esses 50 quilômetros até o Projeto, da Transamazônica até o PDS, não se vê uma árvore em pé. Os gados são raquíticos, até onde se enxerga. Quando se chega ao PDS, é aquela exuberância da floresta. A temperatura deve cair uns cinco graus, de diferença da fazenda mais próxima para esse local. Mas o projeto era muito perigoso, porque ele inverte o poder econômico da região e, consequentemente na Amazônia, o poder político. Porque na Amazônia o poder econômico está atrelado ao poder político. É quase que a mesma coisa. E aí o que fizeram? Mataram a mulher que teve a ideia de fazer isso. E assim se mata essa resistência a algo que estava sendo provado, não apenas do ponto de vista ambiental, não apenas do ponto de vista social, mas também do ponto de vista econômico, que aquilo era melhor para a Amazônia, nos traria mais renda do que o projeto de desenvolvimento predatório, o projeto da economia da destruição. Hoje nós precisamos fazer com que esses projetos, com que esses lugares, que nós já estamos com eles na mão, nós já temos o território, muitos deles ainda estão lutando pelo território, mas aqueles que a gente tem o território precisam da academia para que essas atividades possam aflorar. Precisam dessas novas políticas, que não só a política ambiental, para que nós possamos provar que a floresta em pé vale mais do que a floresta no chão. E nós temos dados para isso. Nós precisamos fazer com que os jovens da Universidade de Brasília e das várias Universidades da Amazônia possam se empenhar nesse desafio, como dizia o Júlio aqui no final da sua fala. Nós precisamos que a academia se junte a nós. Nós sabemos que se isso acontecer, nós vamos criar barreira, resistência, à destruição da Amazônia. Nessa disputa entre o projeto de desenvolvimento predatório e o projeto socioambiental de desenvolvimento, que o nosso vigore, porque se o nosso não ganhar, e eu termino dizendo isso, se nessa disputa o nosso lado não ganhar, na próxima geração nós talvez nem tenhamos Amazônia. Muito obrigado.

Edineia Isidoro (UNIR): Obrigada pela fala e agora a gente abre para o debate, para uma conversa, contribuições. Aí vocês podem vir chegando mais para cá.

Gatão: Eu fiquei impressionado com a sabedoria da mesa. A minha amiga da Colômbia, acho que a fala foi muito boa. Eu tenho mais dificuldade, mas procurei realmente me concentrar para poder entender melhor como que se dá, como que se deu, como tem se dado o processo na Colômbia. E, enfim, os que falaram,

Júlio, Felício, o professor de Rondônia, foi muito importante. Eu acho que o Júlio relatou um histórico do que construímos nesse período de 40 anos ou mais. Eu lembro que a primeira reunião que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTAG) fez na época, em 78, em setembro de 1978, foi a primeira vez que também eu vim em Brasília, e fui para discutir com as lideranças de áreas de conflito. E aí eu topei a primeira vez com Chico Mendes, e eu já era diretor do Sindicato, na época, e também já estava na batalha. No Pará, nessa época, tinha 19 municípios com Sindicato, para vocês terem uma ideia como que anda a fila. E, de lá para cá, a gente tem feito um esforço danado para construir e poder melhorar a qualidade de vida desse povo. Mas eu sinto, tratando da academia, tratando dos professores, das pessoas que fazem opinião, nesse período, pude notar uma grande confusão no que se passa para determinadas áreas específicas, como, por exemplo, a região amazônica. Eu sofri e sofro isso hoje, que floresta é um problema. Tudo que se desenvolve, tem que ser removida a floresta. O que presta é a terra, porque a floresta não vale nada. Então, o primeiro grande desafio dos serviços públicos, e assim pensavam o INCRA, e assim pensa a maioria do serviço público e daqueles que falam de desenvolvimento é que floresta não serve para nada e tem que ser removida. E, quando remove a floresta, fica o chão. Uma outra coisa que é muito dita é que esse povo que está com essa floresta é preguiçoso, povo que não faz nada, povo que não quer desenvolvimento, povo que não tem dinheiro, não chega a lugar nenhum. E isso não foi falado há 70 anos atrás, fala-se hoje. E a gente vive com essa grande confusão. E uma coisa que sai da academia é a grande maioria dos agrônomos e de outras graduações que têm na academia, dos próprios professores, é que ele fala de campo. Ele vê duas grandes divisões no país, cidade e campo, como se isso resolvesse. Eu vou fazer um dia de campo, amanhã é dia de campo, nessa semana é dia de campo, o fulano foi para o campo. E a nossa visão de campo é uma coisa destruída, aberta. Quando você chega no campo, acabou. Você não vê floresta, não vê o rio, não vê a gente, não vê os bichos, porque você está vendo o campo. E isso cria uma cultura de enxergar pouco, de não ver o que de fato tem.

Na fala do Júlio, ele destacou o que de fato existe e existia na época que nós começamos a nos envolver no processo de mudança, as comunidades indígenas, o povo que morava lá. Se tu pegar um avião e passar na ilha do Marajó, boa parte do estado do Pará, só alguns lugares tu vê a casa de avião. Porque ele está embaixo da floresta. Porque ele reconhece que a vida dele é a partir da floresta, a partir do que tem, da riqueza que tem lá, e vive bem. E vive bem. Mas na Universidade falam em florestania, mas quando falam em florestania é para plantar floresta. Ele sempre quer plantar, o negócio é plantar o que não está plantado. Por que ele faz isso? Porque ele não acredita no que está

feito. Não acredita. Ele não acreditando no que está feito, tenho que modificar, eu tenho que mudar, eu tenho que remover para poder ter outra coisa, construir uma coisa que presta. É isso que está na cabeça. Aí eu acho que uma das coisas importantíssimas e não quero me prender muito nesse negócio que o Júlio e os que me antecederam falaram muito. Sempre fui uma pessoa de querer ver o que nós temos a partir de agora, o que nós podemos apresentar para que a gente possa melhorar. Então, hoje nós convivemos com uma questão muito séria e que nós não temos nem para onde apelar e nem tem muito como resolver isso. Iniciou-se o debate sobre a questão do carbono, do sequestro de carbono e dos créditos de carbono que a floresta oferece. Transformou muito dos nossos territórios, Dr. Felício, em grilagem, porque a grilagem do carbono é muito mais difícil do que a grilagem do pedaço de terra. Porque eles chegam tentando calcular, dizendo que essa floresta sequestra duas toneladas e custa tantos reais. Eu não tenho a balança para pesar o carbono. Eu não sei quanto custa uma tonelada de carbono. E mais perigoso, as empresas que compram esse carbono são as grandes empresas da aviação, as grandes empresas que emitem poluentes na atmosfera, são as grandes empresas que fazem estrago em outros lugares do mundo e aqui mesmo no país, que vêm comprar o carbono. E arranja um cidadão, arranja consultoria intermediária que faz a grilagem. Ou seja, ela compra de quem vai fazer o projeto e de quem vai depois certificar esse projeto, se ele é bom ou não. Muito complicado. O senhor sabe que no país, no Brasil, tinha uma certificadora que agora não está certificando mais. E eu acho que isso é um papel da academia, eu acho. E Carlos Nobre, nós temos tido muitas conversas com a equipe dele, pessoas muito inteligentes. E eu acho que a gente tinha que se debruçar sobre isso e trabalhar sobre isso, porque isso está nos engatando. O Pará, o Amazonas, o Amapá, Rondônia, o Mato Grosso, o Acre, todos estão envolvidos com isso. E nós precisamos ter uma saída, nós precisamos discutir sobre isso, nós precisamos nos aprimorar sobre essa situação. Porque se nós não fizermos isso, nós não vamos ter o serviço que o rio, que a nossa região pode oferecer. Quem é agricultor, ele tem três coisas que são fundamentais. Se ele não tiver isso, não vai. É a terra, o sol e a água. Se não estiver funcionando isso, não adianta a semente chegar. Não adianta botar a árvore lá porque ela não vai crescer. Então, é fundamental para a gente. E todo agricultor que se preza, ele precisa conservar e lutar para que aquela região, aquele local que ele está trabalhando, não seja destruído. Então, para nós desenvolvermos uma boa agricultura, nós precisamos ter os serviços que a Amazônia nos oferece funcionando, que são os rios, que vão pelas nuvens, o rio que manda energia para o sul do país, como o Belo Monte, como o Tucuruí, e outros que têm no Madeira, em outros rios da região amazônica. E a gente não cobra pelo serviço que tem. Manda para lá na região, como se o rio

nós não estivesse conservando ele. Ninguém cobra serviço da água, ninguém cobra serviço da floresta, ninguém cobra serviço da purificação do clima, ninguém cobra nada. Aí chama para todo o povo que mora na Amazônia de preguiçoso. E no Pará, eu comentava com a Ângela agora, agora mesmo comentava com a Ângela, nós sempre quando estamos em uma reunião estamos perto do outro para estar um fuxicando o outro. O estado do Pará está colocando, cobrando ICMS verde de quem destrói, e agora ele bota em quem destruiu o ICMS verde. Como que pode isso? Me diga se pode. Eu recebi um ICMS verde quando eu já destruí, quando eu faço só porcaria. Não posso receber um ICMS verde, ICMS verde. E quando um governo do estado, como o Júlio falou, que está doido, muito animado para sediar a COP30, e está falando em fazer uma grande reunião agora em agosto de preparação da COP, se nega ou se atrapalha a criação de uma RESEX. Nessa RESEX, por incrível que pareça, a primeira reunião que nós fomos fazer no município de Primavera, com a maior quantidade de moradores, pescadores moradores daquela região, lá no município de Primavera, no povoado da Telha, quem estava lá com a comunidade? eu e o Felício. Discutindo com eles a importância que tinha de criar aquela RESEX e o que aquilo representa para a sustentabilidade e o desenvolvimento. E o governador não criou, não deixou criar. E olha o tempo que foi! Eu fui em 2011 ou 2010, por aí. Então, estou dizendo isso, eu estou falando do presente. Deixou de criar Viriandeua, que é no município de São João de Pirabas, e Filhos do Mangue, que é no município de Primavera. Então, não pode um governador se propor ou se atrever de dizer que está fazendo e lutando para melhorar a situação do equilíbrio do clima, quando impede as pessoas, que fazem isso na prática a garantir seu território, a garantir que ele se desenvolva e a garantir que ele seja reconhecido. Conforme vocês já falaram na mesa e o próprio Felício disse, quando eu crio um território, quando meu território é reconhecido, eu ganho endereço. É muito importante para quem mora na Amazônia, para quem mora naquela bonita região, ter endereço. Eu, quando estou dentro de uma Reserva Extrativista, estou em um Assentamento Extrativista, estou em um território reconhecido, eu tenho um endereço, eu sou reconhecido, eu sou uma pessoa que eu entro, eu sou visto pelos outros. Eu queria encerrar aqui a minha fala dizendo que o nosso desafio é enfrentar o processo de destruição a partir do que se propõe e lutar para que a gente consiga melhorar realmente a questão da região amazônica a partir do que ela pode oferecer, cobrando nossos serviços ambientais que lá se produz. Obrigado

Deixa eu só lembrar um negócio que eu esqueci. E eu queria dizer isso aqui porque pela minha idade dá para saber, dá para saber a preocupação que eu tenho. Olha, a fiscalização, o que eu acho? A fiscalização é um negócio importante. E todo mundo, todo mundo que é fiscalizado, sempre reclama. Não tem

nenhum santo, quando o fiscal multa todo mundo vira santo. É extremamente difícil você saber se não tiver uma inteligência, e a inteligência é fundamental para que isso seja corrigido. E não dá, e eu falei com o Júlio, nós estamos enfrentando isso nas RESEXs. Nós vamos ter que enfrentar isso porque tem muita gente no meio de nós, pobre como eu, lascado como eu, que faz safadeza, e ele tem que ser corrigido.

Edineia Isidoro: Muito obrigada. Muito importante a sua fala. Vamos ter que ser um pouquinho mais rápido, mas a gente tem o tempinho.

Ângela dos Anjos: Bom dia a todos, todas e todes. Saudar a mesa. Muito potente essa mesa hoje. Desde ontem a gente está fazendo uma grande discussão, né Doutor Felício? Bom revê-lo. É muito preocupante a situação da Amazônia quando o Doutor Felício traz, e o Júlio faz todo um resgate do que a gente já viveu na Amazônia. Desde ontem também a gente viu muita coisa ruim, mas a gente sabe que tem muita coisa boa. Tem uns povos que lutam, que têm resistência. Mas quando ele coloca a partir das grandes corporações e com as cadeias produtivas, que eles chamam, que avançam. E quando o professor trouxe a pesquisa dele, ainda faltou coisa, viu professor? Porque hoje a soja, ela avança muito no nordeste paraense e ela está no oeste do Pará. De uma forma muito cruel, porque o agrotóxico vai levando, vai matando as abelhas, vai fazendo tudo que é da nossa floresta. Mas veio aqui também, novamente nessa mesa, a questão da juventude. Muito forte nas falas. Então é importante que a gente também tenha a proposição enquanto movimento social, enquanto academia, para que essa juventude tenha esse pertencimento da Amazônia. Não importa onde ela esteja, em qualquer lugar do país, nós precisamos trabalhar isso a partir da educação, a partir da nossa formação popular, que a juventude tenha este pertencimento da Amazônia, porque também falta isso. Até no jovem que está lá na Amazônia, ele não se vê parte dessa floresta, parte desse bioma, parte dessa biodiversidade. Então eu acho que isso a academia pode nos ajudar. Pode nos ajudar com os índices, com as pesquisas, para que a gente não tenha esse êxodo rural da Amazônia para as grandes corporações também, que são os que fazem toda a destruição da Amazônia nesse momento, que não mudou muita coisa, mudaram as práticas. As práticas foram se modernizando e foram avançando, e com orçamento público. E quando o Dr. Felício fala do poder político, que tem uma incidência muito grande nos processos, é verdade. Na Transamazônica, na última eleição, nós vimos o que foi ali, a questão do Bolsonaro muito forte em várias partes, em outros estados também. Então é onde realmente estão as grandes corporações do agronegócio, da mineração. E ele faz um chamado a nós, que a nossa narrativa, ela tem que se contrapor, mas ela tem que se contrapor não só a narrativa de fala, mas de ação. Que eu acho

que aí vêm os Sistemas Agroflorestais (SAFs) muito fortes, nós temos que fazer os nossos SAFs, incentivar a juventude a pensar nos Sistemas Agroflorestais como saída de produção, de renda e de permanência na floresta. Então eu queria deixar aqui esse recado, que a gente traga para nós, enquanto organizações, mas também enquanto academia. Que a gente faça essa rede também das Universidades. Que a Amazônia permeie as academias, as Universidades, as Escolas Técnicas, para que a gente possa sair também com profissionais com essa cabeça. Porque senão, nós vamos estar formando profissionais voltados para outra linha que não é essa da preservação, de manter a floresta em pé. Como disse o Gatão, de ter gerações e gerações com esse futuro amazônico de preservação, de verde, da biodiversidade conservada. Porque é isso que nós queremos. Quando se fala em campo, realmente muita gente diz que a agricultura é investimento a céu aberto. Já se está dizendo que a agricultura é investimento a céu aberto. Muitas pessoas falam isso. Já tirou tudo e plantou a céu aberto. Mas eu fico olhando quando o DIEESE apresenta também os índices, quando vem a agropecuária que não entra o extrativismo, não entra a agricultura familiar no PIB dos estados. Lá no Pará nós fizemos um questionamento. Apresenta para nós, mas está lá todos os rendimentos, todos os empregos, todas as ocupações na agropecuária. Eu falei: "cadê a agricultura familiar? Cadê o extrativismo aí dentro desse processo de pesquisa de vocês?" É uma coisa que também a gente precisa discutir a partir das Universidades. Obrigada.

João Rocha: Bom dia a todos. Eu sou o João Rocha, metalúrgico aposentado. Eu tenho 82 anos. Eu venho de Caraguatatuba, litoral norte do estado de São Paulo. E é um prazer estar aqui. Parabenizar a mesa. E a cada Fórum que eu venho é um aprendizado. A gente aprende muito mais. É um prazer rever aqui o Júlio, que é um arquivo vivo da história dos seringueiros e da Amazônia, também lá do Acre. E é um prazer rever aqui os amigos do Acre. Está aqui Ângela, tem a Julia Feitosa e outros aí que eu conheci no Acre. Então, eu queria fazer uma pergunta para o Júlio, mas, bem rapidamente, eu vou fazer aqui uma reflexão sobre algumas coisas que foram ditas, relacionadas a Chico Mendes. O Chico Mendes foi um estrategista. Ele foi um exemplo na luta lá no Acre. Um exemplo para todo o Brasil, para o mundo. Uma das coisas que foi dita aqui, que a Amazônia precisa ser vista de um modo mais global. O Chico enxergava isso. Ele perambulava por esse Brasil e, quando possível, para o exterior, falando sobre a situação da Amazônia, da luta dos seringueiros. Inclusive, eu estive em Campinas, quando eu morava lá, e numa palestra, que tinha cerca de 300 pessoas na Catedral de Campinas, ele fez uma fala e levantou a plateia lá. Então, ele semeava sementes por onde ele passava e de pessoas que se sensibilizavam com a história e se convertiam em defesa da Amazônia. Modesta a par-

te, eu fui um desses. Estou aqui pela terceira vez no fórum sobre a Amazônia porque a Amazônia tem a ver com o Chico Mendes e Chico Mendes tem a ver com a Amazônia. Eu vi aqui também na fala de ontem de levante, mobilização e tal. Eu costumo dizer que mobilização, levante, povo na rua é o ápice de um processo. É precedido de um trabalho de conscientização e organização. Não há atalhos. Esse trabalho tem que ser feito. Esse trabalho tem que ser feito. É isso. Eu teria mais coisas para dizer, mas estou satisfeito já. Vou fazer a pergunta para o Júlio. Pode ser até simplista, mas uma curiosidade que tenho, porque eu sou muito pela questão da conscientização e organização para uma causa. Eu, durante a minha caminhada, fui chamado de obreirista, basista, mas, enquanto não me provarem o contrário, eu vou continuar falando sobre isso. A pergunta que eu faço é a seguinte. Eu conheço um pouco da história da luta dos seringueiros do Acre e na defesa da floresta. Considerando que a luta é permanente, como está a adesão dos jovens seringueiros do Acre e de toda a Amazônia, e as novas gerações em relação a essa luta, a adesão deles nessa luta? Ângela agora realmente falou alguma coisa sobre isso. Os jovens não podem ser desencaminhados. Então, essa é a pergunta que eu faço. Muito obrigado.

Ingrid Mangabeira: Bom dia a todos. Primeiramente agradecer a oportunidade da gente está com essa mesa tão rica. Grandes mestres que a gente consegue fazer um debate com muita qualidade, muito rico. Meu nome é Ingrid, eu sou estudante aqui da Universidade de Brasília. Tenho mais perguntas do que conclusões. Mas, como eu tenho um poder de síntese também um pouco complexo, eu fiz umas anotações, eu preferia seguir por aqui. Então, seria a seguinte, partindo das brilhantes intervenções apresentadas aqui pela nossa mesa, eu vou apresentar um pouco das minhas inquietações. Como foi colocado muito bem aqui pelo Júlio, sabemos que o processo de conquista das Reservas Extrativistas foi tido com muito custo, inclusive com vidas. Nos anos 80, o movimento seringueiro se encontrou com o movimento sociambientalista brasileiro, que permitiu ampliar as dimensões das lutas dos povos da floresta, unindo o direito à vida, ao território e melhores condições de trabalho com a proteção do meio ambiente e dos seus povos. Recentemente, com o estado de exceção do governo Bolsonaro, que nós estamos tentando superar, o avanço das fronteiras agrícolas e agropecuárias, em especial a cultura do boi, gerou novas contradições e novas complexidades para se pensar alternativas de sustentabilidade para a Amazônia, que é justamente o tema da nossa mesa. Quando essas novas modalidades econômicas, agrárias e agropecuárias atingem, inclusive, as Reservas Extrativistas e os seringueiros, e suas próprias percepções do que é ser seringueiro e do que é viver uma Reserva Extrativista, cria conflitos, mas também co-dependências com o setor agropecuário e absorção de valores culturais exógenos.

Então, a partir disso, eu coloco três perguntas, mais ou menos. Para o Ricardo, eu acho que a gente está conseguindo alinhar bem com as perguntas que nos antecederam, porque essa questão da juventude pega muito. Então, quais as alternativas econômicas podem ser possíveis para lidar com essas novas contradições que atingem a Amazônia na contemporaneidade, de forma que dê alternativas para a juventude em sua permanência, ao tempo que também garanta condições de vida e de trabalho aos que tradicionalmente ocupam as reservas extrativistas? E para o Júlio, eu queria saber o que ele pensa sobre a questão do avanço da fronteira agrícola e agropecuária e a cultura do boi, como já foi colocado aqui. Se você acha que há uma mudança recente na percepção do que é ser seringueiro e da função das Reservas Extrativistas hoje. Por fim, e aí eu coloco aqui para a mesa, como nós estamos falando em sustentabilidade, e isso pode ser um pouco polêmico, mas eu acho que a gente precisa colocar para o debate. Conforme os próprios valores, também, que instituíram as Reservas Extrativistas vão se modificando, porque a função do território também muda, porque o território também está em movimento, aumenta a possibilidade de afastamento do movimento socioambientalista brasileiro, conforme essas dinâmicas mudam e as funções do território também mudam? Há contradição? São essas perguntas que eu coloco aqui. Eu espero que não tenha sido muito ousada, mas é isso. Obrigada.

Dorismeire Vasconcelos: Bom, eu sou Doris, da Rede Eclesial Pan-Amazônica Brasil. Primeiro, parabenizar a turma da coordenação do 3º FIA, mas também a esta mesa, que foi muito impactante para os nossos ouvidos e mentes. Estávamos aqui a pensar e refletir. Ontem, no painel de ontem, nós ouvíamos sobre os 6 Gs da Amazônia, uma visão de sonhos e insônias, onde se ampliam a desigualdade e a violência no território. Um território que é um território de disputas e conflitos. E eu que o diga, que sou ali daquela área do médio Xingu. Nessa situação, esses conflitos e disputas impactam e ameaçam a vida dos povos amazônicos. Temos defensores ameaçados e programa de proteção fragilizado por uma política de governo e que não se firma como política de Estado. Mas acima de tudo, a gente percebeu, hoje também se confirma, que se firmou 40 anos ou mais de luta, de resistência, que enfrentaram as insônias e efetivaram os sonhos e importância das redes de aliança, firmando alternativas socioecológicas e sustentáveis na Amazônia. Primeira pergunta: qual seria a missão das Universidades no sentido de intercâmbio Pan-Amazônico fortalecendo essas iniciativas da sóciobiodiversidade na Amazônia? Outro ponto: hoje, também ouvimos, mais vemos que do lado de lá, eles continuam se renovando e reformulando, repaginando suas estratégias predatórias, repaginando e reformulando, contra-atacando os povos da Amazônia e, muitas vezes, usando até os nossos próprios saberes. Estamos ainda de frente para ir para

a reunião da cúpula dos países da Bacia Pan-Amazônica e nos preparando para uma COP30. Serão pressões dos dois lados. Sabemos, nós, povos, que temos que enfrentar e resistir a essa pressão da bioeconomia proposta pelos governadores dos estados da Amazônia. A pergunta vai a todos da mesa: como decolonizar as mentes dos jovens das comunidades que ainda pensam numa Amazônia devastada? Como fazer as Universidades, sociedade organizada e povos da Amazônia se fortalecerem em alianças para enfrentar esses desafios dos grupos econômicos e políticos que exploram a Amazônia? Terceiro: para firmar essa rede de proteção, como desenvolver caminhos de autodeterminação, soberania dos povos e de defender e firmar no território amazônico, há mais de 50 anos, a territorialidade, direito dos povos amazônicos?

Ricardo Bernardes: Eu gostei muito. Tenho acompanhado o trabalho do FIA ao longo desse período. Acho que é louvável o que tem feito na Universidade. Conheço parte da mesa e também me impressionou muito os saberes aqui apresentados. Mas a minha pergunta é meio sintética. Eu sou ligado à Universidade desde a década de 70, então eu acompanhei o papel que a Universidade veio trazendo. Eu sou de uma geração, sou paulista, então a visão que o paulista tinha da Amazônia era muito distante. E eu tenho clareza que hoje isso reverteu. A Universidade fez um papel muito grande, pelo menos dentro do Brasil. Agora, a minha questão é: como é que nós conseguimos enfrentar a guerra de comunicação? Eu acho que a minha geração, por exemplo, aprendeu a valorizar a vacinação em todos os setores. Nesse último período, tinha gente criticando se vacina matava. O que todo mundo viu aqui. Como nós vamos levar essa visão que a mesa está aqui apresentando muito clara, muito contundente? E a Universidade tem organismos e informações capazes de provar o que está falando. Não tenho dúvida do que a mesa fala, mas como a gente leva isso para fora? As pessoas ainda veem a Amazônia como algo dispensável. Então, a minha pergunta para todos é isso, como a gente vai vencer essa guerra da comunicação?

Gilberto Santos: Bom dia a todas, todos e todes mais uma vez. Eu vou tentar ser breve, dentro do tempo. Eu sou Gilberto Santos, Giba, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e atuo no Regional Mato Grosso, a partir de Cuiabá. Sou membro aqui do NEAz, professor voluntário ligado ao CEAM. Eu trabalho desde 2004 com educação escolar indígena, professora Liliane, e fiquei encantado com a experiência da Universidade Nacional da Colômbia. Um desafio muito concreto. Tem um ex-aluno meu, que agora é professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), fazendo doutorado aqui. Fizemos um ensino médio, graduação. E aí, em vez de ele estar numa Universidade indígena, onde ele pudesse atuar, ele não tem uma Universidade indígena. Então, um pouco como vocês

fizeram nesse processo de garantir, talvez, ou nesse processo de garantir que os professores indígenas sejam formados e possam retornar, de alguma forma, essa formação para contribuir em suas comunidades. É uma outra questão que me preocupa muito. Eu acho que é um desafio da Universidade. A gente precisa demonstrar a cada dia que o agronegócio não sustenta o desenvolvimento do país. Ele não é a base da nossa economia, na verdade. O que seria o agronegócio sem os planos Safra de cada ano, dos bilhões que recebe do Estado, sem a Lei Kandir, sem as isenções para exportação, para compra de agrotóxicos? Nós precisamos mostrar que não é, de fato, a base da economia, não fosse o Estado brasileiro, que é um liberalismo à brasileira, em que o Estado banca o agronegócio. Então, é o nosso papel dentro da Universidade, mas também dos movimentos, na nossa atuação trazer isso. E eu cito aqui um exemplo muito concreto. Professor Marco Mitidiero, da Universidade Federal da Paraíba, que tem feito esse exercício e acho que também é o nosso papel, professor Ricardo, acho que é importante que a gente traga isso. Por fim, uma preocupação: nós estamos falando aqui, essa mesa traz a dimensão da alternativa de sustentabilidade, e nós estamos pensando da Amazônia. Eu fico muito receoso e já tenho acompanhado recentemente histórias muito tristes em que a gente coloca uma perspectiva de sustentabilidade baseada em pagamentos de serviços ambientais. Porque isso a gente sabe, o Gatão trouxe alguma dimensão disso. Aqueles que compram os chamados créditos de carbono, seja no Canadá, nos Estados Unidos, na Alemanha, em qualquer lugar, continuam poluindo. Essa poluição não vai ficar lá na Europa. Essa poluição, que nós sabemos hoje que o planeta continua, não é plano, e os efeitos vão cair, inclusive, sobre a Amazônia e sobre os povos e em toda a região. Então, é muito preocupante que a gente, e eu chamo isso de um certo neocolonialismo, a partir de uma dimensão de manipulação dos problemas climáticos. É só para a gente colocar um pouco e eu espero que a gente possa ter dentro do FIA o aprofundamento, pelo menos a problematização dessas visões, e que a gente possa aprofundar isso também nas nossas massas. Muito obrigado, parabéns à mesa pela exposição.

Joaquim Belo: Bom dia, meu nome é Joaquim Belo, diretor do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Agradecer a contribuição da mesa, que foi muito boa. E eu queria fazer uma certa provocação. Eu não sei por onde a gente parte, a partir da Universidade, primeiro para a gente construir informação. Mas ela é muito aquém ainda para a gente enfrentar o debate e a narrativa do contraponto com a questão do grande capital. Primeiro porque a gente vive num estado de negação de direito permanente. E em qualquer espaço em que a gente vá enquanto sociedade, a gente para ter o nosso sucesso tem que desqualificar alguém. É assim o jogo. Para mim, colocar alguma coisa

positiva, tem que desqualificar alguém. E o professor traz muito isso. Tem que desqualificar o nosso trabalho, desqualificar a população tradicional, que é preguiçosa, desqualificar a floresta que não produz. Então você tem que desqualificar alguma coisa para você colocar o seu como importante. Isso vale até no júri, até no júri popular. O advogado tem que desqualificar a defesa e a defesa desqualificar a acusação para obter sucesso. Então a gente vive, eternamente, uma desqualificação de um contra o outro para poder estar reinando. E aí é complicado quando você vai para o mundo da qualificação, porque você tem uma mídia, que o professor colocou, que constrói isso.

Eu trabalho com jovens. Tomei uma decisão, que o nosso desafio são os jovens que temos que enfrentar nesse momento. E é comum um jovem chegar na escola e não comer galinha caipira. Ele quer a galinha que vem lá de Chapecó-SC, do Paraná. Porque a mídia constrói isso na cabeça dele. Ele não quer o ovo de galinha caipira, ele quer aquele ovo branquinho que vem empacotado. Porque isso a mídia vai desconstruindo, vai desqualificando aquilo que ele tem. Se a mídia está desqualificando o meu ambiente de consumo, o meu ambiente de trabalho, é para colocar outra coisa no lugar, e está colocando com eficiência. E se a Universidade também não tem uma mentalidade e vira as costas para os grandes temas que a gente está debatendo aqui, também ela está negando isso. Na hora que ela está negando, as Universidades também estão a serviço disso que a gente está contestando. Então como é que a gente enfrenta isso? Porque, afinal de contas, as Universidades brasileiras, a grande maioria, também estão controladas pelo agronegócio. Quem indica os reitores dessas Universidades são, geralmente, políticos do agronegócio. Eles controlaram o processo para desqualificar justamente o que a gente está fazendo. Como é que a gente enfrenta esse discurso dessa desqualificação para dar qualidade nossa? Só gerando informação. E foi dito: como é que a gente vai gerar informação de qualidade para enfrentar essas narrativas de disputa?

Aí eu lembro, viu Ângela, quando derrubaram a estátua do Chico Mendes, lá no Rio Branco, é isso que quer dizer. Destruir qualquer coisa que simbolize a luta daquilo que a gente tem. Então a derrubada da estátua do seu pai lá, na praça, em Rio Branco é destruir tudo, desqualificar tudo. Então é uma desqualificação permanente daquilo que a gente faz quanto à Amazônia, quanto ao nosso trabalho. Eu pergunto: qual vai ser o nosso caminho para a gente ter um trabalho de construção de informação, de ciência, que a gente possa se contrapor a essa desqualificação permanente daquilo que a gente está fazendo, nesses últimos 60 anos? Eu lembro muito bem que a gente leu um pouquinho da história dos tradicionais dos Estados Unidos e viu como foi a estratégia para destruir os tradicionais dos Estados Unidos. Às vezes não precisa dar um tiro na pessoa. Tira a cultura dele,

varre tudo que você vai encontrando no espaço para colocar o outro. Esse é um ponto do que eu queria deixar: como é que a gente vai enfrentar, para a gente ter qualidade, para enfrentar essa desqualificação que é permanentemente em cima da gente? Obrigado.

Ângela Mendes: Muito interessante, está muito bom o debate. Bom dia a todos, todas e todes. Queria agradecer primeiro à organização do Fórum por poder me dar a oportunidade de estar aqui e parabenizar a mesa, que realmente foi uma mesa muito intensa. E eu queria me reportar primeiro a fala do Júlio. Ele faz um resgate que é muito importante para mim, porque cada vez que um histórico fala, sempre tem algo novo para a gente entender, aprender. Eu vivo disso, de aprender ouvindo essas pessoas que são tão importantes. O pouco que eu aprendi a Covid já levou embora, porque um dos resultados da Covid foi isso, mas não só da Covid. Trazer um pouco essa dimensão da saúde mental também dos povos da floresta e dos povos da Amazônia. Tirando da minha própria experiência, a gente vem de um período que misturou e juntou a Covid, que juntou cinco anos, seis anos muito difíceis para todos nós, enquanto que a gente ouve muito falar de luta, de resistência. Nessa luta e nessa resistência se perderam muitos e muitas.

E aí a gente chega aqui, por exemplo, até abril, com uma situação climática extremamente complexa. Um extremo climático que nos levou a uma das maiores enchentes das últimas décadas. Como é que a gente nessa sobreposição de desafios, e uma população que durante todo esse período teve que continuar lutando, continuar sobrevivendo, nessa disputa pelo território e pela vida, que foi o caso dos extrativistas, dos povos indígenas, e a gente chega aqui nesse momento com uma cabeça boa, raciocinando muito logicamente? Eu acho que a gente precisa, em um outro momento, preparar para pensar como é que está a saúde mental de nós, amazônidas, que viemos nesse período tão difícil, tão duro para nós, enfrentando tudo isso, ainda com uma cabeça oxigenada, ainda com pensamento lógico. Acho que essa é uma dimensão que eu queria trazer.

A outra é a questão da academia. Aí eu me reporto a uma conversa que a gente fez na RESEX algum tempo atrás. E as pessoas nos recebem assim, olha... A gente cansou de responder questionários intermináveis, perguntas intermináveis e responder muita coisa, e a gente não vê o resultado disso na prática. Porque durante as décadas de 90, 2000, realmente existia uma prática muito forte de ida ao território, de conhecer a realidade, de aplicar aquilo em algum lugar que não chegou ao alcance dessas populações. E se aconteceu algo, se algo foi concretizado, talvez não tenha chegado ao conhecimento deles. Como esse conhecimento que eles ofertaram, que eles doaram para a academia, eles não sentem esse retorno na prática. É uma coisa

que passou. Mas acho que é para a gente pensar de como a academia hoje tem um papel tão importante, de como a evasão dos jovens dos seus territórios tem a ver também com essa questão do acesso à educação, de como que a academia precisa pensar na inclusão dessas populações, dessa juventude. E a gente vê já pequenas experiências e iniciativas em academias, em Universidades. Como no próprio Pará tem essa inclusão, esse olhar voltado de inclusão da juventude, da realidade da juventude local, como aqui na UnB, o mestrado também já traz isso também. Mas eu lembro da minha amiga Edel Morais, que é a secretária que estava aqui nessa mesa ontem, que cortou um dobrado, porque na época que ela entrou no mestrado, não sei se foi a primeira ou a segunda turma, não lembro, mas eu lembro dela se virando, fazendo essas ecojóias aqui e tendo que vender para poder permanecer. Então, não basta criar o ambiente para a inclusão, mas também para a permanência desses jovens, sem a preocupação de ter que estar correndo atrás do pão de cada dia e não conseguindo se dedicar a essa pesquisa, a esse estudo da melhor forma possível.

Por último, a questão da juventude. Acabamos percebendo que nessa busca por trabalhar com a juventude local, acabamos conhecendo uma série de iniciativas, sendo o próprio CNS que tem aí uma secretaria de juventude que é muito atuante, atuando nos territórios, fazendo esse resgate da luta política pelo território, nós também no Acre. E acabamos tendo a dimensão de que em outros territórios isso está acontecendo muito, a gente está tendo muitos jovens. Agora isso é um processo, porque esse é um processo recente. Então, o que precisamos é dessas enxergas e de fortalecer quem já está lá no território fazendo esse trabalho e tem um trabalho belíssimo. Eu sei que precisamos falar de todos os desafios que ainda temos, e tanta gente boa já falou de tanta coisa que se apresenta como um desafio, mas que também se apresenta como possibilidades. Então, é só para dizer que o desafio é grande, mas a gente tem coisas acontecendo, e que a médio e longo prazo a gente vai sentir o resultado dessas coisas. Vou parar por aqui, só agradecendo mais uma vez a participação.

Maria Cazé: Bom dia. Parabenizar a mesa. Eu queria fazer coro ao que o Joaquim trouxe no sentido de que há uma dívida. Mesmo com tudo que vem sendo feito, há uma dívida muito grande da academia com os povos amazônicos, com a Amazônia. Retardou muito, muitos processos de pesquisa, de geração de tecnologia. E eu digo isso porque a gente tem alimentos, por exemplo, na Amazônia que muito recentemente entram na alimentação dos povos no Brasil e na região. A merenda escolar, por exemplo, para que lá na região da Terra do Meio as merendeiras conseguissem aceitar usar o mesocarpo, a farinha de babaçu, na merenda escolar foi preciso a Bela Gil ir lá fazer uma oficina, porque

é uma famosa, para poder ter uma aceitabilidade. E isso é dívida histórica da academia de não ter pesquisado, desenvolvido, incluído toda essa alimentação, essa riqueza, como parte do cardápio da população. Considero isso como dívida.

E trago também a questão das tecnologias. A gente tá falando da juventude. Lá nos movimentos pequenos, os agricultores, as agricultoras e outros, o que a gente diz? A nossa juventude não vai querer ficar dando soco no toco, no caso de quem vive no campo, de quem vive na roça. Então, eu vi as mulheres trazendo, e os homens também, cestos ou paneiros, como eles chamam, com vinte, trinta quilos de castanha do meio da floresta na cabeça, nas costas. Eu tenho duas escolioses e duas hérnias de disco das latas d'águas na cabeça. Às vezes a gente fala num romantismo, como se fosse bonito as pessoas carregarem trinta, quarenta, cinquenta quilos do centro da floresta para as cantinas ou paióis e aquilo parece uma coisa linda. E isso entra no tema da sustentabilidade como se nós não tivéssemos que desenvolver tecnologias para diminuir essa penosidade. Aquelas pessoas vão desenvolver e já desenvolveram problemas seríssimos. Eu sei quem é da região, quem vive lá, quem viveu e vive, isso é um dilema.

E para a juventude, para a incorporação da juventude em todo esse processo sóciobiodiverso é muito difícil. As mulheres no Maranhão, as quebradeiras de coco, elas fazem esse debate com as juventudes. Como é que a gente pensa também processos de desenvolver tecnologias para diminuir essa penosidade e garantir, de fato, esse agarramento no tema da sustentabilidade a partir das juventudes? Eu saí de lá dizendo assim: "Meu Deus, um jumento aqui ajudaria tanto esse povo. Meu Deus, um burro aqui ajudaria tanto esse povo para que não fosse algo que consumisse combustível, porque é tão difícil chegar combustível lá". Então, falar com o pessoal do Ceará, porque no Ceará tem fazendas de jumento que não se usa mais quase e o governo criou fazendas para colocar os jumentos lá. Então, eu saí de lá me perguntando: "o que é que é possível a gente fazer para diminuir a penosidade?". E, por fim, o tema das mulheres. A sensação que a gente tem é que há uma invisibilidade das mulheres da floresta, que ainda é bastante masculinizada. Sempre que a gente faz debate é sempre muito masculinizado. E, tratando das mulheres da floresta, nós temos que colocar dentro do bojo da sustentabilidade o enfrentamento à violência contra as mulheres da floresta, que é muito forte e é muito invisível. Discutir a sustentabilidade, pensar a sustentabilidade, tendo violência contra as mulheres, contra as adolescentes, é incompleto. Então, eu só queria trazer essa contribuição, tanto da dívida das Universidades, da academia, quanto da juventude das mulheres, para que a gente, de fato, pense essa sustentabilidade de forma mais totalitária. Outra coisa. Quem sabe não seria o caso da gente pensar uma cúpula paralela. Agora, na cúpula da Amazônia, a gente pensar

uma cúpula paralela dos povos amazônicos. A gente sempre fez em momentos políticos fortes, que têm presença, a gente fez eventos paralelos. Obrigada

Sila Mesquita: Boa tarde, que são já 12 horas. Eu não ia me pronunciar, mas, diante da mensagem que eu acabei de receber aqui, eu acho importante. Primeiro, parabenizar a mesa. Hoje foi um momento muito importante. Esse resgate da história da Amazônia é importante. Eu lembro que, na década de 80, em 1984, que eu comecei a militar, o maior assentamento da América Latina fica no estado do Amazonas, vocês sabem disso, que é o Apuí, no estado do Amazonas, no sul, que foi planejado para 7.500 famílias. É o município que começa o dito desenvolvimento da Amazônia. A Amazônia foi planejada para ser ocupada, porque a história nos remete a isso. Mas eu queria trazer também aqui essa reflexão, que o nosso desafio, diante de todas essas questões que foram colocadas, é como sairmos vivos de tudo isso.

Nós do GTA e a Comissão Pastoral da Terra e os movimentos locais do Amazonas, no Médio Amazonas, numa luta contra o projeto de exploração de petróleo e gás. Nós conseguimos uma ação civil pública para suspender a audiência pública da empresa chamada Eneva. E conseguimos, porém, eles recorreram e a audiência vai acontecer agora, sábado e domingo. Eu acabei de receber da comunidade, uma comunidade chamada Serpa que é uma comunidade quilombola, a placa definida da comunidade, agora de manhã, cinco tiros na placa. Isso é para nos intimidar, a nossa participação sábado e domingo na audiência. Eu fico nervosa porque nós vamos estar lá. Eu vou estar lá, junto com os nossos companheiros, para defender as comunidades locais. Para dizer que lá tem gente e precisam ser consultadas para os empreendimentos. Os empreendimentos chegam e nós das comunidades, não somos convidados a participar desse processo. Quando percebemos, a usina já está instalada, já está sendo explorada, já está sendo comercializada, com todas as licenças emitidas pelo governo do Estado. E nós estamos dizendo para o empreendimento, e vamos afirmar sábado e domingo na audiência pública, que o licenciamento tem que ser do governo federal, porque tem terras indígenas e tem territórios quilombolas, e o governo do Estado não tem a competência para licenciar esse empreendimento. A exploração do gás do campo do azulão está despejando os rejeitos no rio e as comunidades estão começando a adoecer.

Então, para nós, são desafios permanentes como militante, como comunidade, como movimentos sociais, como pessoas comprometidas de garantir, de dar continuidade à qualidade de vida e à questão coletiva. Eu vejo outro desafio. Sempre defendo que os nossos filhos têm que ocupar o parlamento, os nossos filhos têm que ocupar o judiciário, porque assim nós vamos mudar. Ontem alguém dizia que o Parlamento está velho, o

Congresso está velho, então nós precisamos mudar. Muitas das vezes é culpa nossa também, que nós não nos propomos a ser. É muito fácil a gente cobrar do outro, mas nós temos também de fazer essa reflexão e ver qual é a Amazônia que nós queremos e como queremos. Eu acho que a academia está nesse caminho. A gente tem vivenciado e participado dessa evolução da academia, desse diálogo.

Um dia desse alguém me ligou e falou assim "eu queria fazer uma entrevista com você". Aí eu falei assim "gente, a gente já está tão cansado de dar entrevista para a academia, e a gente nem sabe o resultado, nem para onde vai a tese de doutorado, a dissertação de mestrado". Mas a gente precisa ter essa convivência e esse retorno para as comunidades, esse retorno da comunidade. Para concluir, eu consegui me identificar com a minha ancestralidade pelo estudo de dois alunos de doutorado da USP na minha comunidade. A minha ancestralidade é do Purus. Meus avós são índios Apurinã e migraram para uma comunidade no Lago do Limão, no município de Iranduba. E lá, a pesquisa da Universidade descobriu 19 sítios arqueológicos e a minha ancestralidade está lá também. Isso é um resultado bastante positivo da academia, que nos afirma cada dia mais, com esse diálogo e com esse conhecimento científico que nos fortalece. Obrigada.

Participante 1: Eu vou ser breve. Muito obrigada, mesa. Enfim, eu acho que a gente poderia focar aqui na questão da solução. Muita gente se pergunta qual é a solução para a gente colocar em prática uma agenda de sustentável no Brasil. Muita gente falou aqui de revolução cultural, revolução educacional, que eu acho que na realidade a UnB faz um trabalho incrível. Eu sou do departamento de economia, eu sou formada, eu dediquei acho que dois semestres da minha vida a estudar economia ambiental. Os professores são incríveis, o departamento é incrível, tem muita gente competente ensinando sobre sustentabilidade na UnB. Mas como eu já disse ontem, como vocês repetiram aqui, isso não chega ao parlamento. As pessoas que são educadas para a sustentabilidade não estão no poder. Os jovens que debatem sustentabilidade não estão no Congresso. Então isso é o que a gente deveria estar debatendo aqui como colocar essa juventude dentro do Congresso. Mas não só isso. O que a academia produz não chega no Congresso, não chega no mercado. Não existe uma ponte entre a produção científica, não existe uma ponte entre a produção científica e o mercado. Eu não vejo a UnB incentivando jovens empreendedores, eu não vejo a UnB incentivando a geração de startups, eu não vejo. Não quero desmerecer o departamento de engenharia, eu acredito que o departamento de engenharia tenha uma frente para isso. Eu fui inclusive num evento organizado pelo departamento de engenharia que tinha startups, engenheiros, biomédicos e biólogos aqui da UnB, interessados em montar tecnologia e montar empresas. Infelizmen-

te o evento estava vazio. Então não tem incentivo para que essa geração de ciência, de conhecimento, vire um produto e esse produto seja uma solução para a sustentabilidade, por exemplo. A academia, ela não tem esse viés. A gente não é incentivado a isso, a gente não é incentivado a atender uma demanda de mercado, a entender o que o mercado precisa, as necessidades do mercado. Não vejo solução para a sustentabilidade fora da lógica do dinheiro. Eu não vejo. A gente tem que dar um jeito de tornar a sustentabilidade lucrativa, a gente tem que ter pelo menos pressão internacional, na minha opinião, de sanções para essa galera que polui, para essa galera que desmata. A discussão é longa. A gente tem que punir ou a gente tem que retribuir? A gente tem que tornar lucrativo? A gente tem que pagar para a pessoa deixar a floresta em pé? O que é mais viável, o que é mais eficiente? Tem uma ampla gama de pesquisas que precisam ser feitas aí em cima. Por isso que eu acho que o mercado de crédito de carbono ainda é uma saída, por mais que tenha várias falhas. Qual é o saldo desse mercado de crédito de carbono? Ele mais previne poluição ou ele estimula a poluição? Qual é o saldo? Porque não vai ter solução perfeita, não vai ter algo que vai zerar a poluição da noite para o dia, que vai zerar o desmatamento da noite para o dia. Então, assim, eu acho que em termos de soluções, a gente precisa de pesquisa e a gente precisa incentivar os nossos jovens na produção científica voltada para o mercado, empreender dentro da ala de sustentabilidade, colocar o dinheiro em cima da sustentabilidade. Eu acho que é a única forma que a gente vai conseguir viabilizar uma agenda sustentável.

Edineia Isidoro (UNIR): Obrigada a todos e todas pela colaboração, pelas reflexões. E eu vou passar para mesa para as respostas e também para as considerações finais para a gente encerrar.

Júlio Barbosa (CNS): Eu anotei primeiro que essa rodada tem a ver com uma pergunta, para mim foi uma pergunta-chave já no início da história: os desafios para a academia a partir da fala do professor aqui e da professora, inclusive a partir da fala dela seguida com a dele, que são os desafios para a academia diante dessa dimensão toda da problemática, que nós temos relacionado, de como proteger e defender a nossa Amazônia, nosso grande território. Eu acho que a partir daí saíram muitas falas, e nas muitas falas, perguntas, que não foram muitas, mas muitas palavras, eu sempre chamo de palavras-chave. Uma delas começando com a questão do conceito de preguiçoso, a questão de campo e floresta. Aí quando fala campo e floresta, vocês já perceberam que essa é a palavra que está em tudo, na parte da extensão rural, principalmente, chama-se trabalho de campo. Universidade, você tem aula teórica na sala de aula, aí uma semana de trabalho de campo. Aí o Gatão insiste muito em duas palavras muito importantes que precisa a gente começar a refletir o que isso

representa. O quê que dá a impressão do campo? O campo dá a impressão do boi, primeira coisa, jumento, cavalo. Então o trabalho de campo é para quê? Conhecer o boi, visitar o boi, visitar o cavalo? Mas o trabalho de campo está tudo, até em nós mesmo.

Nós sindicalistas vamos para o mato fazer reunião, vamos fazer trabalho de campo, fazer pesquisa, vai fazer trabalho de campo. Vai conversar com a pessoa, trabalho de campo que está se fazendo. Então saiu muito forte aqui essa questão do conceito campo e floresta. E o Gatão faz outro questionamento, outra discussão também, que a gente ouve muito "a floresta em pé". E o Gatão diz o seguinte: "existe floresta deitada em algum canto do mundo?" Não tem. Se tiver floresta, ela tem que estar em pé. Então não precisa usar a palavra floresta em pé. Agora eu usar uma palavra "floresta protegida", "floresta conservada" ou "floresta viva", porque às vezes a gente tem uma floresta mas muito doente também. Então o conceito é outra coisa importante para a gente começar a refletir. Inclusive, até um lembrete para os nossos professores e professoras, a gente começar a tirar essa palavra do "em pé" quando estiver dando aula para os alunos de vocês. Que falar de floresta é falar de floresta protegida, floresta conservada ou floresta precisando de cuidado, mas ela tem que estar em pé. O Gatão faz muito esse questionamento das duas coisas, do campo e da floresta em pé. Saiu aqui florestania, carbono, grilagem, certificadora, terra, sol e água, esperança e semear, juventude e os territórios, foi essa uma pergunta que o João Rocha, o companheiro João Rocha não sei se ele já foi almoçar, ah está ali, porque nós da nossa idade não podemos ficar muito tempo sem comer, mas está ali, fez essa pergunta sobre a juventude. RESEX e a luta, foi uma companheira. Pecuária e a reserva; territórios e as mudanças; a questão da missão da educação; a missão das Universidades; comunicação, e aí saiu muito forte, por muita gente aqui, o tema da palavra da comunicação e a questão do "agro é pop, agro é tec", e a comunicação do ponto de vista positivo, também a comunicação do ponto de vista negativo, que é essa coisa do agro e a palavra do agro também. O pagamento de serviços ambientais (PSA) e a questão da poluição, que será que o pagamento por serviço ambiental vai realmente mudar? Vai reduzir o desmatamento? E a questão da informação, que o Joaquim levantou essa tese, mas eu acrescentei algumas coisas que são importantes, porque todos nós lembramos da fatídica reunião que vazou do mês de abril de 2020, logo no período da pandemia, que saiu a grande palavra que virou jargão do debate nacional, que foi a questão das porteiras abertas para a boiada passar. Aquilo ali aconteceu em 2020, acho que ali contribuiu também até para a gente se municiar para o grande debate que fomos enfrentar durante 2020, 2021 e 2022. E 2020, junto com todo esse debate que nós tivemos que enfrentar, ainda ter que enfrentar o problema do isolamento entre nós mesmo. E ali surgiu uma ferramenta muito

importante, que foram as chamadas reuniões virtuais à distância. Isso serviu para não parar mais, porque eu acho que vamos continuar usando esse instrumento sempre. A gente está aqui em Brasília e às vezes, a gente é obrigado a fazer uma reunião virtual aqui mesmo, em Brasília. A correria é tão grande que não dá para você se encontrar no mesmo canto, e você virtualmente faz uma reunião de meia hora. Então, aquilo ali eu acho que foi importante naquele período da pandemia.

Mas voltando para a questão da frase da reunião de ministros e presidentes de abril de 2020, que foi a questão da porteira. Essa porteira realmente abriu, tivemos a eleição, derrotamos o adversário, ganhamos a presidência da República, mas não conseguimos fechar a porteira. Eu acho que essa é uma coisa muito importante para esse momento nosso aqui, que é um momento que nós estamos reunindo muitos parceiros, a sociedade civil e a academia, mas quando falamos da academia nós estamos falando de uma grande potência, tanto para o Brasil, para o mundo e para a Amazônia, para a Pan-Amazônia, quando a gente fala da academia. E quando eu digo que a porteira continua aberta, eu acho que não tem exemplo maior do que essa questão do marco temporal. Não tem coisa maior do que essa questão da exploração da mineração nas terras indígenas. Então, se a gente for pegar a guerra para querer não deixar sobreviver a possibilidade do Ministério dos Povos Indígenas, que é um marco histórico no Brasil; a tirar do Ministério do Meio Ambiente a atribuição de decidir sobre licenciamento. Tem uma série de questões que vem acontecendo, ainda no nosso governo, que deixa claro para a gente que nem sequer se deu o sinal de puxar as varas para fechar a porteira. Então, ela continua escancarada e muito perigosa para nós. Porque de um lado nós temos um governo, um presidente que é nosso companheiro, que é nosso aliado, mas que vive numa corda bamba de nos proteger, de atender as nossas demandas e, ao mesmo tempo, em determinado momento, ter que afrouxar ou flexibilizar ou recuar diante da pressão do agronegócio por ser tão pop, ser tão tec. Acho que isso é uma coisa fundamental para a gente refletir.

A pergunta do João Rocha, do companheiro João Rocha, é uma pergunta que para eu responder demora muito tempo. Porque é muito longa essa história. Ela parte do princípio de uma política que começou a ser implementada já nos primeiros meses do governo do Collor de Mello, de 1990. Eu teria que contar essa história mais detalhada para entender porque a juventude se ausentou demais dessa relação direta com a produção extrativista. Há uma contradição grande, porque em 1990 se criaram essas primeiras quatro reservas, mas em 1990 também o Collor acabou com a política de proteção para a borracha no Brasil e na Amazônia. E foi aí que a juventude foi muito afetada nesse processo todo. Mas eu sinto que nós estamos desenvolvendo.

E aí, eu acho que essa relação do movimento nosso, dos

povos extrativistas, com os povos indígenas, e eu digo sempre que lá na questão dos povos indígenas o envolvimento da juventude, eu acho, que está mil quilômetros na nossa frente. Eles estão muito adiantados, seja na parte da comunicação, seja na parte da conectividade entre eles, seja na parte de se preparar para fazer denúncia do que acontece com os seus territórios, como juventude, eles estão quilômetros e quilômetros na nossa frente. Como extrativistas, acho que a nossa juventude começa a desenvolver uma política de integração, entre esses jovens, forte. E aqui nós temos instituições como o Comitê Chico Mendes, que a Ângela representa e que tem um trabalho importante com a juventude, mas nós temos também a nossa Secretaria de Juventude do CNS. E nos últimos anos a nossa secretária é uma mulher jovem, extrativista, que temos o orgulho de dizer que é a diretora do CNS, que tem inclusive, e aí eu queria pedir permissão a ela e falar aqui para os nossos professores, ela acabou de defender uma tese de mestrado fazendo um estudo sobre a interpretação da juventude extrativista sobre o legado de Chico Mendes. Eu acho muito importante para vocês da academia lerem o que a Letícia escreveu, porque eu acho que vai ajudar muito a vocês, inclusive, a fazer essa discussão na Universidade. Fico às vezes triste quando na Universidade a gente tem professores que desenham uma Amazônia que parece que está em outro planeta. E quando eu estou falando disso, estou falando de um professor, de uma professora, que são responsáveis por preparar pessoas jovens, transformarem cidadãos que possam contribuir com a transformação justa de uma comunidade, de um povoado, de uma cidade, de uma região. E aí tem professores que apresentam a negatividade profunda de tal forma que, inclusive, jogam nesse pacote as reservas extrativistas como coisa negativa, e a gente não consegue mostrar qual é o lado positivo para o caminho, para o desenvolvimento da Amazônia de forma que ela seja protegida. Então, eu acho que a tese da Letícia que ela escreveu sobre a juventude... Mas eu acho importante todo mundo que tem essa preocupação com a questão das reservas extrativistas, da juventude, do legado de Chico Mendes, leia a tese dela que ela vai, na tese dela, estar falando muito sobre essa questão toda. E não é de desanimar, o que é importante é isso, não é desanimar.

O que a gente precisa é encontrar os caminhos, e tem vários caminhos que vem acontecendo já há muito tempo. Um deles que eu falo, que eu posso falar aqui, pedir permissão ao professor Manoel e Enaile, que é a Vivência Amazônia. Eu acho que a Vivência Amazônia é uma maratona danada que todo ano o Manoel, Enaile e outros professores aqui da UnB, através do NEAz, organizam. Nesse ano, mais uma vez, pela segunda vez, vão lá para a minha região, no Acre. É um momento muito importante, de um grupo de estudantes de vários cursos diferentes da UnB. Conhecer a Amazônia, conversar com as pessoas, convi-

ver com as pessoas, dormir em rede, dormir em barraca, comer do feijãozinho ou do peixe ou da carnezinha de caça, dependendo onde é que vai estar lá junto com aquelas comunidades, ouvir aquelas comunidades. A Vivência Amazônia, tem um papel tão importante, que eu acho que aquele mês que aquela turma fica caminhando pela Amazônia contribui tanto quanto os quatro, cinco ou seis anos que eles ficam na sala de aula aprendendo. Então eu acho que no caso da juventude seria isso.

Agora eu queria voltar para falar sobre a questão do território das Reservas Extrativistas e da luta. Nós usamos muito hoje a teoria do legado, do grande legado que Chico Mendes deixou para nós que são as reservas extrativistas. Eu também acho que sim, é um grande legado. Agora eu acho que o legado maior de tudo é a mensagem que ele transmitiu para todos nós, que é uma mensagem de esperança, uma mensagem de unidade, uma mensagem de luta, uma mensagem de que nós não podemos recuar diante de qualquer atrocidade que venha acontecer com o nosso povo ou com o nosso território. Esse é um legado que tem permanecido até hoje muito forte.

Vocês sabem que há 30 anos a gente não tinha essa luta forte da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), os quilombolas; a gente não tinha essa luta forte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tudo começava ali naquele momento. A gente não tinha luta forte mesmo a nossa ainda, porque ela é muito isolada em regiões diferentes, hoje a gente se orgulha de dizer que os nove estados da Amazônia essa luta é uma luta unificada. Eu sempre digo que são três pilares na Amazônia muito fortes, que é a luta do CNS, a luta dos povos indígenas, através das suas organizações lideradas pela COIAB na Amazônia e a luta dos quilombolas. Isso se transforma num processo de resistência tão forte e que junto com essa luta tem um componente forte que é aquilo que o Chico sempre defendia: o respeito que cada uma dessas organizações tem com a forma de se organizar da outra. Que dá a impressão que tudo é a mesma. A organização dos quilombolas não é a mesma forma da gente extrativista se organizar, como dos povos indígenas também. Então a gente tem esse respeito, agora nós temos um objetivo comum que é a defesa de um patrimônio que pertence a todos nós.

Eu acho que aí, em todas as falas que foram feitas aqui, eu diria que esse componente da organização é muito forte, mas junto com isso esse processo de comunicação que é desafiador para nós. Se o agro é pop, por que a Floresta Amazônia não é pop também? porque ela é tão importante para o planeta. Nessa questão da comunicação, nós precisamos trabalhar muito forte aqui também, dentro da academia, para que a comunicação sobre a Amazônia tenha um linguajar e leve uma mensagem importante, não só para quem está fora da Amazônia, mas para quem está lá dentro da Amazônia também. A resposta da participação

da juventude depende muito também das nossas atitudes como os mais longos nessa estrada, para não dizer os idosos. Depende muito da gente, depende muito como nós nos comportarmos, como respeitar também o tempo dessa juventude no seu processo de organização. Porque eu acho que a nossa luta é uma luta revolucionária, que é uma luta de classe. Que muitas vezes muitos de nós não entendem o que é uma luta de classe, do agronegócio de um lado e dos povos que ocupam e defendem a Amazônia de outro lado. E o agronegócio não é, e nunca vai ser, a luta que nós vamos defender. Nós temos que defender aquilo que é justo para toda a coletividade, que somos nós que estamos aqui. Muito obrigado pelo espaço que me deram, espero continuar conversando.

Edineia Isidoro (UNIR): Obrigada, Júlio. Vou passar a fala para professora Eliana.

Eliana Maria (UNAL): Obrigado. Realmente quero também agradecer aos companheiros da mesa por compartilhar os saberes. Aos que fizeram perguntas, realmente tem sido uma jornada muito importante para mim e tenho aprendido muitíssimo da Amazônia brasileira. Vou tratar de ser breve em algumas das perguntas. De colonizar as mentes, a colega que nos perguntou sobre colonizar as mentes. Acho que a academia tem um papel fundamental em decolonizar o conhecimento. Já nós temos que gerar teorias nativas dos saberes locais, e esses saberes locais têm que escalar a nível nacional e internacional. Deve ser nosso objetivo dentro da academia, e reconhecer esses saberes, fazer pontes para esses saberes e reconhecê-los da academia, porque a academia às vezes é difícil reconhecer os saberes locais, então desde a mesma academia temos que colonizar a mente. É muito importante fortalecer as alianças porque, como disse também uma das companheiras que interviu, os desafios são permanentes. Nós realmente não temos respostas para muitas das perguntas que fizeram. De fato o trabalho que fazemos na Universidade é fazer investigação, formar pessoas para poder unir forças para poder responder e buscar caminhos a essas perguntas tão enormes. A comunicação na academia é fundamental, porque muito do conhecimento que se gera na academia, fica na academia. Então é uma necessidade sempre ter uma apropriação do conhecimento e mesmo dos movimentos sociais da mesma gente. Como se consegue trabalhando com eles, se não trabalhamos com eles, isso vai acabar nos arquivos das bibliotecas ou nos repositórios digitais das Universidades. Conseguir que os povos originais contem com doutores, mestres, problemas que alcançam a graduação. É um desafio que temos completamente, se o que devemos fazer é dar garantias para esses processos acadêmicos, e dar muitas garantias em muitos sentidos. Nas Universidades nós gostamos de ter professores com pós-doutorado, que falem quatro idiomas, que publiquem. Temos que repensar se esses

são os perfis que queremos. Aí não vão estar os indígenas, então temos que repensar também o que queremos e temos que estar dispostos para fazer essas mudanças. O pagamento por serviços ambientais, em Colômbia pelo menos, é uma estratégia que não está consolidada ainda e por outro lado, na minha experiência, o que vejo é que há muita cooperação internacional que não chega aos territórios, realmente acaba nos ministérios ou nos centros das grandes cidades. Já cobram pedágios antes de chegar aos territórios realmente. Maria comentava sobre o trabalho forte das mulheres, e sem dúvida é o trabalho da roça, não é bom. Ou seja, é um trabalho duro, no entanto a roça, digamos, é o poder político maior que eu vejo. No entanto, os que falam de política continuam sendo os homens. Porque na roça se ensina, na roça está a comida. Se há comida, há abundância e se não há abundância não há nada, não há vida. Segue sendo muito invisibilizado o papel das mulheres nos cenários políticos, porque a roça se crê que é um trabalho menor, porque se crê que a cozinha é um trabalho menor, então continuamos sendo muito invisibilizadas em nossos territórios. De fato somos poucas professoras na Universidade, mesmo tendo mais garantias que as mesmas mulheres indígenas. Bom o mercado precisa trabalhar muito da mão das Universidades, mas, sobretudo, tendo uma visão das cadeias de valor completa, ou seja, tem que ter umas cadeias de valor fortalecidas desde a gente que oferece a matéria prima. Porque em termos de bioeconomia, tem algo que me preocupa muito. Eu entendo que as pessoas precisam ter negócios, eu entendo que precisam ter recursos, mas, às vezes, preferimos vender açaí e no lugar tomar refrigerantes, então perdemos muito. Penso que também aos povos é duro tomar esse tipo de decisão, se queremos realmente ter essa incidência no mercado, mas eu desejo não percamos nem a autonomia, nem a soberania alimentar, porque, a longo prazo, não vamos fazer um bom negócio. Não é fácil, realmente não são caminhos fáceis. Algum companheiro comentou que a floresta é um problema, e sim. Por exemplo, em Colômbia, depois do pós-conflito do acordo da paz, esses territórios, como dizia o colega Júlio, que pensavam que eram territórios desertos em que não vive ninguém, pois foi depois que as FARC se desmobilizaram de seus territórios, entraram muitos atores mais, muitos mais atores ilegais, e de fato temos grandes problemas de conservação e de convivência realmente depois dos acordos de paz. Então, às vezes realmente não dá para saber o que vai acontecer no curto e médio prazos porque as dinâmicas sociais e culturais são muito rápidas e porque também temos muitas grandes pressões internacionais que, definitivamente, atuam no território, mesmo assim não os queremos. Muito obrigada a todos.

Edineia Isidoro (UNIR): Obrigada, professora, muito obrigada.

Ricardo Gilson: Bom, eu vou ser breve. Vou dizer o seguinte, há uma guerra de comunicação no Brasil sobre diversos aspectos, e, particularmente, na Amazônia. O que se imaginou, ou se imaginaria, que proteção ambiental, floresta, rios, há algum tempo, no regime militar, é uma visão de uma geografia bastante ufanista. Nós temos o segundo maior rio do mundo, maior bioma, maior isso, maior aquilo, mas o que poderia ser algo bom, hoje não é. E o lado oposto tem sido muito vitorioso. Acho que, resumidamente, a propaganda do agro financiada pelas grandes empresas, a mais de 10 anos, em horário nobre contínuo, nenhuma empresa no país fez isso. Nem a Caixa Econômica, nem a Petrobrás, nem o Bradesco tem grana, porque isso é na casa de bilhões uma propaganda dessas. E é uma disputa de modelo de sociedade que, em função da vitória do governo de esquerda, preparou toda uma mentalidade para fazer o embate. Se nós analisarmos os grandes embates do governo Lula e na eleição, você tem setores do agro que ganham todo tipo de dinheiro do Governo Federal, da sociedade. Até aqueles tratores, aqueles equipamentos, que valem mais de um milhão de reais, eles não querem pagar IPVA. Mas se tu vendes o teu UNO tu pagas. Então todo o tipo de isenção possível, desde a não revisão do ITR. Que o ITR é muito mais barato que o IPTU, eles conseguem tudo. E faz uma argumentação de modernidade de uma perspectiva visionária que beira o messianismo no país, por isso que é quase difícil você se contrapor a algo que, diuturnamente, nós estamos sendo bombardeados como algo positivo. Ao tempo que o mundo olha a Amazônia e se denuncia toda essa destruição ambiental, nós não temos essa mesma sensibilidade e, mais grave, uma correlação entre a destruição da Amazônia sistematicamente, sobretudo nos últimos 20 anos, e aceleradamente no governo Bolsonaro, associada ao agronegócio. Os meios corporativos de comunicação, e parte dos progressistas também, não conseguem, não associam isso. Então é uma guerra de comunicação, que isso se transforma em votos. Você tem bancadas ruralistas, religiosas, que a maioria é evangélica, ou de armas agora, boi, bíblia. O setor mais reacionário da sociedade consegue uma ascensão no Congresso Nacional e disputa a sociedade nesse processo, e isso bloqueia várias iniciativas. Neste caso, vou para a segunda resposta, vou encerrar aqui.

A Universidade é um espaço em disputa. O que nós vivemos nos últimos anos? Nós tivemos no governo Bolsonaro acho que cinco ou seis ministros da educação. Um, inclusive, com plágio. Assumiu, mas não assumiu. Um teve até falsificação da bíblia, o cara daquele negócio do ouro. O Ministro da saúde negacionista. E proposta de privatização indireta da Universidade, onde cortaram bolsas e iniciação científica. Ou seja, a discussão da Universidade é um projeto, inclusive, geracional para juventude. Porque isso atingia a quem? Quem teve acesso à Universidade nos governos do PT. Era um projeto de cortar toda essa

geração que vem da periferia ou filhos da classe trabalhadora que puderam entrar na graduação e sair com doutorado, como aconteceu, por exemplo, no curso de geografia na UNIR em Porto Velho. Molecada entra na graduação e pode sair com doutorado bancado pelo governo. Isso é uma coisa assim que no Chile não tem, na Colômbia acho que não tem, no Peru não tem isso, na Bolívia não tem. Quando nós conversamos com colega da Bolívia "não, vocês podem ter bolsa, precisa pagar nada aqui" e eles "mas como isso?". Então acho que essa comunicação da universalidade da Universidade pública no país é importante, porque os nossos colegas vizinhos, próximo daqui, têm muita dificuldade. E na Universidade é uma disputa geracional, no sentido de cercear toda essa juventude a usufruir mesmo no espaço de reprodução social, por isso tem muita crítica às cotas. Quem critica as cotas é a classe média que não quer ver negro, pobre, indígena ou qualquer estranho ao seu status nesse ambiente de reprodução social. A Universidade é isso. Ao mesmo tempo ela é uma disputa, inclusive, curricular. Ano passado veio uma equipe da UFAM estudar o agronegócio no Humaitá, da agronomia gente. Um servidor público, lá em Boca do Acre, que disse muito claramente, é um fiscal eu acho, "aqui tem que ser agropecuária", em Boca do Acre, "porque aqui no Amazonas só tem água e floresta em pé. O que a gente vai fazer com isso?". Ele foi formado lá, São Paulo, Minas. Então há um currículo em disputa e essa disputa ela se estende, inclusive, a participação em outras experiências como agroecologia. É uma instituição em disputa. Agora eu acho que o presidente Lula quando assumiu, ele disse assim: "nós precisamos ser pressionados", ou seja, se nós quisermos ter sucesso neste governo, nós precisamos fazer uma mobilização permanente, qualificada, para podermos ter algum resultado. Porque, dos três governos, esse aqui é o mais difícil, dado a um congresso e uma sociedade que, nós ganhamos, mas nós vamos ter muita dificuldade em implementar projetos. E a própria Universidade ela é uma disputa disso, tanto que boa parte dos reitores que foram eleitos em primeiro lugar não foram nomeados, e uma boa parte sofreu intervenção dos Institutos Federais e da Universidade como aconteceu no Mato Grosso do Sul. Então uma instituição importante, mas que também foi disputada pela extrema direita. Acho que a nossa presença e, sobretudo, os jovens, muitos jovens indígenas, isso é um avanço. E neste país é o seguinte, quando o povo brasileiro dá um passo de avanço, a extrema direita vem para regredir cinco passos. É essa a luta histórica que nós estamos vivendo no Brasil. E o Brasil é importante para dizer o seguinte, é o único país do mundo ocidental que a esquerda, que nasceu na base, teve a capacidade histórica e política de ganhar, quatro, cinco eleições. Não ganhou a outra porque o juiz, como diz o Lula "nenhum torcedor gosta de juiz ladrão". Foi o que aconteceu. Então isso é um processo histórico que, como memória e como grandeza do povo brasileiro, nós temos que pensar bastante. Porque a direita diz o seguinte "o Lula ganhou porque ganhou no nordeste", os números estão dizendo ao contrário. Não foi só no nordeste. Ganhou porque reduziu o número de votos que o Bolsonaro teve em 2018 em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Ganhamos em Minas Gerais. Ou seja, teve que ampliar regionalmente essa capacidade, essa articulação do voto. E eles colocaram só com o nordeste como se fosse o local mais atrasado do Brasil, e na verdade foi a região que se mostrou uma resistência civilizatória. Então nós estamos num momento histórico muito difícil e todas as instituições serão disputadas, como esta Universidade aqui que cedia esse belo evento. Muito obrigado.

Edineia Isidoro (UNIR): Obrigada Ricardo. Agradeço muito a participação de todos nessa mesa. Agradeço muito, professora, foi muito boa a tua presença aqui com a gente. Ricardo, Júlio, obrigada.





Painel 3: Amazônia para seus Povos e Populações e para Humanidade

Centro Cultural da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB)

15 de junho de 2023 (quinta-feira) - 8h30

Participantes:



Dorinete Serejo, Quilombola do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE)



Zack Romo, Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)



Kleber Karipuna, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)



Raimunda Nonata Monteiro, Secretária Executiva Adjunta Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDES/SRI/PR)

Coordenação:



Enaile Iadanza, Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/CEAM/UnB)



Gilney Viana, Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/CEAM/UnB)

Enaile Iadanza (NEAz): Bom dia a todos e todas! Hoje a gente vai para o nosso terceiro painel: A Amazônia para seus Povos e Populações e para a Humanidade. Meu nome é Enaile e eu sou do Núcleo de Estudos Amazônicos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Meu companheiro de coordenação é o Gilney Viana.

Gilney Viana (NEAz): Um bom dia a todos, todas e todes! Essa mesa é um contraponto, uma continuidade, talvez uma síntese, das mesas anteriores.

Enaile Iadanza (NEAz): Vamos começar com os informes de hoje. A gente construiu os painéis do 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia (3º FIA) com o primeiro painel abordando um diagnóstico da situação da Amazônia, num outro painel nós abordamos a crise que foi instalada, principalmente na Amazônia e as alternativas existentes. E hoje, com o terceiro painel, a ideia é dialogarmos sobre o futuro, o que nós esperamos e algumas proposições. Vale a pena repetir que na semana os servidores da UnB entraram em greve. Apoiamos a greve e, com tranquilidade, mudamos o local do 3º FIA e estamos realizando com sucesso. Pedimos desculpas para quem ficou meio perdido ontem. Agora chamamos para compor a nossa mesa Dorinete Serejo que é do Maranhão, quilombola do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE), o quilombo dela o Canelatiua, em Alcântara. Também chamo a Fany Kuiru da Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia do Rio Amazonas (COICA), ela está chegando agora de manhã e ficou presa em São Paulo. Vamos ver se ela consegue chegar. Chamamos para a mesa Kleber Karipuna, que é Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Então agradecer a Dorinete (Neta) e ao Kleber. A gente sabe que a luta é dura e agradecemos por vir aqui para ajudar a gente a construir algumas propostas. Chamamos a professora Raimunda Nonata Monteiro, que é Secretária Executiva Adjunta do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e Sustentável, o Conselhão do presidente Lula, e ex-reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Dorinete Serejo (MABE): Bom dia a todas as pessoas. Como a professora Enaile falou, sou a Neta, na verdade meu nome é Dorinete Serejo, mas Neta fica mais fácil. Sou do Quilombo Canelatiua, em Alcântara, no Maranhão. Uma das comunidades, uma das 152 comunidades que fazem parte do Território Étnico Quilombola de Alcântara. Território esse que está dentro da área desapropriada para instalação do Centro de Lançamento de Foguetes. O primeiro decreto de desapropriação aconteceu em 1980 pelo governo estadual, determinando que 52 mil hectares do território de Alcântara fosse destinado à implantação do Centro. Depois em 1991 o decreto federal do presidente Collor determinou que mais de

10 mil hectares do município de Alcântara seriam destinados à implantação do Centro de Lançamento, pegando as comunidades de Alcântara de surpresa quando souberam da notícia que Alcântara receberia um Centro de Lançamento. O que não é novidade pra nós povos e comunidades, quando nós sabemos dos projetos, eles já estão sendo instalados. Isso acontece no Brasil desde todo o sempre. Acontece que todas as comunidades de Alcântara já existiam ali desde o período colonial, quando as fazendas foram desfeitas e os fazendeiros fugiram, porque em Alcântara a realidade é essa, os fazendeiros saíram do município levando tudo que puderam. Não podiam levar terra. E quem ficou? Os escravos que ali permaneceram como donos de terra. A Lei de Terras no Brasil de mil oitocentos e cinquenta dizia que pobre não podia ter terra, porque era só quem podia comprar então o pobre não poderia. A minha comunidade recebeu uma doação. O fazendeiro quando viu que não tinha mais condições de tocar aquelas terras, ele doou, isso em 1856. Ele doa as terras da fazenda dele para as pessoas que moravam ali. No documento tem: "Doo para os pobres do lugar". Pra nós, lá é conhecido como terra da pobreza. Em Alcântara tem várias denominações para as terras. Temos terra da pobreza, terra de santo, de santíssimo, terra de preto, terra de herdeiro Em Alcântara algumas ordens religiosas também eram donas de fazenda como Jesuítas, Carmelitas. Tudo isso pra dizer que as comunidades já estavam ali há muito tempo e é por isso que o município continua tendo reservas. Quando eu digo reservas, não são reservas criadas pelo governo, as Resex, a gente tem reservas de terras intocadas que são e mantidas pelas populações.

Com a chegada do Centro de Lançamento, que houve toda uma reviravolta no município onde várias comunidades na verdade 32 comunidades foram remanejadas de suas áreas locais e colocadas em agrovilas isso começa a desestruturar a forma de trabalhar das comunidades que antes utilizavam a terra como um uso comum e em algumas partes passaram a ser uso individual. A nossa luta hoje, para além de que não haja mais remoções de famílias dos seus territórios, de suas comunidades, a nossa luta principal é para que se titule o Território Étnico Quilombola de Alcântara, mas o título de forma coletiva. Porque a gente sabe que se titular parcelado vai acontecer como acontece em todos os outros lugares do Brasil cada um depois vai se achar no direito de vender o seu pedacinho e aí a gente vai ter, no nosso município, uma disputa muito grande por terra. Que isso até hoje ainda não acontece. Não temos essa disputa. O nosso único conflito, que não é um conflito armado, a gente graças a Deus até hoje nunca perdeu vidas em batalhas por conta da nossa luta. A gente já perdeu vidas sim, pessoas que não aguentam mais viver dessa forma lutando mais de quarenta anos pra permanecer no território. Então, algumas lideranças já se foram pelo cansaço, pela idade, mas nunca tivemos um conflito armado entre o Centro de Lançamento e as comunidades, mas isso não significa dizer que a gente concorda com o que eles fazem dentro do município. No dia 29 de março, último agora de 2023 houve uma reintegração de posse, foi noticiada em vários meios de comunicação, onde o Centro de Lançamento usou de força, com todas as polícias que tem no Brasil, na comunidade de Vista Alegre. Uma comunidade que fica próxima da comunidade de Canelatiua, que são comunidades do litoral de Alcântara. E ali houve sim força, de certa forma uma violência, e destruíram as casas das pessoas e tudo isso porque, segundo o CLA que é o Centro de Lançamento de Alcântara, disse que a pessoa que estava construindo não era quilombola quando na verdade é. Simplesmente ele estava fazendo um empreendimento que estava chamando atenção para dentro da comunidade e o que eles não querem é que a Alcântara seja visto da forma que é. Porque quando foi feito o decreto de desapropriação, dizia que a Alcântara não tinha gente, não tinha habitantes. No entanto, a gente está lá desde sempre. Chamar a atenção pra dentro do município é algo que eles não querem. Dizer que Alcântara tem comunidades, tem pessoas, que a gente tá buscando e sobreviver sem depender deles, como a gente sempre fez, pra eles não é bom. Nós temos a nossa forma muito particular de cuidar das nossas terras, das nossas águas, da nossa mata, que pra gente o interessante não é só a terra limpa como foi falado ontem. Pra gente é interessante ter a terra completa. Com a sua vegetação com as suas águas, com tudo, com as os animais... E é dessa forma que a gente foi acostumada a viver. Essa mesa de hoje ela tem o tema de Amazônia para seus Povos, suas Populações e Humanidade. Infelizmente, não teremos Amazônia para a humanidade se não forem mantidos seus povos e populações onde estão. Somos nós povos e populações da Amazônia que estamos garantindo, todos esses anos, que ela ainda exista. Com todas as dificuldades, com todos os enfrentamentos. Uma Lei de Terra em 1880 diz que só terá direito a terra quem puder comprar. Aí agora vem essa PL colocando o marco temporal. Só vai ter direito quem estiver em 1988. Só que a gente sabe que é mais uma lei pra privilegiar fazendeiros e latifundiários. Porque os povos indígenas sempre estiveram, cada um da sua forma, uns nômades, outros não. Então é mais uma lei que vem pra tirar seus povos e populações das suas áreas e permitir que quem tem dinheiro avance com o agronegócio sobre nossas terras impossibilitando assim o nosso crescimento.

Esses megaprojetos nada são além de fazer extermínio das populações tradicionais, é uma das formas de genocídio que nós temos no Brasil. É avançar com os megaprojetos sobre os seus povos e populações que estão em áreas ocupadas e habitadas por eles, há muitos anos, e dessa forma não se consegue, se reproduzir e aos poucos seremos dizimados. Eles têm essa total liberdade de avançar sobre nossas áreas. Áreas que nós cuida-

mos e preservamos não como se fosse nossa, mas como se fosse a gente. Porque a nossa relação com a terra, com o território vai muito além de dizer que é meu. Não é meu, sou eu. É muito difícil se viver num país aonde se tem a maior reserva florestal, mas que parece que não é não está sendo vista pelo povo dessa forma, porque o interesse maior é avançar sobre ela. É fazer com que se tire e povos dali para que se avance com mineração, com hidrelétricas, com pecuária, com a monocultura. O sul do Maranhão hoje é tomado pela soja. No Maranhão, em 2021 e 2022 foi quando mais se matou lideranças quilombolas e indígenas por conta do avanço do agronegócio. Infelizmente, sabemos que no Maranhão e o Pará são um dos estados que mais perdem lideranças que defendem seus territórios. Enquanto se luta para ter a nossa natureza, da melhor forma que a gente conseguir preservada, e colocar alimento na mesa do povo brasileiro, porque é a agricultura familiar, com sua forma de trabalhar, é quem coloca comida na mesa. Ainda assim são mantidos como aqueles que impedem o avanço, a tecnologia. Em Alcântara nós somos vistos dessa forma. O povo que não quer que Alcântara cresça. Infelizmente quem conhece Alcântara sabe que Alcântara não tem crescimento nenhum. Mas não é por nossa culpa. Nós temos um Centro de Lançamento que está ali instalado há 40 anos e quem foi em Alcântara há 40 atrás e for hoje vai perceber que ela continua do mesmo jeito. E não somos nós que impedimos o crescimento do nosso município. Nós até queríamos, ou melhor, queremos que Alcântara cresça, mas que ela cresça em igualdade, que ela cresça para todos. Porque você tem um Centro de Lançamento, que se você entrar lá é uma cidade de primeiro mundo, você tem Alcântara, uma cidade com suas peculiaridades por ser uma cidade histórica, mas que os serviços oferecidos à população não são diferentes de qualquer outro município do nordeste brasileiro, que a gente sabe que o IDH é lá embaixo. Então pra que, ou por que um Centro de Lançamento onde você tem as melhores tecnologias e você chega em Alcântara e tem um único hospital que não consegue fazer um exame de laboratório? O que traz pra população de vantagem? E aí somos nós, quilombolas, do movimento, que não queremos o avanço do município, ou são os que chegaram lá pra ocupar depois, com todo o poder que tem que não ajudam? Eu costumo dizer que se o Centro de Lançamento fosse tão bom assim para Alcântara, quando ele fez as primeiras remoções de famílias, se o que eles fizeram tivesse sido bom como eles prometeram nenhuma comunidade mais estaria aonde surgiu, porque também iria querer essa melhoria que os outros tiveram. No entanto, foi tão ruim, tão ruim que muitas das famílias que foram remanejadas, colocadas nas agrovilas, não conseguiram se fixar e tiveram que ir para as periferias de São Luís. E não foram poucas não, foram muitas. Foram para as periferias mesmo, naquelas casas que a gente chama perna de palito, que são construídas em cima das

margens dos rios. Isso foi uma desordem muito grande, sem emprego e sem estudo, a maioria dos jovens que foram com seus pais, se você procurar hoje, o endereço deles é a penitenciária de Pedrinhas. Enquanto aqueles que permanecem nas suas comunidades de origem, vivendo de forma tradicional, plantando, colhendo e preservando o máximo que podem, o que nos resta de floresta e de matas, os que foram para as agrovilas não tem mais terra. Ou melhor, tem a terra. Mas não tem o que tirar da terra. E os que não conseguiram ficar lá foram pra São Luís e vivem igual a tantos outros que já estão lá disputando com quem tem condições de estudar, e aí a gente sabe que a disputa é muito injusta.

Infelizmente é isso que nós temos de realidade no Brasil quando se fala em megaprojetos e Alcântara agora tem e nós não sabemos muito oficialmente, mas se sabe que tem um projeto de um porto na Ilha do Cajual e que Alcântara também receberá uma ferrovia para dar suporte a esse porto. O município será impactado se isso vier acontecer será impactado, mais uma vez, com um porto e uma ferrovia. Como a gente vai conseguir sobreviver com essa situação, não sabemos. Aos poucos a gente tenta ter as informações a respeito desses projetos, que ainda não são muito claros é algo que ainda está muito oculto e embora tenhamos a Convenção 169, como foi dito aqui ontem nenhuma comunidade participa. Não somos consultados pra dizermos se aceitamos ou não esses empreendimentos em nosso território. O Brasil é isso, no Brasil é um país de muitas leis, mas que as leis, infelizmente, não são cumpridas quando dizem respeito aos povos e comunidades e aos pobres principalmente. Quando diz respeito aos pobres as leis passam despercebidas. Tanto é que o Centro de Lançamento de Alcântara há 40 instalado nunca teve o EIA, RIMA, o Estudo de Impacto Ambiental, nem o Relatório de Impacto Ambiental. E funciona ali e nós não sabemos quais são os impactos que isso traz pras nossas comunidades. Mas se fosse qualquer um de nós povos, que quiséssemos fazer alguma coisa, seriamos barrados por não termos o licenciamento. Enquanto nós tentamos sobreviver e manter o nosso modo de vida tradicional, o que nos permitiu estar a mais de 300 anos nas comunidades tendo nossas matas, tendo nossos rios, podendo tirar nossos pescados e nossa produção da terra sem deixar a terra nua, sem tirar a floresta. As leis criadas são para tirar a floresta e para tirar o povo. Cada hidrelétrica, cada siderúrgica, cada megaprojeto desses, desmata um monte. Para finalizar, quando o Brasil fez o acordo com a Ucrânia em 2005 e começaram a construir uma plataforma de lançamento pra Ucrânia. Se vocês tiverem noção da área que foi desmatada para a construção desse Centro de Lançamento, o tanto de palmeira de babaçu e de outras mais plantas, bacuri tudo que tinha lá em volta, pra construção desse sítio de lançamento e com um ano e pouco de construção tudo parou porque a Ucrânia não conseguiu cumprir com o acordo. Ver a quantidade de material jogado em cima

daquela terra que eles limparam. Aí a gente pensa: pra que tirar as comunidades que conseguem viver em comum acordo com a floresta pra deixar limpo pra nada fazer. Então nós temos ali um Centro com mais de 40 anos que agora em 2023 conseguiu fazer um primeiro lançamento com sucesso. Isso com mais de 40 anos. Que foi o lançamento com a parceria da Coréia. Até hoje nós não sabemos dizer ao certo pra que veio o Centro de Lançamento de Alcântara a não ser somente para desagregar e desordenar a população daquele município. Muito obrigada.

Enaile Iadanza (NEAz): Obrigada Dorinete, Neta, dando continuidade, passando para o Kleber Karipuna da APIB.

Kleber Karipuna (APIB): Obrigado professora, vou aproveitar e informar que hoje nós temos o lançamento do livro: "O Direito Achado da Rua", volume 7, que a gente teve a honra de poder participar da construção de um artigo, de um capítulo desse livro, que tem o título: "Do Maracá ao Martelo: as Contribuições do Sujeito Coletivo de Direito Indígena para a Democratização do Currículo das Escolas Judiciais" (https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/direito-achado-na-rua-vol-7_pdf.pdf).

Bem, pessoal, primeiramente um bom dia a todos, todas e todes! Sou Kleber Karipuna, atualmente estou como um dos Coordenadores Executivos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, APIB. A APIB tem uma coordenação colegiada e eu sou um dos coordenadores representando a região da Amazônia, da COIAB, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira dentro da APIB, que tem outras seis grandes organizações, em nível de Brasil que compomos a base política de atuação do movimento indígena na APIB dentro de sete grandes regiões, dessa organização da APIB. Eu venho de uma região na Amazônia próxima da fronteira com a Guiana Francesa, no município de Oiapoque. Na região da atuação do movimento indígena a partir da luta dos povos da união do Oiapoque, Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali'na e Palikur, de três terras indígenas, naquela região. Mas recentemente morando já há algum tempo em Brasília, tanto pela luta do movimento indígena, mas também pela luta de todos nós, que sempre foi de buscar a qualificação, a formação para além da formação empírica da luta, dos povos, do movimento, enfim das lideranças, também a luta pela formação acadêmica. E hoje tenho a honra de estar cursando um mestrado, no Programa de Direitos Humanos e Cidadania, aqui da UnB, com duras penas também, mas vamos aí nessa caminhada. Dentro de toda essa agenda bem conturbada, que é a luta dos povos indígenas, do movimento indígena, ao longo dessa caminhada.

Queria aproveitar também para e agradecer ao professor Manoel e toda a equipe do NEAz, que sempre está chamando

a gente para participar dos temas, dos debates, enfim. E não foi diferente também aqui a participação do 3º FIA. E agradecer muito a o convite a APIB, a minha pessoa, enfim, a COIAB pra gente poder estar aqui contribuindo de alguma forma nesse debate que é de suma importância. A Amazônia, para além das fronteiras brasileiras, a importância que tem o bioma amazônico como um todo, também para outros países, não só da Bacia Amazônica, mas para o mundo inteiro, a contribuição que aquela floresta amazônica tem para a humanidade. Agradecer muito essa oportunidade de estar podendo contribuir, participar nesse processo aqui do 3º FIA, principalmente nesta mesa de debate.

Olhando um pouco a programação das mesas que antecederam essa nossa mesa, muitas das pautas se conectam e se interligam a partir desse olhar do que pensamos da Amazônia, do que nós amazônidas contribuímos e trazemos também para esse debate, sobre nós, povos, comunidades tradicionais, a população Amazônia como um todo, para a humanidade e principalmente no momento crucial onde o mundo inteiro está envolvido já de algum tempo, em um debate sobre o enfrentamento às mudanças climáticas, sobre evitar a maior catástrofe ambiental mundial para a sobrevivência, não só dos povos e comunidades tradicionais, mas da humanidade como um todo. A importância desses debates que estão acontecendo nessas mesas temáticas, nesses painéis, durante toda essa programação do 3º FIA se conecta muito com esse debate da nossa mesa de hoje, desse nosso painel, para o que nós podemos refletir a partir das nossas vivências e experiências muito bem relatada aqui a experiência dos companheiros quilombolas ali na região de Alcântara, mas também de outras experiências que foram trazidas aqui e que vários de vocês também conhecem de outras realidades de outros povos e comunidades tradicionais, não só do ponto de vista do campo, da luta, da resistência, pela garantia e defesa dos direitos, da sobrevivência desses povos e comunidades tradicionais, mas também das experiências positivas que cada povo, comunidade tradicional tem lá no chão do seu território, no chão da sua comunidade de diversas formas, seja na questão produtiva, no fortalecimento da agricultura familiar, tradicional, seja no potencial em relação a sua cultura, seus artesanatos, enfim, às suas histórias.

Vivemos hoje num mundo muito global e os povos indígenas estão cada vez mais adentrando a esse cenário, a esse mundo e isso está trazendo novas realidades e novas oportunidades de demonstrar para o mundo, para além de usar a ferramenta da tecnologia, das redes sociais, da internet, para também agregar isso à luta e à resistência dos povos indígenas, também poder demonstrar a diversidade cultural, que cada povo, não só na Amazônia brasileira, mas em todos os biomas, no nosso país, tem para mostrar de histórias positivas e potenciais que existem, nesse contexto de tantos desafios que vivemos, principalmente

após os últimos 4 ou 6 anos que nós especificamente do Brasil vivemos com o governo anterior, mas que o mundo inteiro viveu também, com crescimento aí do fascismo, muitos países ainda hoje enfrentando duramente essa realidade, os seus países. Conseguimos aí avançar com o povo brasileiro, nesse cenário dos últimos 4 anos, mas não conseguimos derrotar por completo esse cenário que está infelizmente instalado, enraizado. Só de pensar o quanto foram os resultados das urnas, um equilíbrio muito grande, nos coloca a refletir mais ainda o que estamos pensando de futuro para essa humanidade. Pensando na humanidade como um todo, na contribuição que a Amazônia como o bioma, que os povos e a população da Amazônia têm a contribuir para esse cenário, para esse processo e o que nós temos de desafios colocados, não só no novo cenário de Governo Federal, mas no cenário mundial de relações com outros países que pensam, caminham e têm estratégias muito parecidas com o novo pensamento do atual governo brasileiro que potencializa o que a grande maioria aqui, imagino eu, também tem comum de ideologia, de pensamento, da garantia da participação popular, da garantia da proteção às populações mais vulneráveis, da garantia dos direitos. Principalmente depois de ter passado não só pelos 4 anos do governo anterior, mas também por ter passado por uma um cenário de pandemia mundial que ceifou várias vidas mundialmente e sabemos que no nosso país a grande maioria das mortes que ocorreram poderiam ser muito evitadas se nós tivéssemos outro tipo de governante no poder.

Acho que essa reflexão de tudo que nós passamos nos últimos quatro, seis anos pós-golpe e também do que temos aí de horizonte, um horizonte, eu diria até um pouco curto, pensando em metas mais pragmáticas e desafios mais latentes que estão aí postos pra gente e metas pragmáticas e tempo muito curto. Eu costumo falar que vamos ter quatro anos de um novo cenário, novo governo. Na verdade nós vamos ter um período muito menor para tentar reinventar e resgatar minimamente tudo aquilo que foi atacado e tentado ser destruído ou destruído pra conseguir efetivar de fato uma retomada, de um crescimento, de um fortalecimento, de uma reconstrução, de ações de políticas para toda a população brasileira. No nosso caso, especialmente dos povos indígenas, que foi uma das políticas mais diretamente atacadas nesses últimos quatro, seis anos. Um desafio enorme de tentar garantir que nesses próximos três anos restantes, aproximadamente, a gente consiga minimamente fortalecer uma estratégia para que um próximo cenário de governo, independente de quem seja, a gente consiga garantir, gradativamente, os avanços e não retrocessos e ameaças, como vivemos nesses últimos quatro anos, principalmente relacionado à política indigenista do estado brasileiro, mas também a própria política ambiental e climática que foi duramente atacada e hoje vivemos num cenário pelo menos com o governo do presidente Lula um

pouco mais positivo e um pouco mais otimista, digamos assim, mesmo tendo aí um Congresso Nacional bastante reacionário e bastante e arcaico. Um governo que está pensando em avançar com políticas que agregam a proteção, a preservação ambiental, que agregam ao combate das mudanças climáticas, que agregam à participação social e que agregam também à valorização da sociedade. Na construção desse processo temos um congresso que caminha numa contramão de tudo isso que vem sendo posto e os resultados disso, falando muito especificamente dos povos indígenas, do movimento indígena, mas que também é a realidade de vários outros companheiros e movimentos sociais e o exemplo está aí na própria CPI do MST, a própria CPI, ontem instalada, a chamada CPI das ONGs, que nada mais é do que tentar perseguir, criminalizar ambientalistas, indigenistas, lideranças indígenas, defensores e defensoras de direitos humanos. Então o cenário que a gente tem por um lado aparentemente positivo, de caminhada positiva para avançarmos nas políticas, temos outro cenário que tenta puxar pra trás, manter o discurso do governo anterior dos últimos quatro anos de nada em avançar. Por exemplo, na demarcação das terras indígenas, nada em avançar sobre a garantia dos direitos sociais para as populações indígenas, nas políticas públicas para povos indígenas. Então a gente tem um desafio nesse cenário muito complicado no sentido de como trabalhar e fazer um jogo de cintura pensando, principalmente, na importância que as terras indígenas têm, os povos indígenas, as populações tradicionais também tem para todo esse cenário e não olhando apenas o nosso bioma amazônico, mas a contribuição de todos os biomas brasileiros.

Vimos aí recentemente o ataque sofrido no bioma da Mata Atlântica, buscando flexibilizar e fragilizar ainda mais um processo de desmatamento que a Mata Atlântica vem sofrendo ao longo de vários anos. Como se não bastasse, como se não fosse pouco, o Congresso Brasileiro aprovando uma MP que possibilitava maior fragilidade ainda e mais possibilidade de avançar o desmatamento na Mata Atlântica e isso tudo ocorrendo no cenário que a gente vem escutando desde a época da campanha no ano passado, de avanço, de que o governo atual está comprometido, vem se comprometer e vai se comprometer e vem demonstrando em vários momentos esse compromisso de avançar em políticas fundamentais, não só para o país como um todo, para as populações, a população indígena principalmente, mas e o enfrentamento que vamos ter que fazer conjuntamente em relação a todos esses ataques e que estamos vivendo.

Como bem lembrado aqui pela companheira, o que está ocorrendo, por exemplo, em relação à questão do marco temporal, que é nada mais nada menos uma tentativa de frear e mesmo de paralisar o processo de demarcações com essa tese maluca de uma data temporal que diria que os povos indígenas teriam ou não direito aos seus territórios e toda luta que o Movimento

Indígena vem fazendo seja no âmbito do Congresso Nacional, não só em relação ao PL 490, que foi aprovado na câmara, agora PL 2903, que está tramitando no Senado Federal, que traz, não só no seu bojo, a tese do marco temporal sobre direito às terras indígenas ou não, dos povos indígenas, que nós consideramos completamente inconstitucional dado que fere o direito garantido no artigo 231 da nossa Constituição brasileira. Para além do direito os usos, costumes, crenças, tradições, forma de organização social o artigo ele é muito claro quando e reafirma o direito aos territórios tradicionais que os povos indígenas têm sobre suas terras, e essa tese tentando limitar esse direito e para além dessa inconstitucional tese, o PL 490 e agora 2903 no Senado, traz também outros ataques tão graves quanto à tese do marco temporal que para nós, povos indígenas de todos os biomas, principalmente da Amazônia brasileira, o bioma rico em biodiversidade, a floresta amazônica, o avanço, por exemplo, de grandes empreendimentos para cima das terras indígenas, a abertura das terras indígenas para esses grandes empreendimentos, para a expansão da agropecuária, da monocultura, para cima dos territórios indígenas. Também a tentativa que está posta nesse PL de forçação direta de contato com povos livres, com povos ainda em isolamento voluntário e a grande maioria aqui de nós sabemos, na história não tão distante, do nosso contato, o que ocasionou com determinados povos indígenas, o contato forçado, vindo mesmo até a dizimar uma grande população indígena.

O PL 490 agora 2903, que trata do marco temporal, traz outras medidas muito ruins, genocidas para os povos indígenas nesse processo. A gente continua essa luta também no âmbito do judiciário e vocês puderam acompanhar recentemente a retomada do julgamento do marco temporal e infelizmente novamente a paralisação do julgamento. Temos um entendimento, enquanto movimento, parceiros e aliados, de que conseguiremos derrubar a tese do marco temporal no judiciário, porém com risco muito grave de novos acordos, novas condições, que vão ser postas pelos ministros a exemplo do que foi o julgamento da demarcação da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol lá atrás. Também estamos vendo o judiciário se direcionando para um posicionamento de negar a tese do marco temporal, que para a gente é positivo, porém possivelmente amarrar várias condições a esse direito originário aos territórios indígenas, o que fere o direito dos povos indígenas aos territórios e o que ataca totalmente o avanço no combate às mudanças climáticas, dado aos dados científicos que estão postos. A população indígena brasileira, que hoje é cerca de 5% mundialmente é responsável pela proteção, pela garantia da proteção de mais de 80% da biodiversidade do planeta. Comprovados cientificamente esses dados e os governos, tanto do país, o parlamento, os governos mundiais não conseguem enxergar esse cenário da contribuição que os povos indígenas e as populações tradicionais também têm para o cenário que vivemos hoje de ataque ao meio ambiente, de avanço das mudanças climáticas e a contribuição que a demarcação das terras indígenas, a proteção das terras indígenas, assim como a titulação de terras quilombolas, enfim, de Unidades de Conservação, podem contribuir significativamente para a sobrevivência da humanidade e a importância nesse contexto todo do bioma amazônico, das florestas tropicais e no mundo.

A APIB vem fazendo um trabalho de articulação em parceria com outras organizações indígenas em outras regiões do mundo através de uma aliança chamada aliança global dos povos indígenas aonde lideranças indígenas, povos indígenas da Indonésia, principalmente, da Bacia do Congo, na África, da América Central, Brasil e outros países amazônicos, vêm traçando um debate já de algum tempo sobre a importância e a dos povos e territórios indígenas para o combate às mudanças climáticas, a preservação ambiental do planeta e a contribuição que esses territórios, que esses povos têm para todo esse cenário que estamos vivendo hoje mundialmente e infelizmente as nossas vozes demoram ou não querem ser escutadas por esse cenário todo do crescimento que tivemos nos últimos tempos, principalmente, de um reacionário enorme contra a questão ambiental, climática e contra os povos indígenas. Pra ir finalizando, a gente vem para reforçar o nosso compromisso enquanto movimento indígena, enquanto povos indígenas, enquanto APIB, enquanto organizações que fazem parte, que são membro da APIB, principalmente da Amazônia brasileira, a COIAB, pra gente continuar contribuindo nesse debate, continuar contribuindo na luta pela defesa dos direitos dos povos indígenas tendo a consciência do nosso papel. Não chamando somente a responsabilidade para nós, que não é uma responsabilidade única exclusiva dos povos e dos territórios indígenas nesse processo, mas sabendo do nosso papel também, da nossa contribuição nesse cenário, junto com outros povos, populações tradicionais, com os governos que querem minimamente avançar num processo de participação social, de defesa dos direitos humanos, de avanço no debate ambiental e climático. E também na contribuição que os povos indígenas têm muito ainda a dar para toda e a sociedade brasileira e mundial nesse cenário que vivemos e que estamos enfrentando e que pra gente é muito esperançoso, no contexto que vemos hoje, mesmo sabendo de todos os desafios que ainda iremos enfrentar, tanto no âmbito, do atual e governo federal que mesmo sabendo que estamos num governo muito mais propício ao diálogo, mas também é um governo que foi montado em composição, que temos também enfrentamentos internos dentro desse próprio governo ainda a fazer. Todo ataque que vocês viram na própria aprovação da MP 1154 de estruturação do governo, o ataque que o próprio Ministério dos Povos Indígenas, um ministério que é inovador na contribuição para o debate

que os povos ainda têm para dentro das políticas públicas, junto ao Governo Federal e todo ataque que foi sofrido, assim como o Ministério do Meio Ambiente também sofreu nessas últimas semanas em relação à aprovação MP 1154. Mas continuaremos aí firmes, movimento junto com o parlamento, os parlamentares aliados, comprometidos com a luta social, ambiental, luta dos povos indígenas, principalmente na pessoa da nossa guerreira Celinha Xakriabá, que vem fazendo uma luta árdua ali, junto com outros parlamentares aliados no Congresso e também com as nossas lideranças que estão hoje fazendo parte do governo, tanto no Ministério dos Povos Indígenas como na Fundação Nacional dos Povos Indígena, também na Secretaria de Saúde Indígena e em outros espaços e junto com companheiros e companheiras que estamos hoje nessa retomada da participação popular para dentro e debate no governo e fazemos parte do Conselho de Participação Social, fazemos parte do Conselhão, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável. Então acho que a contribuição de todos nós, movimentos sociais, entidades que tivemos firmes e fortes juntos com o presidente Lula na campanha de 2022, hoje estamos nesses espaços, retomando esses espaços de participação e controle social, temos muito ainda a contribuir e iremos estar juntos nessa contribuição para que a gente consiga não apagar o que tivemos no passado, que a gente não pode apagar, a gente deve estar sempre lembrando o que nós vivemos principalmente nos últimos 4 anos, mas fazer com que esse cenário não retorne. Temos muitos desafios nesses próximos anos junto ao Governo Federal, junto aos parlamentares aliados, avançarmos nas políticas públicas para o povo brasileiro como um todo, especialmente para os povos indígenas e populações tradicionais nesse cenário. Para Finalizar, dizer que estamos vivendo um momento muito significativo, muito ímpar para todos nós, principalmente para gente do movimento indígena, para que a gente nunca mais tenha nada sobre nós, sem nós. Muito obrigada.

Enaile Iadanza (NEAz): Obrigada Kleber. Dando continuidade aqui, dizer que o primeiro Fórum Internacional sobre a Amazônia foi realizado em 2017, era o governo golpista do Temer. O segundo FIA foi realizado em 2019, era o governo do inominável. E agora nós estamos fazendo um 3º Fórum no nosso governo, popular que a gente apoiou, mas que está governando com orçamento do governo passado, é difícil. Eu acho que o 4º Internacional sobre a Amazônia vai arrombar. Se esse foi bom, o outro vai ser muito melhor. A Fany Kuiru não pode vir como eu falei no início, ela tá em São Paulo, não conseguiu chegar aqui. Eu queria chamar aqui para a mesa Zack Romo, representando a COICA. Já passaria a palavra e depois para a professora Raimunda Monteiro.

Bom dia. Em primeiro lugar muito obrigado pela organização deste Fórum, espaços como este neste momento da conjuntura são fundamentais. Basicamente, eu queria pedir desculpas, talvez pela presença da coordenadora geral, Fanny Kuiru, por não poder estar aqui. Por contingências do aeroporto ontem. Ela agora ela já está a algumas horas de São Paulo esperando para embarcar. Esperamos que possamos conversar com ela também, que é o adequado, enquanto ela chega eu posso contextualizar o que a COICA faz e qual a sua perspectiva no momento para enfrentar a crise na Amazônia. Deixe-me apresentar, meu nome é Zack Romo, atuo como coordenador técnico da COICA há 4 anos. A COICA é uma organização formada pelos líderes das organizações nacionais dos povos indígenas amazônicos de 9 países. Os 9 países são Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Brasil, Equador, Guiana Suriname e Guiana Francesa, ou seja, território francês, a França também faz parte da dinâmica da COICA. É uma organização que tem sede em Quito, foi fundada em Lima, Peru, mas em 1986 mudou-se para Quito, Equador, onde atualmente tem personalidade jurídica e foro jurídico. Atualmente são praticamente 8 coordenadores gerais há 39 anos. A organização tem 39 anos e nasceu justamente para reivindicar os direitos dos povos indígenas. A razão fundamental de ser desta organização, da COICA é ter incidência para que a voz dos povos indígenas de todos os países da Bacia amazônica tenha um

Zack Romo (COICA): ponto de apoio, tenham impacto nas políticas públicas que são feitas na região. Ultimamente a COICA tem estado muito ativa e é membro de espaços internacionais como as Nações Unidas sobre meio ambiente, desenvolvimento da biodiversidade e mudanças climáticas. Ultimamente ela está se aventurando nas questões de mineração e plásticos com representação oficial.

Além disso, é membro de várias coalizões onde fazem parte muitas organizações da sociedade civil e Estados. Foi mencionada em um momento atrás da aliança global de comunidades territoriais, a COICA também é membro dessa aliança. Como vemos o quadro é grande, mas o problema que a Amazônia tem também é muito maior. Atualmente, basicamente o que a COICA está tratando de mudar na forma de como as coisas são feitas é apontando aos dados científicos que creditam que os povos indígenas são parte fundamental para alcançar os objetivos globais da humanidade, em biodiversidade, em mudanças climáticas e em desenvolvimento, no paradigma de desenvolvimento. Os povos indígenas com suas ações, com sua consuetudinariedade, com os costumes, basicamente nos deram luz para que déssemos conta que a sociedade atual globalizada não tem disciplina. Praticamente os setores produtivos, empurraram a humanidade para um modelo consumista que pressiona não apenas os limites da ética e da moral do ser humano, mas também inunda deste mecanismo consumista os mesmos povos que vivem no seu entorno, em seu ambiente que, de alguma forma, tratam de garantir a sua integridade cultural. Este mecanismo consumista

é exatamente aquele que, neste momento, tem colocado a Terra em alerta desde o início da era industrial. Basicamente, o planeta tem sido submetido a muitas mudanças e essas mudanças têm sido o marco da acumulação de capital e de riqueza, da polarização de renda e do bem-estar. Os Estados responderam a isto basicamente com políticas públicas que não correspondem à realidade social e que estão empurrando os povos e os seus territórios para um esquema de extinção.

É muito triste saber que neste momento uma grande percentagem das línguas nativas, que segundo dados da COICA, na bacia amazônica, são mais de 6.000, está prestes a ser extintas. Há línguas que neste momento não contam com mais de 50 ou 20 falantes, 20, 50 pessoas que as falam. Depois dessas 20 a 50 pessoas essa cultura desaparece, e não é um caso isolado, há muitos nos 9 países da bacia amazônica e tudo graças à aculturação que o consumismo do atual sistema econômico em que vivemos gerou, criou, causou.

Diante disso, a COICA, como mencionei, recorrendo a dados da academia, comprovou que existe e prova que os povos indígenas podem dar uma grande contribuição para romper com esse processo de aculturação e destruição da humanidade como a conhecemos. Destruição não só do processo social e cultural, está demonstrado que os povos indígenas têm relação direta com as funções ecológicas do bioma amazônico, essenciais para a manutenção do equilíbrio climático do planeta. De acordo com dados do IPCC e do IPBS, um órgão consultivo da convenção-quadro sobre mudanças climáticas e outro órgão consultivo da comissão de biodiversidade e serviços ecossistêmicos, os povos indígenas, na garantia dos seus direitos, gozando de seus direitos, desfrutando de seus direitos, garantem a integridade dos ecossistemas, comprovada cientificamente. É por isso que nos últimos dois anos a COICA tratou de colocar esta evidência no marco da incidência internacional e já o marco da biodiversidade debatido em Montreal e a integra, de alguma maneira e depois de uma forte luta dos líderes indígenas aos seus territórios como parte do marco e os menciona, porque o triste é que depois de quase 30 anos falando sobre a mesma coisa, a convenção-quadro da biodiversidade, a CDB, não tinha integrado o conceito de território indígena em seus textos. Depois de tanto tempo onde os povos indígenas são garantia da manutenção da biodiversidade, os espaços internacionais das Nações Unidas nem sequer consideravam o conceito de território indígena. Era muito doloroso, mas a luta está aí. Conseguiu-se que no objetivo 3 do novo marco da biodiversidade já está integrado o conceito de territórios indígenas. Parte deste trabalho que a COICA está realizando, porque mencionei, o trabalho principal da COICA é a incidência, ou seja, deixar evidente a contribuição que os povos indígenas têm para as metas globais, mas também garantir que os povos indígenas e seus territórios e suas comunidades,

tenham ação e influência direta na elaboração, implementação da proposta de política pública local, nacional e internacional. Essa é a luta da COICA, a luta da COICA é que os povos indígenas não só estejam apenas no ativismo e estejam de alguma forma numa luta eterna contra a sociedade, mas sim que os povos indígenas se integrem funcionalmente na concepção e prática da política pública. Que sejam consultados e que estes mecanismos sejam institucionalizados nas políticas nacionais para que os povos indígenas sejam consultores e atores da política pública. Esse é um dos temas que a COICA está atualmente tratando de abordar, está tratando de conversar com os diferentes níveis de Estado, em cada um dos países, para que as iniciativas, as percepções e as necessidades dos povos indígenas sejam consideradas quando se fazem as políticas públicas.

Parte desse trabalho também tem a ver com a estrutura ecológica dos seus territórios. Grande parte deste trabalho está baseada na necessidade, muito levada adiante pela COIAB, do Brasil, é a demarcação dos seus territórios, é o reconhecimento dos seus territórios como tais. Isso nos oferece a capacidade de dar um espaço físico a essas iniciativas e a essa política pública. Garantir o direito ao território, garantir a legalidade desse território e garantir a inviolabilidade desse território faz parte do princípio de uma solução permanente. A partir deste esquema, a COICA propõe agora que para que não se perca a funcionalidade ecológica do ecossistema amazônico, e com grandes contribuições científicas, como as de Carlos Nobre, a COICA agora está propondo que até 2025, que estava muito próximo e já chega, até 2025 é preciso garantir que pelo menos 80% do bioma amazônico esteja protegido e grande parte desses 80% é justamente o reconhecimento dos territórios indígenas, a demarcação dos territórios indígenas. A COICA neste momento está passando por um alto e baixo institucional justamente porque os debates e discussões dentro do movimento indígena são críticos e as necessidades são heterogêneas. Grande parte da função da COICA é tratar de homologar estas necessidades, de priorizar os interesses, de estabelecer o que se precisa fazer em nível internacional e quem deve fazer o trabalho em nível local e nacional no que diz respeito às necessidades dos povos amazônicos e é por isso que neste momento, basicamente após um processo de 6 meses, foi consolidou o direito de uma mulher se tornar Coordenadora Geral da COICA, após vários debates, após várias sentenças judiciais, Fany Kuiru, atualmente, é a que defenderá essa posição de incidência e construção de uma nova visão de liderança indígena amazônica.

O tema de que os governos atualmente estão a propor coisas que parecem loucas, mesmo o marco temporal, vários temas dispersos em temas de mudanças climáticas e mercados voluntários de carbono, que chegam a monetarizar as economias indígenas na Amazônia e que geram distorções econômi-

cas na sociedade. Pois basicamente também é o que foi proposto pela coordenadora geral da COICA como parte da análise e ações para os próximos três anos. Me parece que até aqui é o que eu poderia contribuir sobre o que é uma abordagem, o que a COICA faz, o que é a COICA e para onde vai a COICA. Reiterar o agradecimento por ter a oportunidade de expressar isto e que de alguma maneira possamos, no decorrer deste Fórum, inserir a conversa da Fany Kuiru com respeito precisamente a essa visão da governança indígena. O fundamental neste momento é que os povos indígenas passem aos poucos a ter essa posição preponderante, prioritária, hierarquizada dentro dos Estados. Os povos indígenas não podem ficar à margem, simplesmente gritando e reclamando os seus direitos. Os povos indígenas têm que estar de mãos dadas com os sistemas políticos nacionais, de mãos dadas com os Estados, integrando as suas necessidades e criando um novo paradigma de desenvolvimento. O desenvolvimento tal como o conhecemos, como tem ocorrido nos últimos 100 anos, não é sustentável. A humanidade está caindo em um precipício se continuarmos com esse fluxo de recursos, com esse fluxo de serviços que são retirados dos ecossistemas. Os povos indígenas têm uma solução, os povos indígenas têm uma proposta que já estão colocando na mesa, os povos indígenas necessitam ser integrados no que os Estados e a sociedade fazem, com sua verdadeira posição e com sua verdadeira hierarquia. Muito obrigado

Vamos agora passar para a Raimunda Monteiro.

Enaile Iadanza (NEAz):

Raimunda Monteiro (CDES/SRI/PR):

Bom dia a todos, bom dia a todas. Cumprimento aqui a companheira Dorinete Serejo, do MABE; Zack Romo, da COICA; o Kleber Karipuna, que além de coordenador da APIB, como ele já se referiu, também é membro do Conselho Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do Brasil e os organizadores persistentes, competentes e eu diria assim pertinentes em promover este 3º FIA, que atravessa anos difíceis do país, mas que chega aqui pautando e trazendo um elenco de participantes muito rico. Então Enaile, Manoel, Gilney que está aqui na mesa, uma referência nossa na discussão da sustentabilidade no país. Bem, eu dividi em três partes a minha fala. Espero conseguir dar conta, que eu nunca dou conta de tudo que eu quero falar. A primeira é um pouco como militante das causas amazônicas, das quais meus cabelos brancos aqui junto com o Gatão, a Júlia, o Júlio Barbosa, militante das causas amazônicas, como professora, e pesquisadora de questões amazônicas e também como uma das participantes de todos os esforços de formulação nesses últimos trinta anos junto com João Batista que está ali, a Fátima Cleide das formulações de propostas para a Amazônia do campo progressista. A primeira parte é essa, depois eu vou falar um pouco de como eu vejo alguns desafios do presente, relacionados ao

tema dos povos, populações e o papel da Amazônia neste momento nas expectativas do mundo. Por último, falar um pouco do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável como um espaço em que muitos dos nossos temas podem ser hoje também pautados e discutidos.

A primeira questão, nessa primeira abordagem, é que não podemos deixar de fazer uma referência histórica para que a gente não perca de vista a importância da democracia quando a gente discute Amazônia. Quando, há sessenta anos, o Estado Nacional realmente passa a ter um projeto claro de integração física da região e uma política de obtenção, de extração, de exportação das riquezas da região, e isso vamos lá remontar ao governo Juscelino com a decisão de abrir as primeiras rodovias, a Belém-Brasília, mas todo um plano viário, a partir dali, de integração, ao mesmo tempo em que se decide isso a gente passa 25 anos sobre o período ditatorial. E isso remonta as próprias origens de como a colonização se impõe sobre a região por mão militar. Então a hora que se decide ocupar a região dentro dum processo vasto de exploração econômica, é por mão militar que se implanta todas as bases da exploração mineral, energética, das suas florestas, da incorporação agropecuária, dos seus territórios. “Mas isso aí já é história a gente já sabe, já faz tanto tempo”. Não! O que nós vimos agora foi um novo ataque, uma nova fase desse ataque. Mas e os militares onde estavam? Estavam ainda formulando, planejando e agindo também com as suas velhas lições da Escola Superior de Guerra e os seus velhos projetos, não vamos esquecer que o projeto Calha Norte foi um dos primeiros a saírem da gaveta ainda em janeiro de 2019. Então isso é uma primeira observação porque acho, penso e vemos que nós não estamos livres de recorrências de mão militar, sempre que o capital precisa abocanhar mais uma grande parcela dos recursos naturais e do trabalho, das nossas populações. A violência e a democracia têm que estar no centro da nossa preocupação sempre em relação à defesa dos territórios da Amazônia. E sabemos que nesse processo muitos povos tiveram suas estabilidades sociais, econômicas, culturais afetadas irreversivelmente. Irreversivelmente. Os nossos povos reagiram? Sim, e reagiram bravamente. Por dentro desses 25 anos de ditadura surgiram organizações potentes, influentes, altamente incidentes Zack. Altamente incidente que incidiram numa configuração territorial que nós temos hoje. O que tem de proteção, o que tem de territórios protegidos, direitos reconhecidos, e resistentes foi graças à força da organização popular dos nossos povos amazônicos, inclusive concebendo várias territorialidades, modelos de desenvolvimento econômico alternativos ao padrão capitalista que se impôs, lideranças com incidência nacional no parlamento, nos governos e uma participação efetiva no processo de democratização do país. E se nós temos hoje a possibilidade de um governo progressista voltar a governar a participação dos po-

vos, lideranças, das visões de mundo amazônicas contribuíram muito para que nós possamos estar hoje com uma mais uma vez, Com um ciclo progressista que esperamos que perdure. Então a legislação ambiental, as próprias pautas que levamos para as cúpulas globais tiveram uma incidência muito grande. Também algumas iniciativas que foram mais potencializadas quando as visões progressistas, influenciadas pelas organizações dos povos, puderam chegar aos governos do Acre, do Amapá e em vários municípios da Amazônia onde pudemos, e aí eu me coloco parte desses povos, colocar em prática muito das nossas visões, das nossas estratégias, das nossas contribuições para modelos alternativos ao capitalismo, ao padrão de consumo que está aí, ao padrão de produção, ao padrão de uso da mão de obra, padrão de uso dos recursos naturais e assim por diante. E aí que vem a questão do presente.

Como é que eu vejo os desafios do presente? Todos vocês vão concordar comigo de que temos um governo progressista sob a liderança do presidente Lula, mas não temos o poder. Nós temos um Congresso, que o povo brasileiro escolheu, fortemente atrelado ao orçamento secreto e vários outros fatores que vimos nos últimos quatro anos, e que é um Congresso que vai querer continuar governando no atual ciclo. Que não vai aceitar recuar da sua pauta conservadora lançada lá em 2018 e que elegeu aquele presidente em 2018. Então este Congresso vai, até o fim do presente ciclo, impor a sua maioria política, sua maioria numérica que é política. Então nos preparemos para ir para quatro anos em que não teremos a mão militar, mas teremos uma força política conservadora ferrenhamente apegada ao projeto de expropriação territorial que os animou no governo passado. Então o que isso decorre para povos e populações da Amazônia. Território é poder. Acho que isso já foi dito aqui em todos os nossos FIAs. Território é poder, e este poder, hoje é bem interessante. Quem está nos territórios, as populações conscientes, organizadas, defendendo seus direitos, tem um poder tão grande quanto o Congresso, essa maioria do Congresso aí, do ponto de vista de garantir, permanecer lá, não abrir mão de um palmo do território e nem dos recursos em maus acordos. Porque esta é nossa reserva de poder e aí e vêm outros desafios no presente: garantir os territórios conquistados, mas uma garantia que também tem hoje fatores que antes pareciam pouco visíveis. Garantir os territórios conquistados com uma adesão orgânica da juventude, dos jovens, dos futuros moradores desses territórios, nós vemos vários deles hoje sob a ameaça de uma perda de adesão dos jovens que são os futuros moradores. Muito dessas perdas de adesão são motivadas pelo assédio do capital, que veio pelo garimpo, que vem também pelo mercado de carbono e outras riquezas comoditizáveis que vão gerar, na nossa juventude, certa ânsia de assegurar algo que vem agora, que os beneficia de forma imediata, na desesperança de que as promessas

do desenvolvimento sustentável, que a gente vem alimentando há quase 40 anos, elas chegam tão devagar, elas chegam tão dispersas, elas chegam tão fluídas, elas chegam tão ilhadas as vezes para uma comunidade aqui e para outra ali não. Uma assistência técnica que esta comunidade aqui tem uma ONG que faz muito bem para ela, mas essa outra aqui não tem e aí ela entra na desesperança. Então há que defender o território hoje muito e fortemente relacionado às questões fundiárias e eu estou falando aqui dos indígenas, estou falando dos quilombolas, estou falando dos assentamentos de reforma agrária, eu estou falando dos agricultores familiares que não tem nenhuma proteção coletiva. Então há que proteger os territórios físicos, seus recursos biológicos, seus recursos econômicos, mas os seus recursos simbólicos de referenciais de vida, de referenciais políticos. O jovem vai ter que entender que o seu poder não está no engajamento num garimpo que vai trazer para ele um ouro, que vai trazer uma riqueza eventual, mas aquele território é um poder para sempre. Então e esses desafios do presente porque a gente sabe o quanto o capital se embrenhou nas nossas matas nos últimos quatro anos. E se embrenhou também nos referenciais simbólicos de muitos da nossa população. Então a questão da renda, eu ajudo a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Gatão, a planejar, eu até tinha esquecido que em 2005 eu ajudei fazer o planejamento estratégico deles e agora em 2022 eu fiz de novo.

E qual principal desafio, o principal objetivo que eles pretendem alcançar? Elevar a renda das famílias. Se não elevar a renda das famílias, a partir do que eles plantam, eles terão dificuldade de resistir aos assédios que estão lá e de reter os seus jovens na Reserva. Muitos deles hoje já formam um bairro indígena e extrativista na cidade de Santarém, com mais de três mil famílias. Então a questão da renda, aperfeiçoar os mecanismos de inclusão e políticas afirmativas na educação como nós já fizemos e viemos fazendo há mais de vinte anos e no último FIA eu apresentei um estudo, não sei se foi no último ou foi no penúltimo, sobre o Waiwai, os jovens waiwai e as jovens waiwai indo à Universidade, as suas formações, as suas expectativas e como eles retornam após a Universidade.

Quais são suas perspectivas após a Universidade e a gente sabe que não temos uma sociedade que os integre quando saem da Universidade de uma forma e adequada e também de acordo com as expectativas dos seus próprios povos que os enviam para estas novas missões de conhecimento. A questão da renda, da saúde, da educação, eu acredito, nós temos hoje um governo dando suporte, pensando e nessas questões. Nossa equipe eu acho que eu tenho ali uma colega, não sei se me meus olhos me enganam, mas eu acho que tem uma colega ali, a Priscila. Nossa equipe fez um levantamento recente e identificou dezenove ministérios pautando a questão da sustentabilidade por vários vieses, além das estatais. Então a gente está no momento em

que continuam as disputas sobre os nossos territórios, sobre as nossas mentes, mas também no campo da sustentabilidade vem uma disputa ferrenha.

Não sei se alguém viu aqui uma matéria num jornal importante do país que saiu ontem que a bioeconomia é reivindicada pelo agronegócio. Os dados de exportação de grãos, aliás, de todo o agronegócio brasileiro, caracterizado como exportações da bioeconomia nacional. Estamos sob a ameaça da captura também de conceitos que estamos vendo como amigáveis como aqueles que representam as nossas expectativas de modelos econômicos alternativos a esse que o capital impôs para a região. Não vai faltar recurso para financiar o desenvolvimento sustentável nos próximos anos. O consórcio dos governadores da Amazônia Legal vai ter financiamento. A ONU está estruturando. Se chegar, mas eu creio que chega, não vai faltar recursos no Fundo Amazônia. A gente tem que pensar um pouco mais adiante, mais profundamente, mais estruturalmente. Que os financiamentos externos, sempre bem-vindos, têm que ser complementares, que nós devemos ter os orçamentos para comando e controle, os orçamentos para a promoção das economias da sociobiodiversidade lá nos orçamentos municipais, lá nos orçamentos dos governos estaduais e no orçamento da União.

Hoje, nesse processo de reconstrução nós temos o país criando várias estruturas de coordenação de políticas, Ministério Indígena, Ministério da Igualdade Racial, estruturas de políticas para a Amazônia. Porém não temos muito recurso para financiar os projetos, a não ser pelas vias de banco. Temos trinta bilhões, tínhamos cinquenta bilhões no banco da Amazônia no FNO, no início do ano, 37% desse recurso estava indo para o agronegócio e para as empresas madeireiras no governo passado. Agora vamos ter que buscar fazer com que os governos financiem estruturalmente as suas políticas ambientais e de promoção da sua biodiversidade. Temos que lutar por isso. Que os recursos de cooperação continuem complementares, mas que eles não sejam a principal ambição nossa de financiamento do desenvolvimento. Isso é precário.

Uma incidência grande agora, já que não vai faltar dinheiro, mas o dinheiro vai chegar pra quê? Voltando lá na Reserva Tapajós-Arapiuns, que eu conheço de perto, as lideranças não tem recurso para estruturar um sistema de pagamento dos seus associados para que eles tenham condições de se deslocar para as comunidades. As organizações locais não têm hoje como se movimentar para defender o território lá. Se isso persistir, vamos falar do quê de defesa dos seus dos territórios se as lideranças não podem sair da sua casa, deixar a sua família com comida em casa e elas passarem duas semanas, três semanas visitando as comunidades, a gente sabe o tamanho dos nossos territórios. Com segurança de que quem ficou em casa está seguro e que elas vão financiar suas viagens. Então, vai ter dinheiro. Como

esses dinheiros vão chegar para a base da sustentação da defesa territorial. Para quem realmente está lá e que faz o trabalho de organização, de formação e muitas vezes da resistência, mesmo contra o madeireiro que está botando um trator, a noite toda, derrubando a floresta no limite da reserva extrativista ou da terra indígena e que essa é a realidade muito frequente na região. Ontem eu estava pensando nisso, é tanta gente querendo ajudar a Amazônia, é tanta gente querendo agora colocar... Mas como a gente pensar estratégia de modo que a gente pense: daqui a dez anos o que vai ficar deste momento, o que vai restar desse ciclo?

A primeira coisa, precisamos que o ciclo democrático, progressista continue. Para isso, é preciso aumentar o número de deputados nos estados, vereadores nos municípios porque o capital político ele é ele é acumulativo. Quem não tem vereadores não elege deputado estadual. Quem não elege deputado estadual não elege deputado federal e aí o poder político tem que ser pensado como um poder para manter um ciclo virtuoso, de recursos, de apoio, e assim por diante. Então não tenho todas, nem dez por cento das respostas, Gilney. Mas precisamos pensar em não desperdiçar oportunidades. Como não desperdiçar oportunidades. Se tem recurso, como não desperdiçar o recurso? Se tem e capital político, como não desperdiçar capital político? É preciso que haja uma união dos povos da floresta, com esse ou com outro nome. Lutas corporativas. Indígenas para um lado, agricultura familiar para outro, assentado para outro e extrativista para outro não cabe para as ameaças da conjuntura que ainda persistem. Precisamos ter pautas e formas de organização conjunta, pensando no como vamos obter mais recursos, mas como vamos manter e elevar o capital político que nós temos hoje. Com o fortalecimento da base e não apenas das cúpulas das organizações.

A terceira parte, eu tenho algumas perguntas para orientar as respostas e quem tem as perguntas pode construir 75% das respostas. Quem vai produzir alimentos para a política de combate à fome? Em que condições? Com que estratégias produtivas? Com que estruturas de apoio? Cadê as Universidades, os nossos Institutos Federais? Professor Ênio Candotti deve ter falado ontem para vocês. Qual o papel delas? Vão ser nós pesquisadores a continuarmos na nossa salinha com a plaquinha do nosso nome na porta? Um projetinho de extensão aqui outro lá, ou nós pesquisadores e professores também temos que ir a campo para colocar o conhecimento a serviço deste momento de oportunidades que nós vemos. Para dar escala para essas oportunidades que estão aí. Outra pergunta: que alimentos nós vamos produzir? Que alimentos? Conversando com o produtor de soja durante a campanha em Santarém, eu dizendo para ele: se vocês se colocarem para produzir alimentos para o mercado interno, para produzir comida para a população do país com

certeza o presidente Lula vai ouvir isso e vai trabalhar as condições para isso. E aí ele disse uma coisa interessante: quando que nesses 30 anos que eles avançam no rumo da BR 163, vindo do Rio Grande do Sul, eles já estão na sexta variedade de soja. A Embrapa ajudando eles a desenvolver as variedades, adaptando as variedades. Aí ele disse: se for para produzir feijão aqui, que apoio a gente vai ter da Embrapa para identificar quais aquelas variedades que eles não vão perder dinheiro. Onde nós vamos produzir feijão, milho, arroz, mandioca na Amazônia dentro da política nacional de combate à fome? Com que condições? Com que assistência técnica? Com que perfil de crédito ou perfis? Com que capacidades locais, gente? Porque falei que tem hoje muita gente pensando, falando de projetos para Amazônia. Mas com quem eles contam com as capacidades locais e em que condições? O papel das Universidades, o papel dos governos do estado quando a gente ganha o governo federal a gente só olha para Brasília, a gente quase não olha mais para os estados. Como cobrar dos governos que eles avancem

Por fim o Conselho. Está aqui o Kleber, está ali a minha colega Priscila, que está coordenando, dentro do conselho, uma das estruturas de formulação que se chama comissões temáticas, que a gente vai se dedicar a assuntos. Cadê o Júlio? Júlio Barbosa também é conselheiro. O Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, que é o que diferencia da nossa herança, da nossa trajetória e de 2005 que nós já tivemos um Conselho muito atuante no país, na formulação de políticas públicas que derivaram daí as próprias ideias do Minha Casa Minha Vida, na expansão das Universidades e outras políticas que passaram por ali. O presidente Lula é presidente, o ministro Padilha é o Coordenador Político, pelo Ministério das Relações Institucionais, e o Paulo Pereira que é o Secretário, eu sou a Secretária Executiva Adjunta deste Conselho. Nós temos um comitê gestor que deverá ser instalado nas próximas semanas e que vai trabalhar com Comissões Temáticas que vão pensar sobre esses assuntos que merecem um acompanhamento mais duradouro das políticas, sustentabilidade, a questão da democracia, a questão do trabalho, do futuro, mas também nós vamos trabalhar com grupos de trabalho, com missões de devolver recomendações, propostas legislativas, seja o que for, em até 120 dias. Fizemos recentemente uma consulta entre os 246 conselheiros que integram este conselho, cujo perfil é um perfil amplo de sociedade civil cerca de 50% são empresários das diversas áreas, que comandam a economia do país, mas também estão lá o Kleber, o Júlio Barbosa, o Davi Kopenawa, várias lideranças de periferias do país. Esse capital de pensamento e de organização vai confluir para propostas que deverão ser apresentadas ao presidente. Pelo levantamento que nós fizemos, recebemos 80 proposições de grupos de trabalho, isso deverá começar pelo menos com cerca de dez. Mas a Amazônia e a questão da transição energética estão colocadas. A questão da tecnologia e informação, da inclusão digital, a questão de saúde, não só os complexos industriais de saúde que hoje vem se propondo muito fortemente como uma linha para o desenvolvimento industrial do país, mas também as questões relacionadas aos determinantes sociais e saúde. Nós teremos ali temas muito relacionados a esse momento da reconstrução do país e que as organizações mesmo as que não participam, elas têm toda a liberdade de ver neste espaço, um espaço de diálogo, de proposição e também de participação na construção dessas soluções que fazem parte da reconstrução do país nesse momento. Obrigada.

Gilney Viana (NEAz): Obrigado Raimundinha. Eu vou fazer só uma breve intervenção de um dado e depois vou abrir para as perguntas, eventuais contribuições do pessoal. Eu tinha falado aqui para a Enaile que eu ia começar falando e recuperando que o professor Ênio Candotti falou na mesa primeira. Infelizmente a Raimundinha fez uma referência, mas se vocês estão lembrados a fala do professor Candotti era muito na positividade, até meio otimista. Mas o que o professor Candotti falou primeiro da validade, da legitimidade de todas as denúncias e as demandas apresentadas pelos movimentos sociais. O que obviamente e está colocado hoje também. Mas ele falou que tem outro lado que as conquistas já efetivadas são um potencial de resistência muito forte. Esse é o tema. E ele falou dos 300 Campi, Centros de Cultura, Universidades, e unidades de representações acadêmicas. Esse conceito eu vou aprofundar um pouquinho.

Eu me lembro, acho que foi o Gatão e o Júlio e também aquele outro companheiro do GTA, que falaram: “não, nós somos 20 milhões de hectares que estão em Reservas Extrativistas”. Mas não são só 20 milhões. Nós temos 21-22% da Amazônia que são Unidades de Conservação, e, algumas delas, uma porcentagem razoável, de Desenvolvimento Sustentável, de possibilidade que tenha não só proteção, conservação, mas também a atividade produtiva e reprodutiva dos humanos e de todas aquelas espécies que vivem lá. As terras indígenas, que aqui o companheiro da APIB estava falando, são 22% do território da Amazônia. Os quilombolas ainda é menor porque foi sabotado. Vocês se lembram daquele decreto do Lula que regulamentava o acesso, a regulamentação das terras quilombolas? Foram sabotadas por um uma intervenção perante o Tribunal Superior se era válido ou não. Então isso demorou anos para que as declarações e os registros fossem feitos, por isso eles são bem menores do que os povos indígenas e extrativistas, e também das Unidades de Conservação.

Se os rios da Amazônia, as florestas, os animais, nós tivéssemos a percepção das suas linguagens, eles estariam falando: “nós estamos no campo da resistência”. Nós que também somos da ecologia profunda, acreditamos que eles têm direitos.

Nós não conseguimos ainda perceber a sua linguagem, embora, alguns cientistas tenham pesquisado que até as árvores se comunicam pelas raízes ou por rizomas e outras formas. Esses dias eu li uma notícia de que também nos ecossistemas aquáticos, muitas daquelas espécies que nós pensamos que não se falam, elas se falam, se organizam. Têm protagonismo nos próprios territórios, que elas são delas e como você falou companheiro da APIB, a companheira falou, nós somos a personalização, individualização do território, não estamos desligados deles. A potência da resistência não é dada apenas pelas 300 unidades de pensamento científico, acadêmico, Universidades. A potência está na maioria dos territórios que não estão na mão e nem no domínio do capital.

Esses dias eu passei e estava dando entrevista um cidadão que já foi dirigente do Partido Comunista e hoje ele foi convertido. Ele foi convertido ao Deus capital. Os entrevistadores, fazendo provocações à direita, levantando a bola pra ele dar raquetada, perguntaram assim: "e essa CPI que está apurando as atividades ilegais, invasões do MST, isso não perturba a condição jurídica, a condição do desenvolvimento do Brasil?" Aí ele deu uma resposta, que depois que ele deu essa resposta eu apaguei a televisão, ele falou assim: "essa questão do MST, isso é uma questão secundária. Sabe qual é o problema que entrava o desenvolvimento? São aquelas Terras Indígenas, são as Unidades de Conservação, que são territórios que nós não podemos explorar". Nós precisamos entender que ele nos identifica como os reais adversários. Não que ele não identifica o MST enquanto tal não, mesmo porque quatorze por cento do território da Amazônia são de territórios da reforma agrária e da colonização estatal, não estou falando da privada. Então é aquela história que alguns falaram: mas não nos esqueçamos das terras não destinadas, que são, alguns falam, 49 milhões, outros falam 90 milhões, tá meio nebuloso o quantitativo de terras da Amazônia que não foram destinadas, seja para o capital, seja para o socioambiental. Mas as pesquisas indicam que o desmatamento é muito maior nessas áreas porque essa é uma disputa de grilagem violentíssima, que está se dando na Amazônia. Inclusive o proponente falou que precisamos destinar essas terras porque 60 milhões ou 90 milhões é muita terra.

Provavelmente há sobreposição de territórios, aonde povos ou comunidade, habitam, se reproduzem, travam sua cultura e a sua sobrevivência e tem um projeto de vida. O professor Candotti falou que não são apenas as 300 Unidades. A maioria dos territórios da Amazônia não pertence ao capital e é por isso a visão de mundo desse ex-comunista. Ele expressa a visão do pensamento dominante do chamado agronegócio ou agrocrime. De que esses precisam ser submetidos à lógica da reprodução do capital. E quando não for por negação, como é agora com as novas legislações, as boiadas, seja pelo menos que transformem,

a negação pela negação assim: "você está na sua terra indígena, deixa a gente plantar soja, você pode continuar". Podemos ver isso no Mato Grosso.

E a outra que eu queria observar, o segundo ponto que foi abordado anteriormente hoje, é um pouco o que o companheiro da COICA deu mais força, é o seguinte: por que a Amazônia é importante em todo esse debate global e em todo esse debate nacional do ponto de vista assim e da crise climática? Eu estava incomodado porque outras mesas deram pouca importância a esse tema. Alguns dos palestrantes falaram particularmente dos territórios indígenas, porque eles são importantes enquanto estoque de carbono, enquanto não emissão de CO2. Eles são importantes estrategicamente para o mundo. Se isto é verdade, e os dados mostram que a maior parte das emissões brasileiras é da Amazônia por causa do desmatamento, da agricultura, ou melhor, mais precisamente da pecuária e da agricultura e do desmatamento. Tem é uma cadeia. Também a maior possibilidade de que o Brasil cumpra suas metas do acordo de Paris está na Amazônia, no prazo que está previsto, que é trinta. Se não vai chegar a extrapolar aquelas metas. É por isso que, também está em disputa aquilo que são os ativos, não só o que já foi depauperado. Para poder você capitalizar, aí é que vem o mercado de carbono, vê esse lero-lero ecocapitalista, sendo que é difícil para nós admitirmos, mas está no jogo e nós temos que saber lidar com eles.

A Raimundinha colocou muito bem que tem uma possibilidade de participação no Estado, nas instituições do Estado, e o companheiro também. Alguns estão na luta contra o Estado, como é o caso lá do Maranhão, de Alcântara. Ali nós estamos enfrentando o Estado. Na verdade o Estado que fez acordo com a Ucrânia, o Estado que pôs tudo aquilo ali. Aliás, tudo que a Amazônia foi, foi pelo estado. Porque toda a destinação das terras que eram públicas, que eram dos originários, que eram de ninguém, do ponto de vista de propriedade. Foram sistematicamente transferidos. E aí você vai ver a proporção, é do capital em maioria e dos territórios socioambientais. O que lhe contrapõe, são os territórios socioambientais que não são do capital e é por isso que eles precisam marchar. Mas esses territórios que são socioambientais, eles são as possibilidades de que possamos reconstruir, redimensionar. Há um campo de protagonismo. Se nós queremos enfrentar globalmente esse sistema, sendo inclusive a COP na Amazônia, não tem e episódio, não tem cenário mais apropriado de fazê-lo agora.

Continuando, estão abertas as inscrições. Ricardo, por favor.

Enaile Iadanza (NEAz):

Eu sou professor aposentado aqui da UnB. Primeiro parabenizar a mesa, porque eu acho que foi muita informação

Ricardo Bernardes:

interessante e o que ficou me incomodando assim, a questão democrática é importante, foi colocado, mas nós temos uma característica que eu conheço do Brasil, não conheço os outros países para saber disso, mas aqui no Brasil nós temos 5.570 municípios espalhados na área geográfica toda. Só que 200 a 300 municípios dão quase 60% da população. Aí eu elejo presidente, aí eu elejo o Congresso. Qual é a estratégia que nós podemos ter para sair. É como se eu separasse que só vai ter poder de voto esse canto aqui e o resto não tem. Essa é uma questão complicada da nossa democracia. A Amazônia tem algumas cidades dessas e o restante está fora onde a cultura do capital, eles investem ali. Eu gostaria de saber da mesa como seria uma estratégia nesse sentido de se contrapor a essa democracia. Eu não gosto de dizer democracia não existe afinal Mas é uma democracia que a gente vai caminhando, nós temos essa hoje vamos preservar, vamos tentar o melhor possível, mas nós temos que caminhar para dar voz para outros atores que hoje não têm. Obrigado.

Enaile Iadanza (NEAz): Só um instantinho que eu acho que vale a pena a gente agradecer e marcar. Esse evento, o 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia, ele não se realizaria se não fossem os estudantes. Realmente a gente conseguiu juntar uma equipe que está dando um apoio que vocês não imaginam. Tem o pessoal nas salas ontem, na feira, o pessoal que tá expondo seus produtos, que o FIA é isso, também é de mostrar os produtos que vem da Amazônia, a cultura que vem da Amazônia. É super importante para a gente a participação dos estudantes. O FIA não se realizaria sem eles. Agradecer todo mundo que teve envolvido e, prioritariamente, os meninos e meninas, e depois os mais velhinhos, os que já passaram do meio século. Também, obrigada para quem veio para esse evento. A gente contou com a participação de mais de 300 pessoas. Também não dá para a gente deixar de falar de quem construiu o FIA, a gente se empenhou na concretização, mas tiveram muitas organizações. Teve a CONTAG, a REPAM, a CUT, a APIB, cada uma com a sua realidade e com o seu espaço. Teve o SINTFUB, o sindicato aqui dos servidores da UnB, que teve em greve nesse momento que a gente estava construindo, que foi importante também, ele deu muito apoio. A ADUnB, o CNS, que veio com uma delegação de peso aqui com cerca de vinte pessoas com produtos, que é o Conselho Nacional de Populações Extrativistas, A CPT, o CIMI, o Giba, o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social. Está aqui o André, a OTCA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. A gente começou a organizar esse o FIA com quatro pessoas: eu do NEAz, o Giba do CIMI, a Edinéia da UNIR e o Antônio que é do Equador, que não pôde vir. A gente deu o pontapé inicial, nós quatro, e foi agregando organizações e gente e construímos o FIA. Obrigada ao Giba, Edineia e Antônio. É só para passar para vocês a importância de ter envolvido esse tanto de gente na construção desse

evento. Obrigada.

Luciano: Bom dia. Gostaria de parabenizar a mesa pela palestra, pelo debate e também agradecer pelo evento. Me chamo Luciano, sou assessor jurídico do CNS e também do Podáali. A minha pergunta vai para o representante da COICA e também para o Kleber. Eu gostaria de saber, que você falou muito em participação, em contribuição dos povos indígenas nas políticas públicas e até mesmo compartimentar, ou seja, o poder, participar de uma forma de colaborar com o poder mesmo na construção e na participação. Nós vimos isso no novo constitucionalismo latino-americano, principalmente no Equador, na Bolívia, com uma reconstrução da Constituição. Colocaram o bem viver na Constituição, mas como pensar isso ainda nesse modelo. Nós temos um modelo de organização do Estado que é um modelo ocidental, é um modelo que tem sua origem lá atrás com Montesquieu, aquela divisão entre os três poderes. É um modelo capitalista baseado na guerra orçamentária, ou seja, parte do orçamento desses países vai para o pagamento da dívida pública e sobra pouco para o orçamento concreto, investimentos mesmo nessas temáticas ambientais, indígenas. Como o movimento indígena, a COICA, a COIAB, pode pensar isso numa nova forma de reorganização do Estado. Pensar só em participação em políticas públicas e construção de políticas públicas vai ser essa política pública rarefeita, por esse orçamento já diminuído. Pensar, eu não sei se tem esse debate, que modelo de Estado nós queremos. Por exemplo, teve um novo constitucionalismo latino-americano no Equador, e agora com o Guilherme Laço na presidência quase não se fala e as políticas retrógradas voltaram com tudo, mesmo com uma constituição progressista. Teve a Constituição da Colômbia de 1991. Vários direitos foram colocados, foram esculpidos na Constituição. Eu tive um professor, Rosemberg Santa Maria, que dizia que a elite colombiana, ela até dizia para os movimentos sociais: coloquem mais direito, vocês querem direito a diversidade ética? Coloquem. Vocês querem direitos sociais? Coloquem na constituição. E se você for ler a Constituição Colombiana, assim como a Constituição Brasileira, ela tem igualdade, respeito às línguas, plurietnicidade, a Constituição do Equador também é uma constituição pluricultural, pluriétnica, mas como pensar nisso nesse modelo de Estado ultrapassado que vem lá do modelo eurocêntrico? Obrigado.

Rudi: Bom dia. Sou professor aqui da UnB, professor Rudi, do curso de engenharia. Tenho um trabalho de longa data com energia na Amazônia. Mas hoje eu estou aqui numa outra condição, porque também sou da Amazônia, sou do Suriname. Eu quero chamar atenção a uma coisa que tá acontecendo no Suriname, que é um país, se brincar o segundo menor país da Amazônia, depois da Guiana Francesa e com população parecida com o

Amapá, em termos de tamanho da população. É uma população de 2% de indígenas e 20% de quilombolas. Bastante significativo quando você compara com o resto da Amazônia. Entretanto, está tendo hoje um movimento de reivindicar os direitos coletivos da terra, que eles até agora não conseguiram, diferente dos demais países da Amazônia. Se não me engano, o único país que não tem dentro da Constituição a figura da do direito coletivo a terra é lá no Suriname. Então, é só para fazer esse alerta, para ver se a gente consegue, de alguma forma, até por meio de encontros, trocas de informações, para ver se a gente dá apoio. Chegou a um ponto hoje, no mês passado que a coisa chegou a ser um pouquinho mais dramática. Houve um movimento de resistência, onde faleceram duas pessoas. Então, é só para fazer esse alerta, para colocar nesse Fórum, qualificadíssimo, para chamar atenção ao que está ocorrendo lá no Suriname agora. Obrigado.

Enaile Iadanza (NEAz): Agora é a Doris e quem quiser falar, levanta a mão. A gente vai fazer o bloco todo de perguntas e/ou de intervenções e depois passa para a mesa.

Dorismeire Vasconcelos: Vou esclarecer algumas coisas, um pouco lembrar que em 2021 houve um Encontro de Saberes em Belém e desse encontro de saberes organizado pelo Fórum Social Pan-Amazônico, pela Assembleia Mundial da Amazônia com o apoio da Rede Eclesial Pan-amazônica, a gente foi construindo um processo, porque a gente acredita, e como vive na Amazônia, a gente acredita que a luta de resistência ela vem sempre por um processo de caminhada e nesse processo de caminhada, após três assembleias mundiais pela Amazônia, o Encontro de Saberes e a própria realização em inter redes do 10º FOSPA, em Belém, onde AMA, REPAM e FOSPA realizaram toda uma articulação, a gente vem continuando trabalhando esse processo de incidência. E quando soubemos, ouvimos falar de que o presidente Lula e o presidente da Colômbia estavam pensando em retomar a reunião da Cúpula dos Países da Bacia Amazônica, nós, FOSPA, AMA e REPAM, mandamos um comunicado aos mandatários desses países, de que não dá para discutir a Amazônia sem nós. Não dá para discutir sem a participação social dos movimentos que atuam lá e dos povos que estão na Amazônia. E aí nesse sentido o nosso governo brasileiro abriu esse espaço de diálogo, agradecemos também, mas continuamos dizendo é preciso nos escutar e é por isso que reivindicamos que, nessa articulação da cúpula, agora em agosto, tivesse um espaço da participação social. O governo está vindo com a proposta de Diálogos Amazônicos, mas nós dos movimentos sociais, FOSPA, AMA e REPAM, FOSPA com a quantidade de espaços de movimentos sociais e povos, AMA com outra quantidade de organizações e a Rede Eclesial Pan-Amazônica, nos 9 países, estamos organizando a Assembleia dos Povos da Terra, no período em que vai ocorrer a Cúpula, em Belém. Então de cinco a seis diálogos da sociedade com o governo sobre temáticas amazônicas, no dia sete a Assembleia dos Povos pela Amazônia e no dia oito queremos, como organizações sociais, como povos da Amazônia, como povos da floresta, como povos que lutam e resistem há tantos anos por uma Amazônia como queremos, marchar em direção a uma entrega de uma declaração aos mandatários. Então convidamos a partir de agora, também o Terceiro Fórum pra se fazer presente nessa mobilização rumo a Belém. Obrigada.

Gilberto Santos: Bom dia a todas, todos e todes. Queria agradecer a exposição da mesa. Fico muito feliz da gente estar levantando essas bolas. Eu queria começar nós fizemos toda uma discussão para pensar os temas das mesas Enaile e Gilney. E aí eu fiquei aqui pensando, fomos até felizes, "Amazônia para seus povos e para a humanidade". Eu queria fazer um paralelo com a reflexão que o Antônio Andreoli tem feito, a partir do Brasil, mas que está na Alemanha, provocando o agronegócio a partir de lá, que é a pretensão de que um país ou um continente tenha que alimentar o mundo. A gente pensar justamente nessa perspectiva, essa lógica de que a gente tem que alimentar o mundo é a base do discurso do agronegócio. E aí a gente precisa pensar primeiro a Amazônia para nós, para os seus povos e aí nessa ordem mesmo. Pensando nessa dimensão climática é que também alimenta esse discurso colonialista, ou neocolonialista da economia verde e por aí em diante. Então destacar essa importância por quê? Porque e é esse o discurso que está na base da reprodução do agrohidrominérionegócio, porque é tudo para a exportação, é tudo commodity, então acho que essa é uma dimensão importante e eu queria chamar atenção de algo que se toca muito pouco, e que a professora falava muito nessa dimensão, alimenta a reprodução ampliada desse agrohidrominério negócio que é justamente aquilo que, do ponto de vista financeiro, eu peguei os dados para não falar mentira, cinquenta empresas deviam, isso tem uns dois anos atrás, 200 bilhões para os cofres públicos. Nós lembrávamos recentemente que o FUNRURAL era entre 35-40 bilhões. Dívida do trabalhador. Esse pessoal se reproduz e a gente e dá ênfase para isso porque é isso que alimenta, por exemplo, os orçamentos ocultos É isso que alimenta todo o processo de campanha que alimenta a compra de votos, que ainda se faz, para que eles continuem elegendo os seus e estejam com essa bancada ruralista fortalecida. Eu estou dizendo isso do ponto de vista de que a gente precisa fazer a pressão, e é o outro ponto que eu queria chegar, o próprio Lula dizia que é importante a pressão política para que ele inclusive tenha argumentos para andar e aí está a nossa parte das organizações, do movimento indígena, que tem um papel importante na história recente do país, que a gente faça devidamente a pressão demonstrando os números. É preciso que esses, que devem tanto recurso e que

exploram a natureza e que enriquecem em cima disso, sejam cobrados devidamente para que a gente possa fragilizar os seus discursos de que estão alimentando, e a gente já sabe que não, mas que a gente possa fragilizar também a dimensão econômica. Uma máquina de um milhão de reais é paga grandemente por recursos públicos e que eles continuam, eu não ouvi ainda, mas vão fazer o rolamento da dívida como sempre fazem, como todos os governos e nós vemos o que foi o golpe de 2016. Com o punhal amolado por recursos públicos, esse pessoal foi quem enfiou a faca nas costas da nossa presidente, legitimamente eleita. É só para a gente fazer um pouco essa leitura, que parte do ponto de vista também econômico, para que a gente também possa solapar esses discursos e fortalecer a pressão necessária para qualquer governo, como movimento indígena, inclusive fez independente de governo para que a gente possa, de fato, dar passos nessa conjuntura que muito bem foi expressa pela mesa que é tão avessa a nós e a todos e todas que estamos aqui. Obrigado

Valdiza: Eu sou Valdiza, sou de Roraima, acho que sou a única forasteira aqui de Roraima, não sei se tem mais alguém. Eu queria mudar um pouquinho o foco das perguntas por que desde ontem que eu estava querendo falar, mas não dava pelo correr do tempo. Uma das coisas que me chamou muita atenção nesse Fórum desde o início, desde quando vi a programação e me inscrevi porque eu sou mestranda lá da Universidade Federal de Roraima, da educação, pesquisando a questão migratória lá no estado e me chamou atenção à questão migratória e acho que de agora pra frente ela tem que entrar como um dos eixos também de discussão, de reflexão porque professor ontem da região de Rondônia apresentou um mapa da região amazônica e ele colocou lá as fronteiras. Eu fiquei pensando muito nessa questão das fronteiras, das nove tríplices fronteiras do Brasil, seis estão na Amazônia. E ainda tem mais as relações com os outros países que a gente chama de Pan-Amazônica. E aí quando a gente fala os povos da Amazônia, povos que estão na Amazônia, povos que vivem na Amazônia, eu acho que são todos os povos que estão mesmo na Amazônia, que se dedicam.

Por exemplo, a Universidade Federal de Roraima, a maioria não é de Roraima, mas tem muita gente dedicando a vida lá, pesquisando lá e incentivando as comunidades, incentivando os migrantes, incentivando as pessoas. Eu, por exemplo, sou maranhense, mas eu estou em Roraima já, em Manaus e Roraima, há dez anos trabalhando nessa região, me dedicando a essa região e me sinto amazônida. Essa questão migratória eu acho que precisar ser colocada como eixo, como reflexão e também ali até para professora do Conselho Nacional, fiquei muito interessada nesse Conselho de também trabalhar um pouco. Toda essa gama de pessoas que vão estar nesse conselho tão amplo,

tão reflexivo, será se estão pensando também na dimensão da migração no Brasil, que tem se elevado tão forte, principalmente, nesses últimos anos. Então o que nós vamos fazer também para que os imigrantes e refugiados do Brasil aporte também a sua possibilidade, os seus conhecimentos. Não são só os que estão aqui que têm conhecimento, os que chegam também trazem seus conhecimentos, trazem a sua cultura, trazem a sua forma de ver as coisas e pode agregar. Eu queria deixar essa reflexão e que a gente possa, nos próximos Fóruns, trazer essa temática, essa reflexão da migração.

Eu fiz um pouco muito sozinha, eu tentei conversar muito lá com a Universidade. Eu falei, olha o Pará vai levar um monte de gente, Rondônia vai levar um monte de gente, Amazonas vai levar. O Fórum vai ser um Fórum sobre a Amazônia, em Brasília, na UnB, talvez pelo ponto ser estratégico, por já ter o Núcleo de Estudos Amazônicos, e nós que somos da Amazônia, que estamos na Amazônia não vamos participar? Então eu levei essa reflexão para nossa Universidade, mas infelizmente acho que pelo tempo, pelas demandas que cada um tem não foi possível estar mais gente de lá de Roraima aqui. E a gente poderia contribuir muito mais porque lá todas as realidades que vocês falaram aqui, Roraima é três vezes mais. Tudo é três vezes mais, porque nós somos um estado que estamos fora do Brasil, desconectados com a questão energética do Brasil e lá tudo é outra realidade. Nós temos também um fluxo muito grande de migrantes da Venezuela naquele estado e toda a situação, toda a realidade de Roraima, eu acho que acho que valeria a pena também trazer para cá para reflexão, trazer para o coletivo aqui.

Participante 1: Bom dia, eu sou fotógrafo e fiz 30 anos de andança pela Amazônia. E eu conheci uma Amazônia, que eu sou estrangeiro, não sou brasileiro. Durante esses 30 anos eu conheci uma Amazônia que raramente eu ouço falar dela nos congressos, nos debates, na política. Essa Amazônia que eu vi são os grandes castanhais, que tinha há 500 anos. E eu vi os desenhos que foram feitos na terra, enormes. Tinha milhões de pessoas morando aqui, antes dos portugueses chegarem. Essa é a Amazônia que eu tenho referência, uma Amazônia que eu não vejo. Não se fala dessa Amazônia, não se fala que aqui havia milhões de habitantes, não se fala que aqui havia um tipo de cultivo, um tipo de agricultura que chama Terra Preta de índio, TPI, de maneira científica, mas que não existe no território. Não tem isso divulgado, não tem isso pesquisado. Eu espero estar enganado, eu espero que vocês possam dizer para mim: não, não é verdade. Isso está, está na pauta. Isso é um assunto importante dar existência. A resistência que nós estamos querendo fazer a esse capitalismo, que está engolindo desde 500 anos, esse capitalismo está engolindo, num buraco negro, um patrimônio enorme de natureza e uma floresta que também foi chamada de floresta antropogê-

nica. Eu espero escutar que isso existe, que esse assunto ainda pode surgir e contribuir notavelmente à mudança de paradigma que está sendo. Obrigado.

Edilson Figueira: Bom dia a todos, todas e todes. Bom dia à mesa. Agradecer o convite do CNS. Estou vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Também agradecer, Kleber, pela sua fala tão importante, maravilhosa porque tem feito muita resistência, os povos originários do Brasil. A gente reconhece esse trabalho que tem sido feito durante toda essa trajetória, durante aí seis anos, quatro anos, desse governo que se passou. A minha fala é muito no sentido da resistência. A gente é de um território, de um assentamento agroextrativista PAE Lago Grande, e a professora Raimundinha mencionou na fala dela a RESEX Tapajós-Arapiuns, e a gente vive muito dentro de conflitos fundiários e ambientais dentro da nossa região, na disputa da mineração, na disputa do agronegócio e agora mais recente no avanço do garimpo nas nossas terras. E nós, pra gente fazer a resistência, a gente tem que garantir, primeiramente, a regularização fundiária porque ela está dentro do campo de disputa. Se a gente não tiver regularização fundiária dentro dos nossos territórios, a gente vai ser cooptada todos os dias, principalmente as nossas lideranças. Porque as nossas lideranças que fazem o enfrentamento, sem ter recursos financeiros, sem ter uma estrutura de ir para as comunidades, para as aldeias, para as delegacias sindicais. O capitalismo abafa todos os nossos territórios.

Mas a gente também tem vitórias e aqui eu quero trazer um exemplo da juventude lá do PAE Lago Grande que a gente fez a resistência em 2019 com uma primeira Romaria da Terra - Território Livre de Mineração. E nós conseguimos, com uma ação judicial, impedir, desde 2018, a ALCOA e suas subsidiárias adentrarem no território. Dentro da reserva extrativista Tapajós-Arapiuns nós conseguimos suspender os planos de manejo madeireiro que já ali estavam. Nós fizemos resistência, mas a gente precisa também falar aquilo que a professora Raimundinha falou na fala dela de unificar os povos e a Universidade também tem esse papel fundamental e o papel mais importante que eu vejo é o papel dos políticos. São eles que dão a canetada. A gente percebe em Santarém, quem conhece a Câmara de Vereadores, lá são 21 vereadores e 19 são a favor do agronegócio dos grandes empreendimentos. Quantos deputados nós temos no Pará? Deputado Airton Faleiro, que faz todas as intervenções aqui, no estado todo. Falando do Congresso, como é que a gente vai ter uma resistência? Porque a gente está lá dentro do campo de disputa, dentro dos nossos territórios. A gente precisa trazer isso dentro do FIA. Eu gostaria de deixar isso registrado porque nós lideranças da frente dos movimentos sociais, dos sindicatos, das associações, das federações é que fazemos o enfrentamento político na defesa dos nossos territórios.

Em Santarém, hoje, o aumento para mais de vinte lideranças ameaçadas de morte. Quem faz a resistência? É corpo a corpo. A Amazônia não é somente a terra, mas também nós, corpos que estamos ali expostos à bala, a qualquer crime que nos venha proferir. Então gostaria de deixar registrado aqui que nós, diretores do sindicato lá em Santarém, eu, Edilson, Ivete Basto, Auricélia Arapium, Maria José, Rosenilson dos Santos, que é presidente da Federação do Projeto Assentamento Agroextrativista, minha esposa. Nós estamos jurados para morrer a qualquer momento porque nós defendemos os nossos territórios. E muitos não divulgam, politicamente falando, não conhecem a nossa história, da nossa luta, da nossa resistência, incansavelmente todos os dias. São 24 horas fazendo a resistência dentro das nossas comunidades para que as nossas comunidades e as nossas aldeias não possam desaparecer a qualquer momento e o êxodo rural. Nós precisamos fortalecer a juventude, as mulheres e levar esse debate para todas as Universidades e que o parlamento e que tudo isso seja levado para nível nacional e internacional para o mundo saber que nós existimos. A Amazônia é nossa. Nós existimos e fazemos uma resistência. Nós podemos morrer, mas quem ficar vai continuar na luta garantindo o direito dos povos e das comunidades tradicionais. Muito obrigado.

Dione Torquato: Rapidamente eu vou tentar trazer a fala em três contextos: uma afirmação, uma análise de contexto e uma pergunta para mesa. Eu sou o Dione Torquato, do CNS, extrativista lá da Floresta Nacional de Tefé. Para a gente, é claro que jamais existirá liberdade do nosso povo, inclusão, justiça enquanto houver violação de direitos, genocídio do nosso povo e os nossos territórios aprisionados na mão do grande capital. Essa é uma é uma questão que é fato na Amazônia. O segundo, que se a gente pega de 88 a 2018, trinta anos aí antes desse período mais crítico e autoritário que nós vivemos, a Amazônia perdeu mais de 40 milhões de hectares. E hoje nós temos dois grandes desafios de dimensão geopolítica. Um deles é garantir a proteção e o uso das florestas públicas não destinadas. Para a gente garantir uma proteção e um uso correto é preciso pensar no ordenamento adequado que reconheça os territórios dos povos e comunidades tradicionais, que reconheça a importância das autogestões que são desenvolvidas nesses territórios e um modelo de desenvolvimento que reconheça as pessoas como um centro dessa disputa. O segundo grande desafio é implementar esses territórios hoje já reconhecidos. As terras indígenas, as reservas extrativistas e as comunidades quilombolas e também todos aqueles territórios tradicionais de uso comum que existem debaixo das camadas de florestas. A partir dessa perspectiva e para não aprofundar muito, tenho uma pergunta para a bancada que diz o seguinte: Pensando nesse cenário que nós temos hoje da Amazônia de tantos conflitos, violações e contradições. Qual

é o futuro da Amazônia? E como nós, movimentos sociais, podemos mudar essa realidade?

Gatão: Meu nome é Atanagildo, mas o apelido é Gatão. Eu vi atentamente a fala dos meus colegas que estão na mesa, mas eu queria aqui só me referir a uma das coisas que eu acho que é importante a gente e dar continuidade. Eu entendo que essa reunião que vai haver em Belém, em agosto, em preparação a COP 30, ela nos fornece uma oportunidade muito grande diante de tudo isso que nós já falamos. Por isso, eu acho que nós que estamos aqui tínhamos que imediatamente já sair daqui ou acertado aqui de uma cúpula paralela. Mas uma cúpula paralela onde, de fato, tivesse além dos povos da Amazônia, do Brasil, tivesse de todos os países, pelo menos representações. E a gente fizesse uma cúpula descente para discutir os temas importantes. Porque o importante do que se refere a nosso desenvolvimento na região. Porque eles não veem a preocupação dos países que vão reunir em agosto e a preocupação dos países que vão participar da COP. Não é porque tem gente pobre na Amazônia. Não é porque tem negro na Amazônia. Não é porque tem índio na Amazônia. A preocupação é em função do que a floresta amazônica pode oferecer para o mundo. Se a gente não entender isso para a discussão, eles não vão vim, porque senão eles estariam preocupados em reunir no cerrado ou de reunir na caatinga, mas para o povo fora do que existe no mundo fora desse contexto ele não tem o menor interesse. A caatinga não representa coisa nenhuma pra eles. Não estão preocupados com o bioma, estão preocupados com o que a floresta amazônica representa para o mundo. E nós desses países como temos a floresta, temos que aproveitar dessa oportunidade para fazer um debate à altura do que nós queremos, com gente, com quem nós conhecemos e com quem entende da conversa para discutir com a gente. Nós temos capacidade de fazer uma paralela, sem pedir arrego para ninguém, discutindo com o nosso povo e inclusive articulando a comunidade mundial que tem preocupação e que são nossos aliados fora do país, para gente de fato fazer uma boa discussão sobre isso. Eu acho que nós temos que alimentar essa conversa, sair desse Fórum com indicativo e com proposição para fazer uma boa conversa em relação a isso Obrigado.

João Paulo: Bom dia. Eu sou o João Paulo, eu moro hoje no território do Amapá, na cidade de Macapá, sou pesquisador de territorialidade amazônica brasileira com foco na Amazônia Litorânea, que corresponde ao estado do Amapá e ao norte do Pará. E eu fui motivado a fazer essa fala a partir da fala da colega ali de Roraima, sobre essa Amazônia que existe, mas existe dentro de um ideal colonial onde as pessoas por satélites do mundo todo enxerga a beleza dos rios enxerga a vegetação, mas não enxerga as pessoas que moram naquele lugar. Tivemos falas muito

importantes aqui, vindo de vocês, da banca, vindo também dos colegas que contribuíram a respeito da qualidade de vida que as pessoas da Amazônia têm. A minha provocação acontece nesse sentido. A gente está pensando esse território para o mundo ou a gente está pensando ele para as pessoas que vivem lá no dia a dia? O meu foco de estudo foi esse cotidiano dentro da sociedade amapaense, que é um território potente, que é um território que pode contribuir e muito para pensar as questões que não são só as questões florestais, mas são as questões que envolvem a concessão de dignidade humana a concessão e a promoção de direitos humanos pelo Estado, as pessoas que vivem nos territórios amazônicos que são invisibilizados. A gente sabe que tanto o território do Amapá, quanto o território de Roraima são territórios que são considerados periféricos, tanto pelo Estado brasileiro, por estarem dentro do território da Amazônia que é um território que é periférico dentro do sistema capitalista e são periferias das periferias. É preciso que nesses espaços, nós que pertencemos a esses territórios estamos lá para mostrar a nossa vida que é além da beleza da floresta, da beleza dos rios, a gente precisa se manifestar e dizer que nós existimos e que nós resistiremos. Então trago também essa provocação para que um próximo Fórum e demais ações a gente pense sobre a vida das pessoas que moram nesse lugar, sobre as pessoas que hoje estão chegando lá a partir de processos migratórios em busca de trabalho e em busca de direitos humanos. A gente sabe que a gente precisa discutir as questões da Amazônia para além da floresta. Não é sobre ela, é a partir dela. Muito obrigado.

Mais alguém? Vamos passar para a mesa.

Enaile Iadanza (NEAz):

Zack Romo (COICA): A respeito da participação eu penso que o trabalho que tem sido feito pela COICA de que a participação dos povos na construção de sua representação, de sua voz, de sua incidência tem 3 níveis muito importantes que são o principal obstáculo de visualização que as organizações indígenas têm para alcançar seus objetivos em uma sociedade que não é indígena. A primeira é identificar, no âmbito dos 9 países, os casos específicos de Bolívia, Equador, Peru e o resto, identificar as condições diferenciadoras que são necessárias enfrentar como representação indígena. Não é o mesmo caso do Peru e do Equador, a realidade do Brasil é muito diferente das que vivem os outros irmãos em nível territorial e o mecanismo para poder tornar visível toda essa dinâmica é algo que ainda precisa ser trabalhado. A segunda dimensão importante para garantir a representação e a voz dos povos indígenas é o contrário, como fazemos para nessa diversidade, homologar as soluções, gerar soluções mestras a serem adaptadas pelas políticas públicas internacionais. Porque embora as necessidades dos países sejam diferenciadas, as políticas públicas internacionais são unificadas e aí vem outro desa-

fio: como pegamos as diferenciações, trabalhamos nelas e como passamos isso para uma proposta homologada para uma proposta geral que pode ser incluída nos compromissos dos países e a terceira dimensão que eu acho importante que a COICA está tratando de visibilizá-la é precisamente o mecanismo de institucionalização das comunidades e das relações que as comunidades têm com o seu território. Vários países, várias constituições reconheceram que os povos indígenas são parte integrante do território, mas não foram além disso. Reconheceram os povos indígenas como parte da biodiversidade, mas não como atores políticos no que diz respeito às decisões que a sociedade deve tomar quando se trata de gerir um território. A institucionalização dos povos indígenas como atores e administradores do território de um Estado também faz parte dos desafios. É uma herança de muito tempo atrás, desde que todos os processos de republicação dos estados a nível global, quando os estados se fundaram como tais, através das suas constituições, que basicamente deixaram de lado, por mecanismos históricos, os grupos humanos originários dos territórios e isso foi sendo herdado durante anos. Na hora que temos que romper isso é por isso que se faz difícil. Integrar a voz dos os territórios nas políticas públicas em todos os níveis, começando pela política pública local. Até agora não vimos um exercício bem feito de integração da participação dos povos indígenas no desenvolvimento de política pública social, para todos. Os povos indígenas e comunidades seguem sendo tratados como um ponto à parte, quando não é assim, quando os benefícios que oferecem os povos indígenas tem mostrado que alcançaram toda a sociedade. É curioso, mas faz parte das coisas que devem ser trabalhadas, me parece que o Brasil, digamos pelo seu tamanho, pela sua escala, é um caso que merece um pouco de atenção pelo fato de abordar basicamente vários indicadores. Possui a grande maioria de povos e línguas. O território é o que mais abrange dentro da estrutura da Bacia Amazônica. Eu gostaria muito de ouvir o Kleber, da APIB, para ver qual a sua perspectiva, seria interessante.

Raimunda Monteiro (CDES/SRI/PR):

Eu só queria assim comentar rapidamente, já mesmo a título de encerramento. Foi interessante quem falou sobre esse desafio que nós temos que é federativo, em relação à representação no Congresso Nacional. Essa era uma preocupação do Celso Furtado lá atrás, quando ele pensava em desigualdade regional. Um obstáculo político, que é o nosso sistema federativo em que nós teremos uma predominância de representação parlamentar dos estados mais populosos e isso também tem uma repercussão econômica muito forte.

Lutar por aumentar mesmo nessa desigualdade do sistema de representativo, mas para aumentar representações no parlamento continua sendo um imperativo. Reforçar a ideia de unir os protagonismos, nossos como movimentos da sociedade. Protagonismos para poder não só garantir a resistência, mas também ampliar conquistas. O grande desafio da ampliação de conquistas hoje está, a meu ver, realmente nessa disputa do modelo de desenvolvimento a partir das comunidades. De como melhorar a vida de quem está nas florestas em condições de desvantagem de meios de vida, e de também integração com as cidades, nas condições também de educação e saúde, mas também quem está nas áreas que não tem mais floresta e quem está nas áreas que não tem mais floresta é com uma desvantagem muito grande.

Porque quando a gente vai olhar para os sistemas agrícolas, da agricultura familiar, mesmo dos extrativistas que hoje dependem e que precisam produzir alimentos básicos, a gente vai ver que tem lugares que já não se produz sem irrigação, que não se produz mais se não tiver sistema de irrigação e irrigação depende de água e água depende de energia e isso é caro, então a ameaça da segurança alimentar para quem está nas áreas que não tem mais florestas, que são áreas mais agrícolas, isso é uma realidade hoje.

Muito interessante a colega que falou de entendermos a migração, não apenas pelo lado da migração dos sistemas empresariais ligados ao agronegócio e às exportações, porque eles também migram e o fenômeno deles na Amazônia se dá por um processo migratório em que os menos competitivos vão em busca das terras públicas e vão impondo modelos atrasados de produção, de expropriação, mas também a migração dos povos, que continua e agora transnacionais.

Mas tem um projeto, coordenado pelo Avelino Ganzer, que está fazendo uma reflexão sobre os cinquenta anos de colonização na Transamazônica, a partir da visão de todos os povos, os que chegaram, os que estavam. Foram feitas já 120 gravações de testemunhos da colonização entre as bacias do Tocantins e o Tapajós. O que a gente percebe nas trajetórias daquelas pessoas? Elas refletem a realidade do campesinato brasileiro nos últimos cem anos. Desembocou lá. Desembocou em Rondônia, desembocou em Roraima, desembocou no Acre Em todos os nossos estados da Amazônia.

A proposta de a gente colocar, discutir o futuro da Amazônia e como os movimentos sociais influenciarem, pode ser o tema do próximo FIA porque vai ensejar realmente uma reflexão muito forte. A cúpula dos presidentes é interessante que realmente os movimentos sociais pensem nas suas representações. O governo, através da Secretaria Geral da Presidência e do Ministério das Relações Institucionais, está engajado nos eventos dos Diálogos sobre a Amazônia, alguns deles com parceria da REPAM e outras organizações, do FOSPA e nós do Conselho estamos nos programando para duas intervenções, buscando que elas sejam também Pan-Amazônicas.

Uma discutindo os temas que podem ser interessantes para serem pautados no Conselho e outro também tentando olhar para essa visão mais de futuro. Então é isso, agradecer mais um FIA, mais um aprofundamento dos desafios do presente, mais pauta para o futuro. Agradecer aos organizados, por estar aqui, parabenizar pelo evento e nos colocar agora também, como Universidade que a gente nunca deixa de ser, mas também no Conselhão como um espaço que também pode receber e discutir pautas sugeridas e propostas por aqui. Obrigada.

Enaile Iadanza (NEAz): Obrigada Raimundinha e Zack. vou passar aqui para a Dorinete, depois para o Kleber para encerrarmos o terceiro painel.

Dorinete Serejo (MABE): Para finalizar, agradecer a presença de todos, de todas e todes e mais uma vez agradecer o convite da professora Enaile para estar aqui representando Alcântara e essa nossa luta para permanecer nos nossos territórios.

São muitas questões que surgem num evento desse, questões importantes, questões fundamentais e eu avalio que uma das questões fundamentais que precisam ser resolvidas no Brasil para que a gente possa garantir a permanência das pessoas no territórios e a segurança daquele que defendem o território é a regularização fundiária. Para mim esse é o ponto principal e nós vemos nosso governo, que é um governo que nós escolhemos, que precisamos chegar mais próximo ainda e exigir essa questão que é a regularização fundiária. Todo processo de regularização fundiária do território étnico quilombola de Alcântara está pronto desde o início dos anos dois mil. Governo Lula.

Foi publicado o RTID tudo certinho em novembro de 2008. Faltou coragem do presidente Lula para assinar e a gente esperou, porque era o governo companheiro, porque era um governo de esquerda e afirmo hoje que nós não estamos dispostos a esperar mais quatro anos do governo Lula para assinar sem que a gente cobre. Eu acho que o fundamental sim que as organizações, as instituições e aí estão as Universidades, os cientistas, os estudantes e os movimentos sociais se juntarem nessa defesa da titulação dos territórios dos povos tradicionais do Brasil.

Assim, a gente pode sim garantir a permanência da Floresta Amazônica. Porque esse povo cuida e guarda mesmo sem título, Porque ele se sente parte dessa floresta e a gente resolve muito sobre a violência no campo, que é o que mais tem matado lideranças quilombolas, indígenas, sindicalistas, principalmente na região norte e nordeste do Brasil. Temos por parte do governo o Programa Aquilomba Brasil com uma gama de ações e projetos que são levadas para as comunidades quilombolas, mas nós não temos o título da terra. Muitas dessas questões, principalmente de infraestrutura, esbarram nisso e aí essa política não chega.

Nós não temos como segurar a juventude nas comunidades. Como é que a gente permanece então? Uma das coisas que a gente tem que focar é nisso, forçar mesmo, não sei de que forma, mas acho que é algo que a gente tem que começar a pensar em como forçar o nosso governo Lula a regularizar os territórios das comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas no Brasil, porque do outro lado a gente tem a bancada ruralista fazendo pressão e a gente só escuta o Lira diz: se Lula não chamar para conversar ele vai enfrentar dificuldades. Acho que temos que fazer pressão do mesmo jeito, se nós não formos ouvidos, se nós não fizermos pressão, como é que fica? A gente volta e fica esperando por quatro anos? Porque infelizmente a gente não consegue não sei como vamos conseguir montar uma bancada favorável às minorias.

Muito obrigado, parabéns a todos pela organização do evento, estamos aí sempre.

Kleber Karipuna (APIB): Muito rapidamente, vou fazer alguns comentários. Queria começar reforçando da gratidão, não só do convite de ter vindo participar aqui do terceiro FIA desse painel, infelizmente não pude star nos dias anteriores, eu imagino que deve ter sido muito rico e também gratidão por todas as reflexões que foram postas aqui.

Queria me apegar a uma última reflexão que Gilney trouxe para a gente que dialoga muito com várias manifestações de fala que tivemos aqui da plenária e de esperança, de como a gente vai continuar resistindo. Mesmo num cenário de vários anos aí do domínio do capitalismo no nosso país, o Gilney traz para gente que a gente tem em nossas mãos um poder significativo. Os nossos territórios estão com a gente, mesmo eles tentando invadir, tentando cooptar lideranças, tentando a todo tempo abrir nosso território para a exploração, o poder da luta do povo, dos nossos movimentos sociais, nós estamos aí firmes e fortes, seja o movimento indígena, seja o movimento sem terra, seja o movimento pela moradia, enfim, movimentos camponeses, diversos movimentos sociais, nós estamos firmes e fortes.

Passamos o que passamos nesses últimos quatro, seis anos, mas continuamos firmes e fortes. E os nossos ideais, as nossas ideologias continuam com a gente e não estão na mão do capital. Essa reflexão nesse ambiente do FIA, de tudo que a gente vem enfrentando, nos faz ganhar muita força para continuar essa caminhada e pensar estrategicamente de como incidir essa caminhada para galgar os espaços.

A questão trazida e pelo Ricardo, como que a gente vai incidir nesse processo, gostei dessa analogia dessa comparação ao poder do Congresso, o poder está na mão de um grupo muito pequeno de domínio, de poucos políticos, de oligarquias históricas, de domínio de grandes lugares, só de você pensar, por exemplo, o próprio hoje Presidente da Câmara, na disputa que tem em Alagoas entre Lira, Renan Calheiros. Imagina o estado

como Alagoas que deve sofrer, ainda mais, com essa disputa.

Não é diferente em alguns estados um pouco menos reacionários, pegando exemplo do meu próprio estado do Amapá, onde a disputa foi, por um bom tempo, entre a família Capiberibe e a família Góes que sempre estiveram no poder. Hoje um pouco mais aberto para outros espaços, mas mesmo assim uma oligarquia de poder, ainda muito grande que o povo em si mesmo tem pouco espaço de incidência de galgar esse poder.

O poder que eu falo é político partidário mesmo, de incidir com as nossas representatividades legítimas. Nesse cenário a APIB desde 2017 vem buscando avançar em um processo de ocupar esses espaços da política partidária, um tema que era e continua sendo muito espinhoso para dentro do movimento indígena, e imagino que os outros movimentos sociais também seja algo nesse sentido.

Eu digo espinhoso porque até um tempo atrás, a gente pega a data base de 2017, porque de 2012 para trás era quase que uma briga interna do movimento indígena se falar vamos apoiar candidaturas indígenas, vamos apoiar lideranças indígenas a se candidatarem. Em 2017 a gente começa a romper um pouco esse paradigma interno e essa confusão boa que toda vez que é causada por eles para confundir a gente, para a gente não entrar nesse processo, para justamente não alcançar os espaços de poder e não conseguir implantar as nossas ideias, nesse processo colonizador que vivemos desde a chegada dos invasores do nosso país, no nosso então futuro país chamado Brasil.

A gente vem tentando, aos poucos ocupar esses espaços. De 2017 para cá a gente fortaleceu muito a estratégia de campanha indígena, de fortalecer candidaturas indígenas, seja nos espaços das eleições municipais, seja nas eleições nacionais. Começamos agora a ganhar, avançar com alguns resultados vamos continuar com essa estratégia, porque de fato é aonde, se não se toma todas as decisões, mas é aonde se direciona e se concentra uma grande força de poder no nosso país, seja nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas. O que estamos vendo hoje no nosso Congresso Nacional, totalmente reacionário, é que a qualquer iniciativa ou tentativa de avanço de políticas indigenistas, ambientais, climáticas, sociais, o retrocesso que esse povo, que ele tá com a maioria do poder pensa e é um espaço essencial pra gente continuar montando a nossa estratégia.

As eleições passadas, a APIB lançou campanha indígena, conseguiu aí trabalhar diretamente o apoio a trinta candidaturas indígenas, já tivemos êxito aí com duas candidaturas, MST trabalhou uma estratégia também de candidaturas de companheiros e companheiras da luta da reforma agrária, do campo, se não falha a memória, eram cinquenta candidaturas do MST diretamente apoiadas. Acho que é um caminho sim, para trocar experiências e estratégias de incidência para ocupar esse espaço e poder incidir, nesse pensar nosso do bem viver. A gente

tem uma concepção muito clara do que é o bem viver para nós, principalmente povos indígenas e populações tradicionais, porém é uma luta muito árdua num cenário onde o capitalismo de fato e impera e tudo que é pensado sobre o que eles pensam da Amazônia, apenas do que pode se extrair da floresta pensando no capital, do que você pode sequestrar de carbono, pensando no que você pode lucrar com isso, pensando que você pode, e o próprio governo Lula, que preocupa um Governo muito mais aliado, muito mais propício às nossas pautas, mas também tem um olhar voltado nesse pesar do capital.

Então como a gente consegue pautar essas nossas demandas pensando nesse Bem Viver coletivo, incidir sobre isso nos espaços de poder e avançar nesse contexto. Queria só reforçar alguns pontos, o companheiro Rudi trouxe a experiência do Suriname. A gente está com uma relação com os povos indígenas do Suriname muito próxima, principalmente a COIAB da Amazônia, numa discussão muito próxima, principalmente com os povos Tiriyó, ali na região, que tem uma relação muito próxima com a gente nessa tentativa de trocar experiências de como nos fortalecermos enquanto povos para além das fronteiras dos nossos países, fortalecimento dos povos da Amazônia, da Bacia Amazônica como um todo.

Bem lembrado sobre a realização do evento da Cúpula da Amazônia, que por mais que a gente tenha hoje um governo nosso muito mais próximo às nossas pautas, às nossas demandas, se juntando com o governo da Colômbia, dos países em relação à Amazônia, com um potencial para puxar esse debate. Mas se a gente não incidir...

Parabenizar a iniciativa que o pessoal da REPAM, FOSPA, AMA, que também nos convidou para estarmos juntos nesse processo, a COIAB e a APIB junto com alguns parceiros vão tá puxando agora dia 28 a 30 de julho agora, no final do mês, aqui em Brasília, um debate de organizações da Amazônia brasileira e convidando também e companheiros e companheiras das organizações que são membros da COICA, diretamente com essas organizações, para estar junto com a gente também nesse período, para a gente fazer uma reflexão sobre a nossa incidência e a nossa contribuição para esse debate, pensando justamente que não dá para deixar os governos amazônicos discutirem, debaterem a questão da Amazônia sem a nossa efetiva participação.

Um processo também que a gente quer trazer para dentro da Cúpula da Amazônia. Por fim, a pergunta, a provocação que o companheiro Dione traz sobre qual o futuro da Amazônia, diante desse cenário. Pensando nas estratégias do Bem Viver e pensando no futuro da Amazônia que nós defendemos, da reforma agrária, da demarcação das terras indígenas, do fortalecimento da participação dos povos, das comunidades, do processo de envolvimento, de participação, de consulta do envolvimento, a gente tá falando de um de um Governo que tá com discurso

muito positivo, na questão ambiental e climática, sobre os direitos dos povos indígenas, um Congresso muito reacionário, mas mesmo dentro do Governo inimigos nossos trabalhando o processo contrário a esse Bem Viver que nós queremos, essa Amazônia que nós queremos, a esses biomas que nós queremos para o nosso país.

Pensando nisso, é um grande desafio como nós pensamos essa Amazônia para o futuro. A gente tem uma concepção do que nós queremos da Amazônia para o futuro. Porém, não é a mesma concepção que esses outros pensam, ou como a gente consegue trabalhar essa Amazônia pensada por nós, com a gente participando. Pensada primeiramente para nós, e aqui no bioma amazônico do nosso país, mas também pensar, o potencial que essa Amazônia tem, junto com os outros biomas, também para a humanidade.

É um desafio enorme, acho que essa pergunta, ela tá um pouco mais clara para nós, porém a gente precisa traçar estratégia conjunta de como incidir junto a esses outros que lutam contra para que a gente de fato pense nessa Amazônia e nos outros biomas sobrevivendo por muitos anos ainda e garantindo ser ainda esse pulmão da humanidade, que todos nós defendemos de fato, e alertar para o mundo inteiro que se não for esse o caminho todos nós estamos fadado a um fracasso coletivo lá na frente sem toda essa grande biodiversidade protegida.

Queria aproveitar para finalizar, agradecer novamente o convite e a participação, estamos sempre dispostos a continuar nessa luta reflorestando as mentes para a cura da terra. Obrigado.

Enaile Iadanza (NEAz): Obrigada aos participantes dessa mesa e a todas e todos que estiveram presentes e contribuindo na concretização do 3º Fórum Internacional sobre a Amazônia







Conversa com João Moreira Salles
Sobre o seu livro Arrabalde: em busca da Amazônia

Local: Auditório do Centro Cultural da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB)

Data e hora: 16 de junho de 2023 (sexta-feira) - 11h

Participante:



João Moreira Salles, escritor, documentarista e produtor de cinema brasileiro

Coordenação:



Enaile Iadanza, Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/CEAM/UnB)

Enaile Iadanza (NEAz): Vamos começar a conversa com o João Moreira Salles, cineasta, fundador da revista Piauí, dirigiu os filmes No Intenso Agora; Santiago; Entre Atos; Notícia de Uma Guerra Particular e Nelson Freire. Lançou no ano passado o livro Arrabalde: em Busca da Amazônia que está sendo vendido ali fora. Obrigada pela presença, João, sei que é difícil pela sua agenda. É uma honra a gente receber você aqui, eu espero que volte sempre. Obrigada.

João Moreira Salles: Obrigado, professora. Sem nenhuma retórica, a honra é minha. É um baita prazer estar aqui na UnB, e, principalmente, falando sobre a Amazônia e para amazônidas. Eu encontrei algumas pessoas antes de entrar aqui e todas elas são da região. A minha posição aqui é uma posição um pouco excêntrica, porque o livro que eu escrevi sobre a Amazônia, e sobre o qual eu vou falar, é um livro que nasce do meu incômodo de não conhecer a Amazônia. E eu não sou exceção, sou a regra dos brasileiros que vivem de costas para a região. Eu, com cinquenta e tantos anos, me dei conta que conhecia muito melhor outras partes do mundo do que sessenta por cento do meu próprio país. Conversando com as pessoas do meu entorno percebi, muito rapidamente, que sou mais um de tantos e o Arrabalde nasce um pouco dessa vontade de tentar entender essa região, que para mim hoje em dia é central do Brasil, o Brasil é periferia da Amazônia, estou convencido disso. Então, fui para lá em 2019, fui a trabalho para publicar. 2019 foi o primeiro ano do último governo que passou. Um governo que, claramente, se dispunha a acabar com a floresta. A Amazônia estava sob ataque e como repórter, não como documentarista, fui para lá tentar entender o que estava acontecendo no território, e como a Amazônia não é uma só, são muitas, eu tive que escolher uma e passei seis meses no Pará.

O Pará é um bom lugar para você entender o que acontece na Amazônia, porque o Pará tem um pouco de tudo. O Pará tem o maior bloco de florestas tropicais protegidas no mundo. O Pará tem áreas que já foram desertificadas pelo homem. O Pará tem pecuária. O Pará tem grandes obras de infraestrutura. O Pará tem garimpo. O Pará tem terras indígenas. O Pará tem agricultura familiar. O Pará tem grandes cidades. O Pará tem territórios em disputa, tem grilagem. O Pará é uma espécie de microcosmo da Amazônia. Como eu não tinha mais a minha vida inteira, como outras pessoas na verdade que foram para lá muito jovens e se dedicaram a proteger a floresta e, portanto, conhecem a Amazônia, do Ocidente ao Oriente dela, eu fiquei no Pará e cheguei com muito pouca informação. A minha fala aqui hoje, provavelmente é muito diferente da embocadura dos outros palestrantes, porque os outros palestrantes conhecem a Amazônia. Eu estou indo para descobrir a Amazônia, é essa a minha perspectiva. Ou seja, daquele que não sabe e daquele que reage às primeiras impressões. E o livro nasce de sete reportagens extensas, como são as reportagens da Piauí, publicadas ao longo

de sete meses, uma por mês a partir de 2021, salvo engano. Eu fui para o Pará em meados de 2019, voltei de lá em dezembro, passei seis meses. Tinham coisas ainda a serem visitadas, eu não pude porque peguei uma dessas doenças estranhas da floresta, que se resolveu depois de certo tempo, e aí eu retornei em fevereiro para as áreas mais conflitadas como Novo Progresso e Altamira. E veio a pandemia em 2020 e na pandemia foi o período em que eu escrevi os artigos. Eu queria falar para vocês um pouquinho dessa minha experiência. Eu vou falar para vocês durante uns trinta, quarenta minutos com auxílio de algumas imagens. Depois a gente transforma isso num bate-papo.

Quando eu fui para Belém ainda havia voo direto, Rio de Janeiro-Belém. Eu acho que não existe mais esse voo, existia uma frequência, o que, aliás, é sintomático da conexão do Brasil com a região norte do país. Era um voo que saía, era a única frequência por dia, só tinha uma, saía do Rio por volta de dez horas da noite, onze da noite, não me lembro, e chegava em Belém de madrugada. E eu cheguei de madrugada, fui para o hotel e, portanto, não vi a cidade porque estava noite. Quando eu acordei eu tinha um compromisso já bem cedo no dia seguinte. Eu acordei por volta das seis da manhã e olhei pela janela e a vista era essa daqui:



E aí eu escrevi o livro. A reportagem abre assim: “Um grau de latitude separa Belém da linha do Equador. De dia o sol fustiga a cabeça, os ombros, o rosto, os postes, as casas, os prédios, as calçadas, os carros, os ônibus. O sol fustiga tudo. A cena é monocromática, baça e nela os trópicos foram eliminados. Calhou de a cidade estar ali, mas poderia estar em outro lugar. A impressão é de que Belém já não sabe onde está“. Belém não é exceção. De todas as capitais brasileiras, as capitais da região norte são as menos arborizadas do país. Belém entra aqui um pouco como atalho que ajuda a gente a compreender como nós

brasileiros ocupamos o bioma.

Numa frase eu diria que a gente nunca quis conhecer a floresta. A gente nunca quis conhecer a paisagem. O ato fundacional é de remoção daquilo que é a paisagem natural que nos cerca. A ideia, portanto, desde os primórdios, desde a invasão dos europeus, a ideia foi sempre a de substituição e substituição do quê? Do estranho pelo familiar, de uma flora por outra, pensem na soja, de uma fauna por outra, pensem no boi. Substituir a desordem da selva pela ordem da plantação; substituir o contínuo da mata pela paisagem retalhada das lavouras; substituir a abundância das espécies, em que nenhuma delas domina, que é o estado natural da floresta, pela parcimônia das poucas espécies domesticadas, sejam elas espécies animais ou espécies botânicas, espécies do uso humano. E nessa ocupação, essa redução do muito ao pouco, que é o que caracteriza a nossa ocupação da floresta, nós evidentemente nunca vimos a paisagem. Lendo os relatos dos viajantes e dos primeiros viajantes que chegaram a Amazônia, a gente vê como isso tá presente desde a largada. O relato inaugural desse desajuste, pelo menos para mim, foi escrito em 1541 por um Frei, Frei Gaspar de Carvajal, que integrou o que a história registra como o primeiro percurso de europeus da cabeceira do Rio Amazonas até a Foz. Na última perna dessa viagem isso me impressionou muito quando eu li. Li depois de ter voltado de lá e eu vou dizer por que me impressionou, particularmente depois de ter ido para lá. O Carvajal olha para as margens do atual Rio Amazonas, provavelmente ele estava olhando para as margens da Ilha do Marajó, e escreve o seguinte: “Aqui é terra temperada, onde se colherá muito trigo e se darão todas as árvores frutíferas. Além disso, está aparelhada para criar todo o gado porque há nelas muitas ervas como em nossa Espanha, tais como orégano e cardos pintados, e outras muitas ervas boas. Os montes destas terras são azinhais e soverais, porque nós as vimos, e também carvalhais”. Pois bem, o orégano é uma planta do mediterrâneo, não existe na Amazônia, assim como também não existem os tais cardos europeus e muito menos os azinhais e os soverais, e eu tive que consultar para saber o que era uma coisa e outra, porque eu nunca tinha ouvido falar nem um nem no outro. O resumo dessa história é que o Carvajal viu o que ele queria ver, mais precisamente ele viu aquilo que ele já conhecia, ele viu o que ele trouxe nos seus olhos do mundo ao qual ele pertencia. E foi Carvajal que nomeou a região, Amazônia. Já na parte final da viagem, perto do Rio Nhamundá, que é fronteira do atual Amazonas com o Pará, os espanhóis, a nau dele, enfrentou mais um ataque indígena e dessa vez o Carvajal, olhando para o que vinha em direção a ele, imaginou que ele estava sendo atacado por guerreiras Amazonas, mulheres altíssimas e de uma valentia extraordinária. As Amazonas, evidentemente, são figuras da imaginação europeia, elas são citadas por Homero. O nome, portanto, da própria região, nasce de um erro de inter-

pretação, de uma incompreensão, e isso é um motivo recorrente do nosso encontro com a Amazônia, é um constante erro epistemológico. A gente não entende o que está vendo. A gente vê errado, a gente nomeia errado, a gente classifica errado, a gente batiza errado, e a gente desenvolve pontos cegos em relação ao que está diante dos nossos olhos e essas coisas se manifestam das formas mais prosaicas. Uma das coisas que me ocorreu depois de algum tempo, em Belém, é como os táxis se protegem do sol com as películas mais escuras que eu já vi nos vidros. Eles precisam fazer isso porque o sol é tão inclemente e a proteção a esse sol é tão pequena, já que as árvores foram removidas, que a única solução é você aplicar aquelas coisas que escurecem os vidros que são, repito, as mais densas que eu já vi. Então quando a tarde começa a cair, a cidade literalmente desaparece e a noite a gente não vê quase nada, o entorno some e é outro sinal dessa cegueira. É outro sinal de não estar mais no lugar em que você reconhece o ambiente natural no qual você deveria existir. Você tem relatos de viajantes que chegam numa Belém ainda muito arborizada e ainda cercada pela floresta, o Bates, por exemplo, em meados do século dezenove. E o relato do Bates, é um relato em que ele não menciona o calor de Belém, ele fala que é uma cidade agradabilíssima porque está sempre tomada pela frescura da mata. Isso já não existe, isso desapareceu, porque o urbanismo atual da Amazônia é um urbanismo que não compreende a Amazônia. Essa ideia dos desajustes, do nosso desajuste em relação à região para mim se materializou num dia em que já, em dezembro, eu precisei ir ao Instituto Evandro Chagas (IEC), porque eu estava com essa febre estranha e fica em Ananindeua, que é faz parte da grande Belém, e se Belém ainda tem as suas mangueiras no centro, Ananindeua não tem mais nada. Eu descrevo o que eu vi indo para lá e o que eu digo é o seguinte, isso está na reportagem, está também no livro, e é o resumo dessa primeira parte, desse primeiro ato da fala minha para vocês aqui hoje: “Numa manhã de dezembro de 2019, no bairro Castanheira, um segurança da Igreja Universal do Reino de Deus olhava os carros passarem pela via expressa. No alto da escadaria que leva ao templo, em meio às buzinas, à fumaça e à feiura, lá estava o homem em seu posto, sem nenhuma sombra a protegê-lo. Eram oito da manhã e fazia 36ºC e ele vestia camisa, gravata e terno pretos, o paletó fechado até o último botão. Aquilo é impraticável. O segurança de terno preto debaixo do sol equatorial é viável por muito pouco tempo. Se permanecer ali toda manhã, desmaia; se não for acudido, morre. O que significa duas coisas: que a paisagem natural, eliminada no fio das décadas, já não é capaz de protegê-lo, e que a paisagem que a substituiu, construída à custa de muito trabalho, não é mais aliada da vida. O homem de terno preto sob o sol do Equador é a figura de um impasse. Ele é o boi, a soja, o garimpo, o machado, a serraria, o modo como essas coisas ocuparam a floresta e substituíram

uma paisagem por outra sem nunca pôr em questão a viabilidade dessa troca”. Essa é a primeira ideia, que é a ideia da incompreensão. E a gente sofre das consequências dessa incompreensão, nesse momento, visivelmente, dramaticamente, nos últimos quatro anos. A gente espera que a coisa melhore agora, apesar de nas últimas semanas terem sido muito ruins, mas as últimas semanas também são, evidentemente, um sintoma disso que eu estou descrevendo: uma incompreensão absoluta do papel que a Amazônia desempenha para o Brasil e para o mundo.

Passando para a segunda parte da minha conversa, e essas coisas todas vão ser costuradas, eu vou voltar a elas. Por que a gente não compreende a floresta? Por que a floresta não contaminou a nossa imaginação? Em 2019 uma iniciativa da Universidade de Princeton, eles tem lá um uma coisa que chamam de “Brazil Lab”, que é um Centro que pensa o Brasil, e a Amazônia ocupa o centro dessa reflexão, organizou um evento em torno da Amazônia e uma das apresentações foi de um cientista bastante eminente, um sujeito muito importante na ciência do clima chamado Robert Sokolove, que é um professor emérito do Centro de Estudos Ambientais da Universidade de lá. Sokolove participou da plateia, das apresentações, e falaram pessoas como Beto Veríssimo, do Imazon, falou o professor Carlos Nobre, falou o Paulo Bezerra, do Imazon, que é um especialista em pecuária, falou gente que conhece a dinâmica da grilagem na Amazônia, que evidentemente é uma operação imobiliária, não é pela produção, mas é pela terra. E o Sokolove, no último dia, fez um resumo daquilo que ele entendeu da conversa dos brasileiros a respeito da Amazônia e ele projetou essa imagem aqui, que é um quadro que se chama “Progresso Americano” de 1872,

Progresso Americano. John Gast, 1872. Autry Museum of the American West. Los Angeles, CA.



de um pintor chamado John Gast e que é a alegoria da doutrina do destino manifesto, ou seja, da expansão para o oeste dos Estados Unidos. A figura representa o progresso. Essa senhora que flutua, branca evidentemente, se move do leste, já ocupado pelos brancos, que é luminoso, em direção ao oeste, que ainda precisa se civilizado, o oeste escuro, o oeste em que o sol ainda não nasceu e ela leva consigo, no rastro, os colonos brancos que vão trazer a luz da civilização.

O Sokolove olhou, e ela vai tecendo, não dá para ver direito, mas ela tece... Na mão direita ela tem um livro didático, que é a educação, e na mão esquerda ela tem um fio e esse fio é o telégrafo e ela vai tecendo a paisagem americana com o telégrafo, integrando, portanto, o país inteiro à lógica do capitalismo que se expande em direção ao oeste americano. E o Sokolove então, tendo reagido aquilo que ouviu nos últimos dias, nos três dias do simpósio, disse o seguinte: "Agora eu entendi. O oeste americano é o norte brasileiro". E eu fiquei com isso na cabeça. Com o tempo eu concluí que sim e que não, sim porque, como eu escrevi no primeiro artigo da revista, em que se pesem as diferenças histórias que são muito grandes, essa é uma colonização feita no século dezenove com incentivos e com a migração substancial da população americana, do leste para o oeste americano, o que nos pode dizer que aconteceu aqui no Brasil, a parcela da população brasileira que foi levada do Sul e do Nordeste para região Norte é bem menor do que aquela dos fluxos migratórios americanos. Mas ainda assim, em ambos os casos, contingentes humanos deixaram para trás o pouco que tinham. Era gente pobre que, estimuladas pelos governos, reiniciaram a vida em outro lugar. Então, nesse sentido ele tem razão, o oeste americano é um pouco o nosso norte, mas não, e o que me interessa é que são as diferenças, mas não porque não existe um correlato brasileiro a essa imagem, que é uma imagem muito poderosa na formação da imaginação americana. Esse quadro é um quadro conhecido, esse quadro é um quadro que os meninos na escola e as meninas na escola veem, aprendem. A ideia do destino manifesto é uma ideia que está consagrada na identidade do norte-americano. Dizendo tudo isso de outra maneira, o que eu estou sugerindo aqui é que a produção simbólica dos brasileiros não originários sobre a floresta é pobre, o que não é verdade no caso norte-americano e a gente conhece essa iconografia, ela começa pela fotografia dos grandes mestres, do Ansel Adams, que fotografou o Yosemite Park e a paisagem do oeste americano **(imegens 1, 2 e 3)**. A gente conhece as fotografias da Dorothea Lange **(imagem 4)**, esse esforço do governo americano de produzir uma imagem sobre o sul do país e também sobre o oeste do país, no período da grande depressão, para que as pessoas que viviam nos centros urbanos mais prósperos do país tomassem conhecimento do que era aquilo, aquela outra América tão diferente de Boston, tão diferente de Nova York, tão diferente

Imagem 1



Imagem 1:
Ansel Adams. Lower Paradise Valley, ca. 1925

Imagem 2



Imagem 2:
Ansel Adams. Yosemite National Park. 1925.

Imagem 3



Imagem 3:
Ansel Adams. Yosemite National Park

Imagem 4



Imagem 4:
Dorothea Lange. Tulelake, CA. 1939.

de Chicago e que pudessem entender e criar laços de empatia com aquilo que ocorria num país que era em tudo diferente daquilo que os americanos da Costa Atlântica do país conheciam **(imagens 5, 6, 7 e 8)**. Essas imagens depois se transformaram em cinema. Aqui o famoso "Os Brutos Também Amam", do

Imagem 5



Imagem 5:
Walker Evans. Hale County, AL. 1936.

Imagem 6



Imagem 6:
Russell Lee. Buttermilk Junction, IN. 1937.

Imagem 7



Imagem 7:
Dorothea Lange. Nipomo, CA. 1936.

Imagem 8



Imagem 8:
Arthur Rothstein. Cimarron County, OK. 1936.

George Stevens **(imagem 9)**, aqui é "Rastros de Ódio" do John Ford **(imagem 10.1 e 10.2)**. Essa iconografia que na verdade não contaminou só a imaginação americana, mas contaminou a imaginação

Imagem 9



Imagem 9:
Os Brutos Também Amam
(George Stevens, 1953).

Imagem 10.1



Imagem 10.1:
Rastros de Ódio (John
Ford, 1956).

Imagem 10.2



Imagem 10.2:
Era Uma Vez no Oeste
(Sergio Leone, 1968).

planetária, é o grande soft power americano, fez com que a paisagem americana se tornasse parte da identidade americana, O americano é, em parte, americano porque as paisagens do John Ford fazem parte daquilo que o constitui como cidadão daquele país. As fotografias da Dorothea Lange, as fotos do Ansel Adams, a natureza imponente do oeste americano é parte daquilo que me faz ser norte-americano. E não só em relação às artes visuais, on the road, a literatura, a música, a canção americana celebra essa paisagem, torna essa paisagem sagrada, sacraliza e a sacralização evidentemente torna posteriormente a destruição mais difícil, mais penosa, aumenta o custo dessa destruição. Quem não conhece essas paisagens?

Nós poderíamos ter feito isso e escolhemos não fazer. O acervo de onde a gente poderia tirar o material para construir essas narrativas simbólicas não faltaram, A gente poderia ter retirado isso das cosmogonias indígenas, da epopeia dos naturalistas, dos viajantes, dos escritores que passaram pela região, da tradição dos pesquisadores das ciências humanas que reinventaram seus campos, ciências sociais também, de saber a partir dos estudos da região, os antropólogos, os viajantes, da guerra dos cabanos, do ciclo da borracha, da épica do ciclo da borracha, com seus horrores, da construção, épica também, da Madeira Mamoré e mais tarde a da Transamazônica e até do esforço imenso da colonização das décadas de sessenta e setenta. De

todas essas fontes teria sido possível extrair os elementos para construir uma Amazônia simbólica que fizesse parte do nosso sentimento comum de povo. Nunca fizemos isso e na verdade fizemos o contrário disso. Minha formação, que é um livro que está lá entre os livros fundacionais do que somos como brasileiros, escrito por um membro da elite do país, elite inclusive ilustrada, uma das palavras que geralmente não andam juntas no Brasil, por boas razões, o Joaquim Nabuco, ele escreve: “O sentimento em nós é brasileiro, mas a imaginação é europeia. As paisagens todas do novo mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno a Amalfi, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre. No meio dos luxos dos teatros, da moda, da política, somos sempre squatters, como se estivéssemos ainda derrubando a mata virgem”. Esse é uma das figuras mais ilustres que o Brasil produziu no século dezenove Um abolicionista fundamental. É um sentimento esse do Joaquim Nabuco que a gente encontra de novo nos relatos mais clássicos sobre a região. Eu vou dar um só exemplo daquele que eu considero o maior escritor a ter passado pela Amazônia que é o Euclides da Cunha. O Euclides publicou um livro, póstumo, mas quando ele morreu o livro já estava praticamente pronto, então não é um livro feito a despeito do Euclides, é um livro que ele quis fazer. Nas primeiras três páginas desse livro, três páginas, ele escreve o seguinte: “Que o Rio Amazonas...” e os adjetivos são todos dele, tá? “Que o Rio Amazonas é um desapontamento”. O Rio Amazonas, quem já viu o Rio Amazonas, tá vendo um oceano. Para o Euclides é um desapontamento, “que a paisagem é monótona, que os horizontes são vazios, que a natureza é pura desordem, que a flora é imperfeita, que a fauna é monstruosa, que os anfíbios são paleozoicos, que um pássaro que ele vê é desprezível e que a natureza é incompleta”. O título do livro, dado por Euclides, inclusive antes dele morrer, é “À Margem da História”, “A” com crase. Ou seja, existe uma história e a floresta tá fora dessa história. Nada aconteceu ali, ainda. É terra virgem, uma espécie de lousa, virgem, à espera de um início, que provavelmente só pode ser escrito pelo colonizador que chega. O primeiro capítulo do livro, inclusive, leva o título na Amazônia, “Terra Sem História”. Eu suspeito, e essa é uma das hipóteses do meu livro, que é essa indiferença é essencialmente funcional, porque a gente destrói com muito mais facilidade aquilo que não tá investido de carinho, de afeto, de interesse, de curiosidade e de amor. E quando então, na década de sessenta e de setenta, o estado brasileiro decide fazer, como diria o Sokolove, do norte brasileiro aquilo que foi o oeste dos Estados Unidos, ou seja, levar contingentes de brasileiros que não eram de lá para lá, gente pobre do Sul do país, e principalmente do Nordeste, a gente apresenta a nossa iconografia, aquela que vai representar a imagem do Estado brasileiro do que deve ser a

Amazônia. Aqui uma delas **(imagem 11)**, essa é uma revista da SUDAM (Superintendência Desenvolvimento da Amazônia) de 1971, com duas imagens idênticas, uma marrom e outra verde, do que é a utopia do Estado brasileiro nesse momento. A gente tem a Amazônia ontem, hoje e amanhã. A Amazônia ontem é uma Amazônia que tem floresta é essencialmente a floresta, a Amazônia hoje já tem um tratorzinho fazendo o seu bom trabalho, derrubando a floresta. E a Amazônia que se quer, que é a Amazônia do amanhã, não tem um único palmo, uma única planta, um único bicho. O que tem é máquina, trator, não, não tem trator, tem fábrica e tem chaminé. E não tem mais nada além do mundo da máquina. Eu sempre achei que a cor da esquerda é mais própria do que a da direita, porque também não tem mais verde. Ainda nesse mesmo momento, uma que me parece ainda mais obscena, para não dizer pornográfica, que diz o seguinte: "Chega de lendas vamos faturar!" **(imagem 12)**. Isso é o Ministério do Interior do Brasil, SUDAM e Banco da Amazônia. A letra é pequenininha, mas daqui eu consigo ler: "Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia. Com o aplauso e o incentivo da SUDAM. Com aplauso e incentivo do Banco da Amazônia. O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento. A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro". Eu não vou continuar porque só piora.

Imagem 11



Imagem 12



Essa é a cabeça do último governo, não mudou nada. Passaram-se cinquenta, sessenta anos eles são tão arcaicos, tão reacionários, tão desinformados, tão ignorantes, tão violentos, tão obscenos, quanto esse anúncio. E eu lendo um livro absolutamente extraordinário, que foi lançado recentemente pela Fósforo, "O que é meu", recomendo a todo mundo, do José Henrique Bortoluci, que é a história do pai dele, que era um caminhoneiro, que fazia a viagem do Sul para o Norte para trazer madeira para cá e tal. Ele fala de outro anúncio oficial do governo, do governo militar daquele período, de 71, portanto o governo Médici e maravilhoso porque a frase, o slogan não era "chega de lendas, vamos faturar!", mas era: "toque a sua boiada para o maior pasto do mundo". Maior pasto do mundo é a Amazônia, e a boiada a gente sabe que tem conotações bastante contemporâneas, dado um atual deputado federal, ex-ministro do Meio Ambiente. E é assim que a gente chega à frase que eu mais ouvi quando eu estava lá e por isso que eu disse para vocês que o Carvajal me impressionou tanto, o relato do Carvajal e o que ele diz quando ele olha para margem do Marajó e vê a sua Espanha. Porque eu ouvi muitas vezes, muitas e muitas vezes dos pecuaristas e sojicultores que foram para lá nessa época para faturar e que alguns prosperaram, enriqueceram, fizeram a América na Amazônia, e eles convidam você gentilmente para conhecer a casa deles e são casas avarandadas, grandes, às vezes bonitas até. E a varanda dá para uma paisagem, a paisagem construída pelo trabalho deles, e ali não tem mais a Amazônia. O que tem é a paisagem que eles trouxeram da juventude. Tem os pastos que eles tinham e que eles viam em São Paulo, ou no Rio de Janeiro, ou em Minas Gerais, tem os campos que eles viam no Rio Grande do Sul, tem as lavouras que eles conheciam do Paraná, ou de Santa Catarina. Eles reproduzem a paisagem da juventude e da infância deles e a Amazônia é removida e essa frase em algum momento depois de um silêncio comovido por parte deles, eles dizem o seguinte, e ouvi isso de muita gente em ocasiões diferentes: "Quando eu cheguei aqui não tinha nada". E tinha apenas o sistema biológico mais complexo que se conhece. A floresta mais rica que se pode imaginar, mas é nada e o nada, essa negação ontológica da floresta, é um pouco a história que eu estou querendo contar para vocês. Ela está presente nesse percurso dos brasileiros não originários pela região. E daí nasce o livro, o título do livro Arrabalde eu não tive dúvida depois de certo tempo que era o título certo, apesar de ser estranho, porque surgiu da quarta ou da quinta vez que eu ouvi: "quando eu cheguei aqui não tinha nada", porque, de fato, a floresta é o que tá longe, é o que eu não conheço, é o que eu não quero conhecer, é o subúrbio, é aquilo para o qual eu estou de costas, entende? É a periferia que precisa, portanto, ser ocupada, civilizada, transformada naquilo que eu considero o centro. Essa ideia se consolidou quando conversando com o ex-governador do Pará, Simão Jatene, que é um homem muito ligado ao Pará e muito ligado às tradições do Pará, e que me parece entender o que é a floresta e o que ela significa para imaginação do amazônida e como a Amazônia está distante da imagem do resto do Brasil, ele me disse o se-

guinte que “a Amazônia é periferia não só econômica do Brasil, mas também periferia de pensamento. É, porque nós nunca quisemos compreender a floresta, nós não formulamos uma ideia sobre ela”. E quem é de lá, como eu disse, sabe disso. Tem um grande fotógrafo, que mora em Belém, o Luiz Braga e que seria muito mais conhecido se não tivesse permanecido em Belém e tivesse ido para São Paulo e de São Paulo para o mundo, porque ele é fenomenal. Fotógrafo da dimensão de Sebastião Salgado, da dimensão de qualquer um grande do Brasil, mas ele tem uma solidariedade com o lugar dele, Ele é de lá e de lá ele não quer sair. Ele é nascido em Belém, e ele me disse que “a Amazônia é o que se esquece do Brasil”. Amazônia é o resto e, portanto, é o Arrabalde. O que não deixa de ser uma ironia que hoje em dia o mundo vê o Brasil e vê a Amazônia, não vê nada além da Amazônia. Eu sei de relatos inclusive, relatos de pessoas presentes, as salas e as reuniões que em viagens, por exemplo, do Lula para fora do Brasil, quando ele se encontra com o primeiro ministro da Espanha, com o presidente da França, com o chanceler da Alemanha, a primeira pergunta é sobre a Amazônia e a última também é a Amazônia, Então, o Arrabalde é também um título irônico, que a Arrabalde, somos nós em São Paulo, somos nós no Rio, somos nós em Belo Horizonte, somos nós no sudeste.

O central, hoje em dia, para o Brasil, é o que coloca e o que tira o Brasil do mundo, é de fato a Amazônia. Esse é o problema, é um problema epistemológico, é um problema de incompreensão e um problema de incompreensão funcional. Não compreender ajuda a destruir, mas isso não elimina o fato, de que, de fato, não é fácil compreender a Amazônia. Tem algumas razões concretas para essa incompreensão e eu tento meio que entender essas dificuldades, esses obstáculos, e isso também faz parte do livro, A primeira delas diz respeito à experiência vivida. A floresta de fato não é acolhedora. A floresta morde, a floresta pica, a floresta envenena, machuca, ela infecta e essa floresta agressiva, hostil, é uma floresta que aparece no relato da maioria dos escritores. É um lugar de solidão, é um lugar de medo e é um lugar de fome. Uma coisa muito impressionante no relato do Carvajal é que eles estão dentro da floresta mais biodiversa do planeta e eles morrem de fome, que eles não entendem a floresta, eles não sabem o que pode ser comido e o que não pode ser comido. Então, tem momentos em que ele relata que as pessoas não conseguem mais andar, andam de quatro, porque a fome é tão grande que eles não têm mais como ficar de pé e eles começam a cozinhar os próprios sapatos e o próprio cinto. A única maneira de se alimentar é fazer incursões às aldeias indígenas e pilhar, mas quando eles são rechaçados, eles olham para floresta e eles não sabem, eles não entendem, eles não sabem como sobreviver ali. Quem já viu um filme do Herzog, é essa floresta que aparece no Herzog, a floresta representada pelo Herzog é essa floresta do medo, é a floresta do perigo, floresta da violência. E o cinema

do Herzog sobre a floresta é o cinema da floresta mais poderoso que existe, o que é uma pena para floresta.

O Euclides da Cunha, de novo para voltar a ele, porque ele é um grande escritor, disse o seguinte: “a impressão dominante que tive lá na floresta, é esta: o homem ali é ainda um intruso impertinente. Impertinente e indesejado. Aquela natureza soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, é uma adversária do homem”, diz ele. Existe também uma dificuldade de escala, é muito difícil você aprender a Amazônia em função da desmesura dela. No livro eu descrevo isso um pouco como uma criança, um bebê tentando agarrar uma bola de basquete, ela sempre vai escapar porque é grande demais para você conseguir entender a forma daquilo. E de novo, como Euclides é um baita de um escritor, ele numa frase consegue cravar a dificuldade, ele caracteriza a Amazônia como: “aquele excesso de céus por cima de um excesso de águas”, que é uma linda definição. São raros os escritores que conseguem descrever a floresta. A floresta costuma derrotar até os melhores, por fim você tem um desafio intelectual. A Amazônia tem muitas formas de vida, mas o intervalo entre essas formas de vida é muito, muito pequeno. É vida demais, junta demais. A nossa imaginação racional de tradição europeia entende os intervalos discretos, tem muita dificuldade de entender a continuidade. Uma espécie de emaranhamento biológico na Amazônia, para gente faz parte de alguma coisa que é desordem, pertence ao reino da desordem. Por tudo isso a floresta não é hostil só ao corpo, ela fere, e ao espírito, ela é de difícil apreensão, mas ela também afronta o intelecto, ou ao menos o intelecto ocidental, o nosso intelecto, destreinado, como que é o antropólogo Carlos Fausto, que pensa muito sobre isso, o que ele chama de a estética dos pequenos intervalos, que é isso, em um milímetro de Amazônia muita coisa muda, muita vida muda, o fungo vira bicho, bicho vira planta, a planta vira micro-organismo, que vira micróbio, que vira vírus. Está tudo reunido em muito pouco espaço. E isso é muito confuso para gente. Essa abundância, ela impõe uma dificuldade imensa de entendimento. Conversando com um grande ecólogo quantitativo lá de Princeton, nesse encontro lá em Princeton, um cara chamado Simon Levin que é diretor do centro de biocomplexidade do Instituto Ambiental lá da Universidade Princeton, ele disse para mim o seguinte: “Do ponto de vista da compreensão, os ecossistemas tropicais representam um desafio comparável ao entendimento do universo”. Não é pouca coisa. A Amazônia nunca foi compreendida, nunca houve um esforço do Estado brasileiro em compreendê-la. Essa incompreensão é funcional, ela ajuda a não cuidar dela, a não querer protegê-la e há razões concretas e razões políticas para que ela não seja compreendida. Razão política porque de fato você consegue mandar o trator e fazer o que vimos nos últimos anos. E a dificuldade intelectual é concreta e precisa ser superada. Compreender um sistema tropical

tão complexo quanto o que a gente tem aqui de fato impõe uma tarefa imensa à ciência, tarefa essa que é levada adiante, heroicamente, por lugares como a UnB e outros centros de produção de conhecimento no Brasil e no mundo, mas nunca foi um esforço do Estado brasileiro, assim como foi um esforço notável do Estado brasileiro para transformar a floresta em lavoura de espécies que não são espécies tropicais e transformar o Brasil numa potência do agronegócio.

Pois bem, aí eu vou tentar dizer para vocês onde é que a gente pode buscar os elementos desse fascínio, desse milagre que é a Amazônia. E eu vou passar para uma área que eu realmente conheço muito pouco e eu vou ser bastante superficial em relação a ela e citar pessoas que evidentemente se dedicam a isso. Os antropólogos estimam, hoje em dia, que quando os europeus chegaram, os primeiros exploradores, você tinha na floresta entre oito e dez milhões de pessoas. Passadas as primeiras décadas, três ou quatro décadas depois desse primeiro encontro do europeu com o amazônida, noventa por cento dessa população desapareceu. É um genocídio numa escala de tempo muito reduzida. Noventa por cento de oito a dez milhões de pessoas em três ou quatro décadas. Morreram por violência do embate, mas morreram principalmente pela guerra sanitária que foi travada contra eles, porque morreram de doenças que eles desconheciam. Esse extermínio foi tão radical que foi preciso cinco séculos para que se recompusesse essa escala demográfica na Amazônia para você voltar a ter oito, dez milhões de pessoas na Amazônia. Isso só vai acontecer em 1960 e, evidentemente, não mais por povos originários, mas por essa onda migratória que foi do Sul do país para lá. O Heckenberger, que é um antropólogo importante Michael Hackenberger, da Universidade da Flórida, salve engano, que tem livros importantes sobre a antropologia na região do Xingu, escreve uma coisa que é muito interessante. Ele disse que houve um intervalo muito grande entre os primeiros exploradores da Amazônia, que chegaram aqui ostensivamente em nome de Deus e do reino, para dobrar a região as suas vontades, para espoliar. Um intervalo muito grande entre a chegada dessa gente e a chegada dos naturalistas que se embrenharam pelos rios em fins do século dezoito, aí não mais em nome de Deus e do reino, mas ostensivamente em nome da ciência. E quando esses naturalistas alcançaram as áreas que seus conterrâneos, do século dezesseis haviam atravessado séculos antes, o rolo compressor do colonialismo europeu já havia varrido as Américas. Quando a ciência descobriu as Américas, segundo ele, o objeto antropológico inevitavelmente já era um artefato da devastação do colonialismo. Eles não viram mais a Amazônia. Eles viram a Amazônia atravessada pelo colonialismo e isso eles não perceberam. E daí nasce a ideia de uma Amazônia vazia. De uma Amazônia sem população, que vai contribuir, e contribui até hoje, para essa ideia de que é preciso levar gente para a Amazônia. O famoso slogan da década de setenta: "Gente sem terra, para Terra sem gente". Isso está na origem desse descompasso entre as primeiras observações, digamos, de naturalistas cientistas que viram uma Amazônia despopulada, porque as pessoas que lá moravam tinham sido dizimadas. Daí nasce a ideia de que essa floresta não é acolhedora ao homem, não é possível que grandes populações vivessem nessa floresta porque não há como você alimentar de oito a dez milhões de pessoas com uma floresta de pé. A arqueologia brasileira, e estrangeira, dos últimos vinte anos, tem colocado essa tese no chão, tem destruído essa ideia. Provavelmente, tem gente aqui que conhece esse tema muito melhor do que eu, mas a gente sabe que nos últimos anos vem sendo descobertos sítios arqueológicos na Amazônia que mostram organizações urbanas de uma complexidade extraordinária. Mas uma forma de se organizar no território, de maneira muito diferente daquela que a gente conhece da nossa ideia de um urbanismo que é europeu e que você tem o centro e a periferia, você tem Atenas e as cidades satélites, você tem uma região central, um Estado centralizado que organiza a teia urbana. A Amazônia era muito diferente disso. Eram galáxias urbanas, cidades espalhadas de maneira suave pela floresta. Uma pegada leve em contato muito próximo com a floresta. As passagens são muito suaves entre o que é a cidade, o que é a roça, e o que é a floresta. Fossem os habitantes dessa floresta, esses oito ou dez milhões de habitantes, coletores, caçadores, pescadores, cesteiros, populações mais beligerantes ou mais pacíficas, havia entre eles todos um elemento comum que era o fato deles serem, todos eles, filhos daquilo que eu chamo, isso não é a ciência social que diz, sou eu, civilizações orgânicas. As ruínas, de civilizações orgânicas são muito difíceis de serem reconhecidas porque elas se confundem com a própria paisagem natural, mas até em certos casos, e eu vou chegar nisso, elas são a própria paisagem natural. As civilizações amazônidas precisam ser compreendidas nos seus próprios termos e esse foi um problema porque, durante muito tempo, a ciência social, e isso se consagrou um pouco no senso comum, tem uma certa sensação de inferioridade, porque cadê o nosso Partenon? Onde é que estão as nossas pirâmides de Schnietzel? A civilização Inca deixa coisas, e nós? Você olha para Amazônia e o que você vê? Você vê a floresta. O que fica? O que fica é a pedra, o que fica é o mármore, o que fica é o material inorgânico? O que fica são as estátuas, são os templos, são os palácios, são as cidades. Aqui, na Amazônia, são coisas diferentes que importam. Coisas que tomadas em seu conjunto, sou eu dizendo, configura uma complexidade de outro tipo e na falta de expressão melhor, eu chamo essas coisas, daquilo que fica, de inteligência ecológica. Vou dar para vocês um exemplo do que é a expressão dessa inteligência ecológica por alguém que é nosso contemporâneo que está aqui que é vivo e que vive esse mundo que não é o nosso pelo menos não

é o meu e talvez aqui tenha gente que compartilhe desse modo de estar no mundo. Esse é o Almir Suruí, cacique do povo Paiter Suruí, conversando em Rondônia, no mês das eleições, setembro de 2019, ele era candidato a Deputado Federal pelo Estado de Rondônia:



Transcrição do vídeo de Almir Suruí:

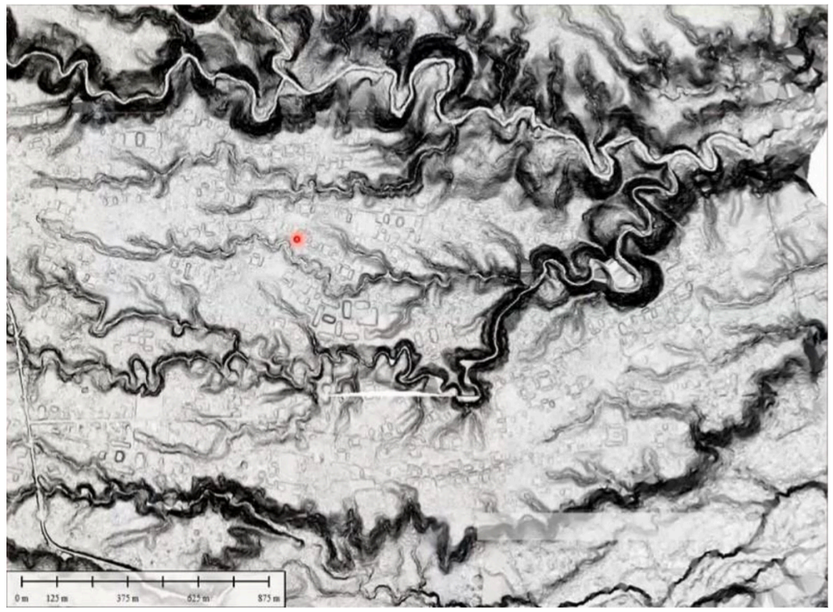
"Nós estamos aqui num lugar, não tem estrutura nenhuma. Ecológico. Mas nós temos estrutura da floresta. Aqui, para quem entende, para quem entende, é uma cidade. Dentro da floresta, tem luz, tem comida, tem remédio, o que tem numa cidade, tem na floresta. Tem endereço com os nomes, é verdade. Tô falando a verdade mesmo. Fulano tal, não nomes por nome é pelo nome das plantas, nome do rio, nome dos animais essas coisas assim. Cada som que passa na floresta é um comunicado. Essa aí é um comunicado. Então para quem entende todo esse som é um comunicado que existe na floresta. Esse comunicado que a gente tá falando ele tá falando que o verão tá acabando. O verão tá acabando, tá vindo chuva aí, então se prepara. É Isso. E lua, estrela, céu, mudança de céu, essas coisas tudo aí é um comunicado para quem entende. Então a gente precisa trabalhar com esses. Por isso eu criei Universidade Paiter a Soeitxawe aqui, Universidade Saber do Povo Paiter Suruí. Vou procurar aqui se aparece. Aí pessoal tirando sarro, aí falando assim: vai ter cota para os brancos? Eu falei: não. Nós vamos compartilhar o conhecimento e compartilhando conhecimento que nós vamos nos unir e vamos enfrentar o desafio que o mundo passa hoje. Porque nós vamos potencializar a sociedade com nosso conhecimento para que eles façam o que a gente faz hoje. Porque sozinho a gente não vai conseguir fazer. Então vamos ter que preparar mais gente."

João Moreira Salles:

Vocês devem ter visto esse acidente na Colômbia e a sobrevivência dessas crianças, dessas quatro crianças que sobreviveram na floresta por quarenta dias. A mais velha tinha treze anos de idade, o mais novo tinha um. Compreendiam a floresta. É disso que eu estou falando quando eu falo em inteligência ecológica. E essa inteligência ecológica no mundo diante da sua pior crise que é o problema da crise climática, que a gente vai enfrentar, é provável que nenhuma inteligência seja mais importante de ser absorvida do que essa. Como viver com uma floresta de pé? E viveram, viveram durante milênios e muita gente sabia viver. Os povos amazônidas domesticaram pelo menos oitenta e três plantas comestíveis, o que é um fato, um feito civilizatório extraordinário é mais, por exemplo, do que a domesticação de plantas na civilização chinesa, por exemplo, e o que é mais notável é que isso é feito num solo que é muito pobre. Como muitos de vocês aqui sabem, eu não vou me alongar nisso. Os solos da Amazônia são paupérrimos e, portanto, a fertilidade desse solo teve que ser construída. E aí eu chego ao ponto que me encanta que a construção da fertilidade, do que veio a se chama o solo estruturado ou terra preta de índio, cuja escala ainda eu entendo é uma questão em aberto. Tem gente que fala que dez por cento da floresta pode ser constituída desses solos, construídos por mão humana e mão animal, numa colaboração como diz os índios, eles não se colocam como atores principais dessa tarefa, mas é uma parceria, é uma parceria de fungos, de humanos e de animais construindo essas terras, que a ciência hoje em dia tenta reproduzir e não consegue. Se de fato for dez por cento, você tá falando de uma área maior que a França. O Eduardo Neves que é um dos expoentes dessa nova arqueologia brasileira, ele prefere falar em um a três por cento, ainda sim isso é uma Irlanda e uma Inglaterra somadas, de solos construídos. E aí a gente conhece, vocês provavelmente já ouviram falar disso, provavelmente alguns talvez sejam autores desse estudo notável de 2008, publicado na revista Science que desculpa. O da Science é um estudo do Heckenberger sobre a urbanização da Amazônia, essas cidades que ocupavam a floresta de maneira suave e ele dá isso sem um centro, sem uma unidade central, mas são satélites, todas com a mesma importância, unidos por vias, com áreas comuns em que os rituais aconteciam numa formação urbanística que privilegia a dispersão sobre a concentração. Isso fez com que as populações que moravam ao longo dessas cidades, dessas galáxias urbanísticas tivessem um contato extensivo com a riqueza natural do bioma e isso é o Eduardo Neves escrevendo: "A estreita conexão entre os povoados e a paisagem levou alguns pesquisadores a chamar esses centros urbanos de cidades jardins. Um padrão urbano de baixa densidade, marcada pela transição sutil entre cidade, campo e floresta. A consequência desse modo de proceder é a conversão da floresta não em lavoura ou em pasto, isso é que é fundamental, mas em outro tipo de floresta. Uma floresta modificada, antrópica ou como querem alguns estudiosos em florestas que são também jardins".

Isso para mim foi o grande deslumbre, perceber que a floresta, quando você está diante dela, você não está apenas diante de um bem natural, você está também diante de um artefato de cultura. A floresta é construída e, portanto, quando eu disse para vocês lá atrás que em civilizações orgânicas a ruína pode ser a própria paisagem natural, é disso que eu estou falando. Eu não olho mais para floresta e vejo a floresta apenas como o produto, o resultado das forças biofísicas do planeta. Não, é isso e mais a ação humana, e, portanto, você deve olhar para floresta que a gente tem hoje, essa que sobrevive, como uma floresta cultural, como uma floresta que é o legado de um povo e vou voltar a esse tema, porque não há outro mais importante. Diante de um mundo que vai enfrentar dois, três graus de acréscimo na temperatura média e uma concentração de carbono que se torna inviável à vida que a gente conhece, não há nada mais importante do que uma floresta de pé e essa floresta fomos nós, a maior delas, somos nós que estamos legando. E ela não é uma floresta natural, é uma floresta cultural, ela é, se vocês quiserem, que é como eu digo no livro, elas deveriam ser percebidas como, de fato, as nossas pirâmides. Elas são aquilo que a gente lega para humanidade e não é pouca coisa. Dado o que a gente vai enfrentar daqui para frente, entender como manter essa floresta de pé, e eles entendem. Entender como fazer com que essa floresta seja capaz de alimentar as pessoas que precisam se alimentar dela, eles sabem, sem derrubá-la, eles sabem. Como fazer a floresta voltar ali onde ela foi eliminada, eles sabem. A inteligência ecológica conhece, sabem como fazer isso. O Partenon é extraordinário, mas isso é igualmente extraordinário, e isso deveria no fundo passar a fazer parte daquilo que nos constitui como brasileiros. O orgulho de ser o povo que herdou essa floresta que nos foi legada desses povos. Porque não seria essa floresta, se eles não tivessem lá, seria outra. Essa floresta é uma floresta construída, em partes, então isso me parece deslumbrante e tragicamente desconhecido. A última imagem é essa daqui que é uma imagem do Eduardo Neves **(imagem 14)**. Ela é do Equador, da Amazônia Equatoriana. Isso é feito com a tecnologia lidar, é quase como uma ressonância magnética, você elimina a floresta e você vê o que tá no solo e o que tá no solo é uma infinidade de pequenas figuras geométricas. Vocês podem talvez ver losangos, quadrados, isso é a marca da presença humana no solo da floresta e que você não vê, porque a floresta cobre, mas claramente a densidade dessa ocupação modificou a natureza da própria floresta. Então, de novo, essa floresta que a gente vê é uma floresta jardim. Jardim, entendido aqui, como um ambiente botânico, no qual houve a intervenção humana, houve uma escolha. Existe aquele paper fundamental, que eu queria me referir também, da Nature, em que se verificou que dos quatrocentos bilhões de árvores na Amazônia e das dezesseis mil espécies dessas árvores, você tem uma predominância imensa de apenas duzentos e vinte e sete e essas duzentos e vinte e sete tem algum uso humano seja ritualístico, seja para alimentação, seja para cura. Há uma hipótese de que, se de cada duas árvores da Amazônia uma pertence a uma espécie dessas duzentos e vinte e sete, ela não deve estar ali à toa, ela pode ter uma vantagem darwiniana, ela pode ser hipercompetitiva e, portanto, vencer. Mas ela também pode ter sido selecionada, ela também pode ter sido selecionada por esses povos que, portanto, modificaram a feição da própria floresta, essa floresta é a floresta que a gente conhece hoje. É um pouquinho isso que eu queria dizer.

Imagens Lidar mostrando estruturas geométricas por baixo do dossel da floresta. Eduardo Neves: Kunguintsse, rio Upano, Equador.



Enaile Iadanza (NEAz): Vamos abrir a palavra para quem tiver interesse em falar alguma coisa, perguntar, tá aberta.

Participante 1: João ontem nesse mesmo lugar eu fiz uma pergunta, um questionamento eu questionei sobre os grandes castanhais da Amazônia, eu questionei sobre a Terra Preta. Eu questionei sobre uma floresta antropogênica. Por quê? Porque questionei isso? Eu morei na Amazônia durante trinta anos, vinte anos foram na floresta, escalando árvores, passeando, passeando na floresta. Eu conheci, eu acho que eu conheci, aquela floresta que existia há quinhentos anos, e hoje não se fala mais dessa floresta. Eu só ouvi falar dessa floresta por você. Em todos os congressos, reuniões que eu estive, sempre se fala da floresta de quinhentos ano para cá, que é uma floresta em completa decadência. Quanto mais se fala, mais ela degrada, por quê? Porque não se toma conta, não se não se toma consciência daquela floresta

que existiu. Aquela é a floresta. Aquela é a herança. É aquele que é o ponto de referência que nós temos que olhar. E não, nós continuamos olhando a floresta dos pilantras que vieram aí só para explorar. Eu lhe agradeço por isso. Hoje eu tive essa resposta, até que enfim, sabe? Uma mudança de paradigma. Eu passei muito tempo na floresta. Mas passei muito tempo desse jeito, inocente porque, como você, eu sou ignorante, eu não li nada. Só vim conhecer Euclides da Cunha há poucos anos atrás, mas quando eu cheguei na floresta eu não sabia de nada, não li de ninguém, não sabia de Carvajal, não conhecia de nada. Então entrei na floresta inocente mesmo. Andando com índio, com caboclo, com ribeirinho e eles me mostraram isso que você fala. Você entra na floresta, o que o cacique falou, você entra na floresta, tem estradas, tem farmácia, tem o supermercado, tem uma corda. Você é o caboclo é aquele que conhece a floresta, o índio que conhece a floresta. Eu digo para ele, olha vamos fazer e vamos levar isso. Aí ele num instante pega lá, vai e gira, pega um negócio e faz uma corda, faz uma sacola. Tudo que nós temos na nossa civilização tem dentro da floresta. Então o grande valor da floresta, é a floresta mesmo. Eu lhe agradeço. Muito obrigado.

Sérgio Guimarães: Muito boa a sua palestra. Essa percepção da floresta que a nossa cultura ainda tem que andar um tanto para poder perceber. Agora, nós estamos numa encruzilhada, talvez planetária até, com relação às mudanças climáticas. Ou nós detemos a destruição da floresta e trabalhamos para recuperá-la, criar, ampliar esses jardins florestais ou é bem possível, o que diz a ciência hoje, que a gente vai sucumbir enquanto civilização. Como é que a gente pode utilizar esse conhecimento, essa percepção, no sentido de sensibilizar e conseguir manter e preservar essa floresta fundamental para sobrevivência do Brasil e da humanidade também, e de uma forma rápida, porque não temos muito tempo mais.

Ricardo Nogueira: Boa tarde a todos, eu sou Ricardo José Batista Nogueira, eu sou professor da Universidade Federal do Amazonas. Fui levado para Manaus quando eu era pequeno, num desses projetos que o Governo Federal implantou. Fui para Manaus com meus pais, era pequeno, e estou lá há meio século. Achei muito interessante toda a sua colocação, uma literatura que a gente trabalha, desde Carvajal, passando inclusive pelo meu amigo Eduardo Neves, Betty Meggers e Anna Roosevelt e toda uma literatura que tá aí. Uma coisa que tem me chamado atenção e que, de certa forma eu gostaria de ouvir um pouco você, é porque hoje fica, para mim, que estou em Manaus, muito claro uma diferença substancial entre o que hoje a gente denomina de Amazônia Ocidental ou das águas ou ribeirinha e uma outra que está sendo totalmente degradada. E aí eu não sei se você chegou a ter essa experiência de viver o tempo lento, o tempo da Amazônia das

águas e não da estrada. Porque é exatamente isso que você falou, a sobreposição de dois projetos. Eu falo para os meus alunos que quando uma pessoa de fora chega na Amazônia e olha para a floresta, não vê palha para cobertura, não vê alimento, não vê absolutamente nada, ou seja, aquilo tem que ser realmente removido. Como você falou de outra forma, aqui não tinha nada. Eu escutei muito: Aqui era só mato. Ou seja, era para retirar. É somente essa colocação, dessa outra Amazônia que ainda está aí, resistindo. Obrigado.

João Moreira Salles: Sérgio, eu não tenho essa resposta. Eu te diria que o problema é o pouco tempo que a gente tem. Essa tarefa já deveria ter sido começada há muito tempo atrás e precisaria ter o empenho do Estado brasileiro. O Estado brasileiro tem entendido, desde lá de trás, que a Amazônia é o nosso patrimônio mais importante e, portanto, deveria ter desenvolvido estratégias para, não só defendê-la. Fazer com que nós brasileiros não nos sentíssemos alheios a ela. É um pouco que o Roosevelt fez durante o New Deal. O Estados Unidos precisa entender que o sul que sofre é Estados Unidos também, precisa entender que o oeste americano tomado pela secura e pela estiagem é também os Estados Unidos. Então, vamos estimular. Eu acho que um grande programa de governo seria pegar os grandes artistas brasileiros, poetas, cineastas, músicos, pintores, e fazer caravanas do sul do país para lá e os grandes artistas da Amazônia Norte de lá para cá com a missão de contaminar uns a imaginação dos outros. Uma espécie de New Deal das artes, tendo a Amazônia como centro. Eu acho um pecado que, a essa altura do campeonato, o que eu falei aqui da presença indígena na Amazônia, dessa floresta jardim, não ser ensinada nas escolas públicas do Brasil, isso deveria estar em todo o livro didático, para que a criança que cresce no Brasil entenda desde criança que a floresta é um legado dela. Um menino grego provavelmente vai se sentir ofendido se alguém puser uma bomba no Partenon. Qualquer menino brasileiro deveria se sentir ofendido, toda vez que vê uma imagem da Amazônia sendo destruída, porque estão destruindo o nosso Partenon quando destroem a Amazônia. Então, tem uma questão que é pedagógica, tem uma questão que tem um curto prazo e um médio prazo e um longo prazo. O curto prazo é a cadeia. A polícia, o IBAMA poder voltar a ser IBAMA, Polícia Federal, Ministério Público, todo mundo poder voltar a fazer o que fez na primeira, na primeira década do século, com muito êxito, e voltar, recuperar a capacidade de imposição da lei na Amazônia. Eu sempre digo isso, o pensamento militar é obcecado com essa história da soberania. O mundo quer tomar a Amazônia. A Amazônia está sendo tomada, mas não por franceses, americanos, alemães, mas sim por brasileiros criminosos. A gente perdeu a soberania de boa parte da Amazônia durante os últimos quatro anos do governo Bolsonaro. O crime organizado

foi para lá como nunca esteve. Isso é perda de soberania. Então, você precisa em primeiro lugar o reestabelecimento da ordem. Depois, isso não basta porque muda o governo e se a mentalidade for a mesma? Então você tem um processo longo, árduo, que começa nas escolas. Paragominas, no Pará, conseguiu virar e conseguiu virar porque quando eles fizeram um pacto da cidade para conter o desmatamento, para poder sair da lista do MMA como município que mais desmatava na Amazônia, o prefeito da época introduziu educação ambiental na escola de forma transversal, não era uma disciplina ambiental, ela aparecia em matemática, em geografia, em história, em biologia, e as crianças que cresceram em Paragominas, hoje em dia são jovens adultos, passaram por isso. E mesmo com a explosão do desmatamento no período Bolsonaro, Paragominas permaneceu onde sempre esteve. O desarmamento não aumentou. Eu acho que isso que hoje em dia ainda é patrimônio apenas da academia, do Eduardo Neves, do nosso professor ali de Manaus, isso precisa sair dos muros da academia e precisa ser senso comum. Todo brasileiro precisa olhar para floresta e entender que é um artefato cultural também, que é uma cidade jardim, que é uma floresta construída e que, portanto, precisa ser protegida, porque é um legado, tem o valor de qualquer coisa que a gente valoriza no mundo. Então essa não é uma boa resposta, mas a que eu tenho.

Não, não conhecia o mundo das águas, porque de novo, como eu falei, eu só tinha seis meses e eu viajei pelo Tapajós, eu viajei pelo Xingu. O tempo largo, o tempo, esse eu não vivi e eu sei que tem uma outra Amazônia. Eu vi um pouco disso e me comoveu muito na Calha Norte, no Rio Trombetas. Ali você está numa área de muita proteção e não tem estrada, não tem nada disso. É uma vida feita pelo rio e, de fato, aí a percepção do tempo, a maneira de estar no mundo se torna muito diferente. E ali eu vi a floresta respirar, ali eu vi, numa pousada quilombola, por volta de cinco da tarde, a floresta começar a devolver a água da qual ela não precisa e que vai chover na gente, em São Paulo, no Rio de Janeiro, aí é comovente, é extraordinário. Eu não tive a graça da fé, não recebi ela. A coisa que mais me aproxima de uma ideia de integração com infinito é isso. Foi essa a visão de entender que aquilo é muito maior do que eu, mas eu também faço parte, sem aquilo eu não vivo. E se isso é o sagrado, eu não sei, mas eu tive um pouco essa sensação e tive lá.

Alejandra: Muito obrigada. Eu fico acompanhando a trajetória dele e fico pensando naquele João Moreira Salles que aos dezoito anos que largou tudo e foi com missionários a África. Este João Moreira Salles me dá impressão, se eu estou errada, eu aqui não estou querendo fazer analista de psicanalítica, ao contrário, eu estou encontrando aqui um João Moreira Salles, um grande João Moreira Salles, um grande pensador nosso brasileiro, mas que pensa Brasil desde aqui. Porque eu admirava muitíssimo você,

mas achava, em alguns pontos, um pouco eurocêntrico. Uma vez eu coloquei e você, uma figura pública, você não me conhece, e você não gostou. Mas eu senti, eu te falei isso, você um pouco eurocêntrico. Então, que bom te ver aqui João, você desde aqui, desde o Brasil. Eu sou da academia, sou da UnB. Nós sabemos e vocês sabem que ele é integrante da elite brasileira e que elite brasileira não tem nessa visão como ele tem, essa sensibilidade de saber ver, se colocando no lugar do outro e sofrer o outro e se preocupar pelo outro. Eu pergunto para você, você agora o que está pensando? Qual é o teu projeto a partir do que vivenciou lá? Publicou livro, maravilhoso, seu filhote, mas e agora? E obrigada porque você, que é uma figura pública, tem este pensamento. E eu sinto, você de certa forma colocou, sendo da UnB, como a nossa academia é branca, é racista, eurocêntrica, estadunicêntrica, como temos que reescrever a história, a ciência de América Latina. Obrigada João, obrigada por isto.

Homero Flávio: Bom dia. Eu me chamo Homero Flávio. Eu sou de Belém do Pará, sou documentarista. Moro aqui em Brasília há seis anos. Eu vejo a questão da Amazônia...também muito se fala, e que é essencial, a preservação da floresta, mas você trouxe hoje aqui, que poucas pessoas falam, que é do povo, dessa cultura. Você falou inteligência ecológica, eu chamo de tecnologia cabocla também, pelas construções e de todas essas inteligências na Amazônia. Então, eu quero saber contigo o que tu achas que além de se preservar a floresta, como se preservar essa cultura? Como se preservar a cultura do povo amazônico, isso também é importante, como você falou das plantas que foram domesticadas, então como preservar isso. E como outras plantas, que já foram domesticadas e a gente também não sabe. Eu quero saber se você pode falar um pouco a respeito dessa questão, desse povo, dessa cultura do povo amazônico, também a importância dela para o mundo, não só como a floresta. Obrigado.

Ricardo Gilson: Sou Ricardo, sou professor da Universidade Federal de Rondônia e a questão que eu trago para você a partir do que foi apresentado é o seguinte: nós precisamos discutir a sociedade que tem na Amazônia e a sociedade, sobretudo, do Centro-Sul do país que vê a Amazônia. Nós temos no debate hoje da economia política no país o papel do agronegócio, ela é fundamental nesse debate, que se cristaliza, sobretudo, na discussão do marco temporal. Então nós temos uma economia muito forte, mas é uma economia também do impacto ambiental que tem na Amazônia a ideia de fronteira, lato senso fronteira é o avanço do desmatamento. Mas esse processo vem com uma sociedade que se desloca do Centro-Sul para Amazônia. É um Blairo Maggi, vários grandes do agro. Todo esse debate do marco temporal envolve todo o Brasil, mas a centralidade é a Amazônia, onde tem Unidade de Conservação, é onde tem a maioria das Terras

Indígenas. Então qual é a ideia deles? É duma apropriação em larga escala da terra e não da floresta, que é a mentalidade do agro, ele dispensa a biodiversidade. Eles não veem floresta, eles veem a terra. Nós temos, além de todo o impacto ambiental, um problema de como, não só o estado brasileiro, mas como uma parte da sociedade vê a Amazônia e se sustenta nessa economia da destruição do agro. O debate da sociedade nacional, não só da sociedade regional, mas da sociedade nacional é importante, porque com a questão do marco temporal, os ruralistas querem fazer da Amazônia as novas sesmarias. Querem pegar toda terra pública, construir grandes latifúndios. E eu estou vendo isso em Rondônia, deslocando com os alunos. Há duzentos quilômetros de Porto Velho, ali em Ariquemes, uma vez eu parei para tomar café, parece que eu estava no Paraná, aquele conceito que os franceses trouxeram de paisagem derivada. Era soja, as novas catedrais do silo. Eu pensei: que sociedade é essa que está se formando? Que esse é um debate. É uma sociedade, a meu ver, que não vê na Amazônia a estética Amazônia como um valor positivo, por isso que nós estamos pensando um processo muito maior chamado de desamazonização da Amazônia, que tem uma pauta política cultural muito forte. Acho que pensar a sociedade, como a sociedade nacional, além do Estado, vê a Amazônia é um debate importante. Não pode ser só por parte do Estado, embora seja importante, nós precisamos ter um convencimento social, cultural do que é a Amazônia, do que você apresentou com a fala do Almir Suruí, belíssima, ela é importante, mas tem um setor hegemônico da economia que não vê nada disso como importante. Eles têm problema de cognição, como disse o professor, o ex-reitor da UnB. É isso.

Rudi Henri: Boa tarde. Muito boa a sua palestra. Meu nome é Rudi Henri, eu sou professor aqui da UnB, mas eu sou do Suriname. A sua fala foi muito importante porque trouxe a riqueza que você tem do lado, que você viu aqui do lado da Amazônia brasileira. Mas também tem a Amazônia surinamesa, guianesa, colombiana, boliviana. Tem uma riqueza nisso aqui, que a gente de alguma forma vai ter que dar um jeito para poder conectar, para poder preservar. E aí foi muito bom que eu vi ontem num artigo do Globo, um artigo dos estudantes colocando uma proposta por uma Universidade da Integração Amazônica, aonde eles trazem uma proposta de criar, dentro da Amazônia, uma Universidade interligando esses povos e focado na biodiversidade e na sociobiodiversidade daquela região. É uma para oposta que surgiu, aliás, é uma proposta que já veio há muito tempo atrás, que foi tentado em dois mil e nove, dois mil e dez, para formatar isso aqui em Santarém, mas ela não vingou, pode ser que agora seja a chance para que a Universidade e a UnB possa aportar conhecimento, gente para poder dar sua contribuição. Obrigado.

Juliana: Obrigada. Boa tarde, João, parabéns pela palestra, Obrigada também. Eu sou Juliana, Eu integro o programa Rede Fauna do INPA. Achei bastante interessante a palestra, principalmente por ter levantado essa questão, tão importante, que é um problema realmente epistemológico. E a gente não sabe o que nasce primeiro. Aonde aqui a falta de orientação política gera o problema epistemológico ou é gerada por ele. Mas é fato que a Amazônia é sempre a eterna desconhecida. Normalmente o que acontece é como se a Amazônia não produzisse conhecimento, e realmente tem muito conhecimento produzido lá. O Brasil tem um problema grave na orientação política quando trata o conhecimento tradicional, primeiro reconhecendo o conhecimento tradicional, mas sem ter conhecido. Começamos com essa política de reconhecimento do conhecimento tradicional. Na Amazônia Central, onde você tem o maior núcleo de conservação no Brasil, nós temos o maior mosaico de Unidades de Conservação, e realmente a maior parte da floresta alagada acho que está nessa região e é uma região mais isolada. Manaus é como uma ilha dentro do Brasil. Ainda não se sai por estrada e a BR 319 vem querendo ligar o mapa. Esse arco do desmatamento com a Amazônia Central, trazendo de lá também do sul da Amazônia todos esses problemas. Acho muito grave é que a gente vai entrevistar, muitas vezes, lideranças políticas importantes, mesmo de esquerda, e pergunta qual é a política voltada para os povos tradicionais, para o conhecimento tradicional propriamente dito e muitas vezes a resposta é: ah, enquanto todo brasileiro não tiver uma geladeira nós não podemos pensar em conhecimento tradicional. Então a gente está muito longe de pensar uma política do conhecimento tradicional. A arqueologia, antropologia estão um pouco mais próximas nesse sentido porque estão mais orientadas para esse legado. Mas é importante hoje, ainda mais nesse momento agora, a gente ter os conselhos que estão pensando, de fato, uma política para a sustentabilidade na Amazônia, pensar em uma política para o conhecimento tradicional mais concreta e que não seja essa visão desse progresso que você colocou aí, tão bem colocado. Queria saber se há um pensamento sobre isso e como ele está sendo organizado.

Marco Paulo: Marco Paulo, eu sou antropólogo, eu sou perito no MPF, professor colaborador no NEAz. Ficou claro ao longo desse FIA, desse 3º FIA, a importância desse embate cultural com relação à visão de mundo e à visão da Amazônia. Acho que talvez uma síntese do seu trabalho, da sua investigação tenha a ver com isso. É uma preocupação de várias pessoas que se manifestaram aqui ao longo desses dias a respeito disso. De como a gente trazer de novo, tirar a Amazônia dessa zona cinza que ela foi colocada ao longo da história, culturalmente falando, de negação dela. Da floresta ser vista como um problema, dos seus habitantes serem vistos como obstáculo a essa visão de desenvolvimen-

to. Eu pergunto, sei que é também um militante da área cultural, cineasta, jornalista, etc., se existe alguma coisa pensada além dessa brilhante ideia de fazer esse intercâmbio inter artistas lá, indo da Amazônia com o Sul do Brasil. Foi feita uma expedição pelo NEAz, há uns anos atrás, a expedição Humboldt, que refez todo o percurso do Humboldt na Amazônia. Foram alguns artistas nessa expedição e um deles se chama Rômulo Andrade aqui de Brasília. Ele produziu uns painéis lindíssimos. Mas se tem algum pensamento, alguma proposta, algum projeto nesse sentido. Nós chegamos até a cogitar aqui nesses dias de fazer uma grande campanha publicitária de valorização da Amazônia, dessa Amazônia real, não dessa Amazônia projetada ou dessa não Amazônia. Tem um trabalho de um antropólogo que foi feito no Acre a respeito do impacto da cultura do agro que teve repercussão política eleitoral muito forte. Hoje é um valor muito maior do que a florestania, que foi tão trabalhada lá por alguns governos estaduais, há um valor hoje muito maior em comer carne, proteína animal, comer churrasco, ouvir música sertaneja e ter caminhonete. Então, se existe alguma coisa nesse sentido sendo pensada e o NEAz se coloca aqui como parceiro se tiver possibilidade de ser nesse empreendimento.

Gilney Viana: O senhor permita só uma observação. Eu conheço um pouco dessas teorias e vou ler o livro para entender o seu pensamento, porque a palestra não foi suficiente para mim ainda não. Mas eu fiquei chocado com a sua primeira imagem. E você falou assim: eu vou projetar a imagem. Aí eu pensei, a primeira imagem, que eu já fui várias vezes a Belém, além de morar na Amazônia e por razões de ter rodado por ali. A primeira imagem que eu vejo sempre, eu sempre aportei lá de dia, não à noite, então minha primeira imagem é a que vem do avião. Aí a primeira imagem não é só floresta. Eu falei, poxa vida ele foi ao hotel que não está próximo a orla. Aí depois do discurso justificou a posição dessa imagem, mas não é a primeira imagem que a maioria das pessoas que aportam, mesmo com sensibilidade crítica. Obrigado.

João Moreira Salles: Você sabe que no Imazon tinha um rapaz suíço que estava trabalhando lá, jovem, bem jovem. Ele trabalhava lá fazendo monitoramento remoto da floresta. Eu fui conversar com ele e eu perguntei para ele: o que você mais sente falta aqui, em Belém? Ele estava morando em Belém há dois ou três anos. Em relação à Suíça, qual é a maior diferença? E ele me respondeu: é a falta da natureza. Um suíço. Em Belém. Quer dizer, eu saio da minha casa na Suíça e eu estou com a natureza. Aqui eu não estou. Você tem do outro lado do rio, do Guamá, você tem as ilhas e tal, mas você precisa ir até lá. Na cidade em si, você não tem. A floresta está presente no museu Goeldi e naquele bosque. No resto você não tem a floresta. E ela é de fato, isso é um dado do IBGE, salvo

engano. que as capitais do Brasil menos arborizadas são aquelas que estão na região norte. O que é um absurdo, porque são aquelas que precisariam estar mais arborizadas, dado o lugar em que elas estão. Eu gostei de Belém, é um lugar do qual eu sinto saudades, e para o qual eu já voltei algumas vezes. Mas isso não me faz ser inocente em relação à tragédia urbana. Que é a tragédia urbana brasileira. Os prédios são todos evidentemente de vidro, com ar-condicionado ligado o tempo todo, com aqueles seguranças vestidos de terno preto, que é uma aberração. De novo, é um lugar que não sabe mais onde está. É um desconhecimento da paisagem. Esse, de fato, foi o impacto da primeira coisa que eu vi.

Muitas das perguntas dizem respeito a essa questão cultural. A ausência da presença da floresta na nossa imaginação e na nossa produção cultural. É claro que eu estou me referindo da cultura hegemônica brasileira. Eu não estou me referindo, evidentemente, aos povos originários que vivem nessa cultura da floresta, os ribeirinhos, os indígenas e tal. E como é que você consegue reverter esse negócio? É muito difícil e é muito difícil por causa da sua última observação. Uma das coisas que eu falo no livro é que a cultura da Amazônia hoje em dia é a cultura do boi. E a cultura do boi ela não é apenas uma atividade econômica, ela é muito mais, ela é uma cosmovisão. A cultura do boi determina como você se veste; a música que você ouve; a forma como você busca o seu lazer; a sua gastronomia; o seu modo de se vestir e o seu modo de se locomover. Você talvez não tenha uma caminhonete quatro por quatro, mas você deseja ter uma caminhonete quatro por quatro. Tentando responder a questão de como preservar a cultura dos ribeirinhos e imagino também os povos originários, uma das conversas que eu tive com a filha do Almir Suruí, a Txai Suruí, a gente estava voltando de uma Terra Indígena, Uru-Eu-Wau-Wau, e a Txai produziu um filme chamado “O Território”, não sei se vocês viram. É sobre a invasão da Terra Uru-Eu-Wau-Wau. É um filme extraordinário. Tem um rapaz, que é um defensor da floresta, que morre assassinado, Ari Uru-Eu-Wau-Wau e o melhor amigo dele quer ir para o pau, quer pegar em armas e quer ir atrás dos matadores do Ari, no filme de 2019, 2020. Pois bem, eu estou filmando, no mês da eleição, e a Txai, sabe nas conversas, nessa visita que esse rapaz, que eu não conheci porque ele está em outra aldeia, estava pedindo voto para o Bolsonaro. Aí teve uma conversa muito interessante sobre porque que alguém que estava naquela posição, de guardião da floresta, de defensor, o melhor amigo de um rapaz assassinado pelas forças que são sustentadas por aquilo que o governo defendia, por que esse cara vira o fio. E a Txai me disse: olha, você precisa entender, João, que desde criança a gente aprende que o que a gente é não vale nada. A nossa espiritualidade não vale nada, o nosso modo de ser não vale nada, o nosso conhecimento não vale nada. Nós somos aquilo que é ruim, a gente é aquilo

que precisa ser superado, é o índio na selva indolente, é o índio preguiçoso que só quer caçar, é o índio que... Essa construção ideológica chega até nós e nos constitui também. E chega um momento que você perde, perde, perde de novo, perde uma vez mais o seu amigo assassinado. Chega uma hora que você quer vencer. Chega uma hora que você não aguenta mais perder tanto. E o índice de sucesso é ter boi. Não é mais ter a floresta. E chega uma hora que ele quer ter o boi e ele quer então pular para o lado dos que vencem. E, portanto, ele quer aderir à cultura do boi, e aí é político também. Cultura é política. Nesse caso estética é política e vencer essa barreira estética, vencer essa batalha cultural, porque a batalha econômica você pode até vencer, diante desse mundo que se configura de extremos climáticos, nos quais capturar carbono talvez valha mais do que um quilo de carne. Eu ouvi falar de um banqueiro que um cliente seu, dono do supermercado, sujeito da área imobiliária em São Paulo, mas que acha bacana ter fazenda na Amazônia e tem uma grande extensão de fazenda no Acre, fez as contas e decidiu vender o rebanho e começar a plantar árvore. Porque ganha mais dinheiro no mercado do carbono do que no mercado do boi. Provavelmente está fazendo isso da forma errada e provavelmente está fazendo isso da forma mais argentária possível, deve ser uma monocultura de eucaliptos. Eu não sei se é, mas talvez seja. De toda maneira as forças econômicas talvez mudem a natureza desse jogo. Mas é ingênuo achar que vai bastar isso. Porque o boi é uma afirmação ideológica. Querer ter o boi é uma afirmação ideológica, mesmo que seja contra os teus próprios interesses econômicos. Virou um marcador ideológico. Boi é conservador, boi é de direita, boi é Bolsonaro, boi é o mundo que constitui a imaginação dessas pessoas. Então a gente tá falando de um processo de colonização de imaginações, e isso para mim é a fronteira da batalha, isso vem por educação como eu falei na largada, é na largada, tem que aproveitar esses próximos quatro anos e o Camilo Santana tem que entender que isso precisa ser matéria obrigatória de alfabetização, entender o que é a floresta. Eu fui educado no Brasil na década de setenta e eu conheço o Chayennes, eu conheço os Sioux, eu não conheço os Pataxós, eu nunca ouvi falar dos Uru-Eu-Wau-Wau, nunca. Isso não estava na escola. Os meus indígenas eram os indígenas americanos. O nosso sistema educacional é inteiramente torto. Eu estava conversando com o Ricardo Henriques, há pouco tempo atrás, que é uma pessoa que conhece muito bem a educação, ele disse: você tem razão. Nos livros didáticos do MEC, ele já foi dessa parte, não tem um texto sobre as espécies nativas da Amazônia. O nosso descaso com a floresta é épico. Então eu acho que começa lá, tem uma geração que já está perdida. Esses fazendeiros que me convidam para comer churrasco na casa deles e olham para a floresta e dizem que não tinha nada, esse cara não vai ser convencido, esquece. Você tem que trabalhar com as gerações.

Você tem que conter o desastre agora e apostar na construção da virtude daqui a pouco. Eu acho que essa é mais ou menos a equação que precisa ser feita. E eu entendi quando a Txai me disse isso e eu entendi esse indígena que mudou de posição. Porque eu, e acho que muita gente aqui, a gente está do lado dos vencedores, nascemos lá e lá estamos. O que significa você ter nascido do lado do perdedor e ser massacrado com a ideia de que você é o perdedor. Que as ideias que você defende são as ideias que perdem, que o teu conhecimento, a tua visão de mundo é pobre. É massacrante isso. Chega uma hora que você não aguenta e que você muda. E na hora que você muda, você adere. E então é um trabalho, não é uma questão apenas econômica, até porque uma das coisas que a gente aprende no Pará é que onde foi desmatado não tem nada mais. É um deserto. Você anda meia hora, quarenta minutos de carro pela BR 163, indo para Itaituba, que é um dos piores lugares do planeta. É realmente uma tragédia, Itaituba. Do lado direito você tem uma Floresta Nacional, na sua exuberância, e à esquerda você não tem nada, você não vê um boi. Você vê uma instalação agrícola caída no chão, um curral que já não está mais em pé, um comedouro que já não tem mais o teto, uma sensação de desistência, porque o lugar fracassou, porque quando você tira a floresta não sobra mais nada, o solo é pobre e, miau, vira um deserto. Economicamente eu acho que tá claro que se tem um ganho, você tem um ganho momentâneo e depois você produz a miséria para trás. Do ponto de vista econômico, você talvez até consiga inverter a lógica, mas eu entendi que tem um problema que é mais fundo, que é um problema de cosmovisão mesmo, é um problema cultural. Que é a maneira como a pessoa se vê no mundo, ela se vê no mundo do boi, eu não estou falando do boi, especificamente do boi, mas do que significa ser do mundo do boi. Você vai na casa desses caras, o que tá tocando é o sertanejo, celebrando essa vida, dizendo que esse é o índice de sucesso, é aí que você vence. Precisa ter o contra movimento, que nós brasileiros não fizemos. Eu acho que essa ideia de uma campanha extensa de artistas que se embrenham Amazônia adentro com a missão de produzir material simbólico sobre a região e de indígenas que vêm para cá e artistas ribeirinhos, etc. e tal. E esse processo, curiosamente, está acontecendo por questões, hoje em dia, identitárias. Como você tem uma emergência muito grande dos grupos identitários, marginalizados na história do Brasil e que ganham valor simbólico hoje. Por exemplo, no mercado das artes plásticas, o que me dizem é que o que vende mesmo é artista negro e artista indígena. Está todo mundo querendo ser chique e ter uma dessas coisas em casa, e algumas são extraordinárias, mas nem sempre tão sendo comparadas por essa razão, é porque você quer se posicionar como alguém progressista, bacana. A valorização da arte negra e da arte indígena, hoje em dia no Brasil, é muito grande. O Esbell se mata por causa disso, o Jaider

Esbell, porque ele não resiste à pressão do mercado. Subitamente ele é alguém demandado em Paris, em Veneza, em Nova Iorque, com todas as pressões econômicas que vem junto com essa visibilidade e a necessidade de não deixar de ser quem ele é. Você subitamente deixa... Você não está mais aqui, mas você também sabe que não é de lá. Então você fica no exílio, no exílio de você mesmo. E esse processo é muito violento também, o processo do mercado que escolhe determinados artistas e consagra eles, e muito rapidamente eles já não sabem mais quem eles são e a dor psicológica disso é muito grande. Tem muita gente vivendo entre dois mundos hoje em dia, mas por outro lado eu acho bom que essa arte seja vista e valorizada. Porque eu acho que é um dos caminhos desse processo da gente entender que o que se produz lá é de uma riqueza extraordinária. Quando a Txai Suruí se apresenta na COP de Glasgow, eu fiquei deslumbrado, não apenas pela coragem dela falar e a desenvoltura com o que ela fala, mas é o conjunto, é a beleza daquilo. Ela está com uma roupa de Amazônida Equatoriana e, aí para falar com nosso colega do Suriname, é uma clara afirmação de que a Amazônia não é brasileira. A Amazônia são nove países, salvo engano, todos eles são Amazônia, então ela vai representando todos os indígenas da região. Ela veste uma linda roupa amazônica, ela está com a pintura de guerra Suruí, ela está com um colar que não é Suruí, eu não sei qual é, e um cocar deslumbrante. Aquilo é lindo e eu tive a certeza absoluta, e eu não estava errado, que essa estética é uma estética extraordinariamente poderosa. É cool, puxa, eu quero ser parecido com isso. Isso é mais bacana do que a roupa que eu estou vestindo para ir à balada de Ipanema. E essas coisas têm importância, essa luta da cultura e da estética é fundamental. Vocês não fazem ideia, ou fazem, muita gente aqui é de lá, da força que tem essa estética texana, essa importação de um mundo que não é o nosso, que se instalou na Amazônia e que fincou raízes e que é infinitamente mais forte do que a cultura ribeirinha. E o Luiz Braga, para quem me perguntou sobre como manter a cultura das populações ribeirinhas, que é o grande tema do Luiz Braga. O Luiz Braga é o grande cronista dessa perda. Ele diz: olha você ia nos bares de Belém na década de setenta ou de oitenta, nesses bares que atendiam a essas populações, você tinha imagens da floresta, aquelas imagens ingênuas pintadas na parede do na parede dos bares, não tem mais, desapareceu. Você agora começa a ver imagem de boi, gente de chapéu, rodeio, etc. e tal. Essa estética, que celebrava a floresta começa a desaparecer. Eu acho que tem um refluxo. Eu estou respondendo um pouco ao que todo mundo me perguntou. Tem uma outra coisa também, acho que talvez tenha uma virada epistemológica ligada tanto ao trabalho extraordinário dos antropólogos e dos arqueólogos brasileiros e seus colaboradores não brasileiros, que dizem respeito a isso que eu estou falando da descoberta dessa floresta cultural. A

gente está percebendo isso, ainda pouca gente, mas já tem mais gente. Estamos na bica de uma mudança paradigmática e eu acho que toda essa nova ciência das plantas, trazida pelo Mancuso, trazido pela Suzanne Simard, daquela do Canadá, que fala das teias e dos diálogos que acontecem por baixo do solo da floresta, pelas redes de fungo, rizomática e tal. Aquilo muda completamente a maneira como você olha uma floresta, como você olha o mundo natural, é de uma inteligência tão mais extraordinária do que nós podíamos supor e esse pensamento vegetal que também, de alguma maneira, é aliado dessa transformação da maneira como a gente imagina a floresta. O Estado brasileiro que conseguiu transformar um país que importava leite até setenta e três, que tinha que receber leite de graça do esforço americano lá naquela coisa de boa vizinhança, que era para alimentar nossas crianças na escola e em 1973 o governo brasileiro, decidiu que a gente deveria virar um país com segurança alimentar e mandou uma geração de jovens agrônomos, talentosos para as melhores escolas do mundo de agronomia. Eles voltaram para cá e transformaram o Brasil nesse país que a gente conhece e que está muito presente em Rondônia, e que é tudo menos a floresta. O esforço brasileiro foi para substituir a floresta. E foi um esforço muito bem sucedido, ecologicamente desastroso, mas muito bem-sucedido. Por que não fazer agora o esforço inverso? A Embrapa, todas as instituições deveriam se dedicar e entender o que é uma economia verde. A gente fica falando de bioeconomia, mas por enquanto é um significante vazio. A gente ainda não sabe direito do que se trata e precisa de ciência, precisa de Universidade, precisa de um esforço concentrado. E aí você precisa de um elemento centralizador e é o governo que tem que fazer isso. Eu espero que esse governo saiba fazer isso.

Enaile Iadanza (NEAz): Agradecer mais uma vez ao João Moreira Salles pela disponibilidade de ficar aqui até essa hora, inclusive vocês também agradecemos a presença de todo mundo e até uma próxima, e já convidamos aqui o João Moreira Salles para vir aqui em outra oportunidade.

João Moreira Salles: Com documentário, que é feito por mim e por um coletivo indígena. Não é meu não, eu sou codiretor.

Manoel Andrade: Eu vou pedir agora para mesa ficar mais dois ou três minutos, por favor, e também agradecer a presença do João e da professora Enaile e só rapidamente dizer que nós temos uma carta desse encontro o encaminhamento que nós discutimos essa carta durante vários dias com as entidades presentes, com alguns participantes. Todos os outros fóruns tiveram carta, recomendações e esse vão ter vai ter mais essa carta. A segunda questão é o pessoal do parlamento que irá fazer o convite para o lançamento da Comissão de Defesa da Amazônia na Câmara.

Terezinha Ferreira: Boa tarde, eu me chamo Terezinha Ferreira, sou especialista em administração socioambiental e auditora de carreira. Hoje estou chefe de gabinete da professora Gorete, deputada eleita pelo estado do Amapá. Nas falas aqui, nós nos sentimos muito contemplados. Tudo que nós queremos só vai acontecer através da educação. No nosso estado do Amapá, graças a Deus, tivemos por sete anos e oito meses a então professora Gorete como Secretária de Educação e hoje nós já temos no estado do Amapá, a alfabetização, as séries iniciais escritas por professores autores e a educação está sendo priorizada no estado de forma regionalizada. Que isso é importante realmente acontecer isso através da educação inicial. Aí as crianças, a futura geração, vai ter consciência de como preservar a Amazônia. Porque a gente fala a gente ouve falar muito na Amazônia, mas no estado do Amapá as nossas rodovias são líquidas, na maioria da Amazônia. Nós estamos aqui numa missão. A professora Gorete é uma das parlamentares que defende essa Frente que é a Frente em Defesa da Amazônia assim como defende a frente da escola pública e a frente das mulheres. E eu vou passar aqui para o professor Danielson também. Nós somos professores e assim nós sentimos muito contemplados e agradecemos a oportunidade.

Danielson: Boa tarde pessoal. Sendo bem objetivo, nós estamos representando a deputada aqui para fazer um convite. Dentro dessa pauta que tem ganhado de forma internacional essa temática, a deputada propôs uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Amazônia. E essa Frente Parlamentar Mista vai ser lançada agora no dia 28 de junho, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados pela manhã, a gente, formalmente, vai enviar também os convites para a organização. Uma das defesas da deputada é justamente trazer a academia, a comunidade acadêmica para fortalecimento dessa temática dentro do parlamento. Já foi falado aqui por muitos representantes o quanto é importante mobilizar todos os esforços para que a gente realmente encontre aquilo que, por décadas, está sendo falado sobre a preservação, a conservação do nosso patrimônio. E a deputada fez esse convite, pediu para a gente vir aqui. Todo o gabinete está aqui, justamente para convidar o Fórum para participar, não somente para o lançamento, mas para contribuir com as ações da Frente. Um dos nossos valores é, de fato, estreitar esse relacionamento com a comunidade acadêmica que foi, de alguma forma, muito enfraquecida nos quatros anos que se passaram; para fortalecer o debate intra-parlamento e que as decisões tomadas ali elas sejam decisões que protejam a Amazônia. Dentro desse contexto, a gente veio convidar vocês para participar e também já colhemos as cartas tanto dos Fóruns anteriores, como deste para que a gente pudesse no planejamento dessa Frente Parlamentar já

contar com a contribuição da academia no contexto de fortalecimento dessa temática. Então é mais ou menos isso professor e a gente fica à disposição.

Manoel Andrade: A gente agradece e parabeniza por esse papel que o parlamento pode ter em relação à Amazônia. E o pessoal do Amapá tem essa função e nós já sabemos do currículo da professora e sabemos que ela vai ser uma defensora dos povos e da floresta da Amazônia. Um abraço para vocês.

A última fala agora, enquanto o João assina os livros, vai ser da Fani. A Fani é da Colômbia e é coordenadora da COICA. Fani a palavra está com você.

Fani: Boa tarde. Agradecer aos professores, aos professores e professoras que estão organizando esse evento tão importante para a Amazônia. Todos nós somos Amazônia e a Amazônia é responsabilidade de todos. Bom, eu sou uma indígena Witoto da Amazônia colombiana, fui uma menina da selva me criei na selva. Nós, como crianças indígenas, sabemos o que é viver na selva. Hoje sou a Coordenadora-geral da nossa grande Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica que abrange 9 países, incluindo o Brasil, e temos a tarefa de ser a porta-voz política e os defensores dos direitos dos nossos 511 povos indígenas que existem aproximadamente em toda a Bacia Amazônica, desses 60 povos estão em isolamento voluntário. Ainda existem mais de 300 línguas nativas que temos que proteger porque é a única maneira de proteger e conservar a Amazônia, porque com o pensamento e o idioma próprio nós cuidamos da Amazônia. A partir do pensamento próprio organizamos o território amazônico e temos um legado ancestral de como viver na selva amazônica. Os avós, por exemplo, meus avós diziam: para viver nos territórios indígenas você tem que dialogar com o território com tudo que nele existe, porque a natureza também tem vida e ela reage quando abusam dela. Então disse: a água assim como nos dá vida, também tira a nossa vida, as árvores, o mesmo, assim como os animais. Por isso nossos avós, antes de nos assentarmos em um território, dialogam espiritualmente com o próprio território.

Então, hoje temos essa grande experiência de sobrevivência na Colômbia de 4 crianças de 13, 9, 1 ano e 4 anos que sobreviveram a um acidente de avião. De fato, como coordenadora da mulher e família do meu país, me coube cuidar deles pessoalmente. Mas isso é a maior expressão de como os povos indígenas cuidamos e nos cuidam também nossos territórios e nossa floresta amazônica. Há muito a dizer, mas não haverá espaço, em princípio. Agradecer a vocês por terem nos convidado pelo menos para dizer que os 511 povos também precisam que os estados sejam inclusivos conosco, Que quando façam as políticas públicas, em cada um dos países, sejam includentes e nos

escutem e as políticas públicas tenha um enfoque diferencial étnico. Que dialoguemos, que haja um diálogo de saberes, que haja um diálogo intercultural porque senão a Amazônia sempre continuará sendo outro estado dentro dos estados. Essa floresta profunda que não chegam as políticas públicas do Estado, onde o Estado não chega muitas vezes. Esses acidentes, precisamente, são evidências de um dos territórios abandonados. Não podemos continuar excluindo uma Amazônia que serve ao mundo como reguladora do clima. Não podemos continuar excluindo uma Amazônia que tem mais de 20% da água doce do planeta, uma Amazônia que tem 511 conhecimentos ancestrais para continuar mantendo a Amazônia viva. Uma Amazônia viva para uma humanidade segura. Muito obrigado pelo espaço para falar.

Manoel Andrade: Então, a gente dá uma pausa de um ou dois anos para o próximo FIA, a gente não vai acabar, vai dar uma pausa. Bom almoço para todo mundo. Obrigado







Realização

Núcleo de Estudos Amazônicos (NEAz/CEAM/UnB)
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM)
Decanato de Extensão (DEX/UnB)
Universidade de Brasília (UnB)

Apoio

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB)
Associação Nacional dos Serv. Carreira de Especialista em Meio Ambiente e PECMA (ASCEMA)
Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)
Cooperação Alemã (GIZ)
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)
Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF)
Instituto Oca do Sol
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)
Rede Eclesial Pan-amazônica (REPAM)
Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB)
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Comissão Organizadora

Alexandre Gontijo (ASCEMA)
Alice Jales Bartholo de Oliveira (UnB)
Ana Paula Prado Gomes (UnB)
André Araújo Poletto (FMCJS)
Ayala Ferreira (MST)
Carlos Estevão Ferreira Castelo (UFAC)
Carlos Potiara Ramos de Castro (UFPA)
Catia Melo (CNS)
Célia Kinuko Matsunaga Higawa (UnB)
Clarice Maria Terra B. Campos (UnB)
Cleberson Carneiro Zavaski (ASCEMA)
Daniel Gaio (CUT)
Deborah Silva Morais (UnB)
Dione do Nascimento Torquato (CNS)
Dorismeire A. de Vasconcelos (REPAM)
Edineia Aparecida Isidoro (UNIR)
Edmilson Rodrigues Lima (SINTFUB)
Elenira Oliveira Gomes Apurinã (UnB)
Eliene Novaes Rocha (ADUnB)
Enaile do Espírito Santo Iadanza (UnB)
Felício de Araújo Pontes Jr. (MPF; UnB)
Fellipe Lopes Pontes Pereira (UnB)
Floriano Pastore Junior (UnB)
Franco Perazzoni (PF)
Gilberto Vieira dos Santos (CIMI)
Gilney Amorim Viana (UnB)
Giovanna Paula Martins Sousa (UnB)
Guilherme Pereira (UnB)
Henrique Rodrigues Torres (CUT)
Hilton Pereira da Silva (UnB; UFPA)
Igor Mesquita Reinaldo (UnB)
Ingrid Cristiny M. G. Donato (UnB)
Jacson Batista de Carvalho (UnB)
João Victor M. da Gama Oliveira (UnB)
José Mauro Barbosa Ribeiro (UnB)
Júlia Andrade Abdala (UnB)
Júlio Barbosa de Aquino (CNS)
Karina Flavia Ribeiro Matos (UnB)
Keyla Beserra Cavalcante (UnB)
Kleber Karipuna (APIB)
Leilane Reboredo de Castro (UnB)
Luana Rassi Kalout (UnB)
Luis Antônio Pasquetti (UnB)
Luiza Letícia Mendes de Alcântara (UnB)
Magno Antônio Matamoros Burgos (UnB)
Manoel Pereira de Andrade (UnB)
Marcela Dálete Moraes Santos (UnB)
Marcelo Dannemann Werberich (UnB)
Marco Paulo Fróes Schettino (UnB)
Marcos Vinícius B. M. Alcantara (UnB)
Maria Auxiliadora César (UnB)
Maria Victória Venâncio Romero (UnB)
Mariana Conceição Corte Real (UnB)
Marisa Cobbe Mass (UnB)
Matias Davis Escalante (UnB)
Mayara Araújo dos Reis (UnB)
Nyna Cardoso (UnB)
Olgamir Amância Ferreira de Paiva (UnB)
Paulo Sergio de Sousa Saraiva (UnB)
Pedro Correa Vieira (UnB)
Philipe Leite Romero (UnB)
Priscilla Barrozo Lima (UnB)
Raimunda Monteiro (UFOPA)
Ramon de Oliveira Gomes (UnB)
Ravena Soares Carvalho (UnB)
Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR)
Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)
Rodrigo Faccioni (MT)
Rodrigo Hanna Corrêa (UnB)
Rogério Ferreira (UnB)
Sandra Paula Bonetti (CONTAG)
Schaila Vieira Rodrigues da Costa (UnB)
Simone Oliveira de Sousa (UnB)
Simone Perecmanis (UnB)
Sueli Aparecida Bellato (CBJP; OP)
Suelma Ribeiro Silva (ICMBio)
Taryk Robert de Araújo Maciel (UnB)
Thamiris Oliveira da Silva (UnB)

Comissão Científica

Antônio Sérgio M. Filocreão (UFAP)
Ari de Sousa Loureiro (UFPA)
Ary Gertes Carneiro Junior (UNEMAT)
Carlos Estevão Ferreira Castelo (UFAC)
Carlos Potiara Ramos de Castro (UFPA)
Célia Kinuko Matsunaga Higawa (UnB)
Eder Carlos Cardoso Diniz (IFRO)
Edineia Aparecida Isidoro (UNIR)
Eduardo Silveira Netto Nunes (UFAC)
Ela Wiecko Volkmer de Castilho (UnB)
Eliene Novaes Rocha (ADUnB)
Enaile do Espírito Santo Iadanza (UnB)
Erivã Garcia Velasco (UFMT)
Felício de Araújo Pontes Jr. (MPF)
Floriano Pastore Junior (UnB)
Franco Perazzoni (PF)
Gilberto Vieira dos Santos (CIMI; UnB)
Gilney Amorim Viana (UnB)
Gilson Moraes da Costa (UFMT)
Gilton Mendes dos Santos (UFAM)
Hilton Pereira da Silva (UnB; UFPA)
Jader Soares Marinho Filho (UnB)
Jáder Vanderlei Muniz de Souza (UFAC)
José Inaldo Chaves Junior (UnB)
José Mauro Barbosa Ribeiro (UnB)
Josemir Paiva Rocha (IFMT)
Laudemir Luiz Zart (UNEMAT)
Laura Angélica Ferreira Darnet
Lidiane T. Sales (Retireira do Araguaia)
Luis Antônio Pasquetti (UnB)
Luiz Augusto M. de Azevedo (UFAC)
Magno Antônio Matamoros Burgos (UnB)
Manoel Estébio C. da Cunha (UFAC)
Manoel Pereira de Andrade (UnB)
Marco Paulo Fróes Schettino (UnB)
Margarida Lima Carvalho (UFAC)
Maria Aldecy Rodrigues de Lima (UFAC)
Maria Auxiliadora César (UnB)
Maria de Jesus Morais (UFAC)
Maria Isabel Alonso Alves (UFAM)
Mário Lima Brasil (UnB)
Marisa Cobbe Maass (UnB)
Martin Leon Jacques I. de Novion (UnB)
Olgamir Amância Ferreira de Paiva (UnB)
Raimunda Nonata (UFOPA)
Regina Celia de Oliveira (UnB)
Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR)
Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)
Rogério Ferreira (UnB)
Simone Perecmanis (UnB)
Sueli Aparecida Bellato (CBJP; OP)
Suelma Ribeiro Silva (ICMBio)
Vera dos Anjos (UFMT)

3º FIA

Fórum Internacional sobre a Amazônia

Universidade de Brasília
13 a 16 de junho de 2023

REALIZAÇÃO:

Núcleo de Estudos Amazônicos neaz.

UnB | CEAM | DEX | FAV

APOIO:

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil

CONTAG

CUT Brasil – Central Única dos Trabalhadores

SINTFUB

ADUnB – Associação dos Docentes da Universidade de Brasília

ASCEMA Nacional

fapdf @fapdfoficial

Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

REPAM Brasil – Rede Eclesial Pan Amazônica

Conselho Indigenista Missionário

CPT

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

giz – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Governo Federal Brasil União e Reconstrução